

The background of the cover is a detailed architectural line drawing of the main entrance of the University of Paraná. The drawing shows a grand portico with several tall, fluted columns supporting a heavy entablature. The pediment above the columns is inscribed with the text 'UNIVERSIDADE DO PARANÁ'. To the right of the main portico, there are arched windows and a balcony. The drawing is executed in a fine-line, etched style.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ESTER ATHANÁSIO

**A CORRUPÇÃO POLÍTICA NA OPINIÃO DA EMPRESA  
JORNALÍSTICA: UM ESTUDO DOS EDITORIAIS DA *FOLHA DE S.  
PAULO* DE 1990 A 2016**

CURITIBA

2017

ESTER ATHANÁSIO

**A CORRUPÇÃO POLÍTICA NA OPINIÃO DA EMPRESA  
JORNALÍSTICA: UM ESTUDO DOS EDITORIAIS DA *FOLHA DE S.  
PAULO DE 1990 A 2016***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná, linha de pesquisa em Comunicação e Política, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Comunicação. Orientador: Prof. Dr. Francisco Paulo Jamil Almeida Marques.

CURITIBA

2017

Catálogo na publicação  
Sistema de Bibliotecas UFPR  
Biblioteca de Artes, Comunicação e Design/Cabral

Athanásio, Ester

A corrupção política na opinião da empresa jornalística: um estudo dos editoriais da Folha de S. Paulo de 1990 a 2016 / Ester Athanásio. – Curitiba, 2017.

214 f. : il. color.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Paulo Jamil Almeida Marques

Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Setor de Artes, Comunicação e Design, Universidade Federal do Paraná.

1. Jornalismo - Editoriais. 2. Folha de S. Paulo - Editoriais 3. Corrupção política. I.Título.

CDD 070



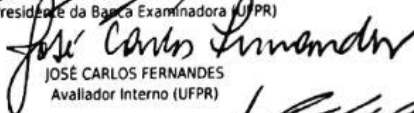
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
Setor ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN  
Programa de Pós Graduação em COMUNICAÇÃO  
Código CAPES: 40001016071PB

### TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em COMUNICAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **ESTER PEPES ATHANÁSIO DE MATTOS**, intitulada: "**A CORRUPÇÃO POLÍTICA NA OPINIÃO DA EMPRESA JORNALÍSTICA: UM ESTUDO DOS EDITORIAIS DA FOLHA DE S. PAULO DE 1990 A 2016.**", após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.  
A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 15 de Dezembro de 2017.

  
FRANCISCO PAULO JAMIL ALMEIDA MARQUES  
Presidente da Banca Examinadora (UFPR)

  
JOSÉ CARLOS FERNANDES  
Avaliador Interno (UFPR)

  
Por Skype  
FÁBIO PEREIRA  
Avaliador Externo (UNB)

Àquele que tudo fez por mim, em mim e através de mim, Cristo, razão de tudo.  
Aos meus pais, João e Beatriz, minha gratidão e amor incondicional.  
Ao amor da minha vida, João, com quem posso viver o presente e sonhar o futuro.

## **AGRADECIMENTOS**

Imagino muitas formas de começar esse texto sem, contudo, encontrar a forma mais justa e bela. Antecipo minha condenação por fatalmente cometer a injustiça de não retribuir como deveria todos os que merecem meu reconhecimento. A certeza é que devo repetir o lícito clichê de colocar meu Deus em primeiro lugar.

Creio que nem por toda minha vida poderei restituir tudo que recebi. Sou privilegiada. E tudo começa por Ele, meu melhor amigo, minha razão de sempre acreditar, força, fé, exemplo, esperança. Procuo as melhores palavras para descrever o que sinto e decidi viver, mas sou incapaz. Vivo com propósitos por crer em Ti, Senhor Jesus. Faço tudo com amor e perseguindo excelência porque acredito na missão para a qual me designou. E tudo que faço, é pela sua graça e a para sua Glória. Meu desejo é que esse trabalho de alguma forma eleve sua majestade e revele quem você é. Não é pretensão arrogante, apenas a certeza de que se há algum mérito nesta pesquisa Ele é todo Teu, pois ao longo do processo de escrita compreendi profundamente que a paz diária que desfruto é sua e que sou incapaz de me levantar ou respirar se não for Tua misericórdia. Dependo integralmente de você! Obrigada por honrar meu esforço, me dar capacidade, coragem para superar meus limites e desejar realizar algo bom. Enxergo, ao final deste processo, uma Ester melhor e mais preparada para contribuir para a transformação do mundo, conforme você me pediu. Perseguirei essa missão até o último dia da minha vida. Prometo sem medo, pois seu amor me dá convicção.

Também Te agradeço pelo homem que escolheu para ser meu pai, João Batista Athanásio, de quem carrego orgulhosamente o sobrenome, o DNA diabético, as manias de organização, a personalidade extrovertida e a perseguição da vida de estudos. Obrigada, querido pai, por seu amor intenso e constante! Por você sei que nunca estarei sozinha. Sou incapaz de duvidar do seu amor por mim. Obrigada por estar presente em tudo, por ser exemplo e me motivar desde sempre a estudar, por me ajudar em tudo que poderia, por acreditar no meu potencial mais que eu mesma, por celebrar minhas pequenas e grandes vitórias. Eu te amo de todo meu coração e dedico meu título de mestre ao senhor. Agradeço a minha mãe, Beatriz Soek Pepes Athanásio, pelo amor discreto e o apoio nos momentos difíceis, quando minha saúde esteve frágil. Desejo que se sinta orgulhosa de sua filha. Te amo muito.

Ao meu amor, meu marido, companheiro, João Felipe. Suas provocações, por vezes ásperas, me impedem de parar. Sua certeza de que sou capaz desfaz qualquer medo ou obstáculo, porque na sua visão é tudo simples e eu nem deveria me preocupar! Bem ou mal, fato é que me faz sempre ir mais longe. Obrigada por me forçar a andar uma milha a mais. Com você, descobri que não há limites para meus sonhos e que posso me forçar a ser mais criativa em minhas ambições, porque vamos experimentá-las. Você sentiu minha angústia, que sinta minha alegria.

Estendo minha gratidão aos familiares mais próximos que mesmo sem atitudes diretamente relacionadas à caminhada no mestrado contribuíram para essa conquista, torcendo por mim ou nutrindo o amor que tenho por vocês. Meus irmãos, Daniel e Rafael, os “piás” mais amados de minha vida. Meus avós, Jacir e Eva, a quem devo o alicerce da fé em Cristo e às orações constantes que me mantêm viva. Minhas tias, Priscila e Maria do Carmo, pela ternura, vibração e amor que insistem em me doar. Aos avós Renê e Venâncio (*in memoriam*), que fizeram sacrifícios para que meu pai estudasse. Ao tio Silas (*in memoriam*), tão único que partiu cedo. Embora não esteja aqui, estará sempre em meu coração. O amor que me deu é suficiente para ser consumido por toda vida. Minha sogra, Marilene, por me adotar como filha e celebrar minhas vitórias na sua amada UFPR. Minhas cunhadas: Amanda, sempre prestativa e presente, Evelyn, Carol, Jaque; e meu sogro, Assis.

Aos meus tantos amigos e irmãos de vida cristã que me encorajaram. Obrigada pelas orações dadivosas. À Stephane, por ter caído do céu na hora certa, assumindo tarefas que eram minhas. Ao Pedro, pelo *abstract* e à Mariane, pela revisão e amizade. Aos colegas do grupo de pesquisa bem como à turma do PPGCOM 2016, com quem dividi aflições. Aos demais amigos, próximos ou distantes, que a vida tão generosamente me proporcionou. Ao meu orientador, Jamil Marques, pela incansável dedicação e compromisso ao trabalho, pela disponibilidade e didática incapaz de produzir trabalhos ruins. Aos doutores Fábio Pereira e José Carlos Fernandes, pelas contribuições e avaliações nas bancas de qualificação e defesa. A tantos professores que me conduziram até aqui.

Por último, contudo, não menos importante, agradeço à sociedade brasileira que por meio da bolsa Capes investiu no meu trabalho como pesquisadora. Comprometo-me a retribuir a confiança trabalhando pelo nosso país e para que mais pessoas possam ocupar o espaço de privilégio que ocupo no momento. Obrigada.

## RESUMO

Os editoriais constituem espaço singular em que os jornais se posicionam por meio de um código específico de produção textual, evidenciando, assim, sua condição de atores políticos. Todavia, a literatura na área de Jornalismo Político permite verificar que é relativamente baixo o número de estudos brasileiros voltados à análise sistemática do discurso político contido em tais textos opinativos. Esta dissertação, de cunho quanti-qualitativo, investiga o discurso editorial do jornal brasileiro *Folha de S. Paulo* (FSP) acerca do tema “corrupção” entre 1990 e 2016 - período que corresponde aos primeiros 27 anos desde a primeira eleição presidencial direta após o fim do Regime Militar (1964 – 1985). A intenção é examinar o percurso dos editoriais sobre esse tema e contribuir para compreensão acerca de quais fatores incidem na produção do gênero editorial. Há três hipóteses, resumidas em: 1) o discurso de combate à corrupção e exigência de responsabilização dos envolvidos é predominante e se acentuou à medida que a fiscalização se fortaleceu; 2) o discurso varia de acordo com a época e grupo político acusado e 3) a corrupção é um tema contínuo da agenda editorial da *Folha de S. Paulo*, mas a frequência de publicações aumenta em sintonia com as ocorrências históricas expressivas. Como estratégia metodológica, adota-se, de forma ilustrativa, (1) uma descrição quantitativa concernente à oscilação da frequência de publicações considerando-se todo o volume de editoriais do universo pesquisado (n=850) a fim de avaliar se, e em que medida, existe associação entre o número de publicações e os acontecimentos históricos do período. Na etapa qualitativa, recorre-se à (2) Análise do Discurso (AD) de uma amostra de editoriais (n=143), construída a partir da técnica de ano composto, tendo como unidade de análise os editoriais que mencionam a palavra “corrupção” e, como estratégia metodológica complementar, a dissertação recorreu à (3) aplicação de entrevistas em profundidade com editorialistas e editores de opinião que trabalharam no jornal no período analisado. Os resultados encontrados confirmam as hipóteses, demonstrando que desde 1990 o jornal vem acentuando quantitativamente a presença do tema “corrupção” em seus editoriais, acompanhando a agenda de investigações do país. Qualitativamente, constata-se a trajetória do discurso, sendo que nos anos 1990, além de menor frequência de textos, percebeu-se que o jornal tratava do tema com certo receio, considerando o relativo baixo volume de denúncias e condenações à época. Nos anos 2000, sobretudo em razão do caso Mensalão, o discurso se acentua em volume e grau de combatividade. O jornal adota tom mais agressivo e reitera a preocupação com altos índices de percepção da corrupção brasileira e ausência de punições. Na década de 2010, com o julgamento do caso que dominou a década anterior e deflagração da Operação Lava Jato, o jornal passa a considerar o tema a partir de um ponto de virada, apontando a punição - vista no Mensalão e na Lava Jato - como prova de que o Brasil viveria um novo momento de enfrentamento do problema. Notou-se que a evolução do discurso acompanha o contexto histórico e político, contudo, não se altera em sua essência. Isto é, existem premissas a respeito da corrupção que se revelam constantes nos 27 anos analisados. Embora se proponham instrumentos de combate ao fenômeno, os textos não ultrapassam a barreira da constatação e do apontamento raso de possíveis causas, consequências e soluções ao problema. É um discurso automático, que situa o jornal numa perspectiva adversária à política, desqualificando-a enquanto articula a credibilidade e a imagem pública do jornal e do próprio campo jornalístico.

Palavras-chave: Jornalismo. Editoriais. Corrupção. Folha de S. Paulo. Discurso.



## ABSTRACT

Editorials constitute a unique space in which newspapers position themselves through a particular textual production code, thus evidencing its condition as political actors. However, literature in the field of Political Journalism presents a relatively low number of Brazilian studies focused on the systematic analysis of the political discourses in opinion texts. This thesis has a quantitative-qualitative approach to investigate the editorial discourse of the Brazilian newspaper *Folha de S. Paulo* (FSP) on the theme 'corruption' between 1990-2016 – period which corresponds to the first 27 years since the first direct presidential election after the end of the Military Regime (1964-1985). The thesis intends to examine the editorials trajectory on this topic and to contribute to the understanding of what factors influence the production of the editorial gender. The three hypotheses can be summarised in 1) the discourse against corruption and the demands for accountability of the of the involved is predominant and has accentuated as inspection strengthened; 2) the discourse carries according to the time and the political group accused; and 3) corruption is a continuous theme of *Folha de S. Paulo's* editorial agenda, but the frequency of publications increases in line with expressive historical events. The methodological strategic adopted, in order to illustrative, involves (1) a quantitative description of the oscillation of the frequency of publications considering the whole volume of editorials corresponding to the universe (n=850) in order to evaluate whether, and to what extent, there is a correlation between the number of publications and the historical events of the period. In the qualitative stage (2) a Discourse Analysis (DA) of a sample of editorials (n=143) was carried out. The sample was determined through the annual compound technique which considered as an analysis unit the editorials that mentioned the word 'corruption'. As a complementary strategy, the thesis carried out (3) the application of in-depth interviews with editorialists and opinion editors who worked on the newspaper during the analysed period. The findings confirm the hypotheses showing that since 1990 the newspaper has been quantitatively emphasising the presence of the theme 'corruption' in its editorials, following the agenda of investigations in the country. Qualitatively, in the trajectory of the discourse, in addition to a lower frequency of texts in the 1990s, it was noticed that the newspaper dealt with the subject with some caution, considering the relatively low volume of denunciations and condemnations at the time. In the 2000s, especially as a result of the Mensalão case, the discourse is accentuated in volume and criticism. The newspaper adopts a more aggressive tone and reiterates the concern with the high levels of perception of Brazilian corruption and the absence of judicial conviction. In the decade of 2010, as a result of the previous decade judgment and the outbreak of Lava-Jato Operation, the newspaper began to consider the issue from a turning point, pointing to conviction – seen in the Mensalão and the Lava Jato – as a proof that Brazil would be living a new era of confrontation with the problem. It was noted that the discourse evolution follows the historical and political context, however, it does not change in its essence. That is, there are assumptions about corruption that have been constant over the 27 analysed years. Albeit the texts propose themselves as instruments to combat the phenomenon, they do not go beyond the barrier of finding and pointing out possible causes, consequences, and solutions to the problem. It is an automatic discourse that places the newspaper in an adversarial perspective in relation to politics, disqualifying it while articulates the credibility and public image of the newspaper and the journalistic field itself.

Keywords: Journalism. Editorials. Corruption. *Folha de S. Paulo*. Discourse.

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - DESEMPENHO HISTÓRICO DO BRASIL NO RANKING DA CORRUPÇÃO DA TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL (TI) .....	69
TABELA 2 - COMPOSIÇÃO ANOS AMOSTRAIS.....	107
TABELA 3 - PRINCIPAIS CASOS DE CORRUPÇÃO BRASILEIRA DE 1990 A 2016. .....	125
TABELA 4 – CATEGORIZAÇÃO TOTAL CORPUS.....	130
TABELA 5 – CATEGORIZAÇÃO TOTAL CORPUS POR BLOCO TEMPORAL .....	131
TABELA 6 - FD 1(1): BUROCRACIA BRASILEIRA FAVORECE SURGIMENTO DA CORRUPÇÃO .....	142
TABELA 7 - FD 1 (3) ESTÁ NATURALIZADA ENTRE TODOS.....	149
TABELA 8 - FD2 (3): PT ROMPEU COM SUA HISTÓRIA AO SE ENVOLVER COM CORRUPÇÃO (I).....	151
TABELA 9 - FD1 (4): A IMPUNIDADE NA CORRUPÇÃO NÃO É MAIS UMA CERTEZA.....	154
TABELA 10 - FD1 (5): PELO FIM DA IMPUNIDADE E PELA NOVA FASE, VIVA A LAVA JATO .....	158
TABELA 11 - FD 2 (5): GOVERNO TEMER É SUSTENTADO POR PERSONAGENS DE REPUTAÇÃO RUIM.....	159
TABELA 12 - AMOSTRAS DE FD RETIRADAS DE OUTROS PERÍODOS (1).....	161
TABELA 13 - AMOSTRAS DE FD2 (3) RETIRADAS DE OUTROS PERÍODOS (2) .....	162
TABELA 14 - CATEGORIZAÇÃO DA AMOSTRA DO BLOCO 1 (1990 A 1995) ....	210
TABELA 15 - CATEGORIZAÇÃO DA AMOSTRA DO BLOCO 2 (1996 A 2001) ....	211
TABELA 16 - CATEGORIZAÇÃO DA AMOSTRA DO BLOCO 3 (2002 A 2007) ....	212
TABELA 17 - CATEGORIZAÇÃO DA AMOSTRA DO BLOCO 4 (2008 A 2013) ....	213
TABELA 18 - CATEGORIZAÇÃO DA AMOSTRA DO BLOCO 5 (2014 A 2016) ...	214

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - DISPOSIÇÃO GRÁFICA ANOS 1990 (1).....	93
FIGURA 2 - DISPOSIÇÃO GRÁFICA ANOS 1990 (2).....	94
FIGURA 3 - PROJETO GRÁFICO ANOS 2000 (1).....	95
FIGURA 4 - PROJETO GRÁFICO ANOS 2000 (2).....	96
FIGURA 5 - PROJETO GRÁFICO ANOS 2000 (3).....	97
FIGURA 6 - PROJETO GRÁFICO ANOS 2000 (4) .....	98
FIGURA 7 - PROJETO GRÁFICO ANOS 2010 .....	99
FIGURA 8 - EDITORIAL NA CAPA .....	100
FIGURA 9 - GRÁFICO FREQUÊNCIA DE PUBLICAÇÕES POR ANO .....	126
FIGURA 10 - GRÁFICO VOLUME DE PUBLICAÇÃO/CATEGORIA .....	131
FIGURA 11 - GRÁFICO EVOLUÇÃO TEMPORAL DO VOLUME EDITORIAIS POR CATEGORIA .....	133
FIGURA 12 - ESTRUTURA PADRÃO EDITORIAL.....	136

## LISTA DE SIGLAS

ANJ – Associação Nacional dos Jornais

CEPC – Centro de Estudos e Pesquisas sobre Corrupção

CGU – Controladoria Geral da União

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

CPI – *Corruption Perception Index*

DOXA – Laboratório de Estudos Eleitorais, de Comunicação Política e Opinião Pública

EUA – Estados Unidos da América

FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FSP – *Folha de S. Paulo*

IBOPE – Instituto Brasileiro de Opinião e Estatística

MPF – Ministério Público Federal

OCDE – Organização para Cooperação para o Desenvolvimento Econômico

OEA – Organização dos Estados Americanos

OESP – *O Estado de S. Paulo*

ONG – Organização Não-governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PF – Polícia Federal

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PONTE – Grupo de pesquisa em Comunicação, Política e Tecnologias

PPGCOM – Programa de Pós-Graduação em Comunicação

PPGCP – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

SECOM – Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República

STF – Supremo Tribunal Federal

TI – Transparência Internacional

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFPR – Universidade Federal do Paraná

WIN – *Worldwide Independent Network of Market Research*

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>15</b>
<b>1. OS LIMITES DA OBJETIVIDADE E AS FRONTEIRAS DA OPINIÃO NO JORNALISMO</b> .....	<b>29</b>
1.1. FATO E OPINIÃO: A INFLUÊNCIA NORTE-AMERICANA SOBRE O JORNALISMO BRASILEIRO .....	33
1.2. ALÉM DO QUARTO PODER: O JORNALISMO COMO ATOR POLÍTICO ...	42
1.3. EDITORIAL: A VOZ DA EMPRESA JORNALÍSTICA.....	47
<b>2. CORRUPÇÃO POLÍTICA NO BRASIL: A HISTÓRIA POR TRÁS DAS CAPAS DE JORNAL</b> .....	<b>58</b>
2.1. BREVE DISCUSSÃO DO TEMA NA HISTÓRIA BRASILEIRA .....	58
<b>2.1.1. Algumas possíveis causas e consequências da Corrupção</b> .....	<b>61</b>
2.2. CORRUPÇÃO: O CENÁRIO BRASILEIRO DE 1990 A 2016.....	67
2.3. O PAPEL DO JORNALISMO NO DEBATE ACERCA DA CORRUPÇÃO ....	75
<b>3. ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS</b> .....	<b>84</b>
3.1. BREVE APRESENTAÇÃO DO JORNAL FOLHA DE S. PAULO .....	84
<b>3.1.1. Breve história da <i>Folha de S. Paulo</i></b> .....	<b>85</b>
<b>3.1.1.1. Mudanças nos editoriais da <i>Folha</i></b> .....	<b>92</b>
<b>3.1.2. Linha editorial da <i>Folha de S. Paulo</i></b> .....	<b>101</b>
3.2. ESTRATÉGIAS DE COLETA .....	102
<b>3.2.1. Definição e coleta do universo de pesquisa</b> .....	<b>103</b>
<b>3.2.2. Definição e coleta da amostra de pesquisa</b> .....	<b>105</b>
3.3. ESTRATÉGIAS DE ANÁLISE .....	111
<b>3.3.1. Estratégia quantitativa: oscilação das publicações</b> .....	<b>111</b>
<b>3.3.2. Estratégia qualitativa: Análise do Discurso e entrevistas</b> .....	<b>112</b>
<b>4. ANÁLISE DOS DADOS</b> .....	<b>122</b>
4.1. ANÁLISE QUANTITATIVA: OSCILAÇÃO DO VOLUME DE PUBLICAÇÕES.....	122
4.2. ANÁLISE QUALITATIVA I: DISCURSO DOS EDITORIAIS .....	129
<b>4.2.1. Análise Bloco 1 - 1990 a 1995: o problema começa aparecer</b> .....	<b>138</b>
<b>4.2.2. Análise Bloco 2 - 1996 a 2001: o problema comum</b> .....	<b>142</b>
<b>4.2.3. Análise Bloco 3 - 2002 a 2007: punição já</b> .....	<b>145</b>
<b>4.2.4. Análise Bloco 4 - 2008 a 2013: o Brasil começa a mudar</b> .....	<b>152</b>

<b>4.2.5.</b>	<b>Análise Bloco 5 - 2014 a 2016: desculpe o transtorno, estamos em reforma.....</b>	<b>155</b>
<b>4.2.6.</b>	<b>Formações discursivas reincidentes.....</b>	<b>160</b>
4.3.	ANÁLISE QUALITATIVA II: ENTREVISTAS COM EDITORIALISTAS.....	162
4.4.	DISCUSSÃO DOS ACHADOS.....	179
<b>4.4.1.</b>	<b>A <i>Folha</i>, a corrupção e os editoriais: em que termos se dá a atuação política do jornal.....</b>	<b>184</b>
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>188</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>193</b>
	<b>APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS.....</b>	<b>206</b>

## INTRODUÇÃO

Imprensa e democracia ocupam o cenário social como conceitos interdependentes, sendo aquela indispensável para manutenção e avanço desta, pois “a legitimação das democracias liberais demanda a constituição de uma esfera pública de deliberação” (CAMPOS, 2015, p. 3) para a qual a imprensa aparece como sustentáculo de debate público mais consistente. Não por acaso, elementos essenciais a esse regime político, como informação, comunicação e liberdade, remetem diretamente ao exercício jornalístico (BUCCI, 2009). Nesta sintonia, ao Jornalismo se atribui uma série de prerrogativas associadas ao funcionamento dos processos democráticos<sup>1</sup> (TRAQUINA, 2004; HABERMAS, 1929; LIPPMANN, 1922, 2004; MAIA, 2008; RINKE, 2015; MESQUITA; MOISÉS; RICO, 2014; CUNHA, 2014), o que fundamenta, em grande parte, o discurso de autolegitimação destes profissionais de comunicação de massa (GOMES, 2009; KOVACH; ROSENSTIEL, 2003).

A credibilidade<sup>2</sup> para tanto remete às Teorias do Jornalismo, que consolidaram, ao longo do século XX, a prática da reportagem como uma iniciativa pretensamente neutra, imparcial e objetiva, que reduziria a subjetividade do repórter em prol do reflexo da realidade<sup>3</sup>, agindo de forma desinteressada; ou melhor, assumindo o interesse público como princípio fundamental (BARROS FILHO, 1995; MARQUES, MIOLA, SIEBRA, 2014; KOVACH, ROSENSTIEL, 2003).

Embora recentemente o campo teórico tenha se dedicado a desmistificar o rigor da objetividade (BARROS FILHO, 1995), a herança é perpetuada em diferentes esferas (SILVA, 1991). Indícios de produção que fuja à regra são julgados, em diferentes campos sociais, como uma ameaça à deontologia profissional e ao compromisso tratado entre imprensa e democracia (EILDERS, 1999; GOMES, 2009;

---

<sup>1</sup> Ao abordar a relação entre Jornalismo e Democracia se faz importante incluir a ressalva acerca da

<sup>2</sup> Pesquisa encomendada pela Secretaria de Comunicação da Presidência ao Ibope aponta que os jornais impressos são os meios de comunicação de massa mais confiáveis. Dados disponíveis em: <[http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2017/01/13/interna\\_politica,839228/jornais-tem-mais-credibilidade-revela-pesquisa-do-ibope.shtml](http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2017/01/13/interna_politica,839228/jornais-tem-mais-credibilidade-revela-pesquisa-do-ibope.shtml)>. Endereço teve acesso em 05 jun. 2017.

<sup>3</sup> A mais antiga das teorias do Jornalismo, a Teoria do Espelho, tratava a prática jornalística por meio de uma metáfora, associando a imprensa a um espelho capaz de refletir a realidade social. Enraizada na própria ideologia profissional dos jornalistas do Ocidente, a perspectiva defendia que as notícias são determinadas pela realidade; ou ainda que as notícias são a imagem especular da realidade. Desta forma, a teoria coloca a informação como elemento central sem considerar a subjetividade do profissional, reforçando a noção de que o jornalista é um agente sem interesses específicos ou subjetivos (observador) (TRAQUINA, 2004, p. 146-149).

TRAQUINA, 2004). Os espaços de opinião e notícia estão claramente delimitados nos impressos, tanto na diagramação quanto nos critérios de produção, em uma tentativa de se comprovar a lisura das organizações e, assim, assegurar sua credibilidade (e legitimidade) (MELTZER, 2007; BARROS FILHO, 1995; MARQUES; MIOLA; SIEBRA, 2014).

No conjunto opinativo, os editoriais assumem relevância e apresentam especificidades pouco exploradas pela pesquisa brasileira (MONT'ALVERNE; MARQUES, 2015; AZEVEDO, 2016; MONT'ALVERNE, 2016), sendo a obra de Beltrão (1980) sobre Jornalismo Opinativo uma referência ainda indispensável, embora tenha sido publicada há mais de 30 anos. Por estar sob um código e uma gramática distintas da lógica de produção jornalística noticiosa, a análise desses textos de cunho opinativo e institucional exigem literatura e metodologia próprias. Neste sentido, cabe uma crítica interna à agenda de pesquisa do campo da Comunicação e especialmente do Jornalismo, que reduz a segundo plano a investigação de gêneros opinativos como o editorial, bem como pouco enfrenta o exame dos projetos editoriais. Sobram pesquisas acerca do noticiário, não raramente com caráter de crítica ideológica, contudo, com rasos subsídios informativos acerca da perspectiva das empresas jornalísticas em geral.

Somada a essa lacuna de pesquisa em relação ao gênero editorial, verifica-se ainda, em menor grau, a carência de investigações que tratem das organizações jornalísticas sob a perspectiva de empresas comerciais, com interesses próprios e não como meros veículos e/ou instrumentos de comunicação social executores de um papel de imprensa idealizado (EILDERS, 1999; MARQUES et al., 2017). A compreensão dos conflitos entre a atividade social da imprensa e os objetivos particulares das empresas se revela uma agenda de pesquisa a ser desenvolvida no Brasil e o editorial é “o gênero que melhor ilustra a tensão entre interesses públicos e privados no Jornalismo” (MONT'ALVERNE, MARQUES, 2015, p. 122), pois consiste em um ambiente único, reservado para o posicionamento oficial da empresa jornalística (AZEVEDO, 2016; MELO, 2003; BELTRÃO, 1980), frequentemente ocupado com discussões sobre temáticas consideradas prioritárias na agenda pública. Em meio à polêmica em torno da emissão de opiniões por parte



da imprensa, “o legítimo lugar de opinião da organização jornalística é a página editorial” (EILDERS, 1999, p. 303, tradução nossa)<sup>4</sup>.

O editorial detém, então, um valor simbólico. A função do texto não se restringe ao fornecimento de perspectivas de análise e orientação do público leitor (BELTRÃO, 1980), mas também de uma ferramenta de pressão do poder público e dos agentes políticos com poder de decisão. Sendo assim, no Brasil, “os editoriais difundidos pelas empresas jornalísticas, embora se dirijam formalmente à “opinião pública”, na verdade encerram uma relação de diálogo com o Estado<sup>5</sup>” (MELO, 2003, p. 104).

Visando ocupar parte desse espaço vago na pesquisa brasileira constituído pela escassez de investigações sobre editoriais e a análise que parte da concepção das organizações midiáticas como empresas interessadas no jogo político, esta dissertação de mestrado tem como objetivo elaborar um estudo longitudinal<sup>6</sup> sobre editoriais jornalísticos que tratem do tema “corrupção”, já que este tem ocupado boa parte da agenda pública brasileira (FILGUEIRAS; ARAÚJO, 2014; CARRARO, 2003).

Dados do Centro de Estudos e Pesquisas sobre Corrupção (CEPC) indicam um constante crescimento do número de escândalos por desvios de dinheiro público desde que o levantamento começou a ser feito<sup>7</sup>. Na década de 1980, foram registrados 13 casos; entre 1990 e 2000, 66 e de 2000 a 2010, 116<sup>8</sup>. Corroboram com a constatação a pesquisa do DataFolha publicada em novembro de 2015 segundo a qual a corrupção superou as demais temáticas como principal problema do Brasil, na

---

<sup>4</sup> Todas as traduções de originais em língua estrangeira foram traduzidas pela autora. Contudo, as redações originais serão disponibilizadas em nota de rodapé, conforme segue. Texto original: *The legitimate place for media opinion is the editorial page* (EILDERS, 1999, p. 303).

<sup>5</sup> Melo (2003) sinaliza que tal afirmação formula uma hipótese a ser explorada. Mont’Alverne, Marques (2015) e Guerreiro Neto (2016) avançam na discussão, realçando a pretensão dos editorialistas em dialogar com o poder público e interferir nas decisões públicas.

<sup>6</sup> Os estudos longitudinais se dedicam a analisar o progresso, o percurso e as mudanças (variações de características) de um fenômeno ao longo do tempo. Assim, tratam-se de pesquisas que abrangem um período temporal extenso (GRESSLER, 2004; JUPP, 2006). No caso da presente pesquisa, analisa-se o progresso do discurso dos editoriais jornalísticos da *Folha de S. Paulo* durante 27 anos, buscando identificar similaridades e mudanças promovidas pela empresa jornalística ao longo do tempo. Por estar interessado no histórico dos editoriais, trata-se de um estudo retrospectivo. A metodologia auxilia na “descrição do comportamento da série, verificação da existência de tendências, ciclos e variações” e identificação de “periodicidades” (MORETTIN; TOLOI, 2006).

<sup>7</sup> Logicamente, esse levantamento considera o número de casos de corrupção que se tornaram públicos. Números em: <[http://cepcorruptao.com.br/?page\\_id=32&lang=pt](http://cepcorruptao.com.br/?page_id=32&lang=pt)>. Acesso em 07 out. 2016.

<sup>8</sup> Não estão disponíveis dados sobre casos de corrupção registrados no período de 2010 a 2016.

perspectiva de 34% dos eleitores<sup>9</sup>, dado em concordância com o resultado da Pesquisa #PalavraDoAno2017, da Cause e do Instituto Big Data, que indica que 37% dos brasileiros elegeram a palavra “corrupção” para resumir o ano<sup>10</sup>.

Cabe a ressalva de que esse aumento quantitativo não reflete exatamente que a corrupção pública tenha se acentuado, mas que, pelo menos, os processos de fiscalização e publicidade tenham se tornado mais frequentes, inclusive por ocasião da democratização do país (FILGUEIRAS; ARAÚJO, 2014; MESQUITA; MOISÉS; RICO, 2014; AVRITZER, 2016; FURTADO, 2012), o que oportuniza maior transparência<sup>11</sup> e a própria possibilidade de atuação livre da imprensa<sup>12</sup> (GUAZINA, 2011).

Embora se reconheçam as limitações do ideal de vigilância da imprensa em regimes democráticos, sendo, por vezes, objeto de dominação (ou controle) de atores do campo político (EBERWEIN; SPLENDORE; PORLEZZA, 2015), admite-se como premissa que a conjuntura democrática tende a ofertar melhores condições para o exercício da prática jornalística liberal, alicerçada no ideal de fiscalização dos poderes e, portanto, apta a produzir denúncias de corrupção (AZEVEDO, 2010; GUAZINA, 2011). Além disso, a Constituição de 1988 estabeleceu um importante marco que visava promover mecanismos de combate à corrupção que se intensificaram ao longo da década de 1990 (AVRITZER; FILGUEIRAS, 2011; ARANHA; FILGUEIRAS, 2016; FILGUEIRAS; ARAÚJO, 2014)<sup>13</sup>.

De acordo com a pesquisa “Índice de Percepção de Corrupção 2015”, elaborado pela Transparência Internacional (TI) desde 1995, o Brasil ocupava naquele ano o 76º lugar<sup>14</sup> no ranking da corrupção que avaliou 168 países e apontou a imprensa brasileira entre os principais responsáveis pela alta percepção da

<sup>9</sup> O histórico da pesquisa realizada desde 1998 revela a crescente preocupação dos brasileiros em relação ao tema, sobretudo a partir de 2013, assumindo primeiro lugar no ranking. Dados em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/11/1712475-pela-1-vez-corrupcao-e-vista-como-maior-problema-do-pais.shtml>>. Acesso em 17 out. 2017. Já de acordo com o Instituto Paraná Pesquisas, a corrupção é a prioridade nas eleições de 2018. Informações publicadas em: <[https://docs.google.com/viewerng/viewer?url=http://multimedia.gazetadopovo.com.br/painel/./media/docs/1507238268\\_problema.pdf?1508334353](https://docs.google.com/viewerng/viewer?url=http://multimedia.gazetadopovo.com.br/painel/./media/docs/1507238268_problema.pdf?1508334353)>. Acesso em 17 out. 2017.

<sup>10</sup> Pesquisa em: <http://www.cause.net.br/corrupcao-e-palavra-ano-de-2017/>. Acesso 10 nov. 2017.

<sup>11</sup> Segundo Almada e Amorim (2017), a publicidade é condição fundamental para a transparência. O conceito se desenvolve no século XVIII, oriundo do pensamento liberal e se aprimora com a noção de “visibilidade pública”, aliando-se às possibilidades trazidas pelos meios de comunicação de massa. É a publicidade que controla os limites dos interesses privados frente aos recursos públicos.

<sup>12</sup> O conceito legal de liberdade de imprensa surgiu em 1734, nos Estados Unidos (CONTIJO, 2004).

<sup>13</sup> Capítulo oportuno apresenta a trajetória da temática da corrupção na recente história brasileira.

<sup>14</sup> Informações disponíveis na reportagem: <<http://www.valor.com.br/internacional/4411692/brasil-piora-no-ranking-da-corrupcao-para-76-lugar-entre-168-paises>>. Acesso em 07 out. 2016.

população sobre a corrupção. Em ranking semelhante, publicado em janeiro de 2017, o país caiu três posições (79º)<sup>15</sup>, o que foi atribuído pela Organização não governamental (ONG) “à revelação de sucessivos escândalos de corrupção envolvendo políticos e empresários de primeiro escalão” (MILENIUM, 2017). Nos últimos anos, dois importantes casos federais dominaram a agenda pública brasileira e trouxeram graves consequências ao cenário político. Em 2005, ainda no governo Lula (PT), o caso intitulado “Mensalão”<sup>16</sup> e, mais recentemente, em 2015 (durante governo Dilma, também do PT), a “Lava Jato”<sup>17</sup>, ainda em curso, assumiram destaque nacional e apontaram esquemas extraordinários de lavagem de dinheiro, fazendo com que o tema tomasse espaço central na agenda política. Essa notoriedade se dá graças ao espaço de visibilidade disponibilizado pela comunicação de massa (GOMES, 2004) e, especialmente, pelo Jornalismo, já que um escândalo “só pode se manter na agenda pública enquanto a mídia se ocupa intensamente dele” (AZEVEDO, 2010, p. 15).

Além de demonstrar a posição ocupada pelo Brasil no ranking da corrupção e diagnosticar suas consequências, a Transparência Brasil e a Transparência Internacional “constatam que a percepção que os cidadãos têm da corrupção política fundamenta-se principalmente nos *media*, o que torna particularmente relevante a análise da cobertura jornalística da corrupção política” (CUNHA, SERRANO, 2014, p. 3). No entanto, os estudos que tratam da interface entre Jornalismo e Corrupção Política têm priorizado a investigação da cobertura noticiosa da corrupção brasileira, identificando os enquadramentos mais frequentes. Sendo assim, o discurso dos editoriais jornalísticos ainda apresenta uma lacuna a ser explorada e esta pesquisa visa contribuir com esse conhecimento ao propor uma análise longitudinal, que recupere o discurso adotado nos editoriais de um periódico ao longo de 27 anos.

A notoriedade do tema “corrupção”, as consequências de tal fenômeno na vida social e a interface que estabelece entre Comunicação e Política justificam a escolha do tema estudado. Resultados de pesquisa de órgãos especializados e constatações de estudos de outras áreas das Ciências Sociais, como a Ciência Política, demonstram que a corrupção está entre principais problemas para a gestão

---

<sup>15</sup> Disponível no seguinte endereço eletrônico: <<http://www.institutomillennium.org.br/blog/brasil-piora-tres-posicoes-no-ranking-de-corrupcao-da-transparencia-internacional/>>. Acesso em 25 abr. 2017.

<sup>16</sup> O caso pode ser lembrado em reportagens jornalísticas, a exemplo do endereço, acesso em 12 jul. 2017. <<http://noticias.r7.com/brasil/noticias/entenda-o-escandalo-do-mensalao-20101007.html>>.

<sup>17</sup> O MPF explica a operação: <<http://lavajato.mpf.mp.br/entenda-o-caso>>. Acesso em 11 jul. 2017.

pública e para a democracia, o que é percebido pela opinião pública brasileira (FILGUEIRAS; ARAÚJO, 2014). “Ela influencia a legitimidade dos governos, a capacidade de governar e até mesmo a visão genérica da população sobre o país no qual ela vive” (AVRITZER, FILGUEIRAS, 2011).

Pela relevância do tema para a agenda pública brasileira, a “corrupção” se revela uma temática pertinente para o estudo dos editoriais jornalísticos, já que, como mencionado no início desta introdução, conceitualmente e historicamente, o discurso de legitimação da prática jornalística está ancorado na prestação de serviço e defesa do interesse público<sup>18</sup>, o que implica, pelo menos no contexto ocidental e principalmente nas áreas de influência do Jornalismo norte-americano, a posição de fiscal dos poderes estabelecidos - uma prática adversária em relação aos governantes, o que se cristaliza nas nomenclaturas “quarto poder” e “cão de guarda” (VANDALEN; ALBAEK, 2016; GOMES, 2009; AZEVEDO, 2010; GUAZINA, 2011; ALBUQUERQUE, 2013).

Além disso, embora as pesquisas em Comunicação costumem problematizar o papel democrático do Jornalismo, confrontando a prática idealizada à cobertura, por vezes, carente de isenção (MESQUITA; MOISÉS; RICO, 2014), um número reduzido dessas pesquisas se dedica a investigar os interesses particulares dessas empresas (WANTA, 2015), bem como o conjunto de valores, práticas, rotinas e processos que situam essas instituições como atores políticos e não meros veículos de informação ou mediadores neutros (MARQUES; MONT’ALVERNE; MITOZO, 2017). Sob esta perspectiva, ressalte-se que o editorial exerce função singular.

As empresas de Jornalismo possuem interesses próprios (BELTRÃO, 1980; KOVACH; ROSENSTIEL, 2003) e atuam, em determinadas circunstâncias, como atores políticos. Em sintonia com essa perspectiva, o texto editorial possui características singulares, que expressam a opinião oficial das organizações de imprensa (MELO, 2003) que, ora comunicam seu posicionamento à Opinião Pública, ora se utilizam desse espaço nobre (BELTRÃO, 1980; DEMERS, 2016) como ferramenta de pressão e persuasão política. Partindo dessa compreensão envolvendo a atuação política dos jornais e as características do gênero editorial, a

---

<sup>18</sup> O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros afirma que é dever do jornalista “Divulgar todos os fatos que sejam de interesse público”.

presente pesquisa propõe uma discussão sobre o papel dos editoriais dos *quality papers*<sup>19</sup> brasileiros no debate acerca do tema corrupção.

Diante desta discussão preliminar, considerando a relevância da prática jornalística para a manutenção das condições democráticas, as relações e tensões entre o campo político e o campo jornalístico, o papel dos editoriais no posicionamento das empresas de comunicação como atores políticos e o agendamento da corrupção na agenda pública brasileira, desenha-se o seguinte problema de pesquisa: como se caracterizou o discurso político dos editoriais do jornal *Folha de S. Paulo* acerca do tema “corrupção” nos primeiros 27 anos após a redemocratização do país, a partir da primeira eleição presidencial direta?

A questão torna-se importante para o estudo da interface estabelecida entre Comunicação e Política no Brasil à medida que contribui para investigação da atuação das empresas de Jornalismo como atores políticos e ainda auxilia na compreensão do papel da imprensa brasileira no debate da corrupção, um importante tema da agenda brasileira. Por se tratar de pesquisa longitudinal, a proposta permite uma compreensão do desempenho do jornal ao longo do tempo (JUPP, 2006).

Associadas a essa pergunta central estão os seguintes questionamentos: qual é a relação entre o volume de publicações de editoriais sobre corrupção e a lógica da agenda dos acontecimentos factuais? Como a ênfase de combate ou tolerância ao fenômeno social da corrupção nos editoriais jornalísticos se comporta diante da variação de grupos políticos em destaque? Como o discurso jornalístico se transformou neste período, sobretudo em relação ao seu desempenho enquanto ator político? São questões que circundam o problema em tela e se confirmam relevantes para a linha de pesquisa empregada.

Partindo da análise dos textos que mencionam o termo “corrupção”, publicados pelo jornal *Folha de S. Paulo* (FSP) entre 01 de janeiro de 1990 e 31 de

---

<sup>19</sup> Por *quality paper* ou jornal de qualidade se entendem aqueles jornais tradicionais, comprometidos com o conjunto de valores e princípios do trabalho concernente à produção noticiosa, segundo o modelo idealizado de ética jornalística, compromisso com verdade e interesse público. Possuem projeto editorial refinado, diagramação discreta, prezam por assuntos de relevância para a vida pública e zelam pela sua própria credibilidade. Essa classificação contrapõe os jornais tradicionais dos populares ou popularescos, também denominados tabloides, dado o formato que normalmente adotam, cujo projeto gráfico é mais apelativo e colorido e as pautas são direcionadas à espetacularização, ao sensacionalismo, priorizando notícias do universo das celebridades, entretenimento e esportes. Essa categorização tem origem comercial. Definição coletada em 09 nov. 2016: <<http://www.almanaque.me/memoria/o-quality-paper-ou-jornal-de-qualidade>>. Trata-se de um termo polêmico, nem sempre bem aceito, havendo preferência pelo termo “jornais de referência”.

dezembro de 2016, o objetivo geral da pesquisa é identificar o discurso da empresa jornalística sobre “corrupção”.

São quatro os objetivos específicos: (1) examinar em que medida a abordagem editorial a respeito do tema se alterou ao longo do tempo; (2) verificar que fatores (testar variáveis que) incidem na mudança de discurso sobre o tema; (3) estimar que fatores são considerados pelas instituições jornalísticas na prática da construção dos editoriais a partir da percepção de editorialistas do jornal *Folha de S. Paulo* e (4) descrever a evolução quantitativa do volume de editoriais publicados ao longo do tempo, a fim de verificar se os picos de publicação correspondem a períodos de acontecimentos institucionais expressivos, testando, assim, a correspondência entre agenda política e agenda editorial.

Partindo-se da concepção de que os jornais são instrumentos sociais historicamente associados à manutenção dos regimes democráticos (CAMPOS, 2015; HABERMAS, 1929; MAIA, 2008; RINKE, 2015; MESQUITA; MOISÉS; RICO, 2014; CUNHA, 2014) e, inclusive, fiscais do interesse público, pode-se supor que seu posicionamento institucional acerca da corrupção tenda a ser, em princípio, combativo e intolerante (GUAZINA, 2011; MONT’ALVERNE, 2016). Isto é, à medida que o jornal cobra punição e promove o combate de um crime que agride aos valores democráticos, fomenta seu próprio discurso de autolegitimação, favorecendo a imagem de credibilidade da empresa de Jornalismo, bem como, a própria imagem do campo (GOMES, 2009; GUERREIRO NETO, 2016; GUAZINA, 2011; ALDÉ; VASCONCELLOS, 2008).

Entende-se, portanto, que as características que a literatura em Jornalismo aponta podem ser observadas de forma acentuada nos editoriais sobre corrupção, visto que esta, por definição, é um crime que agride aos valores democráticos (MESQUITA; MOISÉS; RICO, 2014) e ao interesse coletivo de uma comunidade e, portanto, é tratada sob o viés da responsabilidade social do Jornalismo na discussão de temas sociais (ARAÚJO, JORGE, 2015; THOMPSON, 2002; AZEVEDO, 2016). Posicionar-se, portanto, de forma combativa em relação a casos de corrupção é uma maneira de defender o interesse público e, concomitantemente, se legitimar (GUAZINA, 2011; GOMES, 2009), construindo a própria imagem pública da instituição de imprensa. “Ali [nos editoriais], o Jornalismo é instituição e discurso, agente legitimador e campo a ser legitimado” (GUERREIRO NETO, 2013, p. 63).

Por outro lado, há de se considerar, na perspectiva adotada por esta dissertação, que, a despeito da perspectiva normativa, as empresas de comunicação de massa também são atores engajados no jogo político (EBERWEIN, SPLENDORE, PORLEZZA, 2015; GUAZINA, 2011; GOMES, 2004; EILDERS, 1999) e determinam sua linha editorial, em grande parte, a partir de interesses privados que lhes cercam, diálogo com atores políticos e econômicos e pelo contrato com a própria audiência. Assim, produzem discursos mais ou menos tolerantes a determinados grupos políticos, a depender da linha editorial definida. Portanto, embora tendam a desprezar a corrupção e nomes relacionados ao fenômeno, seu discurso pode variar; sendo assim, ora mais combativos (enfáticos), ora tênues. Essa afirmativa encontra sustento na concepção de que a cobertura da corrupção tende a ser personificada e o discurso jornalístico tende a estruturar-se em torno de um jogo de oposição entre atores sociais, vistos como culpados ou inocentes (ARAÚJO; JORGE, 2015).

A época e o contexto social dos casos de corrupção pautados pelo texto editorial também poderiam interferir no tom discursivo, uma vez que, a depender do cenário político, do avanço das leis, do rigor da fiscalização e do grau de publicidade, os jornais são enfáticos, combatem o fenômeno e exigem responsabilização de culpados; ou, relativizam delitos, questionam legitimidade e/ou consequências de determinadas investigações; embora mantenham o discurso de aversão a práticas corruptas e considerem como pressuposto a noção de que tais crimes agridem ao interesse público e, por consequência, são incompatíveis com os ideais democráticos.

Conforme já se introduziu, essa postura ora combativa, ora maleável, relaciona-se com a linha editorial do jornal e com próprio discurso de autolegitimação do Jornalismo que situa essas empresas como guardiãs democráticas e serviçais da cidadania, muito embora o editorial anuncie o conjunto de valores e interesses defendidos por organizações que, grosso modo, são comerciais, privadas (WANTA, 2015), mas detentoras de uma função, sobretudo, social. Graças a esse papel social (que dialoga com a legitimação do Jornalismo (ALDÉ; VASCONCELLOS, 2008)) é que a corrupção se apresenta como uma agenda constante do Jornalismo, inclusive no paradoxal editorial (BELTRÃO, 1980).

Introduzidas essas noções ancoradas na literatura, constroem-se como resposta ao problema de pesquisa três hipóteses:

*H1:* Em consonância com o discurso normativo de autolegitimação do Jornalismo, a *Folha de S. Paulo* produziu, ao longo dos 27 anos analisados, discursos de combate à corrupção e de exigência de responsabilização dos envolvidos, sendo, na maior parte do tempo, intolerante em relação a acusações de desvio de dinheiro público, o que se acentuou na medida em que a fiscalização se fortaleceu.

*H2:* Os jornais, enquanto atores políticos e sociais, tendem a ser mais ou menos combativos em relação à corrupção, nos textos editoriais, a depender das seguintes variáveis: (a) origem política dos acusados (sendo tal variável associada à linha editorial do jornal) e (b) época; contexto do caso em discussão. Assim, desde 1990, os jornais tem adotado, gradativamente, um discurso mais combativo, em sintonia com o fortalecimento dos instrumentos de *accountability*.

*H3:* Em termos quantitativos, a variável dependente “volume de editoriais publicados” acompanha a variável independente “agenda institucional política”, acentuando-se em momentos de maior tensão e acontecimentos factuais (acusações, denúncias, investigações, julgamentos e condenações) e se mantém em volume reduzido – porém significativo – em períodos de maior estabilidade política. A corrupção, portanto, é um tema contínuo da agenda editorial da *Folha de S. Paulo*, mas alcança picos em sintonia com as ocorrências históricas expressivas.

Embora pareça bastante lógico que os editoriais acompanhem a agenda institucional e factual da política, a terceira hipótese se torna relevante à medida que auxilia no entendimento de uma suposta autonomia da seção editorial em relação à cobertura noticiosa, norteadas por valores distintos. Em princípio, os editoriais não necessitariam de um evento factual para pautar determinado tema (EILDERS, 1999).

A construção de uma linha editorial constitui uma premissa raramente confrontada de forma sistemática com a realidade do Jornalismo, já que as pesquisas tendem a aceitá-la como pressuposto sem explorá-la, o que justifica, em partes, a pertinência da pesquisa. Além disso, por se tratar de um estudo longitudinal, a investigação pode manifestar as possíveis transações de opiniões do jornal em relação às pautas ao longo do tempo (MARQUES, MONT'ALVERNE, MITOZO, *no prelo*), verificando continuidades e rupturas (AZEVEDO, 2016). Assim,



este trabalho pretende auxiliar na identificação sistemática dos *Crítérios de Editorialidade* (MONT'ALVERNE; MARQUES, 2016) que norteiam a produção dos editoriais no Brasil. A noção de *Crítérios de Editorialidade* refere-se a um conjunto de fatores que contribuiriam para determinação das pautas e ênfases dos textos editoriais. A expressão foi empregada recentemente por Mont'Alverne e Marques (2016), no âmbito das pesquisas em Jornalismo Político desenvolvidas no Grupo de Pesquisa em Comunicação, Política e Tecnologia (PONTE-UFPR). Para os autores, devido à relevância do espaço opinativo institucional, “ao se tratar do texto editorial, prova-se que o tema “venceu” etapas distintas no processo de filtragem controlado pelo Jornalismo” (p. 137). Essa dissertação visa contribuir para o aprimoramento dessa perspectiva ainda em desenvolvimento.

Embora não seja interesse imediato do projeto, a pretensão é que essa pesquisa contribua para investigações sobre a imagem que os jornais constroem de si mesmos e para análises subsequentes acerca da aproximação de discursos adotados nos editoriais e aqueles presentes na cobertura noticiosa – uma abordagem pouco explorada, inclusive no cenário internacional (HO, QUINN, 2008). Esse cruzamento de agendas já foi abordado pelo menos na Alemanha, onde se discutiu a autonomia da imprensa a partir da ideia de “sincronismo” de temas entre editoriais e notícias dos maiores jornais do país durante a década de 1990 (EILDERS, 1999) e nos Estados Unidos, com análise da cobertura eleitoral do Senado e comparação de tons e frequências dados em editoriais e notícias de dois jornais, para compreender se os jornais privilegiam em sua cobertura aqueles candidatos que endossam em suas páginas opinativas (DRUCKMAN, PARKIN, 2005). Ambas as pesquisas identificaram coincidências temáticas (ou influências) dos textos editoriais nas reportagens.

Optou-se pelo recorte temporal correspondente aos 27 anos após a redemocratização por compreender-se que a prática do Jornalismo idealizado (livre, portanto) só pode ser exercida no ambiente democrático, sobretudo quando diz respeito a temas de interesse do Estado e da elite política, como a corrupção. O debate sobre essa temática que expõe fragilidades de gestores públicos é frequentemente uma crítica que só poderia se instaurar em um ambiente de liberdade de expressão e imprensa (BUCCI, 2009; FILGUEIRAS; AVRITZER, 2011). Os editoriais assumem um posicionamento político, o que requer algum grau de

liberdade. Não seria conveniente, portanto, incluir em um mesmo recorte temporal os períodos de ditadura e democracia brasileira, pois “somente a democracia é capaz de fornecer elementos para o efetivo combate à corrupção”. Além disso, “a transparência e a certeza da punição, remédios indicados para combater qualquer manifestação da corrupção” (FURTADO, 2012, p. 39) se mostram praticamente ausentes nas ditaduras, incluindo o Regime Militar brasileiro<sup>20</sup>. Aliás, transparência é uma das finalidades da imprensa que a torna tão íntima da democracia (GUAZINA, 2011; SILVEIRA, 2014; ALDÉ; VASCONCELLOS, 2008).

A conclusão de que o objeto investigado, a saber, o discurso editorial sobre corrupção, está dado e acessível, sendo esse projeto de pesquisa uma proposta meramente descritiva, é tentadora. Contudo, embora preveja-se que esses textos tenham se manifestado de modo unânime contra atos de corrupção, defende-se sua relevância histórica (CAPELATO, 2015) para investigar alterações de discurso ao longo dos anos e a contribuição em analisar que circunstâncias seriam capazes de provocar a alteração desse discurso.

Por tratar-se de uma pesquisa interessada em refletir acerca dessas variáveis, o emprego da perspectiva teórico-metodológica da Análise do Discurso contribui para a compreensão das intenções do texto analisado a partir da interpretação do seu contexto de produção. Partindo do conjunto de premissas da Análise do Discurso Francesa, compreende-se que determinadas disputas de poder não estão explicitadas no texto e devem ser pesquisadas a partir de um dispositivo de análise que contemple o contexto imediato de produção e sua relação histórica e ideológica (CARVALHO, 2013; CHARAUDEAU, 2011) que, neste caso, reflete-se na rotina produtiva do jornal. Logo, a própria perspectiva justifica a escolha de uma técnica complementar: as entrevistadas em profundidade semiestruturadas, admitindo-se que o relato prestado pelos editorialistas/informantes concedem subsídios adicionais para a execução da AD de forma satisfatória.

---

<sup>20</sup> Ao discorrer sobre o Jornalismo Opinativo, Beltrão (1980) corrobora com essa afirmativa. O autor analisou os textos opinativos do jornal *Folha de S. Paulo* justamente durante o Regime Militar brasileiro e confirmou as limitações do período. “A época da pesquisa, contudo, por motivos de constantes e sérios conflitos com as autoridades representativas da censura revolucionária, havia cancelado os editoriais (...)” (BELTRÃO, 1980, p. 100). Segundo o autor, a opinião editorial foi restaurada quando a censura a qual estavam submetidos os periódicos desde 1969 foi suspensa.

Optou-se por analisar os editoriais da *Folha de S. Paulo*, *quality paper* de âmbito nacional mais lido no Brasil<sup>21</sup> e o terceiro jornal com maior tiragem no país<sup>22</sup>, pela expressividade de circulação e reconhecimento do periódico, que representa a elite dos jornais (em âmbito nacional) e, portanto, pode pautar/orientar outros veículos de informação (MESQUITA; MOISÉS; RICO, 2014; VIMIEIRO, 2011), além de influenciar formadores de opinião e a própria Opinião Pública compondo a chamada “grande imprensa” “à qual se atribui papel relevante na construção da agenda política e na mediatização do debate público” (AZEVEDO, 2016, p. 84). Por ocupar uma posição dominante e hegemônica no Jornalismo impresso brasileiro, ao lado do jornal *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*, a *Folha de S. Paulo* representa a estrutura tradicional da imprensa e “tende a gerar posicionamentos de conformação no campo jornalístico” (GUERREIRO NETO, 2016, p. 39), tendo a prerrogativa de definir a agenda de discussões do Brasil (KUCISNKI, 1998).

Para alcançar os objetivos traçados e responder às questões de pesquisa, a dissertação apresenta quatro capítulos, além desta Introdução. Para discussão teórica, propõem-se dois capítulos: o primeiro, fundamentado na Teoria do Jornalismo, debate a interface entre Jornalismo e Política, buscando compreender as cooperações e tensões entre os campos, breve resgate histórico e discussão a respeito da separação entre fato e opinião na prática jornalística e da polêmica em torno da parcialidade da imprensa, debate sobre a compreensão da organização midiática como ator político e especial enfoque às particularidades do texto editorial no cenário jornalístico.

O segundo capítulo teórico se concentra na temática da Corrupção, buscando referências da Ciência Política, da Economia e do Direito Administrativo que auxiliem a compreender o fenômeno na história brasileira, além de trazer um conciso panorama dos estudos sobre cobertura jornalística da corrupção brasileira.

Na sequência, apresenta-se um capítulo dedicado aos procedimentos metodológicos, incluindo uma breve apresentação do jornal *Folha de S. Paulo* -

---

<sup>21</sup> A pesquisa “Consumo de Notícias do Brasileiro”, publicada em novembro de 2016, aponta a *Folha de S. Paulo* como jornal impresso mais lido por 32% dos brasileiros. Dados disponíveis em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/12/1840208-folha-e-o-jornal-mais-lido-do-pais-diz-pesquisa.shtm>>. O endereço eletrônico foi acessado em 17 de out. 2017.

<sup>22</sup> Informações de tiragem e circulação da Associação Nacional dos Jornais. Segundo o ranking nacional, a *Folha* é o terceiro impresso brasileiro em números de circulação. Em segundo lugar está *O Globo*. Já *O Estado de S. Paulo* ocupa a quarta posição. O primeiro lugar em tiragem é do *Super Notícia*. A FSP tem tiragem de 314.107 aos domingos e 295.319 nos dias úteis (FOLHA, 2017).

selecionado para análise empírica da dissertação. O terceiro capítulo ainda esclarece as estratégias metodológicas adotadas a fim de endereçar o problema de pesquisa, seguidas da análise do empírico presente no quarto capítulo, que também inclui a discussão dos achados. Por fim, apresentam-se as considerações finais do trabalho, que são seguidas de referências e apêndices.

## 1. OS LIMITES DA OBJETIVIDADE E AS FRONTEIRAS DA OPINIÃO NO JORNALISMO

Embora a perspectiva funcionalista, tradicional e normativa compreenda que a atividade jornalística, enquanto ferramenta primordial para a manutenção das democracias modernas (CUNHA, 2014), se constitui em um mecanismo de controle sobre os governantes, uma segunda perspectiva compreende a relação entre Comunicação e Política de modo mais complexo, apontando circunstâncias de interdependência e não apenas dominação (EBERWEIN; SPLENDORE; PORLEZZA, 2015; AZEVEDO, 2016; MESQUITA; MOISÉS; RICO, 2014).

Assim, a relação do campo da Comunicação com o campo Político não é simples, nem autônoma, mas, muitas vezes, de cooperação e disputa (GOMES, 2004; CUNHA, 2014; ALDÉ; VASCONCELLOS, 2008). Como controlador da esfera de visibilidade capaz de influenciar e formar a Opinião Pública (LIPPMAN, 1922, 2004; HABERMAS, 1984), conduzindo a audiência à tomada de decisão, o campo midiático se relaciona com o campo político em uma relação de poder (BOURDIEU, 2007); ora dependendo, ora dominando.

Quando dominados pelo campo Político (*lapdog*<sup>23</sup>), a escassez de recursos torna as organizações de comunicação dependentes, em alguma medida, do campo político. Esse grau de dominação varia de acordo com contexto social e os sistemas político e midiático de cada país, incluindo a maneira pela qual a democracia é entendida (AZEVEDO, 2016). Sem desprezar o poder da comunicação de massa, há que se considerar que as organizações de imprensa podem ser dominadas por agentes políticos que visam controlar o conteúdo das publicações, interferindo na esfera de discussões e no impacto frente à Opinião Pública e, sobretudo, preservando ou construindo sua imagem (GOMES, 2004; WEBER, 2004; GALICIA, 2010). Por outro lado, se a imprensa precisa das informações da Política, os agentes da Política precisam da exposição pública (positiva) possibilitada pela Comunicação (ALDÉ; VASCONCELLOS, 2008); processo este que se acentua nos períodos eleitorais, quando de forma especial os políticos se adequam à gramática midiática - a chamada midiática da política (RUBIM, 2004; CUNHA, 2014) - a fim de atrair visibilidade positiva e favorável à própria imagem pública (SCAMMELL, 2015).

---

<sup>23</sup> A expressão “cão de colo” é empregada em oposição ao tradicional “cão de guarda” (*watchdog*) das instituições que fariam o papel de fiscais do poder político (EBERWEIN, SPLENDORE, PORLEZZA, 2015; AZEVEDO, 2016).

A discussão acerca da disputa e da cooperação entre sistema político e sistema de mídia (CUNHA, 2014) se mostra crucial para análise dos “efeitos de mídia em democracias de massa marcadas pela midiatização da política” (AZEVEDO, 2016, p. 24). Neste enredo, uma contribuição importante é a noção de Paralelismo Político, que alega a existência de uma convergência de interesses entre organizações jornalísticas e partidos, criando ambientes de alinhamento do campo midiático e político (SEYMOUR-URE, 1974 apud AZEVEDO, 2016; ALBUQUERQUE, 2012). Assim, o conceito introduz a perspectiva de mídia como ator político, conforme será detalhado a seguir.

No desenvolvimento da ideia, elaborou-se uma espécie de escala de níveis de paralelismo (HALLIN, MANCINI, 2010), segundo a qual, quanto mais alinhado ao sistema político, menos independente seria o Jornalismo. Essa dependência se manifestaria tanto no conteúdo quanto nas relações que a empresa estabeleceria com o poder político.

Recentemente, porém, Albuquerque (2012, 2013) propôs uma nova abordagem para o conceito, pretendendo conceber “Paralelismo” e “Jornalismo independente” como sistemas distintos e não polos extremos de um mesmo sistema. Segundo Albuquerque (2012, 2013) há uma crise do Jornalismo Independente, inclusive nos Estados Unidos, colocando em xeque o “paradigma da americanização”<sup>24</sup> - o que também estaria contido na pesquisa em Comunicação Política, já que o conceito de Paralelismo Político só se aplicaria na realidade

---

<sup>24</sup> Conceito empregado para definir a influência dos Estados Unidos sobre a cultura de outros países. No âmbito da comunicação política, compreende-se a americanização como um fenômeno maior com diferentes manifestações, como personalização e comercialização dos políticos e padronização dos procedimentos jornalísticos. Várias das técnicas incorporadas datam da década de 20, contudo, a influência no Brasil tornou-se mais consistente e presente a partir da segunda metade do século XX. Segundo Negrine (2015), a ideia de “americanização” da comunicação política diz respeito a práticas desenvolvidas inicialmente nos Estados Unidos e que foram absorvidas em outros sistemas políticos do globo, incluindo processos eleitorais e comunicação política regular. O processo de transferência do modelo é, por vezes, encarado com maus olhos, sendo considerado responsável por uma deterioração da qualidade do debate público, com a simplificação dos temas políticos, o que é refutado por Silva (1991) com veemência. Para o autor, essa hegemonia americana deve ser encarada como um fato decorrente da evolução do capitalismo brasileiro e não como uma relação dicotômica entre dominados e dominantes. Segundo Schudson (2007), o modelo americano de jornalismo, embora “impulsionado por motivos comerciais desde o início” (p.116), passou por uma fase marcada pelo partidarismo e a transição para a exigência da objetividade só foi possível graças ao contexto político propício daquele país. A perseguição da transmissão de fatos neutros tornou-se uma “paixão apaixonada”. “Jogar ao centro tornou-se um ideal profissional estimado nos Estados Unidos – e também em qualquer outra parte, mas não de uma forma tão completa e duradoura quanto nos EUA” (SCHUDSON, 2007, p. 119). Dessa cultura profissional provém a técnica da entrevista, que só foi absorvida pelos repórteres europeus nos anos 1920, enquanto que em solo estadunidense já era empregada desde as últimas décadas do século XIX.

Ocidental que compartilha dos valores americanos em seu ideal de Jornalismo. Além disso, segundo Albuquerque (2012, 2013), a atuação política da imprensa brasileira é desvinculada dos partidos políticos, exigindo uma visão mais ampliada da ideia de Paralelismo Político.

A relação por vezes tensa, por vezes amistosa (GOMES, 2004; CUNHA, 2014), entre os campos político e midiático torna o debate acerca do papel democrático do Jornalismo complexo. Em torno da atividade social que elege o interesse público como guia da atividade profissional estão impasses e tensões. As normas profissionais, norteadas pela objetividade informativa, são contrastadas com as rotinas e interesses das redações jornalísticas, em circunstâncias em que o jornal extrapola seu papel social<sup>25</sup> e supostamente neutro, como mediador das sociedades de massa, e adquire, em alguma medida, posições baseadas em interesses privados, enquanto empresa (WANTA, 2015; BELTRÃO, 1980). Haveria, assim, um afastamento entre os valores do ideal-tipo proposto pela normatividade jornalística e a realidade vivenciada nas redações, sobretudo quando pressionadas por outros departamentos da empresa, principalmente àqueles conduzidos pela lógica comercial (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003; ATHANÁSIO, 2014). No ambiente corporativo, os valores e os ideais são construídos e negociados diariamente e reformulados de maneira reflexiva pelos profissionais (BREED, 1955). Isto é, em determinados contextos, a economia impacta a produção noticiosa e força uma adaptação doutrinária, colocando os negócios comerciais à frente das obrigações jornalísticas<sup>26</sup> (GRÖNVALL, 2015).

Ademais, ao assumir determinadas posições relativas ao jogo político ou ao privilegiar outras (ainda que de modo camuflado ou desprovido de propósito) a organização midiática pode adquirir o caráter de ator político, atuando na esfera pública de modo determinante. No caso brasileiro, pode ser mencionada como exemplo histórico a atuação da Rede Globo, que, segundo estudiosos, transpareceu sua preferência pelo candidato Fernando Collor de Mello nas eleições presidenciais

---

<sup>25</sup> Essa tensão pode ser observada no próprio Código de Ética da profissão: "(...) é uma atividade de natureza social e de finalidade pública, subordinada ao presente Código de Ética" e em outro momento condena a submissão a interesses econômicos: "deve evitar a divulgação de fatos com interesse de favorecimento pessoal ou vantagens econômicas" (FENAJ, 2014).

<sup>26</sup> Essas conclusões obtidas por Gronvall (2015) a partir de entrevistas realizadas com executivos de grandes corporações midiáticas dialogam com a Teoria Organizacional de Breed (1955), segundo a qual os jornalistas estariam sujeitos à estrutura hierárquica das empresas para as quais trabalham, priorizando as relações de trabalho em detrimento da conduta ética da profissão.

de 1989 (ALBUQUERQUE, 2013; AZEVEDO, 2009). Outro exemplo da mesma emissora é a cobertura que o *Jornal Nacional* realizou do Escândalo do Mensalão, em 2005, se colocando, conforme alegado por Guazina (2011), como agente adversário ao governo petista.

O que se defende neste trabalho é que esse processo de interferência na arena política se verifica de forma mais clara nos editoriais, que possuem características particulares quando comparados aos demais produtos jornalísticos (BELTRÃO, 1980), sendo o lugar autorizado para se assumirem posições políticas explícitas (HO, QUINN, 2008; MELTZER, 2007).

Boa parte da imprensa fez uso dos editoriais para apoio do Regime Militar de 1964<sup>27</sup>, sendo o editorial intitulado “Basta”, do *Correio da Manhã*<sup>28</sup>, um dos mais emblemáticos do período. Mais tarde, porém, parcela expressiva das organizações jornalísticas passou a criticar o regime e, como é o caso da FSP, reivindicou as *Diretas Já*, em 1984 (ALBUQUERQUE, 2000; PINTO, 2012). O pedido de *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016, por parte de OESP<sup>29</sup>, e a proposta de renúncia da coligação Dilma-Temer, defendida pela FSP<sup>30</sup>, ilustram o quão relevante os editoriais são para o estudo da atuação política das empresas jornalísticas.

Entretanto, é importante traçar algumas distinções. A atuação política das organizações jornalísticas não se restringe aos espaços opinativos, mas pode ser verificada em toda cobertura jornalística (BELTRÃO, 1980; ALBUQUERQUE, 2013; MELO, 2003). Ainda que o corpo profissional da redação cumpra o conjunto de procedimentos que pretendem assegurar imparcialidade e neutralidade, a disposição das matérias, o espaço ou tempo que ocupam, a frequência com que aparecem e o enquadramento adotado podem indicar a preferência do jornal por determinadas

<sup>27</sup> Sobre o apoio da imprensa ao Golpe de 1964: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/157543-imprensa-apoiou-ditadura-antes-de-ajudar-a-derruba-la.shtml>>. Endereço acessado em 25 jul. 2017. Ver também o seguinte endereço eletrônico: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/marcha-do-tempo/os-jornalistas-e-o-golpe-de-1964/>>, cujo acesso foi realizado em 22 de out. 2017.

<sup>28</sup> O artigo foi publicado no dia do golpe, em 31 de março de 1964. Disponível em: <[https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/imagens/dossies/nav\\_jgoulart/fotos/Modulo6/bn02.jpg](https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/imagens/dossies/nav_jgoulart/fotos/Modulo6/bn02.jpg)>, acesso 22 out. 2017. Há uma discussão em torno da autoria do texto, devido ao teor polêmico que o envolve.

<sup>29</sup> Um dos editoriais d'OESP sugerindo o *impeachment* pode ser lido em (acesso em 25 jul. 2017): <<http://opinio.estado.com.br/noticias/geral/impeachment-e-o-melhor-caminho.10000025268>>. Outro editorial de teor semelhante (<<http://opinio.estado.com.br/noticias/geral/chegou-a-hora-de-dizer-basta.10000020896>>, acesso 22 out. 2017) foi comparado – do título ao conteúdo – ao “Basta” do *Correio da Manhã* publicado em 1964: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/crise-politica/estado-imita-editorial-do-correio-da-manha-publicado-em-marco-de-1964/>>, acesso em 22 out. 2017.

<sup>30</sup> O editorial da FSP defendendo a renúncia da chapa Dilma-Temer está disponível em (acesso em 25 jul. 2017): <<http://www1.folha.uol.com.br/opinio/2016/04/1756924-nem-dilma-nem-temer.shtml>>.



agendas e convicções em debate. Embora nem sempre a elaboração seja intencional ou planejada pelo corpo editorial, fato é que, em alguma medida, incide sobre a Opinião Pública.

Com a intenção de discorrer sobre tais tensões estabelecidas entre Jornalismo, Política e Democracia, este capítulo recupera tópicos da Teoria do Jornalismo. O objetivo é visitar a história dos valores que contribuíram para a concepção do modelo de Jornalismo brasileiro, apresentar as distinções entre fato e opinião no Jornalismo e comentar a ideia de construção da própria imagem pública, credibilidade e legitimação das instituições de imprensa nas democracias modernas. Por fim, o capítulo se dedica a apresentar a definição, as características e as particularidades do editorial – tópico considerado primordial para esta dissertação, já que constitui um elo direto com o objeto empírico.

### **1.1. Fato e opinião: a influência norte-americana sobre o Jornalismo brasileiro**

Desde que imprensa e democracia coexistem no cenário social, especificamente a partir do século XIX, são associadas como conceitos interdependentes. Logo, ao Jornalismo caberia o papel de auxiliar no debate público e garantia das condições democráticas. Ilustram essa afirmativa papéis inter-relacionados, como de fiscalizador do poder (cão de guarda e quarto poder<sup>31</sup>) e defensor do bem público (TRAQUINA, 2004; ALBUQUERQUE, 2013; KOVACH; ROSENSTIEL, 2003). Na perspectiva deliberativa, o noticiário é o agente que traz a público a soma de ansiedades de diferentes grupos sociais, peça fundamental na estruturação da esfera pública<sup>32</sup> (HABERMAS, 1929) e orientação da Opinião Pública, fornecendo simplificações às questões em debate e “estereótipos do ambiente” que não estão acessíveis à experiência direta do cidadão (LIPPMANN,

---

<sup>31</sup> A classe jornalística foi assim designada pelo deputado inglês McCaulay, que apontou para a galeria em que estavam os jornalistas e os apelidou “O Quarto Poder”. A referência eram os poderes da Revolução francesa (clero, nobreza, *troisième état* – burgueses e povo) (TRAQUINA, 2004, p. 46).

<sup>32</sup> A comunicação da esfera pública mediada pelos meios de comunicação de massa é denominada por Habermas de “esfera pública abstrata”. Benjamim Page (1995 apud RINK, 2015) aprimora esse debate ao desenvolver a ideia de “deliberação mediada”, segundo a qual a comunicação de massa proporcionaria a condição de “debates transmitidos”. Nos últimos anos o conjunto teórico da deliberação mediada tem se desenvolvido em torno de sistematizações e indicativos que visam mensurar o grau de *deliberatividade* das matérias jornalísticas. No âmbito brasileiro merece destaque a contribuição de Rousiley Maia (2008), que estabeleceu categorias de análise do processo deliberativo executado pelos produtos midiáticos, especialmente pelas reportagens informativas.

1922), o que se acentua em meio à complexidade nas sociedades modernas, em que a deliberação mediada se torna imprescindível (MAIA, 2008; RINKE, 2015).

O estudo do agendamento (ou *agenda-setting*) corrobora esse conjunto de responsabilidades atribuídas à imprensa ao defender que os meios de comunicação de massa pautam a agenda pública estabelecendo os assuntos prioritários e que merecem atenção no debate (McCOMBS; SHAW, 1972). Já a noção de enquadramento ou *framing* aprofunda a ideia ao sugerir que o Jornalismo delimita perspectivas específicas de análise das temáticas agendadas (ENTMAN, 1993; GUTMANN, 2006). São abordagens que colaboram para a compreensão da atuação do Jornalismo na esfera pública, como mediador e formador/influenciador da Opinião Pública (GOMES, 2008).

O crédito que o Jornalismo detém como fonte de veracidade – o que, em partes, o distingue de outros produtos midiáticos (GOMES, 2009; KOVACH; ROSENSTIEL, 2003) – fundamenta a confiança da população na tomada de decisões – o que se acentua nas consultas públicas e eleições, embora a Opinião Pública seja primordial na pressão exercida sobre o campo político também durante o mandato (GOMES, 2004). A imprensa tem a capacidade de organizar e dar visibilidade às demandas de interesse público (BELTRÃO, 1980); promover a deliberação pública (MAIA, 2008; RINKE, 2015; HABERMAS, 1984); (in)formar a Opinião Pública sobre as ações dos agentes políticos e ofertar perspectivas de análise, contribuindo para a configuração da imagem pública de atores e instituições (GOMES, 2004; WEBER, 2004; GALÍCIA, 2010).

Esta credibilidade é acompanhada por exigências e está associada ao conjunto de valores desenvolvidos no século XX que propunham a redução da subjetividade da reportagem em prol da defesa do interesse público (TRAQUINA, 2004; BARROS FILHO, 1995). Esse conjunto de valores que resultaram na construção de uma imagem favorável à prática jornalística teve origem comercial. A imprensa não nasceu alicerçada na neutralidade. Pelo contrário, sua origem é contestatória e serviu, durante os séculos XVI, XVII e meados do XVIII, aos interesses da agenda burguesa que pretendia fazer frente aos poderes então hegemônicos (HABERMAS, 1984; CAMPOS, 2015). Nesta fase direcionada pelos valores iluministas e liberais, são valorizados os conceitos de racionalidade, argumentação e publicidade: as decisões legítimas são aquelas que são submetidas

ao crivo do público, enquanto a imprensa é entendida como forma de manifestação e formatação da opinião do público, atuando como imprensa de opinião (GOMES, 2009).

Percebe-se, então, que a imprensa nasce associada aos valores e à história da democracia moderna (burguesa ou representativa)<sup>33</sup> de modo que seu exercício de modo idealizado, sob um código próprio de autolegitimação, só poderia ser praticado em regimes democráticos, já que compartilha valores próprios da democracia moderna. A reiteração da importância de se fomentar o debate público e o tema das liberdades de opinião e expressão como condição fundamental de uma sociedade livre são exemplos dessa harmonia de valores democráticos e jornalísticos (GOMES, 2009; BUCCI, 2009).

Com o estabelecimento da democracia representativa, no século XIX, os impressos passaram pelo financiamento partidário, quando as concorrências ideológicas caracterizavam os periódicos e davam suporte financeiro e institucional. Nesta fase, o apoio a causas políticas e o partidarismo são atributos marcantes da imprensa (HALLIN, MANCINI, 2010), inclusive nos Estados Unidos (SCHUDSON, 2007).

Com a industrialização, surgem também as facilidades de impressão e comercialização dos jornais como se conhecem na contemporaneidade. Assim, a notícia torna-se mercadoria (MEDINA, 1978). Nos Estados Unidos esse processo representou uma intensa profissionalização do Jornalismo, que acompanhou a transformação da cultura política americana. “O partidarismo não desapareceu, mas os repórteres passaram a gozar cada vez mais de uma cultura própria, independente de partidos políticos” (SCHUDSON, 2007, p. 120).

---

<sup>33</sup> Com a tomada de poder dos burgueses, ocorre uma mudança no papel da comunicação de massa. Segundo Habermas (1984), a esfera pública veio se transformando ao longo do século XIX. A comunicação de massa altera a forma de debate. Antes, os homens iam aos espaços públicos para se informar, mas com os meios de comunicação, não é preciso sair em busca de informação para formar sua própria opinião. Por meio dos meios de comunicação formam-se as opiniões de forma individual, o que Habermas critica por considerar o embate de ideias positivo. Para ele, a comunicação de massa prejudica a esfera pública. Ele ainda critica a comunicação de massa por vender uma opinião já formada: não é preciso reflexão para formalizar a própria opinião; apenas se reproduz o que o comentarista entregou. São lamentações habermasianas de que o público apenas consome a opinião. As instituições de comunicação de massa passam a ter importância fundamental nas democracias modernas, tanto no fornecimento de informações quanto na formação das opiniões.

No início do século XX, a fim de atingir um público cada vez maior e disputar mercado, as organizações jornalísticas afiaram o discurso em torno da sua relevância para a vida social e se assumiram como representantes do interesse público (ALBUQUERQUE, 2013; SCHUDSON, 2007). Para tanto, se colocaram como iniciativas isentas de perspectivas particulares, formatando um ideal de práticas, normas e rotinas profissionais. O uso de aspas, o procedimento de apresentar abordagens antagônicas sobre o mesmo tema e o afastamento entre redação jornalística e departamento comercial são tentativas de garantir essa postura neutra, embora, na prática, saiba-se da impossibilidade de uma isenção absoluta (BARROS FILHO, 1995; MARQUES; MIOLA; SIEBRA, 2014; GOMES, 2009; HALLIN, MANCINI, 2010; MOTTA, 2013).

A partir da visão idealista e alicerçada em valores e procedimentos, o Jornalismo se legitimou como fonte de veracidade, apto a orientar as massas (CAMPOS, 2015; KOVACH; ROSENSTIEL, 2003) sem, contudo, estar sujeito a algum interesse particular. Este modelo - denominado libertário (SILVA, 1991) - é retroalimentado pelo padrão de Jornalismo americano influenciado pelo discurso liberal, em que a autonomia em face do Estado ou dos poderes e liberdade de expressão, imprensa e opinião são instrumentos fundamentais. Segundo este ideal americano, a prática jornalística exerce o papel social de “cão de guarda” do interesse público, em uma postura adversária<sup>34</sup> contra o campo político a apta a denunciar abusos (VAN DALEN; ALBAEK, 2016; GOMES, 2009; GUAZINA, 2011).

Deste mesmo momento histórico, situado no contexto ocidental, surgem as distinções entre a imprensa informativa (pautada nos critérios de objetividade) e a imprensa opinativa. Os jornais ampliam o escopo da natureza das notícias, que deixam de ser apenas de conteúdo político, mas de variedade temática (CHAMPAGNE, 1996).

Além da origem da separação entre fato e opinião, que surge principalmente como estratégia financeira, o momento marca uma fase de profissionalização da imprensa (SCHUDSON, 2007). Os jornais passam a delimitar os espaços de opinião e a classificar as produções: reportagens, matérias, entrevistas e notas compõem o quadro noticioso (pretensamente isento de juízo), já a opinião tem prioridade nas

---

<sup>34</sup> A cobertura adversária caracteriza-se “por ter por finalidade principal legitimar o próprio jornalismo como um poder e ator fundamental na cena pública” e “baseia-se na oposição entre os campos jornalístico e político, através da desqualificação intensa da política” (GUAZINA, 2011, p. 19).

colunas, comentários, artigos, crônicas e editoriais e é elemento caracterizador desses gêneros textuais<sup>35</sup>. Com a separação entre fato e opinião, a informação adquire *status* hegemônico (GUERREIRO NETO, 2016) e a expressão aberta da opinião torna-se uma exceção à regra (MELTZER, 2007), o que também refletiu no empenho que a pesquisa acadêmica destinou às duas faces desta dicotomia.

A opinião começou a ser separada da informação, tanto na compreensão dos jornalistas quanto no *layout* dos periódicos. Essa distinção entre informação e opinião acabou por se tornar um traço hegemônico no Jornalismo ocidental contemporâneo (GUERREIRO NETO, 2016, p. 93).

Em contraponto à visão de Guerreiro Neto (2016), que avalia que a opinião acabou sendo desprezada pelos jornais, em face do Jornalismo Informativo, Azevedo (2016) pondera que no caso dos jornais brasileiros mais importantes a opinião ocupa lugar de privilégio e prestígio, apesar de adotarem o modelo de Jornalismo Informativo nas demais editorias. Beltrão (1980) complementa que “o jornal tem o dever de exercitar a opinião: ela é que valoriza e engrandece a atividade profissional, pois quando expressa com honestidade e dignidade (...), se torna fator importante na opção da comunidade” (BELTRÃO, 1980, p. 14).

Conforme mencionado no retrospecto histórico, o padrão americano liberal que exalta a objetividade informativa possui explicações mercadológicas, pois é orientado pela lei da oferta e da procura. Sendo a produção da notícia uma iniciativa de natureza privada, o contexto é de competição com outras empresas e dependência da audiência para sustentabilidade financeira. Ambicionando o lucro, a produção da informação fica sujeita a demanda do público e acaba priorizando as preferências dos consumidores de alta renda (AZEVEDO, 2016).

Enquanto nos Estados Unidos o modelo de afastamento entre fato e Opinião foi ressaltado, na Europa e, sobretudo, na França, o Jornalismo partidário exerceu maior influência e configurou um contrato distinto com os leitores (BIROLI; MIGUEL, 2012). Lá, a identidade dos jornais foi baseada no posicionamento político e a separação tão rigorosa entre fato e opinião seria paradoxal; quer dizer, “os franceses não se preocupavam tanto quanto britânicos e americanos em delinear a fronteira entre fatos e comentários nas notícias” (SCHUDSON, 2007, p. 124). Os jornais europeus substituíram o Jornalismo partidário gradativamente pelo modelo comercial a partir dos anos 1980, com o fim da Guerra Fria e as privatizações neoliberais

---

<sup>35</sup> De acordo com Beltrão (1980), o Jornalismo veicula três categorias específicas de opinião: a do editor (política editorial), a do jornalista e a do leitor.

(AZEVEDO, 2016). A prática jornalística se distingue pelo globo porque contextos e culturas políticas distintas provocaram caminhos diferentes para o desempenho da profissão e replicação do modelo (SILVA, 1991); além disso, “pode ser que o espaço cultural que podia ser ocupado pela objetividade como valor profissional no Jornalismo americano estivesse já ocupado no Jornalismo europeu” (SCHUDSON, 2007, p. 123). Neste sentido, vale mencionar o diagnóstico de Biroli (2012) sobre o padrão alicerçado na objetividade. Segundo a autora, “a compreensão do Jornalismo contemporâneo fundada na objetividade mantém viva a dualidade Jornalismo político *versus* Jornalismo profissional/empresarial” (p. 3).

No Brasil, que recebeu influência americana em várias faces da Comunicação Política e do Jornalismo (GUAZINA, 2011; SILVA, 1991), a categoria que é considerada valor universal possui “enorme poder de gerar veneração e culto – a “opinião pública”<sup>36</sup> – a quem o Jornalismo responde, representa e serve.” (GOMES, 2009, p. 71). O marco da profissionalização do Jornalismo brasileiro nos padrões americanos é atribuído à formulação do Manual de Redação do *Diário Carioca*, elaborado pelo jornalista Pompeu de Sousa na década de 1950 (SILVA, 1991). O contexto histórico de reforma é habitualmente reconhecido como “Idade de Ouro” do Jornalismo brasileiro, que teria dividido uma época anterior, amadora e negativa, por um novo cenário em termos de práticas, técnicas e valores éticos da profissão. Essa idealização mítica, segundo Albuquerque (2008), passa pelo descrédito à geração anterior, descrita de forma pejorativa; pela veneração dos responsáveis pela implementação do modelo, bem como admiração da geração seguinte, qualificada como “geração de ouro”, “pura” e “zero quilômetro”; isto é, livre de vícios.

A ruptura de práticas representou um rompimento de influências. Desde a virada do século XIX até a Segunda Guerra Mundial a imprensa brasileira esteve alicerçada em valores franceses que foram substituídos pela hegemonia dos Estados Unidos (ALBUQUERQUE, 2008; SILVA, 1991). Assim, a profissionalização do Jornalismo brasileiro equivale ao seu processo de americanização; muito embora as técnicas tenham sido adaptadas à cultura política brasileira (ALBUQUERQUE;

---

<sup>36</sup> Gomes (2000) afirma que o conceito de Opinião Pública foi alterado. Atribui-se à opinião pública um caráter ativo: “convencer a opinião pública”, “informar a opinião pública”, confundir a “opinião pública”. São exemplos que não fariam o menor sentido para o significado clássico de Opinião Pública. Por consequência, o conceito de opinião pública é usado como sinônimo de população.

HOLZBACH, 2008; SILVA, 1991). Azevedo (2010) classifica a profissionalização do Jornalismo brasileiro como um processo “tardio, mas irreversível” (p. 18). Diante do mercado competitivo, os códigos deontológicos absorvidos tornaram-se sinal de credibilidade no comércio da informação.

Essas distinções geográficas e culturais não podem ser desprezadas, já que a cultura jornalística, o sistema midiático e a cultura política variam de acordo com a localidade e incidem na formatação da atuação da imprensa em diferentes regiões do mundo (SCHUDSON, 2007; SILVA, 1991). De igual maneira, a importância da imprensa para a democracia varia a depender do sistema político e do sistema de mídia de cada país (AZEVEDO, 2016). No entanto, por estar concentrada no estudo de um jornal brasileiro, a presente pesquisa prefere se aprofundar no debate sobre o modelo de Jornalismo praticado no Brasil e suas influências, não cabendo, neste momento, possibilidade de se discutir outros modelos praticados em outros países.

Ao longo das últimas décadas, a exigência da objetividade foi colocada em xeque e reorientada para compreensões variadas (BIROLI, 2012), embora seja ponto pacífico a ideia de que constitui um ideal impraticável: ora é defendida como norte utópico, ora é recriminada como prática indesejável (BARROS FILHO, 1995) ou ainda classificada como um ritual estratégico da profissão (TUCHMAN, 1972) e, mais recentemente, encarada como mecanismo de reforço de valores sociais consensuais, incluindo preconceitos e visões hegemônicas que pretensamente ilustram a realidade (BIROLI, MIGUEL, 2012; SCHUDSON, 2007). Sobre essa discussão tão antiga, Gomes (2009) critica a ausência de discurso sobre conhecimento, narrativa e notícia em Teoria do Jornalismo que se aproxime de Teoria do Conhecimento.

Em geral, para tratar desses temas, refugia-se numa ética aplicada ao Jornalismo, como se fosse teoricamente justificado reivindicar-se, por exemplo, objetividade e verdade como exigências morais do Jornalismo sem se perguntar se, a rigor, são elas possíveis e razoáveis (GOMES, 2009, p. 25).

Nesse processo de revisão da concepção de Jornalismo como reflexo fiel da realidade, a Teoria do Espelho sofreu concorrência de outras sistematizações e as abordagens teórico-metodológicas concentradas no papel individual do repórter cederam espaço para análises mais complexas do processo de produção jornalística. Essas teorias passaram a considerar outros fatores para dar conta da produção noticiosa. É o caso a Teoria Organizacional, que se volta para a empresa

jornalística, buscando compreender em que medida a cultura corporativa e as relações hierárquicas da redação influenciam o produto da prática profissional (BREED, 1955; MARQUES; MIOLA; SIEBRA, 2014). Já a Teoria Construcionista substituiu a ideia de espelho do real e ressignificou a notícia como peça atuante na construção da realidade (TUCHMAN, 1973).

Contudo, embora o campo teórico tenha se dedicado a desmistificar o rigor da objetividade, a herança é perpetuada em diferentes esferas (BIROLI, 2012), desde a formação dos profissionais, passando pelo código de ética da profissão, até as conclusões de senso comum que exigem do Jornalismo um conjunto de valores fundamentado na tríade composta pelos conceitos de imparcialidade, objetividade e neutralidade, tão comumente tratados como sinônimos. Qualquer indício de produção que fuja a essa regra é julgado (EILDERS, 1999), em diferentes campos sociais, como uma ameaça à ética profissional e ao compromisso tratado entre imprensa e democracia. Além disso, os espaços de opinião e notícia estão claramente delimitados nos impressos, tanto na diagramação quanto nos critérios de produção, numa constante tentativa de se comprovar a lisura das organizações e, assim, assegurar sua credibilidade (e legitimidade) frente aos leitores. Nos Estados Unidos, o valor da objetividade permanece ainda mais resguardado (SILVA, 1991).

Sob esse aspecto, Schudson (2007) introduz um contraponto ao ponderar que posições muito diferentes daquela estabelecida pelo ideal de Jornalismo americano “podem servir à democracia tão bem ou melhor que a tradição liberal-libertária da Primeira Emenda nos Estados Unidos” (p. 127), já que o modelo americano foi desenhado para aquele sistema político e, segundo o autor, não pode ser implantado fielmente em outros sistemas. “Os outros países não vão – nem devem – aceitar o Jornalismo de estilo americano num todo, embora possam aprender alguma coisa aqui e ali” (p. 128). De igual modo, ao analisar tal influência no Jornalismo brasileiro, Silva (1991) afirma que a influência não poderia ser absoluta se consideradas as diferenças históricas, culturais, políticas e econômicas. Assim, o modelo exportado seria alterado em seu destino.

Numa prova histórica de que o transplante de fórmulas jornalísticas de uma sociedade para a outra acaba resultando em algo diferente do original, o Jornalismo americano é o produto do Jornalismo que se praticava na Inglaterra no século 18 alterado pelas condições específicas dos EUA ao longo de 200 anos de história independente (SILVA, 1991, p. 59).



Para tamanha responsabilidade democrática assumida no ocidente, exige-se do Jornalismo a obrigação de dizer como a realidade é, de ser verdadeiro<sup>37</sup> (FENAJ, 2014; KOVACH; ROSENSTIEL, 2003). Por isso, não se aceitam justificativas para o engano no Jornalismo e os procedimentos devem assegurar esse rigor, pois a sua legitimidade está condicionada ao seu grau de veracidade (GOMES, 2009; KOVACH; ROSENSTIEL, 2003).

Mais ou menos objetivo, fato é que a soma desses valores e normas em torno da história e da prática jornalística contribuíram para a consolidação de um discurso de autolegitimação bem sucedido (GOMES, 2009). No Brasil, em especial, a profissionalização do Jornalismo moderno importada dos Estados Unidos embutiu a noção de que a qualidade jornalística é dependente da aplicação de um conjunto de regras profissionais garantidoras da transformação do *ethos* do Jornalismo brasileiro e que modelos distintos de reportagem seriam desprezíveis.

Identificamos aí as bases de um argumento baseado no carisma, na excepcionalidade dos jornalistas da geração da década de 1950. Este argumento identifica a prerrogativa de desenvolver legitimamente novas experiências no campo do Jornalismo como pertencente a uma geração, e somente a ela, e nega às demais o direito de deixar sua marca (ALBUQUERQUE, 2008, p. 105).

Embora nem tudo que a imprensa produz seja de fato de interesse público, o discurso de legitimação se mostrou tão eficiente ao ponto de instigar que a sociedade defenda o Jornalismo como um valor democrático e, ao mesmo tempo, cobre uma conduta compatível daqueles que atuam no campo. Estes, por sua vez, exigem determinadas condições para a execução do papel esperado. As liberdades são reivindicadas como pré-requisitos para exercício da função social proposta (GOMES, 2009).

Se por um lado o Jornalismo é encarado como um suporte imprescindível da democracia, de igual modo, torna-se alvo de críticas quando não cumpre os procedimentos que garantiriam essa condição (EILDERS, 1999). Desta preocupação com o teor da cobertura jornalística, acusada por seu viés tendencioso (*media bias*), surgem estudos sobre as organizações de mídia que buscam compreender o viés que as empresas jornalísticas dão às suas publicações (HAHN; LEE; LEE, 2015), o que inclui o desenvolvimento do termo 'Mídia Hostil' (WANTA, 2015; GOMES, 2016).

---

<sup>37</sup> Nesta sintonia de valores normativos, o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros afirma que “o compromisso fundamental do jornalista é com a verdade dos fatos, e seu trabalho se pauta pela precisa apuração dos acontecimentos e sua correta divulgação” (FENAJ, 2014).

O debate sobre “mídia tendenciosa” é geral, mas três décadas de estudo provaram que os leitores tendem a criticar a cobertura à medida que o conteúdo se afasta da sua visão de mundo, de modo que o mesmo texto pode ser criticado por duas posições opostas. Esse fenômeno de “mídia hostil” revela que há uma desconfiança antecipada acerca do conteúdo das reportagens, prevendo que a imprensa tende a abandonar a imparcialidade e adotar sempre a visão de mundo do adversário. A explicação para o fenômeno é que a recepção se mostra tendenciosa, já que a sensação de que o noticiário privilegia o adversário normalmente advém daqueles que estão fortemente envolvidos com a causa em questão. Em contrapartida, os leitores se aproximam daquelas publicações que reforçam suas convicções, realçando o contrato de leitura – um tópico importante para a construção da linha editorial dessas empresas de comunicação (WANTA, 2015; GOMES, 2016).

Admitido os impasses em torno dos procedimentos normativos exigidos pelo Jornalismo Ocidental, introduz-se a perspectiva de imprensa como ator político.

## **1.2. Além do quarto poder: o Jornalismo como ator político**

Conforme discutido no tópico anterior, o discurso de autolegitimação do Jornalismo comercial ressalta o serviço prestado ao interesse público, à sociedade, aos cidadãos, ao bem comum e à cidadania (BELTRÃO, 1980; KOVACH; ROSENSTIEL, 2003). Por estar constantemente se legitimando a partir dessa perspectiva que realça principalmente a atuação do Jornalismo Político, a prática jornalística acaba sendo encarada prioritariamente como um valor e uma função social; enquanto seu caráter comercial e a posição como um ramo de negócios são, muitas vezes, negligenciados (GOMES, 2009).

Boa parte das pesquisas em Jornalismo segue esta mesma lógica, partindo da premissa de autolegitimação da profissão e pouco explorando as particularidades dessas organizações empresariais privadas que exercem poder e influência na esfera pública e devem ser analisadas sob este viés para ampliação da compreensão de seu papel social. É inegável que a pesquisa problematize, com frequência, a parcialidade da cobertura noticiosa (MESQUITA; MOISÉS; RICO, 2014), porém, faz-se necessário mencionar a raridade de pesquisas que se dedicam a investigar, com maior rigor e sistematização, as relações institucionais

estabelecidas por essas empresas internamente, com o corpo profissional<sup>38</sup> (ATHANÁSIO, 2014), e externamente, com leitores, grupos políticos e econômicos.

A função crucial da imprensa em comunicação política, no entanto, não se restringe a serviços de informação. A imprensa não apenas serve como transmissor neutro, mas pode também ter um papel ativo no processo de comunicação política expressando suas próprias visões e opiniões. As empresas de comunicação não apenas informam sobre os atores políticos, mas na verdade são os próprios atores políticos participantes. A pesquisa em Comunicação tem negligenciado em grande parte essa perspectiva (EILDERS, 1999, p. 302, tradução nossa)<sup>39</sup>.

A compreensão das tensões entre a atividade social do Jornalismo e os objetivos particulares das empresas é fundamental para o avanço da pesquisa em Comunicação – assim, dados sobre discursos, enquadramentos e conteúdos dos produtos jornalísticos podem ser mais bem interpretados, quando consideradas questões relativas à ordem empresarial.

A literatura que observa essa atuação da imprensa na esfera pública para além do seu papel mediador e supostamente neutro compreende que tais organizações midiáticas desempenham, em certas situações, um papel ativo como ator político (EILDERS, 1999; EBERWEIN, PORLEZZA, SPLENDORE, 2015). Seja por ocasião de posicionamento partidário explícito, defesa de agendas específicas ou interesses particulares não explicitados, os veículos de Jornalismo atuam e interferem no debate público. Para Guazina (2011), essa atividade política é uma característica marcante do Jornalismo brasileiro.

---

<sup>38</sup> A Teoria Organizacional (BREED, 1955) deve ser mencionada, já que constitui a primeira pesquisa da área dedicada a contemplar os aspectos corporativos que interferem na produção da notícia. A contribuição da metade do século XX considera a análise do “contexto imediato dos jornalistas: a organização para a qual trabalham”, e entende que as notícias são produto das interações sociais que têm lugar dentro da empresa jornalística. Mais que isso, os estudos de Breed (1955), elaborados na metade do século XX, indicam que os profissionais de imprensa tendem a sobrepor os interesses da empresa em detrimento dos valores deontológicos da atividade social desempenhada pelo jornalismo. Essa ideia de que a relação hierárquica do interior das redações tende a prevalecer sobre o Código de Ética dos Jornalistas também é compartilhado por Kucinski (1998), que argumenta que no Brasil prevalece a lógica da autocensura; isto é, que os jornalistas antecipam as sanções. Esse conformismo se justificaria por um sistema de constrangimentos e punições internalizados na rotina profissional. Os jornalistas compreendem que quanto mais alinhados à política editorial da empresa (ainda que esta não seja explicitada), maiores suas chances de ascensão na carreira; do contrário, restam punições como o afastamento de pautas de maior destaque até um desligamento (ATHANÁSIO, 2014; BREED, 1955; MARQUES; MIOLA; SIEBRA, 2014). A respeito desse tema, pesquisa recente indicou alinhamento dos profissionais (<https://www.poder360.com.br/midia/majoria-dos-jornalistas-dos-eua-defende-ideologia-do-jornal-em-que-trabalha/>).

<sup>39</sup> Texto original: *The crucial role of the media in political communication, however, is not restricted to information services. Media not only serve as neutral transmitters but may also take an active role in the political communication process by expressing their own views and opinions. Media not only report on political actors, but indeed are participating political actors themselves. Communications research has largely neglected this perspective* (EILDERS, 1999, p. 302).

O debate sobre mídia como ator político aparece com maior ênfase no quadro da Midiatização e na descrição de Paralelismo Político (ALBUQUERQUE, 2012; AZEVEDO, 2016). Essa atividade política pode ser observada nas notícias e é cada vez mais presente no entretenimento, embora o protagonismo permaneça no Jornalismo (EBERWEIN, PORLEZZA, SPLENDORE, 2015; BIROLI, 2012). Ator relevante da arena política, com objetivos profissionais ou comerciais, *os media* debatem assuntos políticos atuais, estabelecem espaço das campanhas eleitorais e são lugar de luta democrática. Há, segundo Eberwein, Porlezza e Splendore (2015), pelo menos quatro situações que enquadram as empresas de mídia como atores políticos: (1) quando estão sob a propriedade de políticos ou possuem claro alinhamento ideológico; (2) quando expõem opinião explícita, com objetivo de defender e convencer sobre uma posição; (3) quando promovem campanhas específicas e (4) quando defendem poder e responsabilização da mídia.

Para compreender como se dá essa atuação política, é preciso recuperar as noções sobre aspectos corporativos, próprios da conjuntura empresarial. As articulações do mercado da informação e as influências do aprimoramento tecnológico, por exemplo, são fatores que contribuem para a formatação do modelo de negócios do Jornalismo enquanto atividade comercial “qualquer”<sup>40</sup> (GOMES, 2009). Segundo Wanta (2015), nos últimos anos, a crise econômica favoreceu a redução do número de proprietários de empresas de comunicação de massa e proporcionou o crescimento dos conglomerados de mídia, concentrando o poder do campo midiático nas mãos de poucos. Isso representa menos pluralidade de informação, enquadramentos e debates, já que o conteúdo tende a refletir os interesses dos proprietários e seus financiadores (WANTA, 2015; AZEVEDO, 2010; MELO, 2003). Esse quadro se reproduz no âmbito brasileiro, onde as empresas de comunicação se concentram nas mãos de poucos (AZEVEDO, 2016, 2010; KUCINSKI, 1998). Por outro lado, a grande imprensa brasileira incorporou, desde a redemocratização, políticas editoriais voltadas ao pluralismo interno (AZEVEDO, 2009).

---

<sup>40</sup> Importante incluir uma ressalva ao classificar as empresas jornalísticas como ramo de negócios “qualquer”. Amparada na literatura, a expressão pretende sinalizar que a despeito do desempenho social da prática jornalística as organizações privadas que atuam em sua gestão são empresas comerciais. Contudo, não se pode dizer que são “qualquer” negócio justamente por sua relação e influência na esfera social. Empreendedor nato e motivado muitas das vezes pelo lucro, Octavio Frias, que esteve à frente da *Folha* por décadas, afirmava que o jornal não era um negócio como os demais justamente por seu desempenho no campo social (PINTO, 2012).

Sendo assim, faz-se necessária a exploração do sistema de mídia e do sistema político vigente na região, o que recupera a noção de Paralelismo Político citada na introdução deste capítulo. Ao avaliar o sistema de mídia brasileiro, Azevedo (2016) utiliza a ideia de diversidade externa e interna às organizações de imprensa. Quando fala em diversidade externa, se refere ao grau de pluralidade de empresas de Jornalismo; enquanto a diversidade interna se refere ao acesso que o jornal provê de fontes e demandas diversificadas em suas matérias. Observando o cenário brasileiro, a conclusão é que a concentração da propriedade de comunicação de massa<sup>41</sup> no Brasil criou condições para estabelecimento de um sistema de baixa diversidade externa (AZEVEDO, 2009; 2016), em que as empresas se aglomeram em poucos conglomerados de mídia, reduzindo a pluralidade de proprietários. Somado a isso, em âmbito local e regional, boa parte das emissoras de rádio e TV são controladas por políticos<sup>42</sup>.

A parcialidade da mídia não é, de fato, um mal em si mesmo, pois ela é funcional em ambientes midiáticos nos quais o cidadão tem acesso a publicações diversificadas que representam e vocalizam as principais correntes políticas e culturais da sociedade. Porém, num contexto em que a diversidade é pobre, como no caso brasileiro, no qual a mídia é fortemente concentrada e monopolizada por grupos familiares, com diversidade (externa e interna) precária, a questão da parcialidade se torna crítica para avaliar como a informação política alimenta o debate público e a escolha política dos cidadãos (AZEVEDO, 2016, p. 29).

Partindo desta concepção de diversidade interna versus diversidade externa, nota-se que a *Folha de S. Paulo* reivindica para si, em seus princípios editoriais<sup>43</sup> (que serão discutidos em capítulo apropriado), uma ampla pluralidade interna, se colocando como jornal apartidário e aberto para diferentes visões políticas (FOLHA, 2017). Esse discurso editorial, em um contexto de Jornalismo liberal, serve a uma estratégia comercial (KUCINZKI, 1998) que visa ampliar as possibilidades de audiência e, ao mesmo tempo, garantir credibilidade, se legitimando como produto relevante para os ambientes democráticos. Em comparação com o conteúdo de seus concorrentes *O Globo* e OESP, a FSP é o jornal que mais se aproxima do modelo de pluralidade interna desejado, segundo Azevedo (2016). Em contrapartida,

---

<sup>41</sup> Quatro famílias dominam as companhias de mídia do país, a nível nacional. Os Marinho (Grupo Globo); os Mesquita (OESP); os Frias (Grupo Folha) e os Civitas (Abril). O cenário se repete em nível regional (AZEVEDO, 2016). Caracteriza-se a imprensa brasileira como oligárquica (KUCINSKI, 1998).

<sup>42</sup> Sobre a concentração da propriedade de mídia nas mãos de políticos, ver análise de PINTO, 2017.

<sup>43</sup> Os projetos editoriais da *Folha de S. Paulo* estão disponíveis em (acesso em 09 jul. 2017): <<http://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?http://temas.folha.uol.com.br/projeto-editorial-da-folha/editorial-project-folha-de-s-paulo/his-excellency-the-news-consumer.shtml>>.

Kucinski (1998) critica severamente o Projeto Folha, nomeando-o como um comportamento “adolescente”, justamente por modelar sua linha editorial muito mais em razão de resultados comerciais do que por razões políticas. Assim, o projeto teria se desenhado em torno de uma proposta ampla de contrato de leitura no início dos anos 1980<sup>44</sup>. Seguindo a mesma lógica, poucos anos depois, em 1984, a FSP defenderia as *Diretas Já* como estratégia de marketing que o tornaria o “jornal da redemocratização” (PINTO, 2012).

A atuação política dos principais *quality papers* do Brasil está expressa nas suas trajetórias e especialmente nas posições históricas assumidas em seus editoriais, sendo lembrados, por exemplo, pelo apoio ao Regime Militar, posterior campanha a favor das *Diretas Já* e pedido de Renúncia de Collor, em 1992<sup>45</sup>. Todavia, conforme já se introduziu, são raras as pesquisas brasileiras que se dedicam a compreender a rotina dos editorialistas e os modos de produção dos editoriais destas empresas, quando é possível notar que este é o gênero que melhor ilustra a atuação política dos periódicos. Os textos editoriais, enquanto espaço específico para posicionamento explícito das empresas jornalísticas na arena pública (HO, QUINN, 2008), consistem em objeto empírico pertinente para análise da imprensa como ator político e de suas relações e interesses enquanto empresa.

São nessas páginas que se encontram a alma do jornal, ou seja, os seus valores, os seus ideais e as suas posições diante das alternativas políticas e ideológicas que circulam no interior da sociedade. Portanto, esse é um lugar privilegiado para pesquisar as orientações e posições políticas dos jornais e os seus posicionamentos diante de governos e dos embates partidários e eleitorais e dos atores políticos (AZEVEDO, 2016, p. 84).

Para McCombs (1967), enquanto se analisa a atuação política dos jornais por meio da análise dos enquadramentos das notícias, o texto editorial fornece o conteúdo que simboliza a tentativa direta e aberta de influenciar a audiência. “Isto é claramente o propósito de endossos candidatos durante campanhas políticas” (p. 545)<sup>46</sup>.

As características desse gênero opinativo são discutidas no próximo tópico.

---

<sup>44</sup> Na seção de análise das entrevistas com editorialistas esse assunto é retomado.

<sup>45</sup> Os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* publicaram no mesmo dia (30 de junho de 1992) editoriais pedindo afastamento do presidente Fernando Collor de Mello por meio de renúncia: <<http://acervo.estadao.com.br/noticias/topicos,impeachment-de-collor,887,0.htm>>, em 21 out. 2017.

<sup>46</sup> Texto original: *This clearly is the purpose of editorial endorsements of candidates during political campaigns* (MCCOMBS, 1967, p. 545).

### 1.3. Editorial: a voz da empresa jornalística

Conforme se defendeu ao final do tópico anterior, os editoriais constituem objeto de estudo adequado à investigação do papel desempenhado pela imprensa enquanto ator político, como proposto neste trabalho. “Enquanto a expressão da opinião está normativamente restrita à seção editorial, a discussão sobre imprensa como ator político requer uma revalorização dos editoriais como tópico dos estudos de comunicação” (EILDERS, 1999, p. 303, tradução nossa)<sup>47</sup>.

O gênero jornalístico definido como texto não assinado, escrito por profissionais diretamente nomeados pela direção do jornal com o intuito de representar o posicionamento da empresa (BELTRÃO, 1980) ou ainda “gênero jornalístico que expressa a opinião oficial da empresa diante dos fatos de maior repercussão no momento” (MELO, 2003, p. 103) consiste em um ambiente único, reservado para opinião institucional da empresa jornalística (AZEVEDO, 2016), frequentemente ocupado com discussões sobre temáticas consideradas polêmicas e de maior destaque. Isto é, há uma hierarquia que define os temas “dignos de um editorial”<sup>48</sup>, o que reafirma a especificidade e o prestígio conferidos ao gênero. É o “assunto do dia” para determinada região<sup>49</sup> (a depender da abrangência do veículo) que normalmente ocupa a página 2 da primeira seção, tradicionalmente destinada aos textos editoriais (MELTZER, 2007), o que permite afirmar que existiria uma questão de agendamento<sup>50</sup> também no espaço opinativo institucional (MARQUES, MONT’ALVERNE, MITOZO, *no prelo*).

Beltrão (1980) elege quatro características principais do texto editorial. São elas: 1) *impessoalidade*: não representa uma posição pessoal, mas institucional e, por isso, o texto não é assinado; normalmente adota-se o uso da 3ª pessoa do singular ou 1ª pessoa do plural; 2) *topicalidade*: exprime a opinião em formação,

<sup>47</sup> Texto original: *Since the expression of media opinion is normatively restricted to the editorial section, the discussion of media as political actors calls for a revalorization of editorials as research topic in communication studies* (EILDERS, 1999, p. 303).

<sup>48</sup> Ao discutir Jornalismo Opinativo, Beltrão (1980) argumenta que “nem todas as ocorrências, porém, são suscetíveis de opinião: é necessário que o objeto seja questionável, isto é, de margem a uma opção do sujeito entre duas ou mais alternativas, igualmente possíveis” (BELTRÃO, 1980, p. 15).

<sup>49</sup> Os editoriais devem respeitar a agenda da região em que o jornal opera. Para Beltrão (1980), os editoriais tratam de assuntos e problemas de direto interesse local, sob pena de se perder leitores.

<sup>50</sup> Beltrão (1980) argumenta que o editorial está sujeito a uma lógica distinta daquela praticada na seção informativa, aprofundando-se nas temáticas debatidas. “Assim, tanto pode nascer na notícia como dela transcender, adiantar-se sobre ela...”. A afirmativa dialoga com a noção abordada por Eilders (1999), quando trata do grau de autonomia da agenda editorial em relação à agenda noticiosa que, no caso da política, tende a se render aos eventos burocráticos.

fornecendo uma alternativa explicativa de um tema de interesse do leitor; 3) *condensabilidade*: focaliza uma ideia central com linguagem simples, direta e incisiva e 4) *plasticidade*: com caráter persuasivo, lida com a opinião de modo flexível, sem dogmatismos. O autor também considera que o editorial é, entre os gêneros jornalísticos, o de estrutura mais simples: título, introdução, discussão e conclusão.

Apesar da singularidade do texto, o potencial desse objeto não tem sido explorado de forma ampla no Brasil. Enquanto a pesquisa se concentra na cobertura noticiosa em detrimento dos espaços opinativos, a Teoria do Jornalismo, pelo menos no Brasil, apresenta-se limitada (GUERREIRO NETO, 2016, p. 95). Parte disso pode ser ilustrada pelo fato de os chamados *Critérios de Noticiabilidade*, que se preocupam em diagnosticar os fatores que auxiliam na determinação do que é notícia<sup>51</sup> (GALTUNG; RUGE, 1965; PRESTON, 2015; TRAQUINA, 2004), aparecem consolidados, ou ao menos bastante desenvolvidos, em comparação aos *Critérios de Editorialidade*, recentemente denominados em pesquisa brasileira que se propõe a perseguir os fatores que incidem sobre decisões de produção dos editoriais jornalísticos brasileiros (MONT'ALVERNE; MARQUES, 2016).

Esse dilema também é verificado, em menor proporção, no cenário internacional, com abundância de exames e variadas e sofisticadas técnicas de apreciação do viés das matérias informativas (opinião política implícita) e muito menos atenção metodológica às investigações de materiais opinativos (posição política explícita) (HO, QUINN, 2008).

---

<sup>51</sup> Os *Critérios de Noticiabilidade* propõem uma sistematização para compreensão de fatores definidores dos fatos que são ou deixam de ser notícia, ou seja, como os acontecimentos são selecionados pela agenda midiática. A discussão sobre os valores-notícia (*news values*) surgiu em meados dos anos 60 e têm ocupado o discurso profissional dos jornalistas como uma espécie de conhecimento sagrado que os distingue dos demais. A capacidade de definir o que é válido como notícia e, portanto, digno de publicação nos meios de comunicação de massa, é o que distinguiria o profissional de imprensa de outros redatores. A inserção da noção de *gatekeeping* ou teoria da ação social (WHITE, 1950 apud TRAQUINA, 2004), que entende o jornalista a partir de uma metáfora, como um 'porteiro' que libera ou impede a passagem de um fato qualquer para a esteira da notícia, reforçou a ideia de influência individual dos repórteres no processo de produção da informação. Ou seja, a natureza da notícia não depende somente das características do evento em questão, mas também da avaliação subjetiva do profissional. Os anos 70 foram ricos em pesquisas nesta área e trouxeram alguma contribuição em termos de mudança de perspectiva. Da centralidade do repórter para a análise do contexto. O destaque é a dupla Galtung e Ruge (1965), que combinou valores institucionais, culturais e ideológicos em sua análise, concluindo que os fatores de definição de notícia estão ancorados em valores próprios de uma sociedade. Eles estabeleceram 12 fatores típicos para definição de notícia: surpresa, atrativos visuais, entretenimento, relevância, tamanho, proximidade, brevidade, negatividade, se é recente, relação com elites do poder, celebridades e ideologia. Segundo Preston (2015), as pesquisas sobre os critérios de noticiabilidade ainda são centradas na individualidade do repórter em detrimento da análise contextual; análise prioritariamente de nível microssocial, enquanto lida com conceitos macrossociais (PRESTON, 2015).



Apesar da deficiência semelhante, os estudos internacionais parecem mais bem desenvolvidos na análise do gênero editorial. Todavia, embora boa parte da perspectiva estrangeira possa ser aproveitada na apreciação dos objetos da realidade brasileira, as conclusões obtidas por meio da análise dos jornais de outros países tende a refletir questões próprias das culturas política e jornalística daquelas nações, não podendo ser absorvidas por completo como explicação para o contexto brasileiro. Exemplifica essa afirmação a quantidade de estudos dedicados a investigar os endossos políticos (MELTZER, 2007; McCOMBS, 1967; CAMPBELL; WIGGINS, 2016; DRUCKMAN, PARKIN, 2005) – uma prática comum nos Estados Unidos, porém, rara no Brasil e extinta na *Folha de S. Paulo*<sup>52</sup>, que justifica sua opção com base em sua linha apartidária.

A prática do endosso, caracterizada pelo apoio público de um candidato durante as campanhas eleitorais, é uma ilustração importante da atuação política nos editoriais. Curiosamente, são um remanescente do Jornalismo partidário dos séculos XVIII e XIX, quando os jornais estavam alinhados e, muitas vezes, apoiados financeiramente por um partido político (CAMPBELL; WIGGINS, 2016). Mesmo após a profissionalização do Jornalismo e padronização da produção noticiosa de acordo com a objetividade e a imparcialidade, os editoriais continuaram apoiando candidatos.

Os efeitos desses textos na decisão do voto dos eleitores americanos vêm sendo estudados há pelo menos 50 anos. McCombs (1967) argumenta que o endosso é uma tentativa clara de influenciar eleitores, mas que esse apoio tem mais impacto a nível local do que nacional e que os eleitores precisam de uma fonte orientadora. Essa influência depende da credibilidade da organização que promove o candidato, o que também é sugerido por Chiang e Knight (2011), segundo os quais, jornais considerados neutros, apartidários ou imparciais teriam maior impacto sobre os leitores e eleitores. Neste mesmo raciocínio, os eleitores mais influenciados seriam os moderados. De acordo com os pesquisadores, o endosso pode influenciar na decisão de voto dos indecisos. Ainda que a porção de eleitores influenciados seja pequena, a influência no pleito não pode ser desprezada (CHIANG, KNIGHT, 2011).

Pesquisas mais recentes diagnosticaram que os jornais norte-americanos estão evitando o endosso a candidatos - com exceção do que se registrou no pleito

---

<sup>52</sup> Ver capítulo de análise, onde se discute a opção do jornal em não apoiar candidatos, uma escolha exposta e justificada em seus editoriais a partir dos valores que defende em seu Projeto Editorial.

de 2016, protagonizado por Hillary Clinton e Donald Trump, quando a maior parte dos jornais declarou-se contra o candidato vencedor<sup>53</sup>. Os autores atribuem esse fenômeno à queda das audiências desses jornais nos últimos 30 anos, o que leva a uma prudência excessiva por parte desses veículos, que preferem não se hostilizarem em relação aos partidos políticos (CAMPBELL; WIGGINS, 2016)<sup>54</sup>.

No conjunto de normas que orientam a prática jornalística idealizada está a concepção de que a seção informativa deve oportunizar a amplificação de múltiplas vozes, produzindo o Jornalismo polifônico (e plural), em que fontes oriundas de diferentes grupos sociais possam se representar e ter suas perspectivas expostas. Neste raciocínio, o legítimo lugar para a voz do próprio jornal seriam as colunas reservadas para o gênero editorial (MELTZER, 2007; AZEVEDO, 2016; BELTRÃO, 1980) – muito embora se admita que a linha editorial e as escolhas que possam representar os interesses das organizações jornalísticas tendam a penetrar todo o conteúdo produzido (BELTRÃO, 1980; DRUCKMAN, PARKIN, 2005), em algum grau, apesar do esforço procedimental que a empresa venha a promover. Assim, a utópica objetividade funcionaria mais como um ritual estratégico da profissão para se defender de críticas e justificar seu conteúdo (TUCHMAN, 1972). Se considerada a dicotomia entre informação e opinião, no espaço opinativo, os editoriais apresentam relevância e especificidades ricas a serem exploradas (GUERREIRO NETO, 2016; AZEVEDO, 2016; MONT'ALVERNE, 2016; HO, QUINN, 2008).

No contexto Ocidental, regido pelo Jornalismo comercial, o editorial é uma exceção à regra (EILDERS, 1999), exercendo papel contrário ao restante do jornal, que está submetido à doutrina da objetividade que vigora nos Estados Unidos há pelo menos 60 anos e influencia todo mundo ocidental (SILVA, 1991; SCHUDSON, 2007). “O editorial é o único lugar nos jornais americanos onde, de acordo com os cânones do bom Jornalismo, a opinião pode ser abertamente expressada” (MELTZER, 2007, p. 83, tradução nossa)<sup>55</sup>.

<sup>53</sup> Sobre a declaração de apoio à democrata Hillary Clinton nos editoriais dos jornais norte-americanos durante eleição presidencial dos EUA em 2016, acessar o endereço eletrônico: <<http://m.folha.uol.com.br/mundo/2016/10/1821259-candidata-democrata-hillary-clinton-tem-vantagem-em-apoio-da-midia.shtml?mobile;>>. Acesso em 23 jul. 2017. Ver também o seguinte endereço eletrônico: <<http://m.folha.uol.com.br/mundo/2016/10/1825590-apos-sequencia-de-apoios-a-hillary-jornal-de-las-vegas-endossa-trump.shtml?mobile>> Acesso realizado em 23 jul. 2017.

<sup>54</sup> No Brasil essa prática é mais recorrente no jornal OESP (MONT'ALVERNE; MARQUES, 2015).

<sup>55</sup> Texto original: *The editorial page is the only place in an American newspaper where, according to the canons of good journalism, opinion is allowed to be expressed* (MELTZER, 2007, p. 83).

O editorial também é objeto pertinente para análise da problemática envolvendo a atividade social versus a atividade comercial do Jornalismo. Acredita-se que seja o gênero jornalístico que melhor ilustre os conflitos entre interesses públicos e privados no Jornalismo (MONT'ALVERNE, MARQUES, 2015; BELTRÃO, 1980). Logo, é um espaço de paradoxos: ambiente de defesa dos interesses públicos – de acordo com a normatividade da profissão – e, ao mesmo tempo, espaço de explicitação das demandas da própria empresa comercial e industrial, sujeita a interesses particulares próprios de seu objetivo mercantil. Assim, há uma tentativa desafiadora por parte dos editores para promover um balanceamento entre a missão pública e os alvos mercadológicos da organização de imprensa, uma vez que o jornal não raramente sofre “pressões para suprimir informações ou opinar favoravelmente a tal ou qual assunto, sob pena de a empresa ser vítima de sanções” (BELTRÃO, 1980, p. 40).

Em outras palavras, o grande problema da imprensa nas comunidades democráticas é o de estabelecer o equilíbrio entre as duas tendências que moldam a atividade editorial: atender a requisitos técnicos e econômicos e exercer livremente a sua função sócio-espiritual (BELTRÃO, 1980, p. 45).

Os editoriais representam um dos (se não o) espaços mais importantes da organização jornalística, pois é onde a linha editorial se materializa de forma mais concreta, assumindo partido de questões cruciais da agenda pública. O editorial é a voz ativa do jornal enquanto instituição, “sua tribuna” (BELTRÃO, 1980, p. 52). É o espaço de “fazer política” (MONT'ALVERNE, MARQUES, 2015, p. 122).

Por definição, a opinião impressa nos editoriais representa o posicionamento institucional da organização jornalística (BELTRÃO, 1980; MELO, 2003). Segundo Meltzer (2007), que entrevistou 16 editorialistas de quatro jornais norte-americanos e realizou etnografia nas redações, apesar de oficialmente o gênero editorial estar subordinado ao executivo de negócios (BELTRÃO, 1980), que não necessariamente é o proprietário do jornal, idealmente o editorial mantém autonomia em relação à influência do *publisher*, com exceção das pequenas e médias empresas, nas quais o dono exerce maior controle e, de fato, controla o conteúdo (MELO, 2003).

Em harmonia com Beltrão (1980), segundo o qual “é através do editorial, principalmente, que o grupo proprietário e administrador do periódico manifesta sua opinião” (p. 51), a análise de Guerreiro Neto (2016) é mais incisiva e conclui que os

princípios editoriais explicitados neste gênero refletem, sim, as preferências dos proprietários.

A opinião do editor é expressa pelos editoriais e pela linha do jornal, a política editorial. O editorial seria, assim, a opinião do jornal apenas metonimicamente, considerando que a opinião do jornal equivale a do editor e dos proprietários (GUERREIRO NETO, 2016, p. 94).

Nesta conjuntura, os editorialistas – redatores escolhidos pela direção do jornal para escrever o editorial – representariam um grupo seletivo do corpo profissional, pessoas de confiança, que conhecem de perto o conjunto de valores e princípios defendidos pela direção da empresa e são capazes de defender essa agenda em textos argumentativos (BELTRÃO, 1980). As decisões editoriais acerca do gênero editorial são também decisões corporativas e institucionais, portanto. Além disso, o gênero jornalístico pode ainda se endereçar ao corpo profissional que compõe a redação jornalística da organização, transmitindo a linha editorial do veículo (MONT'ALVERNE; MARQUES, 2015).

Pesquisas sobre editoriais americanos e brasileiros apresentam conclusões similares acerca da rotina produtiva desses textos: as opiniões do editorial são negociadas com diretoria; há reuniões de pauta; definições de autores e discussão de temas e posicionamentos para amadurecimento da postura editorial, respeitando a história e a tradição do veículo e submetendo a palavra final à diretoria (MELTZER, 2007; GUERREIRO NETO, 2016). Nesta perspectiva, a opinião impressa no editorial reflete “o consenso das opiniões que emanam dos diferentes núcleos que participam da propriedade da organização” (MELO, 2003, p. 104).

No que diz respeito à formatação do texto, uma série de fatores, ainda não explorados pela pesquisa em sua integridade, conduz a definição do tema e do posicionamento do jornal; isto é, há um conjunto de determinantes definidos como *Crêterios de Editorialidade* (MONT'ALVERNE; MARQUES, 2016). Além da própria visão de mundo do proprietário e do editor, a linha editorial contém influências de agentes de outros campos, que se relacionam com a organização jornalística (MELO, 2003; BELTRÃO, 1980). Os jornais mais tradicionais possuem ainda valores mais sólidos a serem defendidos e que são negociados com maior dificuldade e morosidade. “O que importa aqui é perceber que os jornais mantêm, senão opiniões para situações específicas, ao menos diretrizes opinativas relativamente consoli-

dadas, seguidas por vezes mesmo com trocas no comando” (GUERREIRO NETO, 2016).

Além do conjunto de valores que direciona a linha editorial do jornal, a economia da empresa também exerce alguma influência, sobretudo para os casos em que a organização jornalística decide apoiar explicitamente determinado político (MELTZER, 2007). São consideradas a estrutura financeira e as relações estabelecidas pelos proprietários do jornal, o que muitas vezes entra em xeque com a autonomia jornalística pretendida e a liberdade editorial defendida. Logo, a realidade se mostra distinta do modelo ideal de autonomia compromissada incondicionalmente com democracia. Por exemplo, os endossos, conclui Meltzer (2007), são decisões resultantes dos ideais editoriais, das relações financeiras do proprietário e interesses políticos, além do próprio contrato de leitura com a audiência. A conclusão obtida por pesquisa de âmbito internacional é compartilhada por estudos brasileiros.

Não se trata simplesmente da opinião do proprietário, mas de um consenso de opiniões dos diferentes núcleos que participam da propriedade da empresa. Afinal, há relações de luta travadas no interior das organizações, além da possibilidade de pressões externas, como de governos ou anunciantes. Os interesses corporativos são defendidos nesse espaço (GUERREIRO NETO, 2016, p. 94).

Nos editoriais, encontra-se a opinião explícita e oficial do jornal (MELO, 2003; HO, QUINN, 2008). É um ambiente de franqueza em que o contrato entre leitor e jornal é alterado. Já não se espera consumir a "realidade dos fatos isenta de posição", tampouco se exige um equilíbrio de versões. É um espaço para se consumir opinião (BELTRÃO, 1980), saber o que “pensa” o jornal ou ainda buscar orientação (McCOMBS, 1967). Por essas razões, entre os critérios considerados na expressão da opinião nos editoriais está a audiência (MELTZER, 2007), isto é, a opinião que o leitor espera ler.

Todavia, poderia se supor que a relevância da opinião expressa nos editoriais para o público em geral é minimizada pelo baixo índice de leitura<sup>56</sup>. Com o incremento que a internet trouxe ao mercado de notícias, os editoriais não teriam

---

<sup>56</sup> De acordo com a Pesquisa Brasileira de Mídia 2015 – Hábitos de Consumo de Mídia pela População Brasileira, da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM), apenas 3% dos leitores de jornais elegeram a seção de Opinião (editoriais, articulistas e colunistas) como parte mais lida do impresso, enquanto 14% prioriza a editoria Política (SECOM, 2015).

mais a mesma força de influência sobre a Opinião Pública, embora sejam consumidos, em sua maioria, por um público intelectual e formador de opinião.

A discussão é antiga e antecede a penetração da internet. Quando debateu o assunto, em 1980, Beltrão defendeu a permanência do prestígio do editorial pelo público, mas ponderou que seu caráter sisudo já era um obstáculo a ser superado (BELTRÃO, 1980). Por outro lado, publicações recentes defendem, em partes, a constatação da perda da importância do texto no Jornalismo contemporâneo. “Considerado como um gênero nobre dentro e fora do meio jornalístico, o editorial – uma prática quase exclusiva à imprensa escrita – perdeu muito do seu glamour nas últimas décadas” (DEMERS, 2016, p. 88). Ainda assim, há quem argumente a permanência da força deste gênero jornalístico, alegando que a relevância de um editorial depende do periódico que representa (GUERREIRO NETO, 2016; MCCOMBS, 1967; CHIANG, KNIGHT, 2011). Assim, o prestígio atribuído ao editorial é mais qualitativo, em termos da influência que exerce no debate público, do que quantitativo, já que seu alcance de leitura é reduzido<sup>57</sup> (MELO, 2003) quando comparado a outros produtos informativos, principalmente aqueles de origem eletrônica e digital<sup>58</sup>. Em suma, os periódicos impressos, embora menos consumidos, permanecem na função de pautar outros meios de comunicação e agendar a política (KUCINSKI, 1998; AZEVEDO, 2016; MESQUITA; MOISÉS; RICO, 2014). Como balizadores do debate público, os impressos permanecem em um lugar de privilégio no qual se inserem seus editoriais.

Mas a influência não se restringe à capacidade de agendar temáticas importantes, pois produz efeitos de ordem prática, com força para provocar alterações no rumo das decisões públicas. Apesar do consumo reduzido desse produto jornalístico, Meltzer (2007) considera que, pelo menos no contexto americano, ao endossar candidatos os editoriais são capazes de interferir no processo democrático e exercer potencial no direcionamento de seus leitores na decisão do voto – assunto já debatido e que ilustra um efeito prático do editorial.

Mas a função do texto ultrapassa o fornecimento de perspectivas de análise do tema em debate e orientação do público leitor, constituindo em uma ferramenta

---

<sup>57</sup> Não foram encontrados dados sobre acesso online a editoriais disponíveis nas versões digitais para inferir a respeito da dinâmica do editorial no contexto da internet.

<sup>58</sup> O diferencial dos impressos está contido inclusive no projeto editorial da *Folha de S. Paulo*: “A edição impressa é tomada como versão de referência do último ciclo noticioso, enquanto a plataforma digital se renova no decorrer do dia” (FOLHA, 2017).

de pressão do poder público e dos agentes políticos com poder de decisão (MONT'ALVERNE; MARQUES, 2014; MELO, 2003). Isto é, as organizações jornalísticas dialogam com os atores políticos e propõem ações políticas por meio do texto editorial.

E não se trata de uma atitude voltada para perceber as reivindicações da coletividade e expressá-las a quem de direito. Significa muito mais um trabalho de “coação” ao Estado para a defesa de interesses dos segmentos empresariais e financeiros que representam. Esta é a nossa percepção do editorial na imprensa brasileira (MELO, 2003, p. 105).

Sob esse ângulo, a empresa reivindica um papel legitimado pela atividade social do Jornalismo, que situa a profissão como fiscalizadora do poder político, o “cão de guarda” das instituições democráticas: um papel saliente na editoria política dos jornais e também nos textos institucionais de opinião, já que os temas políticos são predominantes nestas páginas, dada a sua relevância para o campo social. Estabelece-se, assim, um paradoxo: à medida que o texto editorial se afasta da gramática da cobertura noticiosa, conduzida pelos valores da imparcialidade, objetividade e neutralidade, simultaneamente, se aproxima de um valor que legitima a atividade social, assumindo tom de defensor dos interesses públicos, como a voz da sociedade que dialoga com o poder público, embora, represente, em termos formais, a voz de uma empresa privada (BELTRÃO, 1980).

Seguindo este raciocínio, Melo (2003) complementa que o editorial é um espaço de contradições, sendo um discurso constituído de uma teia de articulações políticas na qual são conciliados diferentes interesses. Como parte do discurso de legitimação do Jornalismo, as empresas jornalísticas reivindicam para si, inclusive nos espaços editoriais, a função de defesa do interesse público (GUERREIRO NETO, 2013; GOMES, 2009; BELTRÃO, 1980), enquanto interesses de natureza privada também reverberam nos artigos não assinados.

No caso dos editoriais sobre temas relativos à corrupção da classe política esse processo fica ainda mais evidente, visto que a corrupção, por definição, é um crime que agride aos valores democráticos e ao interesse coletivo de uma comunidade e, portanto, é tratada sob o viés da responsabilidade social do Jornalismo<sup>59</sup> na discussão de temas sociais (ARAÚJO, JORGE, 2015; THOMPSON,

---

<sup>59</sup> Entre os deveres dos jornalistas constantes no Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros está uma clara menção de combate à corrupção: “Combater e denunciar todas as formas de corrupção, em especial quando exercida com o objetivo de controlar a informação.” (FENAJ, 2014).

2002). No Jornalismo, atacar a corrupção (denunciando ou opinando) é uma maneira de defender o interesse público, concomitantemente, se legitimar (GOMES, 2009; GUAZINA, 2011) e construir a própria imagem pública da instituição de imprensa (GUERREIRO NETO, 2013).

Conclui-se, então, que nos textos editoriais, o que está em jogo não é apenas a formatação da imagem de outros atores sociais, mas a própria imagem pública do jornal, à medida que se posiciona sobre determinadas agendas, defende outras, ataca conceitos e projetos, atua politicamente e legitima o Jornalismo (MONT'ALVERNE, MARQUES, 2015; GUERREIRO NETO, 2013). É no editorial que o jornal assume de forma mais clara sua visão de mundo e, com isso, cria espaço para adjetivações sobre ele próprio. Em suma, os editoriais não apenas revelam a opinião da empresa sobre determinadas temáticas, mas “expõem marcas de identificação dos [próprios] periódicos” (GUERREIRO NETO, 2016, p. 92).

Ao refletir acerca dos editoriais, que são textos essencialmente institucionais, torna-se indispensável ponderar aspectos corporativos dos jornais (WANTA, 2015). Cabe avaliar que essas empresas possuem interesses próprios, sejam eles políticos, ideológicos, sociais, econômicos ou religiosos, que não podem ser ignorados na análise desse discurso. Essa atuação política se aplica tanto à cobertura noticiosa quanto aos editoriais, mas estes oferecem à imprensa a chance de colocar uma ênfase especial em certas questões e atrair uma atenção diferenciada.

A seleção de questões para os editoriais pode complementar, portanto, a relevância atribuída a determinadas pautas na seção informativa do jornal. Tanto notícias quanto editoriais expõem as posições políticas da empresa de comunicação, seja pela seleção, ênfase, hierarquia ou enquadramento da notícia (BELTRÃO, 1980), porém, as avaliações explícitas, como é o caso dos editoriais, trazem análises mais evidentes (HO, QUINN, 2008), que indicam a agenda prioritária do jornal e visões defendidas e, assim, sua participação como ator do processo político (EILDERS, 1999). A inclinação editorial é, portanto, definida pelo tom e também pela frequência em que determinado tema aparece nesse tipo de texto (DRUCKMAN, PARKIN, 2005). Além disso, constituem uma oportunidade de autonomia dessas organizações frente à imposição da agenda da política institucional, norteadas por eventos burocráticos (EILDERS, 1999).



Reconhecida as particularidades e a relevância do texto editorial, sobretudo para compreensão da atuação da imprensa como ator político que interfere na arena de discussões públicas, a próxima parte da dissertação dedica-se a contextualizar o tema da corrupção, buscando apresentar, de modo sucinto, as perspectivas mais tradicionais da Ciência Política.

## **2. CORRUPÇÃO POLÍTICA NO BRASIL: A HISTÓRIA POR TRÁS DAS CAPAS DE JORNAL**

Buscando compreender o fenômeno da corrupção no âmbito brasileiro, este capítulo recorre brevemente à discussão acerca do tema no campo da Ciência Política, da Economia e do Direito Administrativo. A intenção é apresentar um panorama sobre a discussão a respeito de suas origens e consequências, abordando diferentes correntes de estudo e concepções. O capítulo serve ainda ao objetivo de situar a literatura em Comunicação que trata da cobertura jornalística da corrupção, apontando principais características (ainda que a abordagem esteja restrita ao estudo da cobertura noticiosa). Essas concepções sobre a relação entre Jornalismo e Corrupção política serão retomadas no capítulo de análise, buscando cotejar teoria e material empírico.

### **2.1. Breve discussão do tema na história brasileira**

Entre as dificuldades de pesquisas relativas à temática da corrupção está a variedade de aspectos que envolvem o fenômeno e interferem na limitação do conceito (CARRARO, 2003) de natureza mutável (GUAZINA, 2011).

A impossibilidade de definição das formas instrumentais de que se revestem os atos corruptos, as dificuldades de delimitação do âmbito de atuação da corrupção, se seria exclusivamente pública ou se existiria a corrupção privada, a circunstância de que se trata de fenômeno que ultrapassa a dimensão jurídica para alcançar os âmbitos da sociologia, da política e das relações transnacionais, dentre outros aspectos, impedem a elaboração de um conceito acabado de corrupção (FURTADO, 2012, p. 17).

O termo corrupção contém uma polissemia que dificulta sua total apreensão. Há uma disputa pela definição do fenômeno que é, por natureza, interdisciplinar e complexo e que pode ser reinterpretado, a depender do ângulo de análise adotado.

Por ser um conceito normativamente dependente, ele está relacionado à disputa sobre a interpretação das regras e dos princípios que estruturam a vida pública e, por consequência, apontam o que é e o que não é corrupção. Essa disputa ocorre em diferentes campos, como é o caso do campo da representação política, o campo jurídico, o mercado e a mídia. Esses campos absorvem perspectivas sociais, culturais, políticas e econômicas para o entendimento das regras e dos princípios e promovem uma compreensão da corrupção conforme essa disputa por valores. (FILGUEIRAS, AVRITZER, 2011, p. 12).

A definição do Código Penal para Corrupção é “solicitar ou receber, para si ou para outrem [...] direta ou indiretamente [...] vantagem indevida [...]” (BRASIL, 1940)<sup>60</sup>. Ao se considerar, porém, como ato corrupto toda ação política que contrarie a legitimidade frente ao interesse público amplia-se a percepção sobre o tema (FILGUEIRAS, ARAÚJO, 2014; FILGUEIRAS, AVRITZER, 2011, p. 13).

Nesta mesma perspectiva, a Transparência Internacional (TI) define corrupção como “o abuso do poder confiado para fins privados e pode ser classificada como grande, pequena ou política, dependendo da quantidade de dinheiro perdido e dos setores em que ocorre” (TRANSPARENCY, 2016; POLITIZE, 2017; DAMÉ; CARRARO 2007; CARRARO, 2003; CUNHA; SERRANO, 2014)<sup>61</sup>. O portal do Ministério Público Federal (MPF) aponta 18 tipos de corrupção, o que realça a amplitude do tema. São eles: tráfico de influência, advocacia administrativa, crimes da lei de licitações, corrupção eleitoral, concussão, condescendência criminosa, inserção de dados falsos em sistemas de informação, crimes de responsabilidade de prefeitos e vereadores, improbidade administrativa, prevaricação, violação de sigilo funcional, corrupção ativa, corrupção passiva, facilitação de contrabando ou descaminho, emprego irregular de verbas ou rendas públicas, peculato, modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações e corrupção ativa em transação comercial internacional<sup>62</sup>.

Sem deixar de reconhecer a complexidade do fenômeno e a variedade de perspectivas que concorrem para delimitá-lo, adotou-se, nesta dissertação, a definição contida no Dicionário de Política elaborado por Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998), segundo o qual a corrupção é “o fenômeno pelo qual um funcionário público é levado a agir de modo diverso dos padrões normativos do sistema, favorecendo interesses particulares em troca de recompensa” (p. 291). De acordo com o verbete, “a Corrupção é considerada em termos de legalidade e ilegalidade e não de moralidade e imoralidade” (p. 292).

Por sua natureza complexa e permeável às mais diferentes esferas da administração pública e privada (representada por agentes econômicos interessados no favorecimento proporcionado pelo contato com burocratas) (DAMÉ; CARRARO 2007), Furtado (2012) alega que as estratégias de combate ao fenômeno devem

<sup>60</sup> Lei (acesso 13 jul. 2017): <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm)>.

<sup>61</sup> Definição coletada nos seguintes endereços: <<http://www.politize.com.br/medindo-a-corrupcao/>> (acesso 05 mai. 2017) e <<https://www.transparency.org/what-is-corruption/>> . Acesso 13 jul. 2017.

<sup>62</sup> Fonte de dados: <<http://combateacorrupcao.mpf.mp.br/tipos-de-corrupcao>>. Acesso 06 jun. 2017.

corresponder a tal complexidade, buscando ferramentas compatíveis à multiplicidade de manifestações do fenômeno. “Para cada uma das suas hipóteses de manifestação é necessário desenvolver mecanismos específicos de controle, prevenção e repressão” (FURTADO, 2012, p. 33).

A literatura de Ciências Sociais sobre o tema é relativamente recente. A primeira, de meados dos anos 1950, apresenta uma perspectiva sistêmica, que estabelece comparativos nos diferentes sistemas econômicos. A abordagem funcionalista assume algum benefício oriundo da corrupção, concebendo que a prática aproxima agentes políticos de empresários e favorece o desempenho econômico (FURTADO, 2012; AVRITZER, 2016; AVRITZER, FILGUEIRAS, 2011; CARRARO, 2003). É uma conclusão centrada na análise dos custos e benefícios para o desenvolvimento da Economia e afastada da ideia de cultura política, o que rende críticas severas por parte dos cientistas políticos interessados em outros prejuízos além dos financeiros (FILGUEIRAS; ARAÚJO, 2014).

Ora, a corrupção não tem apenas custos econômicos, mas custos políticos extremamente elevados, que não se referem apenas ao dinheiro despendido com subornos e propinas, mas, também, com a questão da legitimidade política, com a questão da cultura política, com a questão dos valores políticos e da própria moralidade (AVRITZER; FILGUEIRAS, 2011, p. 12).

Essa perspectiva condescendente foi sobreposta por uma nova visão, também de cunho econômico, que avaliava que ao contrário do que se pregava pela primeira corrente de estudos, a corrupção não gerava benefícios econômicos, mas sim custos aos cidadãos, atrasando o desenvolvimento (FILGUEIRAS; ARAÚJO, 2014, p. 39).

Filgueiras e Avritzer (2011) destacam o problema de tais perspectivas se concentrarem apenas nos prejuízos financeiros, sem considerar os danos políticos. Na visão dos estudiosos, a ênfase na Economia negligencia questões como a legitimidade, cultura política e moralidade. Em compensação, uma abordagem política propõe a conceituação do fenômeno a partir da noção de interesse público (FILGUEIRAS; ARAÚJO, 2014). Logo, o estabelecimento do interesse público como indicador normativo da corrupção, isto é, a adoção da concepção de interesse público como critério para se definir se determinada ação é ou não é corrupta introduz uma abordagem mais abrangente na concepção do termo. Não se trata, assim, de restringir o conceito a atos políticos de apropriação indevida de dinheiro

público, mas de considerar-se que determinadas atitudes “podem ter um sentido de corrupção à medida que seja considerada uma ação ilegítima em contraposição ao interesse público” (AVRITZER, FILGUEIRAS, 2011, p. 13). Esse parâmetro contribui, portanto, para uma compreensão mais ampla das consequências da corrupção para os regimes democráticos e não apenas para a sustentabilidade econômica dos países impactados. Assim, a corrupção pode ser entendida como toda forma de 1) violação de regras da obrigação pública com fins particulares e 2) perversão de padrões de integridade associados à função pública (THOMPSON, 2002).

### **2.1.1. Algumas possíveis causas e consequências da Corrupção**

Apesar de este trabalho se concentrar na corrupção brasileira e, portanto, dedicar atenção especial à literatura que trata da manifestação do fenômeno no Brasil, cabe advertir que a corrupção é um problema contemporâneo registrado em diferentes regiões do globo terrestre<sup>63</sup> (MESQUITA; MOISÉS; RICO, 2014).

Assim sendo, tem sido uma preocupação muito comum dos atores internacionais a construção de políticas anticorrupção, mobilizando processos de mudanças institucionais nas democracias e nos governos. A adoção dessas políticas anticorrupção implica, nos cenários domésticos, processos de mudanças institucionais importantes, especialmente no campo da gestão pública (FILGUEIRAS; ARAÚJO, 2014, p. 36).

No âmbito brasileiro, parte da literatura de Ciência Política sobre Corrupção atribui o caso do Brasil a origens históricas centradas em aspectos da colonização portuguesa, influenciadas pelo patrimonialismo. O interesse em explorar o Brasil teria impulsionado um ambiente de corrupção desde a Colônia, caracterizando um clima patriarcal e patrimonialista no qual faltavam distinções entre público e privado (HOLANDA, 1936 apud FURTADO, 2012). O que esta perspectiva defende é que haveria uma tendência brasileira de se naturalizar a corrupção, visto que se revela um fenômeno presente na história brasileira desde a colonização e o controle efetivo de tal vício só de daria em contexto de revolução cultural.

Contudo, essa visão tem enfrentado uma série de concorrências que impedem que haja consenso na definição das causas e efeitos da corrupção brasileira (GUAZINA, 2011). A Ciência Política tem buscado superar a explicação

---

<sup>63</sup> Sobre a percepção da corrupção de nível global, acessar dados da pesquisa do IBOPE e WIN (2014), disponíveis em: <<http://www.ibopeinteligencia.com/noticias-e-pesquisas/corruptao-e-o-principal-problema-mundial-aponta-pesquisa/>>. Acesso em 11 nov. 2017.

histórica e propor uma perspectiva atual, que rompa com os problemas passados e estabeleça ferramentas contemporâneas de enfrentamento. De acordo com pesquisadores da área, a corrupção brasileira não é determinada apenas pelo fator cultural, pois é refutada pela população, já que quando as instituições promovem combate desses crimes obtêm amplo apoio e reconhecimento da Opinião Pública (FILGUEIRAS; ARAÚJO, 2014; AVRITZER, 2016).

A corrupção não é cultural, e envolve a capacidade das instituições de coibir o fenômeno e punir aqueles que insistem em praticá-lo. Sua incidência aumenta ou diminui a partir de uma inter-relação entre política e cultura. Dessa maneira, continuidades em certo padrão cultural afetam o sistema político, tal como mudanças em um padrão de organização política comprometem o sistema de crenças e valores (AVRITZER, 2016, p. 85).

Ao desenvolver uma análise jurídica, Furtado (2012) também se contrapõe a essa explicação histórica que, segundo o autor, é incapaz de explicar o presente. De acordo com sua tese, atribuir o problema meramente ao passado ou à personalidade do brasileiro é uma forma de omitir os verdadeiros motivos da incidência do fenômeno na história recente.

Cientistas políticos também apontam problemas consequentes dessa justificativa histórica. Sob a perspectiva que explica a corrupção brasileira como fator cultural fruto da história do país, o moralismo acaba por ocupar o centro dos debates brasileiros sobre corrupção, mas não produz consenso e desloca o debate do âmbito político para o jurídico e especialmente penal. Em outras palavras, para o problema moral se impõe uma solução criminalizadora. A consequência é um ambiente antipolítico, no qual o descrédito com as instituições produz indiferença frente à cidadania democrática<sup>64</sup>. Quanto a esse diagnóstico, a partir da revisão de literatura realizada, pode-se afirmar que existe um consenso entre os autores de que o modelo de combate à corrupção instalado no Brasil tem como consequência um processo de deslegitimação da política democrática (AVRITZER; FILGUEIRAS, 2011; MESQUITA; MOISÉS; RICO, 2014; CUNHA, 2014; AVRITZER, 2016).

Avritzer (2016) avança no detalhamento deste clima de deslegitimação do sistema político avaliando a crise política do segundo mandato de Dilma Rousseff, afastada em maio de 2016, no decorrer de uma crise política que teve a Operação Lava Jato, maior investigação anticorrupção já executada no Brasil, como

---

<sup>64</sup> A respeito da avaliação dos brasileiros sobre sistema democrático, visitar pesquisa do Datafolha (2014) disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2014/03/1433561-brasileiros-preferem-democracia-mas-sao-criticos-com-seu-funcionamento.shtml>>. Acesso 15 nov. 2017.

protagonista<sup>65</sup>. Segundo o autor, a ênfase nas investigações e no maniqueísmo travado entre supostos culpados e seus algozes produz aversão à classe política. Logo, até o possível mérito político pela promoção do combate à corrupção é reduzido e o reconhecimento fica restrito à atuação de organizações como Polícia Federal (PF) e Judiciário (AVRITZER, 2016). Furtado (2012), que estuda justamente o Direito Administrativo, concorda sobre esse processo de enfraquecimento da legitimidade política gerado pela alta percepção da corrupção, afirmando que a corrupção faz com que o cidadão enxergue o Estado “como o inimigo a ser combatido, o que leva ao inexorável enfraquecimento da democracia” (FURTADO, 2012, p. 46).

Superando essa concepção histórica e criminalizadora da corrupção brasileira, estudos recentes, tanto em Ciência Política (AVRITZER, FILGUEIRAS, 2011; ARANHA, FILGUEIRAS, 2016), quanto em Direito Administrativo (FURTADO, 2012) e Economia (CARRARO, 2003; DAMÉ, CARRARO, 2007) apontam outras causas para casos contemporâneos. Os principais motivos, indicam os pesquisadores, seriam a impunidade, a política econômica e o regime político e eleitoral atual.

Em uma análise centrada na Economia da corrupção, Carraro (2003) pondera que o fenômeno é essencialmente econômico e, assim, possui razões econômicas<sup>66</sup>: “políticas econômicas não são neutras, trazem benefícios e custos, alteram os preços relativos, modificam ganhos e, modificam a forma como os agentes racionais e maximizadores de renda se comportam” (CARRARO, 2003, p. 15).

Ao analisar 10 casos brasileiros registrados nas últimas décadas, Furtado (2012) conclui, em sua tese de Direito Administrativo, que o sistema jurídico-administrativo brasileiro, que produz impunidade, é o principal fator para a corrupção brasileira. Na ocasião, o autor analisou “as medidas judiciais ou administrativas adotadas para condenar os culpados e reaver os recursos desviados”, além das “medidas administrativas ou modificações legislativas eventualmente empreendidas para corrigir as causas ou vulnerabilidades que permitiram a ocorrência das fraudes ou dos desvios de recursos públicos analisados” (FURTADO, 2012, p. 213).

---

<sup>65</sup> A respeito do cenário político brasileiro em 2016, acessar o seguinte endereço eletrônico: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-12/retrospectiva-politica-2016>>. Acesso 23 jul. 17.

<sup>66</sup> Tópico seguinte discute de como a corrupção pode implicar em cenários econômicos negativos.

De modo periférico, Furtado (2012) aponta ainda a pobreza como uma das “raízes da corrupção no Brasil”. Segundo o autor, a pobreza (que também pode ser consequência) implica na falta de instrução da população e na falta do zelo sobre a política, o que facilitaria a atuação de criminosos, já que estão sob baixo índice de fiscalização qualificada.

Em contrapartida, ao investigar a eficácia do investimento em Educação como estratégia de luta contra corrupção, Damé e Carraro (2007) desconstruem a noção bastante recorrente no senso comum de que o avanço em políticas educacionais poderia reduzir os índices de corrupção, aumentando a fiscalização qualificada a qual Furtado (2012) se refere. Pelo contrário, alertam os autores, os mais instruídos tendem a tirar vantagens do sistema. A educação em si não seria um problema, mas só poderia contribuir para minimização do problema se associada a medidas de remodelagem institucional. Do contrário, quanto mais educação, mais corrupção, segundo os autores. “Logo, o problema seria institucional. A educação só ajudaria os indivíduos a se adaptarem melhor ao jogo burocrático. Para combater a corrupção, o foco deveria estar nas instituições e não nos agentes” (DAMÉ; CARRARO, 2007, p. 10).

Sustentando sua tese de que a morosidade do sistema jurídico favoreceria a incidência de casos de apropriação indevida de recursos públicos, Furtado (2012) afirma que a demora nos trâmites legais “constitui uma das maiores causas da corrupção administrativa” (FURTADO, 2012).

Em sintonia com essa análise do cenário institucional, ao analisar recentes acontecimentos políticos no Brasil, que tem a corrupção como protagonista de uma crise política, Avritzer (2016) realça que o desenho institucional brasileiro é uma das principais causas para a corrupção brasileira. A ênfase da leitura que o autor faz está nos financiamentos privados de campanhas eleitorais<sup>67</sup> e no presidencialismo de coalizão, já que ambos criam condições para negociações ilegais. No caso dos financiamentos privados, o dinheiro investido nas campanhas retorna às empresas como favorecimentos em licitações e projetos superfaturados. Já o presidencialismo de coalizão se torna pernicioso à medida que o partido que ocupa o poder executivo precisa negociar cargos administrativos em troca de apoio parlamentar, como

---

<sup>67</sup> Em 2015, o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou inconstitucionais as doações de pessoas jurídicas a campanhas. Nas eleições municipais de 2016 a doação de empresas já estava proibida e apenas pessoas físicas puderam direcionar recursos privados para apoiar campanhas eleitorais.



garantia de governabilidade. Os partidos ocupantes das pastas retribuem favores distribuindo projetos e/ou cargos, o que promove o inchaço da máquina pública, pelo menos<sup>68</sup>.

Embora Furtado (2012) discorde de Damé e Carraro (2007) na análise sobre a importância da população instruída e dos investimentos em Educação como munição contra o crime da corrupção, o diagnóstico geral sobre as causas encontra consenso, inclusive junto da análise de Avritzer (2016). Em suma, o que os autores afirmam é que o problema é de origem sistêmica e institucional. Para Furtado (2012), falta de punição; para Damé e Carraro (2007), burocracia institucional (administrativa e jurídica) e para Avritzer (2016) o presidencialismo de coalizão somado ao sistema eleitoral que permite as doações privadas em favorecimento das coligações.

Apesar do caráter interdisciplinar do fenômeno – que é estudado por diferentes áreas do conhecimento -, as pesquisas não conseguem dar conta de apreender, em sua totalidade e de forma eficaz, os efeitos da corrupção. Isso se deve, em grande parte, a natureza complexa e difusa do tema, conforme se adiantou no início deste capítulo.

Segundo relatório da Transparência Internacional, uma das consequências mais graves da corrupção no Brasil estaria na injustiça social. Para a entidade, “esse tipo de corrupção em grande escala e sistêmica resulta em violações de direitos humanos, freia o desenvolvimento sustentável e favorece a exclusão social” (GLOBO, 2017)<sup>69</sup>. De acordo com o mesmo documento, a corrupção também é um dos três maiores problemas para o progresso da América Latina, ao lado do populismo e da desigualdade. A literatura em Ciência Política corrobora com a ideia ao defender que o desvio de recursos públicos para benefício privado de poucos acentua a desigualdade social e favorece a exclusão política e social gerando injustiça (FILGUEIRAS; ARAÚJO, 2014).

A década de 1990 significou um avanço empírico no diagnóstico das consequências econômicas da corrupção. Os estudiosos se ampararam em dados da Transparência Internacional para dar um novo passo; no entanto, as

---

<sup>68</sup> A trajetória do presidencialismo de coalização e sua relação com a corrupção serão mais bem explicadas a seguir, em tópico sobre o cenário brasileiro registrado nas três décadas estudadas.

<sup>69</sup> Informações retiradas da reportagem: <<https://oglobo.globo.com/brasil/brasil-piora-tres-posicoes-no-ranking-de-corrupcao-da-transparencia-internacional-20821847>>. Acesso em 08 jun. 2017.

investigações se restringiram a indicadores econômicos e a percepção sobre as relações sociais permaneceu escassa (DAMÉ; CARRARO, 2007).

No início deste capítulo foi citada uma perspectiva da Economia que enxergava efeitos positivos na Corrupção. Esta visão é originada da escola funcionalista americana e foi superada nos anos 1990, quando outros aspectos passaram a ser considerados além do fomento das empresas beneficiadas por ocasião de negociações corruptas. Assim, a pobreza passou a ser considerada tanto como causa quanto como efeito do fenômeno estudado. Aliás, a literatura em Economia da Corrupção classifica fatores econômicos tanto como razão quanto como resultado da corrupção (CARRARO, 2003).

A pobreza aparece como consequência da corrupção ao passo que tais circunstâncias oportunizam a improdutividade e o corte de programas sociais, ampliando as disparidades entre as classes, pois as camadas mais pobres da população são “aquelas que mais necessitam da proteção do Estado, as que sofrem diretamente as consequências da corrupção” (FURTADO, 2012, p. 42).

A corrupção também impacta a Economia local e internacional de forma negativa (DAMÉ; CARRARO, 2007; CARRARO, 2003), gerando desconfiança dos mercados. A redução das receitas e aumentos dos gastos tem o déficit fiscal como consequência e, então, a inflação. Já os investidores privados são repelidos, alimentando um clima de incertezas e freando o desenvolvimento do país.

Outra consequência, no caso brasileiro, é a infraestrutura precária do país (CARRARO, 2003) e a diminuição da capacidade de desenvolvê-la. Como o financiamento privado de campanhas é apontado como uma das graves causas da corrupção, a consequência que se percebe é a ineficiência das obras públicas, que servem de margem para cobrança de porcentagens sobre contratos públicos com grandes empreiteiras que estabelecem relações com o governo desde o período autoritário (AVRITZER, 2016). Em um sistema corrupto não são os mais eficientes que se destacam no mercado de licitações, mas os mais dispostos a oferecer recompensas aos burocratas que os privilegiam (DAMÉ; CARRARO, 2007).

Além disso, um efeito da corrupção é a já mencionada perda da legitimidade do sistema político aos olhos da cidadania. A corrupção gera desestabilidade política e prejudica a governabilidade. Neste sentido, Avritzer (2016) sinaliza que o PT é o partido com legitimidade mais comprometida em razão das graves denúncias e

condenações que permearam o governo Lula, em 2005, com o escândalo do Mensalão e o governo Dilma, a partir de 2014, com a Operação Lava Jato, pois a prática corrupta contraria os pilares de projeto político do partido (AZEVEDO, 2009).

Diante desse breve balanço sobre causas e efeitos da corrupção, parece haver uma concordância entre os autores de que para se inibir a corrupção no Brasil são necessárias severas punições e fim do financiamento privado de campanha (AVRITZER, 2016; FURTADO, 2012). A participação social e a transparência<sup>70</sup> pública também aparecem como antídotos importantes contra a corrupção; já o sistema político aparece como limite para um combate efetivo.

## **2.2. Corrupção: o cenário brasileiro de 1990 a 2016**

Como discutido no tópico anterior, não há acordo definitivo entre os estudiosos brasileiros a respeito das causas da corrupção no Brasil. Há aqueles que defendem que se trata de um fenômeno histórico e cultural, cuja gestação ocorreu durante a travessia dos portugueses pelo Oceano Atlântico (HOLANDA, 1936 apud FURTADO, 2012), enquanto para outros cientistas contemporâneos, o problema não pode ser naturalizado ou considerado de causa cultural, vez que o índice de intolerância à corrupção é elevado no Brasil. Há ainda literatura capaz de enxergar benefícios econômicos das fraudes e uma visão jurídica que atribui à impunidade e ao sistema jurídico-administrativo brasileiro a essência da perpetuação da corrupção (FURTADO, 2012), enquanto cientistas políticos realçam que a conjuntura proposta pelo presidencialismo de coalizão, somada ao financiamento privado de campanha, representa uma das principais causas para tal (AVRITZER, 2016; FILGUEIRAS; ARAÚJO, 2014). Além disso, os estudiosos concluem que o desenho institucional do Estado brasileiro está munido de ferramentas suficientes para o combate à corrupção: são bons mecanismos de investigação e publicização, todavia, esbarram

---

<sup>70</sup> Em relação à defesa da transparência como mecanismo importante no combate à corrupção, um contraponto importante foi construído por um especialista em Psicologia Econômica. Segundo Muthukrishna (2017), a transparência só pode ser efetiva no combate à corrupção se estiver acompanhada de condições econômicas apropriadas ou punições severas. Do contrário, a transparência realça a percepção de que todos são corruptos, alimentando um descrédito em relação à classe política – conforme discutido neste capítulo mediante a citação de outros autores da Ciência Política e do Direito Administrativo. Para o autor, resta, em contextos de pobreza, a indução à corrupção, visto que os meios ilícitos para ascensão econômica demonstram-se mais sólidos que as alternativas lícitas. Sob esta perspectiva a pobreza é causa e também consequência da corrupção.

na etapa da responsabilização (FILGUEIRAS; ARAÚJO, 2014), o que corrobora com a tese de Furtado (2012) sobre a contribuição da impunidade.

O segundo ponto de polêmica sobre o fenômeno é a dificuldade de mensuração de sua ocorrência (CARRARO, 2003), por se tratar de um evento de caráter secreto – pelo menos até que seja denunciado (FURTADO, 2012). Quando um acontecimento relacionado à corrupção se torna público e pode ser contabilizado, é porque já foi investigado e descoberto, mas a impossibilidade de se medir os casos que não vieram a público – tanto no momento presente quanto no passado – se torna um problema constante, o que dificulta, por exemplo, a intenção de se comparar diferentes momentos históricos (AVRITZER, 2016). É leviano, portanto, supor que a incidência da corrupção tenha crescido ou decrescido em determinada época, já que os dados disponíveis tratam de casos revelados e não da quantidade total de esquemas de corrupção existentes em determinada época e localização. Em suma, é impossível medir em que períodos houve mais incidência da corrupção.

O fenômeno lida, portanto, com uma ampla variedade de condicionantes, a exemplo da relação do poder público com a imprensa, a liberdade de expressão da região, o desaparecimento dos órgãos investigadores e a autonomia do judiciário. Ainda que estejam garantidos esses itens, a dificuldade de mensuração da corrupção permanece.

Por algum tempo, as matérias jornalísticas foram referência para os índices que buscavam quantificar o fenômeno (CARRARO, 2003). Atualmente, porém, as pesquisas a respeito do fenômeno se baseiam na percepção da população a respeito da incidência de casos (AVRITZER, 2016). Apesar das limitações, pelos motivos já apresentados, este se torna o parâmetro mais aceitável de mensuração do fenômeno e comparação a nível global. Segundo o Portal Politize<sup>71</sup>,

(...) confiar nas percepções é o que há de mais seguro quando o assunto é corrupção, tendo em vista que os atos corruptos, em geral, são deliberadamente escondidos do público, tornando-se conhecidos apenas por meio de investigações e divulgação de escândalos (POLITIZE, 2017).

Referência no assunto, a Organização não governamental (ONG) Transparência Internacional (TI) divulga anualmente, desde 1995, o ranking de percepção da corrupção brasileira. O CPI (*Corruption Perception Index*) é um índice

<sup>71</sup> O Politize consiste em uma iniciativa que reúne pessoas que trabalham em rede pela promoção da educação política no Brasil. O portal oferece uma série de informações sobre a temática.

que expressa, em uma escala de 0 (muito corrupto) a 100 (muito limpo), o grau de percepção da corrupção entre funcionários públicos e políticos. O CPI é construído com base em 12 fontes diferentes (incluem o Banco Mundial e o Fórum Econômico Mundial). Essas fontes realizam pesquisas qualitativas, que são convertidas em várias escalas quantitativas. A Transparência Internacional combina os resultados dessas pesquisas, converte seus valores para uma escala de 0 a 100 e, assim, calcula uma média para cada nação. Para um país aparecer no ranking, é preciso que tenha sido pesquisado por pelo menos três das 12 fontes utilizadas naquele ano (por isso, o número total de países relacionados no índice varia anualmente) (POLITIZE, 2017; DAMÉ; CARRARO, 2007; MESQUITA; MOISÉS; RICO, 2014).

Na tabela a seguir, apresenta-se, para fins de ilustração do período histórico analisado, a trajetória do Brasil no ranking promovido anualmente pela TI<sup>72</sup>.

TABELA 1 - DESEMPENHO HISTÓRICO DO BRASIL NO RANKING DA CORRUPÇÃO DA TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL (TI)

ANO	POSIÇÃO BRASIL NO RANKING
1995	37º/41 países pesquisados
1996	40º/54 países pesquisados
1997	36º/52 países pesquisados
1998	46º/85 países pesquisados
1999	45º/99 países pesquisados
2000	49º/90 países pesquisados
2001	46º/91 países pesquisados
2002	45º/102 países pesquisados
2003	54º/133 países pesquisados
2004	59º/145 países pesquisados
2005	62º/158 países pesquisados
2006	70º/163 países pesquisados
2007	72º/179 países pesquisados
2008	80º/180 países pesquisados
2009	75º/180 países pesquisados
2010	69º/178 países pesquisados
2011	73º/182 países pesquisados
2012	69º/174 países pesquisados
2013	72º/175 países pesquisados
2014	69º/174 países pesquisados
2015	76º/167 países pesquisados
2016	79º/176 países pesquisados

FONTE: Adaptada de TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL (2017)

Cabe comentar que a posição ocupada pelo Brasil não pode ser tomada como parâmetro exato para avaliar seu avanço ou regresso no combate à corrupção, já que o número de países avaliados varia todos os anos. Assim, em determinadas situações, o Brasil pode estar sendo comparado com países

<sup>72</sup> A presente pesquisa contempla o período de 1990 a 2016, contudo, o ranking teve início em 1995.

percebidos como mais corruptos e, em outros, com países considerados honestos, o que impacta diretamente na posição ocupada no Índice de Percepção da Corrupção<sup>73</sup>. Além disso, vale frisar: os dados referem-se à percepção sobre a corrupção e não sobre a incidência do fenômeno de fato. Acrescente-se que segundo o Fórum Econômico Mundial<sup>74</sup>, que criou um ranking da corrupção a partir das impressões dos empresários, o Brasil é o 4º país mais corrupto do mundo (FORUM, 2017).

Ressalte-se que tal percepção pode estar sujeita ao grau de liberdade jornalística de dada região, mas também ao grau de tolerância que a população apresenta em relação a determinados crimes, já que a corrupção pode representar desvios bilionários de recursos financeiros, como se atribui à Operação Lava Jato, bem como a comum preferência de contratação de familiares em cargos públicos (nepotismo)<sup>75</sup>. Desta forma, segundo Thompson (2002), os respondentes podem relativizar a gravidade do delito em questão, a depender da cultura local, seja mais rígida ou condescendente. Assim, um caso de corrupção é rejeitado pela população e se torna um escândalo a depender do grau de tolerância da comunidade envolvida (THOMPSON, 2002) ou ainda da gravidade das acusações (AZEVEDO, 2010).

Para se transfigurar num escândalo é necessário que a denúncia repercuta e reverbere entre os formadores de opinião e provoque reações em cadeia suficientemente fortes para que o caso se transforme num assunto “quente” na opinião pública. Ou seja, num escândalo midiático (AZEVEDO, 2010, p. 14-15).

Feitas tais ressalvas, assume-se a impossibilidade de se afirmar que a corrupção brasileira tenha crescido ou decrescido ao longo do período analisado. O que se pode afirmar, pelo menos, é que um número maior de casos foram revelados em alguns períodos específicos e que apresentam um crescimento quantitativo de

<sup>73</sup> O histórico está disponível no site da TI: <<https://www.transparency.org/>>. Acesso 05 mai. 2017.

<sup>74</sup> A organização suíça leva em consideração a opinião de 15.000 líderes empresariais de 141 economias do mundo. Ranking disponível em: <<http://reports.weforum.org/global-competitiveness-index/competitiveness-rankings/#series=GCI.A.01.01.02>>. Acesso em 05 mai. 2017.

<sup>75</sup> Sobre tolerância do brasileiro à corrupção acessar dados da pesquisa Datafolha (2017): <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2017/10/1923935-maioria-rejeita-rouba-mas-faz.shtml>>. Os dados atuais demonstram que a intolerância ao fenômeno cresceu em dez anos. Para averiguar essa afirmação, acessar e comparar dados do IBOPE (2006), em: <[http://www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/cbn/capital\\_290306.htm](http://www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/cbn/capital_290306.htm)> ou pesquisa completa em: <[http://www4.ibope.com.br/congressoabep/publicacao2008/8\\_Corruptao\\_na\\_Politica\\_Eleitor\\_Vitima\\_ou\\_Cumpllice.pdf](http://www4.ibope.com.br/congressoabep/publicacao2008/8_Corruptao_na_Politica_Eleitor_Vitima_ou_Cumpllice.pdf)>. Acesso em 19 jul. 2017.

publicização<sup>76</sup>. Tal índice não pode induzir à afirmação de que a corrupção cresceu no Brasil, mas sim que investigação e julgamento se tornaram mais frequentes. “O processo de abertura democrática, a recomposição da liberdade de imprensa e os instrumentos de controle e *accountability* tornaram os escândalos corrupção comuns e com uma frequência cada vez maior ao longo dos governos” (FILGUEIRAS; ARAÚJO, 2014, p. 48). Este novo cenário pode ser justificado, entre outros ingredientes, pelo novo desenho institucional e relação do governo federal com o Judiciário e órgãos de investigação, a exemplo do Ministério Público Federal e da Polícia Federal, que, a partir do governo de Luís Inácio Lula da Silva (PT), assumiram maior liberdade de investigação, e pela criação, da Controladoria Geral da União (CGU), em 2003 (AVRITZER, 2016; ARANHA; FILGUEIRAS, 2016).

Apesar da impossibilidade de se comparar o período democrático ao cenário de ditadura militar vivido pelo Brasil entre 1964 e 1988, pode-se afirmar, com base na literatura sobre o tema, que os primeiros 30 anos de democracia brasileira (a partir de 1986) representam um esforço de combate a corrupção. Historicamente, ditaduras não foram bem sucedidas em combater a corrupção, mas sim em acobertá-la, mantendo as fraudes em sigilo, como é do interesse dos infratores (FURTADO, 2012). Ademais, a década de 1990 foi nutrida por uma onda democratizante na América Latina que impulsionou mudanças estruturais dos governos latinos e, especialmente no Brasil, verificou-se um esforço na criação de mecanismos de controle (FURTADO, 2012; AVRITZER, 2016; FILGUEIRAS; ARAÚJO, 2014; ARANHA, FILGUEIRAS, 2016) ao mesmo tempo em que o assunto ganhou atenção, causando a sensação de que a corrupção de acentuou (CARRARO, 2003). Alguns acontecimentos representam marcos do período. Nos anos de 1960 e 1970 a corrupção e a impunidade estavam naturalizadas no Brasil e a Constituição de 1988 representou um marco importante, de um novo cenário.

Com a redemocratização do país na década de 1980, teve início no Brasil um padrão de participação e mobilização social e um esforço anticorrupção. A última democratização brasileira colocou gradativamente o tema da corrupção como agenda primordial. “O combate à corrupção é parte integrante da agenda de democratização do país formada 30 anos atrás” (AVRITZER, 2016, p. 17;

---

<sup>76</sup> No capítulo de apresentação dos resultados de pesquisa apresentam-se dados quantitativos que auxiliam na compreensão da oscilação temporal do volume de editoriais sobre corrupção publicados pela *Folha de S. Paulo* no período.

CARRARO, 2003; FILGUEIRAS; ARAÚJO, 2014). Naquele cenário de transição e busca por legitimidade, o que se constatava no início do processo de democratização era a ausência das instituições de *accountability* horizontal<sup>77</sup>. O crescente desvelamento de escândalos impulsionou, contudo, essa institucionalização anticorrupção, em um esforço de mudança (ARANHA, FILGUEIRAS, 2016; FILGUEIRAS; ARAÚJO, 2014; MESQUITA; MOISÉS; RICO, 2014).

Entre os eventos mais importantes, pode-se citar a criação da Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União, em 1992, com o objetivo de interromper obras suspeitas; a criação da Controladoria-Geral da União, em 2003, com a pretensão de se corrigir possíveis equívocos e a abertura para atuação da Polícia Federal em operações integradas.

A agenda anticorrupção é uma característica forte deste período (AVRITZER, 2016; ARANHA; FILGUEIRAS, 2016; CARRARO, 2003); entretanto, novas formas de transgressão se reformularam no poder público. O financiamento privado de campanhas eleitorais, apontado como uma das principais razões que sustentam a corrupção brasileira, torna-se um padrão. Não é à toa que todos os governos desde 1990 sofreram alguma acusação neste sentido. Desde 1985 o combate à corrupção se mostra ineficiente frente à reinvenção histórica a cada grupo no poder (AVRITZER, 2016).

Apesar das dificuldades, a retomada da democracia trouxe uma série de contribuições para combater a corrupção<sup>78</sup>. Além dos marcos mencionados, Avritzer (2016) destaca a atuação dos governos petistas, que, segundo ele, teriam facilitado à atuação dos investigadores da Polícia Federal e do Ministério Público Federal, entre 2003 e 2009<sup>79</sup>, com ações integradas do MPF e Receita Federal.

---

<sup>77</sup> “A *accountability* horizontal depende da existência de instituições autorizadas e dispostas a controlar, supervisionar, retificar e punir as ações realizadas pelos agentes públicos que sejam consideradas ilícitas por parte de outras agências e que representem um descaminho do interesse público. A *accountability* horizontal diz respeito aos mecanismos de *checks and balances* dos três Poderes republicanos, incluindo instituições do Poder Executivo, do Poder Legislativo e do Poder Judiciário.” (ARANHA, FILGUEIRAS, 2016, p. 17).

<sup>78</sup> Os autores apresentam um levantamento: “No período que compreende toda a experiência brasileira com a democracia, desde 1988, foram 116 normas criadas, cujo tema fundamental é o enfrentamento da corrupção. Importante observar que dadas as características do presidencialismo de coalizão brasileiro, 83% destas normas têm origem no Poder Executivo, 16% têm origem no Poder Legislativo e apenas 1% são leis de iniciativa popular” (FILGUEIRAS; ARAÚJO, 2014).

<sup>79</sup> O número de operações da PF saltou de 18, em 2003, para 288, em 2009, e 390, em 2014. O aumento gradativo é constante: em 2015 foram registradas 516 investigações e em 2016, 550. Os



Desde a redemocratização, o Brasil assinou ao menos quatro acordos internacionais com o intuito de combate à corrupção: 1) Convenção da Organização para Cooperação para o Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais<sup>80</sup> (firmada em 1997, promulgada em 2000); 2) Convenção Interamericana da Organização dos Estados Americanos (OEA) contra a Corrupção<sup>81</sup> (firmada em 1997, promulgada em 2002); 3) Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) contra a Corrupção – Convenção de Mérida<sup>82</sup> (firmada em 2003, promulgada em 2005); e 4) Convenção da ONU sobre Delinquência Organizada Transnacional – Convenção de Palermo<sup>83</sup> (firmada em 2000, promulgada em 2002) (FURTADO, 2012; FILGUEIRAS; ARAÚJO, 2014).

Além disso, essas mudanças incrementais das instituições do sistema de *accountability* no Brasil significaram uma maior capacidade para desvelar e tornar público diferentes escândalos de corrupção, os quais possibilitaram conjunturas de mudanças nas regras que fortaleceram o papel exercido por essas instituições na sociedade (ARANHA, FILGUEIRAS, 2016, p. 16).

Todavia, registrou-se um descompasso entre o excesso de regras administrativas e a escassez de punições criminais. Quanto mais escândalos, maior o aparato institucional para combatê-los, “em que a rota assumida pela mudança implica o gradativo fortalecimento institucional” (ARANHA; FILGUEIRAS, 2016, p. 20). O reforço desse aparato institucional não se traduziu exatamente em maior eficiência de redução da incidência da corrupção e isso se deve, em partes, à falta de cooperação interinstitucional. De acordo com a análise de Aranha e Filgueiras (2016), os órgãos de *accountability* não só deixam de colaborar entre si como ainda desenvolvem uma relação de “competição predatória”. Logo, persiste a percepção de impunidade, “decorrência de fatores sistêmicos ligados, especialmente, ao sequenciamento e complementaridade de ações de controle, quebrando o ciclo da *accountability* no momento da responsabilização dos agentes públicos” (ARANHA, FILGUEIRAS, 2016, p. 48; FILGUEIRAS, ARAÚJO, 2014).

---

dados que ilustram a evolução quantitativa estão publicados em: <<http://www.pf.gov.br/imprensa/estatistica/operacoes>>. Acesso em 20 jul. 2017.

<sup>80</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3678.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3678.htm)>. Acesso 16 nov. 2017.

<sup>81</sup> Dados em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/d4410.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4410.htm)>. Acesso 16 nov. 2017.

<sup>82</sup> Informações sobre o tratado disponíveis para acesso no seguinte endereço eletrônico: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2006/decreto/d5687.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/decreto/d5687.htm)>. Acesso 16 nov. 2017.

<sup>83</sup> Informações sobre o tratado disponíveis para acesso no seguinte endereço eletrônico: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5015.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5015.htm)>. Acesso 16 nov. 2017.

No entanto, do aumento da interação entre as instituições do sistema de *accountability*, não decorreu um processo cooperativo ou coordenado de ação conjunta, uma vez que as organizações lutam racionalmente por reconhecimento da opinião pública e têm interesses políticos bastante sólidos. Nesse sentido, a informação que as instituições de *accountability* passaram a reter serve a elas como recurso estratégico para assegurar a concretização de seus interesses e na luta pela opinião pública (ARANHA, FILGUEIRAS, 2016, p. 21).

Segundo a avaliação de Avritzer (2016) sobre a atuação dos governos petistas, o incremento institucional não foi suficiente para que o Partido dos Trabalhadores se consolidasse como símbolo de combate à corrupção. Segundo o autor, boa parte dos prejuízos da base do governo do PT se deve aos custos do presidencialismo de coalizão. A essa altura convém cautela acerca do diagnóstico de Avritzer (2016), já que os conceitos, embora trabalhados de maneira competente, parecem corroborar para uma defesa unilateral do PT, justificando com certo empenho os erros cometidos pelo partido. Por isso, cabe acrescentar uma crítica pela carência de um confronto maior que coloque em análise outras conjunturas partidárias.

A partir de 1988 também se verificou o fortalecimento e crescimento do Poder Judiciário. Quanto a isso, Avritzer (2016) alerta que, muito embora a Opinião Pública apoie o desempenho da PF, do MPF e da CGU, é preciso ponderar os limites dessa judicialização para que os avanços conquistados não sejam suprimidos pelos excessos.

O balanço do período de 1986 a 2016, que corresponde aos primeiros 30 anos de democracia brasileira, indica que apesar dos esforços desempenhados para batalha contra a corrupção, a sensação geral é de que a incidência do fenômeno aumentou. Porém, conforme já se comentou, foi a divulgação desses casos, principalmente por parte da imprensa, que trouxe o aumento da percepção da gravidade do problema<sup>84</sup> (MESQUITA; MOISÉS; RICO, 2014; CUNHA, 2014; THOMPSON, 2002), pois desde 1990 os casos dão continuidade, um ao outro, com uma “cobertura maciça da mídia aos escândalos, dando publicidade aos esquemas de corrupção” (FILGUEIRAS; ARAÚJO, 2014, p. 49).

Conforme já mencionado no tópico sobre causas da corrupção, o diagnóstico de Avritzer (2016) é que o presidencialismo de coalizão empregado pelo Brasil nestes anos de redemocratização fragilizou o sistema político criando

---

<sup>84</sup> Cunha (2014) demonstra movimento semelhante em Portugal na virada do milênio.

condições de favorecimento ao surgimento de casos de corrupção. As alianças políticas, acordos e negociações próprios do desse sistema político que depende de amplas alianças para conquistar apoio parlamentar e garantias de governabilidade, impõem negociações de cargos e orçamentos que acabam por oportunizar que recursos públicos sejam barganhados de forma desonesta. Este contexto, somado ao sistema de financiamento privado de campanhas eleitorais acaba sendo a mistura adequada para obras superfaturadas e licitações fraudadas. O cenário político seria uma das explicações para o expoente crescimento do número de ministérios entre 1994 e 2015 (AVRITZER, 2016; FURTADO, 2012).

Essa corrupção sistêmica implica, de acordo com a literatura em Ciência Política, em uma crise representativa, pois insere um “contexto de crítica social da política explícito, corroborando uma visão comum de que o Estado brasileiro é o espaço natural dos vícios, tendo em vista a máxima popular de que “todo político é ladrão.”” (FILGUEIRAS; ARAÚJO, 2014, p. 49). Neste viés, o efeito da corrupção chega à fragilidade do sistema político, deslegitimando o sistema político (CARRARO, 2003; MESQUITA; MOISÉS; RICO, 2014; FILGUEIRAS; ARAÚJO, 2014; AVRITZER, 2016; BOBBIO, MATTEUCCI; PASQUINO, 1998). Assim, em casos extremos, a corrupção e a intenção de combatê-la implicam na abertura de brechas para regimes autoritários<sup>85</sup> que tem como pretexto a promessa do fim definitivo da corrupção (FURTADO, 2012; FILGUEIRAS; ARAÚJO, 2014; BARASKO; SABET; SCHAFFNER, 2014).

Acerca do papel exercido pela cobertura jornalística no debate sobre corrupção apresenta-se o tópico seguinte.

### **2.3. O papel do Jornalismo no debate acerca da corrupção**

Embora esse seja o primeiro tópico dedicado a discutir a relação entre imprensa e corrupção, tal conexão foi mencionada em espaços anteriores, devido à relevância que a imprensa assume no debate público sobre o tema. Entretanto, é

---

<sup>85</sup> Foi o que aconteceu no Golpe de 1964, quando se justificou a intervenção militar com a proposta de pôr fim à corrupção, entre outras razões (GUAZINA, 2011). Movimento semelhante passou a se desenhar nos últimos anos, em razão da Operação Lava Jato, quando 35% da população passou a desejar o retorno do período autoritário, segundo o Instituto Paraná Pesquisas: <<https://exame.abril.com.br/brasil/um-a-cada-tres-brasileiros-apoia-intervencao-militar-no-pais/>>. Acesso em 25 out. 2017.

neste tópico que a dissertação se concentra em descrever as características da cobertura jornalística da corrupção apontadas pela literatura especializada.

A fim de demonstrar a relevância assumida pela temática nos estudos de Comunicação, a primeira parte do tópico reproduz um levantamento sobre a fatia ocupada pela corrupção nas pesquisas sobre escândalos políticos.

Parte do resultado da tese de Silva (2013) consiste em um panorama das pesquisas sobre escândalo político desenvolvidas a nível internacional entre 1998 e 2008. Ainda que se compreenda que nem todo escândalo político se origina da corrupção, tampouco que nem todo caso de corrupção se constitua em um escândalo (THOMPSON, 2002), os dados consolidados por Silva (2013) se mostram pertinentes, já que boa parte dos 63 trabalhos que a pesquisadora identificou com o termo “*political scandal*” referiam-se a escândalos de corrupção. Segundo o levantamento, os Estados Unidos é o país que mais se interessa pelo assunto, tendo produzido 33 dos 63 trabalhos publicados no período. O segundo lugar é ocupado pelo Reino Unido (08) e o terceiro pelo Brasil (03). A Comunicação e seus subcampos são a principal temática desses estudos.

Segundo o levantamento, a Ciência Política apresentou segundo maior número de trabalhos sobre escândalo, se dedicando a investigar o impacto do fenômeno no comportamento do eleitorado, principalmente. Em território brasileiro a pesquisadora encontrou 41 trabalhos sobre escândalo, sendo que o “Mensalão”, que esteve no centro das atenções durante o primeiro mandato de Lula (PT), é mencionado em 25 destes; 34 dos 41 estudos da Ciência Política estabelecem interface com a Comunicação.

Assim, Silva (2013) conclui que “a comunicação tem muito a contribuir no sentido de fazer avançar a pesquisa sobre o escândalo” (p. 167). O volume de pesquisas que tratam da interface entre Escândalos Políticos – sendo boa parte desses relativos a casos de corrupção – e Comunicação, sobretudo, cobertura midiática, evidencia a centralidade do desempenho da imprensa em tais circunstâncias. “Os escândalos políticos, entre os quais se incluem a corrupção individual ou sistêmica, constituem uma das principais matérias primas do Jornalismo político moderno” (AZEVEDO, 2010, p. 14).

Além de acionar a literatura de Comunicação é preciso recorrer a conceitos estudados pela Ciência Política. O objeto da pesquisa se estabelece da junção do

tema “editorial”, oriundo do campo da Comunicação, e do tema “corrupção”, explorado pela Ciência Política, embora este fenômeno de caráter interdisciplinar (DAMÉ; CARRARO, 2007) tenha se tornado objeto de outras vertentes das Ciências Sociais. Recentemente, começaram a surgir “trabalhos preocupados em discutir o papel do Jornalismo na cobertura do fenômeno e as eventuais tensões surgidas na relação entre atores jornalísticos, judiciais e políticos. Entre os estudiosos, é consensual o expressivo valor noticioso da corrupção política” (ARAÚJO, JORGE, 2015, p. 3).

A centralidade que a cobertura midiática representa no andamento dos casos de corrupção é destacada por outros campos de estudo, a exemplo desta citação da área do Direito.

O papel da imprensa na apuração e na divulgação dos escândalos constitui outra constatação inequívoca. As investigações oficiais somente tiveram início, em diversos casos estudados, após a divulgação de matérias jornalísticas e, não fosse a pressão social decorrente do acompanhamento realizado pela imprensa, certamente importantes investigações realizadas pelas Comissões Parlamentares de Inquérito instauradas no Congresso Nacional não teria tido o incentivo necessário à realização de investigações e à obtenção de provas (FURTADO, 2012, p. 435).

O uso da imprensa como mecanismo de combate à corrupção também foi ressaltado em artigo publicado por Sérgio Moro<sup>86</sup>(2004), na condição de pesquisador do Direito, antes da deflagração da Operação Lava Jato, quando analisava a relevância da imprensa para o desempenho da Operação *Mani Pulite* (Mãos Limpas), na Itália.

A publicidade conferida às investigações teve o efeito salutar de alertar os investigados em potencial sobre o aumento da massa de informações nas mãos dos magistrados, favorecendo novas confissões e colaborações. Mais importante: garantiu o apoio da opinião pública às ações judiciais, impedindo que as figuras públicas investigadas obstruíssem o trabalho dos magistrados, o que, como visto, foi de fato tentado. Há sempre o risco de lesão indevida à honra do investigado ou acusado. Cabe aqui, porém, o cuidado na desvelação de fatos relativos à investigação, e não a proibição abstrata de divulgação, pois a publicidade tem objetivos legítimos e que não podem ser alcançados por outros meios (MORO, 2004, p. 59).

A cobertura jornalística da corrupção adquire função importante no contexto democrático à medida que se articula como ferramenta de *accountability*

---

<sup>86</sup> Juiz da 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba, Sérgio Moro ganhou visibilidade pela atuação no julgamento da Operação Lava Jato. Sua trajetória passa por casos expressivos de combate à corrupção. Atuou na Operação Banestado, em 2010 (escândalo do Banco do Estado do Paraná na década de 1990) e foi juiz instrutor do Supremo Tribunal Federal (STF) durante julgamento do caso Mensalão (caso mais expressivo durante governo Lula, PT) (EBIOGRAFIA, 2016).

social. Ou seja, constitui um mecanismo de fiscalização e controle dos governos externo ao poder público e próximo da sociedade civil (MESQUITA; MOISÉS; RICO, 2014). Assim, a cobertura midiática funciona como fonte de informação para decisão dos eleitores (que podem punir seus representantes por meio da escolha do voto – *accountability* vertical); como pressão sobre as instituições de *accountability* horizontal ou ainda serve como substituta de uma falha atuação dos órgãos oficiais de prestação de contas (CUNHA, 2014).

Ainda que os meios de comunicação não possuam capacidade de fazer valer sanções legais, sua força advém do fato de ser capaz de produzir sanções sociais derivadas da exposição pública de atos ilícitos, que potencialmente pode afetar o capital político e a reputação de políticos e governantes. A simples exposição de malfeitos pode forçar a derrubada de ocupantes de cargos públicos, além de dar início a processos que podem gerar sanções legais (MESQUITA; MOISÉS; RICO, 2014, p. 199).

A análise de Aranha e Filgueiras (2016) sobre o desempenho das instituições brasileiras de *accountability* inclui a conclusão de que tais órgãos disputam justamente a influência da Opinião Pública - o que nem sempre ocorre em nome da defesa dos interesses públicos. “A lógica da disputa entre as instituições do sistema de *accountability* brasileiro ocorre não apenas em torno dos procedimentos, mas também em torno da opinião pública” (ARANHA, FILGUEIRAS, 2016, p. 41).

Com análise otimista do desempenho da imprensa, sem questionar muito os efeitos colaterais do pré-julgamento público de acusados, Furtado (2012) exalta a atuação dos jornalistas, constatando que “nos dias atuais a maior punição aplicável ao corrupto, ou à instituição envolvida em escândalos, é o dano à imagem” sendo a imprensa o juiz absoluto (FURTADO, 2012, p. 435). Sucintamente, o autor alerta para o risco de se condenar inocentes por meio da exposição pública negativa, afirmando que “abusos cometidos pela imprensa certamente sempre ocorrerão”, mas que a incapacidade do aparato institucional brasileiro “punir culpados ou ressarcir os cofres públicos acaba por legitimar plenamente a atuação da imprensa como único mecanismo de controle social e de combate à corrupção” (FURTADO, 2012, p. 435).

Neste sentido, nota-se um risco das avaliações que outros campos externos à Comunicação fazem da cobertura jornalística. Por desconhecer determinadas gramáticas e pressupostos, esses autores partem da análise dos benefícios da exposição midiática dos atores políticos acusados de corrupção sem colocar em xeque os prejuízos e o real valor embutido nessa cobertura. No limite,

tendem a considerar que a mera exposição de escândalos é necessariamente positiva, quando, na prática, requer um questionamento adicional sobre seu teor e, principalmente, suas consequências para as questões públicas.

A avaliação positiva do papel da imprensa na cobertura de escândalos de corrupção está em sintonia com o discurso de autolegitimação do Jornalismo, à medida que enaltece características que o colocam “do lado do interesse público” e contra malfeitores – não raramente a desacreditada política (GUAZINA, 2011). Assim, estudar o discurso da imprensa sobre a corrupção tende a parecer um tanto inócuo, visto que o discurso unânime contra o fenômeno que atinge a ordem social parece ser uma certeza, como discute Mont’Alverne (2016) durante análise da imagem do Congresso Nacional nos editoriais brasileiros.

(...) a cobertura crítica em relação ao campo político tem um papel de legitimação dos jornais como representantes do leitor, mas é importante considerar também que, em vários momentos, os agentes políticos facilitam que os periódicos cumpram esta função. Na medida em que entram em pauta escândalos políticos, não há como a empresa jornalística posicionar-se a favor, independentemente dos envolvidos – o que não significa que não possam direcionar a cobertura. Quem iria defender – em público – ações fraudulentas ou corrupção? Se, em alguns casos, os editoriais enquadram a cobertura de forma a defender seu ponto de vista, em outros, a própria situação já indica quais serão as compreensões privilegiadas – ainda que o Jornalismo atue e os reforce (ou não) com seus procedimentos e regras (MONT’ALVERNE, 2016, p. 201).

Se por um lado a cobertura jornalística é enaltecida no papel de combate à corrupção – o que se ilustra neste trabalho pelas citações originadas de estudos de natureza jurídica -, por outro, é questionada, tanto na Ciência Política quanto na Comunicação (FILGUEIRAS; ARAÚJO, 2014; GUAZINA, 2011; CARRARO, 2003; MESQUITA; MOISÉS; RICO, 2014; AVRITZER, 2016).

Parte dos estudos que tratam da cobertura jornalística da corrupção corrobora para esse diagnóstico de anacronismo entre a credibilidade do Jornalismo (enquanto se posiciona combativamente em casos de corrupção) e a desconfiança em relação à política, gerando uma oposição entre Jornalismo e Política (GUAZINA, 2011). Esses estudos são de natureza interdisciplinar (CUNHA; SERRANO, 2014), recentes (ARAÚJO; JORGE, 2015) e se limitam à cobertura noticiosa, com pouca investigação sobre o gênero editorial.

Tratando das possíveis relações entre corrupção política e Jornalismo, é preciso, antes, reivindicar a noção de visibilidade pública controlada pelo campo da comunicação, bem como a noção de interesse público defendida pela prática

idealizada de Jornalismo. Isso porque os casos de corrupção têm grande potencial para geração de escândalos políticos e é a causa dos mais emblemáticos. Todavia, para que um caso de corrupção efetivamente se torne um escândalo é preciso que o caso seja de conhecimento público – daí a relevância da comunicação de massa – e que seja considerado grave para a população (THOMPSON, 2002; SILVA, 2013; AZEVEDO, 2010). Sendo assim, o mesmo episódio de corrupção pode adquirir diferentes proporções de cobertura midiática e reação popular, a depender do grau de tolerância de determinada comunidade ao evento em debate.

É consensual, no entanto, o valor noticioso da corrupção (ARAÚJO; JORGE, 2015; AZEVEDO, 2010; THOMPSON, 2002). Do ponto de vista das organizações de mídia, os escândalos de corrupção se mostram atrativos sob diferentes perspectivas: 1) lucro financeiro, pois as histórias escandalosas atraem consumidor de notícias, 2) objetivos políticos, já que a atuação política é parte da história da imprensa, 3) autoconcepções profissionais, visto que a investigação do oculto é parte do *ethos* profissional do Jornalismo e 4) rivalidades competitivas, na disputa de mercado (THOMPSON, 2002).

A cobertura jornalística da corrupção possui características específicas. No Brasil, trata-se de uma cobertura ampla que tende a trabalhar com a personificação dos casos e a oposição de atores. Os casos são escandalizados e associados aos atores políticos envolvidos, contrapondo inocentes e culpados em um jogo maniqueísta e polarizado, assim, a especulação sobre a inocência ou culpa é a primeira etapa da condenação que começa justamente nos *media*, criando uma tensão entre imprensa e justiça (ARAÚJO, JORGE, 2015; MESQUITA; MOISÉS; RICO, 2014). Além disso, a prática jornalística, no que diz respeito à cobertura da corrupção, transmite a noção de corrupção endêmica e focada em atores específicos. As reportagens estão estruturadas em torno da exploração da imagem dos indivíduos (CUNHA, 2014; AVRITZER, 2016). Assim, não há debate profundo sobre o tema, suas causas, consequências e possíveis soluções (ALDÉ; VASCONCELLOS, 2008). “O Jornalismo não discute o fenômeno em si” à medida que omite o debate sobre “as motivações que se encontram na origem da corrupção” e as reais “formas de combatê-la”, logo, “não promove um debate público efetivamente sério” (ARAÚJO, JORGE, 2015, p. 5).



Corroborar com essa perspectiva as conclusões de Guazina (2011) acerca da cobertura televisiva do Escândalo do Mensalão<sup>87</sup>. Segundo a autora, houve uma ênfase nas denúncias e na desqualificação da política e dos atores políticos<sup>88</sup> enquanto se buscava alimentar a legitimidade e a credibilidade do próprio Jornalismo, que reivindica para si, em seu discurso, o papel de fiscalização do interesse público.

Essa cobertura classificada como espetacular (RUBIM, 2004; CUNHA, 2014) e até sensacionalista constitui uma incoerência (ARAÚJO, JORGE, 2015): à medida que o Jornalismo cobre a corrupção sob o pretexto de defesa do interesse público e, ao mesmo tempo, produz discursos superficiais e centrados nos indivíduos e não no problema (ALDÉ; VASCONCELLOS, 2008), acaba por reduzir seu papel social reivindicado em seu discurso de autolegitimação, pois “a simples visibilidade dada às denúncias de corrupção não é garantia de contribuição para a democracia” (GUAZINA, 2011, p. 65).

Outra característica da cobertura noticiosa da corrupção é a tendência de incitação à indignação, tom acusatório, com discurso legalista e personificado que tende à desqualificação da política (GUAZINA, 2011; AVRITZER, 2016). Portanto, segundo a literatura, essa tendência de não se aprofundar o debate sobre o problema não deixa de ser uma maneira de atuação política.

Esse movimento, todavia, não deve confundir-se com ausência de objetivos políticos. Ao contrário, entende-se que a despolitização da prática jornalística por nós sugerida possui o claro efeito político, mas também social e cultural, de suplantar o debate e impedir a real compreensão pública do fenômeno (ARAÚJO, JORGE, 2015, p. 12).

Enfim, à medida que o fenômeno da corrupção se revela altamente noticioso (CUNHA, 2014; ALDÉ; VASCONCELLOS, 2008) pelo fato de estar no centro do interesse público (trazendo graves consequências para o desenvolvimento de nações democráticas) e, portanto, justificar a prática jornalística idealizada, de defesa do bem comum (AZEVEDO, 2010; THOMPSON, 2002; GOMES, 2009), ao mesmo tempo, não cumpre esse papel (ARAÚJO; JORGE, 2015). A cobertura se mostra superficial, tendencialmente acusatória (CUNHA, 2014) e direcionada a um

---

<sup>87</sup> Denúncia revelada pela *Folha de S. Paulo* em 2005 dava conta de um esquema de corrupção pelo qual a base aliada do governo Lula recebia uma mesada em troca de apoio parlamentar. O caso será retomado no tópico sobre a história do jornal, bem como no capítulo de análise.

<sup>88</sup> Sobre percepção dos brasileiros sobre honestidade dos políticos à época do Mensalão, acessar pesquisa disponível no endereço online: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/1226822-metade-dos-brasileiros-nao-consegue-citar-nome-de-politico-honesto.shtml>>. Acesso 15 nov. 2017.

discurso legalista e personificado, centrado na desconstrução da imagem pública dos acusados.

É cabível a suposição de que a imprensa age na direção do desejo popular de combate ao fenômeno, fim da impunidade, honestidade e eficiência da máquina pública. É uma característica midiática relacionada tanto ao apelo comercial da audiência atraída pelo escândalo, quanto ao discurso do papel social do Jornalismo (THOMPSON, 2002; GOMES, 2009; AZEVEDO, 2010; CUNHA, 2014). A decisão editorial também é norteada, em parte, pela audiência e regida por valores econômicos (WANTA, 2015; BELTRÃO, 1980). Por isso, não causa estranhamento o fato que boa fatia do volume de conteúdo gerado pelas redações jornalísticas sirva ao interesse variado do público e não ao interesse público, como a deontologia da profissão pretende defender (GOMES, 2009). A economia impacta no conteúdo das notícias, pois a lógica da audiência prioriza o entretenimento, o que nem sempre é negativo, já que se pode gerar engajamento político por meio do entretenimento (WANTA, 2015).

Diante da análise do seu potencial noticioso (JORGE; ARAÚJO, 2015; AZEVEDO, 2010; THOMPSON, 2002), seja por razões comerciais ou políticas, verifica-se que a temática da corrupção é impulsionada duplamente (CUNHA, 2014), pois contém forte apelo do público e ainda representa de forma simbólica o discurso de autolegitimação do Jornalismo que se diz a serviço do bem público e no contexto de influência do Jornalismo americano, de discurso liberal, se propõe a fiscalizar o campo político, denunciando excessos. “A meta aqui é reduzir os nichos do segredo, possivelmente sequestrando para o domínio do público aquilo que o Estado ou o campo político gostariam de manter reservado” (GOMES, 2009, p. 74). Assim, a prerrogativa do “quarto poder” é validada em momentos em que a corrupção vem à tona (AZEVEDO, 2010; MESQUITA; MOISÉS; RICO, 2014; ALDÉ, 2008; SILVEIRA, 2014). “A revelação de segredos ocultos do poder é vista por alguns jornalistas como uma forma de exercer sua missão de guardiões do interesse público” (THOMPSON, 2002, p. 60), uma demanda que está expressa inclusive no Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. O próprio site da ONG Transparência Brasil orienta que os cidadãos procurem a imprensa para fazerem denúncias de corrupção, o que reforça a prerrogativa das empresas de mídia em agir em nome do público (AZEVEDO, 2010), tal qual defendido em seu discurso (GOMES, 2009).

A Transparência Brasil não investiga ou encaminha denúncias de corrupção. Para essas questões, sugerimos entrar em contato com veículos de imprensa, com corregedorias e controladorias estaduais e municipais ou com o Ministério Público local (TRANSPARÊNCIA BRASIL, 2017).

Contudo, no ímpeto normativo de exercer uma atividade social fortemente atrelada ao regime democrático, isto é, pretendendo zelar pelo interesse público e fiscalizar os poderes, o Jornalismo concentra esforços na cobertura da corrupção (MESQUITA; MOISÉS; RICO, 2014). Esse demasiado enfoque nos aspectos negativos da vida pública tem por consequência elevados índices de percepção da corrupção e, por fim, uma aversão da população em relação à classe e ao sistema político (AVRITZER, 2016; GUAZINA, 2011). Sendo assim, segundo os autores mencionados, ao passo que a imprensa contribui para o combate à corrupção também colabora para a fragilização do regime democrático. É um paradoxo relativo ao seu papel social. Se por um lado os jornais expõem a imagem de criminosos e, de alguma forma, responsabilizam culpados – amenizando as falhas das instituições de *accountability* – por outro, o exagero no tom negativo e justiceiro tende a desqualificar o sistema político e afastar a população da efetiva participação.

O diálogo entre a deontologia profissional e a prática da cobertura jornalística da corrupção revela ainda que, embora haja um esforço – tanto nos procedimentos técnicos, quanto no discurso empresarial – em se promover uma cobertura imparcial, a própria natureza negativa do fenômeno da corrupção gera uma cobertura que tende a favorecer determinados grupos e criminalizar outros. Os acusados têm a imagem pública prejudicada enquanto seus opositores privilegiam-se das circunstâncias para projetar-se como alternativa honesta (CUNHA, 2014). Trata-se de máxima “quanto pior, melhor” (AZEVEDO, 2010). Cunha (2014) avança este raciocínio, propondo que as empresas de comunicação de massa usam a cobertura jornalística como ferramenta intencional de atuação política norteada por seus interesses privados.

Os estudos da cobertura jornalística permanecem limitados à seção informativa, sem muita exploração do papel político adotado pelas empresas nos editoriais.

Buscando avançar nesse sentido, o próximo capítulo passa a apresentar as estratégias metodológicas desta pesquisa e dedica-se a apresentar de maneira detalhada os procedimentos adotados para resolução do problema de pesquisa.

### 3. ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

Esta é uma pesquisa longitudinal, quanti-qualitativa<sup>89</sup>, e também pode ser classificada como “comparação diacrônica” (SARTORI, 1981), tendo os editoriais da *Folha de S. Paulo* como *corpus* de uma análise das variações encontradas no discurso sobre corrupção ao longo do tempo. Isto é, ocorrências através do tempo. Serão analisados os editoriais da *Folha de S. Paulo* ao longo de 27 anos (de 1990 a 2016).

A investigação está estruturada em três momentos fundamentais: 1) como etapa descritiva e acessória, análise quantitativa do universo coletado; 2) etapa central da pesquisa, análise qualitativa de amostra dos editoriais; e 3) como estratégia complementar à análise qualitativa do empírico, entrevista em profundidade com editorialistas do impresso investigado.

O capítulo aqui iniciado tem por objetivo detalhar os procedimentos metodológicos traçados em busca de respostas ao problema de pesquisa. Na primeira parte, apresentam-se características do jornal estudado. Na sequência, há um descritivo das técnicas de coleta e análise.

#### 3.1. Breve apresentação do jornal *Folha de S. Paulo*

O objetivo desta seção é introduzir o objeto empírico da dissertação, apresentando sucintamente a história do jornal *Folha de S. Paulo*, sua linha editorial e principais transformações editoriais sofridas nos últimos 30 anos.

A importância em reconhecer o percurso histórico do jornal e as principais mudanças estruturais sofridas pelo periódico está na consideração de que tais características gráficas e editoriais incidem na abordagem dada pelo jornal em seu espaço opinativo (o que está contemplado na *hipótese 2*). Pelo fato de esta pesquisa recuperar o percurso do discurso editorial de 27 anos, esse reconhecimento torna-se fundamental, para que as alterações internas e externas ao jornal não sejam

---

<sup>89</sup> Nas Ciências Sociais, “durante muito tempo, houve disputa entre as duas concepções, cada qual querendo se impor e deslegitimar a outra. Nas últimas décadas, contudo, a rivalidade deu lugar à colaboração e à busca de uso casado ou, mesmo, simultâneo de técnicas qualitativas e quantitativas, admitindo-se que ambas contribuem, de maneiras diferentes, mas complementares, para a compreensão dos fenômenos sociais. Assim, a perspectiva contemporânea dominante na sociologia é de conciliação e complementaridade entre as duas metodologias.” (ALONSO, 2016, p. 8).

desprezadas, muito embora se reconheça a impossibilidade de considerar todos esses aspectos como variáveis incidentes no discurso.

Vale salientar que ao longo do período analisado o próprio Jornalismo sofreu interferências significativas, alterando as formas de se produzir, comercializar e consumir notícias (FOLHA, 2017; CUNHA, 2014). Assim, essas modificações não são apenas de ordem editorial e circunscritas ao contexto interno do jornal, mas também extrapolam os limites da organização e são oriundos das inovações tecnológicas e sociais (GRÖNVALL, 2015).

Sob a perspectiva externa à empresa, podem ser observados, superficialmente, o desenvolvimento da tecnologia e as alterações na dinâmica econômica. A expansão da internet, nos anos 1990, e o surgimento de dispositivos móveis, por exemplo, alteraram a gramática da produção da notícia impressa e provocaram as organizações midiáticas a reorganizarem seus modelos de negócio em busca de audiência e financiamento. Já a instantaneidade dos meios eletrônicos e, sobretudo, digitais, forçaram os meios tradicionais a buscarem novas formas de readequar sua função no mercado da informação. Essas alterações podem ser verificadas como demandas tratadas em diferentes versões do projeto editorial da *Folha de S. Paulo*, conforme será comentado mais adiante.

Outras alterações, de natureza interna, também devem ser consideradas, à medida que o jornal recicla seu projeto editorial, altera a disposição das matérias, inova na diagramação. A exemplo disso, a *Folha de S. Paulo* costumava publicar, nos anos 1990, três editoriais diários, na mesma coluna onde desde 2006 publica dois textos e, em algumas ocasiões, apenas um. Assim, a seleção das pautas ficou mais criteriosa - já que agora são tratados apenas dois temas por dia - e, ao mesmo tempo, a argumentação se aprofundou - com mais espaço para discutir as pautas do dia.

É preciso reconhecer a limitação de se apreender todas essas influências, que não são tratadas neste trabalho como variáveis. Ainda assim, reconhece-se que ao longo do tempo a produção sofreu uma série de mudanças de natureza interna e externa e que tais contribuições afetam essas publicações.

### **3.1.1. Breve história da *Folha de S. Paulo***

A prioridade deste tópico é apresentar um breve resumo da história do jornal analisado, selecionando marcos importantes para o objeto de pesquisa. Assim, o destaque são posicionamentos históricos adotados pelo veículo e os projetos editoriais que o nortearam neste período.

O periódico surgiu em 19 de fevereiro de 1921, em São Paulo, quando Olival Costa e seu sócio Pedro Cunha fundaram a chamada *Folha da Noite*. A redação foi instalada em uma sala no centro de São Paulo e a impressão era feita nas oficinas de *O Estado de S. Paulo*. Isso porque os fundadores da *Folha* eram jornalistas de *O Estado de S. Paulo*, que antes acumulavam um segundo emprego no "Estadinho", edição vespertina do "Estado". Quando o Estadão fechou o vespertino, logo após a primeira Guerra, os jornalistas propuseram que a empresa fizesse a impressão e distribuição do novo "jornal da tarde". Os custos seriam pagos posteriormente. O *Estadão* aceitou e Júlio Mesquita Filho, número 1 de *O Estado de S. Paulo*, inclusive escreveu o primeiro editorial (FOLHA, 2001; AZEVEDO, 2016; ALBUQUERQUE; HOLZBACH, 2008; PINTO, 2012).

Em uma época em que as transmissões de rádio começavam a se estruturar no Brasil, a *Folha da Noite* surgiu com a intenção de informar os assalariados urbanos, aqueles que retornavam para casa após o serviço em linhas de bondes elétricos e queriam ter acesso às últimas notícias (PINTO, 2012).

A primeira expansão veio em julho de 1925, quando foi criado o jornal *Folha da Manhã*, edição matutina da *Folha da Noite*.

O que distinguia a *Folha* de outros veículos era a linguagem simples e um estilo mais leve, "que contrastava com a sisudez e austeridade dos demais jornais", como dizia Cunha. Seus fundadores achavam que o jornal deveria se manter independente em relação a partidos e adotar uma linha flexível, mudando de opinião sempre que fatos novos assim o exigissem, já que posições assumidas no passado não eram pretexto para a "estagnação da razão" (FOLHA, 2001).

A intenção de manter-se independente revela certo pioneirismo da *Folha*, à "época em que os jornais costumavam se alinhar explicitamente a determinadas facções políticas" (PINTO, 2012, p. 15).

Em 1931 a *Folha de S. Paulo* foi comprada por Octaviano Alves de Lima. O novo proprietário, de uma família de fazendeiros de café, mudou a linha editorial do jornal e os problemas urbanos ficaram em segundo plano. Sucursais foram abertas no interior e a agenda do agronegócio tornou-se prioritária (FOLHA, 2001; ALBUQUERQUE; HOLZBACH, 2008).

Quatorze anos mais tarde a direção mudaria mais uma vez. Em 10 de março de 1945, José Nabantino Ramos, Clóvis Queiroga e Alcides Meirelles assumem a Empresa *Folha da Manhã* manifestando o intuito de “defender a democracia” (FOLHA, 2001), que se apresentava como extensão do capitalismo industrial, na avaliação de Albuquerque e Holzbach (2008). Quer dizer, além da preocupação com a gestão empresarial, o discurso de imparcialidade foi adotado como política redacional e estratégia mercadológica visando ampliação do público leitor, principalmente, a classe média. Deve-se a esse momento (e ao gestor do período) boa parte do processo de profissionalização do jornal.

Entre o final da década de 1940 e meados de 1950, Nabantino foi o precursor de várias medidas de profissionalização. Escreveu e divulgou em 1948 o “Programa de ação das Folhas”, que estabelecia prioridades e procedimentos internos. Instituiu contratação por concursos, avaliação interna, prêmios por desempenho, reuniões mensais para discutir metas e problemas e controle de erros de informação (PINTO, 2012, p. 31).

No dia 1º de julho de 1949, Nabantino relançou a *Folha da Tarde*. Dez anos depois, porém, percebeu de que não havia “fatos novos em quantidade suficiente” para alimentar três jornais. No primeiro dia do ano de 1960, foram reunidos três títulos da empresa (o carro-chefe *Folha da Manhã*, a *Folha da Tarde* e a mais antiga *Folha da Noite*) em um só jornal - a *Folha de S. Paulo*, que à época concorria com o *Diário de S. Paulo*.

Em 1962, a *Folha* troca novamente de comando e é vendida aos empresários Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho, que assumem o controle acionário da empresa *Folha da Manhã*. O ingresso no mercado da notícia teria sido uma surpresa ao empreendedor nato que havia em Frias, à época proprietário de uma corretora de valores e da Estação Rodoviária de São Paulo. Com negócios bem sucedidos, faltava vontade para investir em um jornal, o que teria sido encorajado por seu sócio, Carlos Caldeira Filho. Com talento para transformar negócios decadentes em fontes lucrativas, a dupla investiu em mudanças.

Ao mesmo tempo em que tratavam de sanear as finanças da empresa, os novos donos abriram quatro frentes de atuação: a melhoria da distribuição, a expansão empresarial, a modernização tecnológica e a disputa por anunciantes (PINTO, 2012, p. 42).

A *Folha* teve papel ativo no apoio ao Golpe de 1964, o que ficou registrado nos editoriais da época.

Os editoriais de abril de 1964 mostravam um jornal convencido de que o Congresso elegeria um novo presidente dentro do prazo constitucional. A história, porém, foi outra, arquivando o investimento em Jornalismo, retomado apenas quatro anos mais tarde (PINTO, 2012, p. 49).

Durante a ditadura, o jornal gradativamente se aproximou dos estudantes e da esquerda, segundo relatado por Pinto (2012). Os editoriais foram suspensos entre 1972 e 1976 e depois novamente suspensos em 1977.

Àquela altura, Octavio Frias consolidava a convicção de que o jornal não era um negócio como os outros. Não bastava ter a melhor impressão, chegar mais cedo à casa do leitor, nem mesmo ter os melhores jornalistas. Era preciso que a *Folha* desenvolvesse também uma identidade editorial marcante. A imprensa era um negócio com dimensões “intangíveis”, difíceis de mensurar, mas traduzidas em conceitos como “credibilidade” e “prestígio” (PINTO, 2012, p. 61).

Embora a *Folha* tenha apoiado o golpe militar de 1964, a partir de 1976 o jornal assumiu um papel protagonista no processo de redemocratização do Brasil. A empresa criou uma proximidade muito forte com o movimento *Diretas Já* (FOLHA, 2011; AZEVEDO, 2016; PINTO, 2012), o que ficou demonstrado de forma explícita nos editoriais, a começar pelo “Por eleições diretas”, publicado em 27 de março de 1983, bem como aquele publicado em 17 de novembro do mesmo ano. O tema foi assunto dos editoriais nos três dias que antecederam o que se esperava ser um grande comício em São Paulo. A edição do domingo foi especial. Apesar da frustração pelo baixo desempenho do evento do dia 27 de novembro, o editorial do dia seguinte, escrito por Frias Filho, debatia as razões da fracassada manifestação (PINTO, 2012).

Para alguns autores, mais que defesa de padrões democráticos, a empresa buscava um apelo de mercado (KUCINSKI, 1998) e esta teria sido uma estratégia para competir com o tradicional e conservador *O Estado de S. Paulo* (ALBUQUERQUE; HOLZBACH, 2008), conquistando uma faixa de mercado que estava impaciente diante dos fatos que não mereciam, na perspectiva do *Estadão*, cobertura (PINTO, 2012).

Em 1981, ainda no formato de um documento de circulação interna, a empresa lança o “A Folha e alguns passos que é preciso dar”, com o intuito de sistematizar uma primeira versão de projeto editorial. Os destaques do documento eram: informação correta, interpretações competentes sobre essa informação e pluralidade de opiniões sobre os fatos (PINTO, 2012). Albuquerque (2008) avalia



que tal iniciativa significou uma continuidade ao processo de profissionalização do Jornalismo brasileiro moderno inaugurado pela reforma proposta pelo *Diário Carioca* na década de 1950. Trinta anos depois, com mercado amadurecido, a FSP estaria consolidando as “condições efetivas de independência frente aos interesses políticos particulares” (ALBUQUERQUE, 2008, p. 109).

Uma segunda linha de apropriação deste discurso se refere a outras reformas jornalísticas, as quais, embora realizadas em outros contextos históricos e dotadas de características diferentes, reivindicam para si a continuidade do legado da reforma original. Particularmente importante, desde ponto de vista, é o modo como o fazem os ideólogos da reforma da *Folha de S. Paulo*, ocorrida na década de 1980 (ALBUQUERQUE, 2008, p. 108).

Em 1984 surge um segundo documento interno, que inaugurou o *Projeto Folha*. No mesmo ano também foi publicado o *Manual de Redação*. Neste momento a bandeira do apartidarismo e profissionalismo fica mais evidente, tendo o Jornalismo americano como principal referência (ALBUQUERQUE; HOLZBACH, 2008; SILVA, 1991). Com a publicação do primeiro Projeto Editorial, a *Folha* realça a opção de “administrar a redação como uma empresa industrial moderna” e assim, se assume como produto sujeito às leis de mercado (MEDINA, 1978). O Manual de Redação da *Folha de S. Paulo* realça como o Jornalismo americano exerceu influência no Brasil.

A leitura do Manual de Redação desse jornal e dos estudos científicos que vêm sendo feitos a seu respeito mostram com clareza indiscutível que se tem ali um caso de influência consciente, não-ocasional do Jornalismo americano sobre o brasileiro (SILVA, 1991, p. 86).

As edições foram lançadas em 1984, 1987, 1991, 2001 e tem previsão de nova versão para o segundo semestre de 2017 (FOLHA, 2017). De acordo com a avaliação de Albuquerque e Holzbach (2008), a iniciativa da FSP em documentar seus valores a partir da década de 1980 representou um marco no Jornalismo brasileiro, tornando-se referência em outras redações e, inclusive no ensino de Jornalismo nas universidades. O documento inédito e inovador<sup>90</sup> – já que era dirigido ao público externo e não apenas ao corpo profissional - sinalizava a estruturação da imprensa pós-ditadura e, ao mesmo tempo, reivindicava um espaço fundamental do jornal na nova democracia em formação.

<sup>90</sup> Poucos jornais – exceção da *Folha* – consolidam suas linhas ou tampouco a tornam pública. Aprende-se e internalizam-se valores e normas no dia a dia de uma redação.

Mais do que um texto técnico, destinado a ensinar os procedimentos jornalísticos que o jornal considerava corretos, o manual da *Folha de S. Paulo* se constituiu um *manifesto político* sobre o lugar que caberia ao Jornalismo em geral, e à *Folha* em particular, ocupar na nova democracia brasileira (ALBUQUERQUE; HOLZBACH, 2008, p. 151).

O papel que a *Folha de S. Paulo* então reivindicava na esfera democrática resumia-se em mediar as relações entre cidadãos comuns e instituições políticas. Para tal feito, o jornal também reservou uma parte do documento para discussão das condições ideais de exercício do trabalho da imprensa na democracia. Segundo Albuquerque e Holzbach (2008), a originalidade do documento se deve ao fato da empresa de comunicação colocar-se como executora de um papel político legitimado pela escolha comercial que o leitor faz ao comprar o jornal. É o que os autores classificam como “modelo privatizado de contrato representativo”.

Mais do que um documento interno, o manual de 1984 teve como propósito expor ao público os novos compromissos assumidos pelo jornal e ditar as regras que, a partir do Projeto Folha, deveriam ser seguidas como ideais de um Jornalismo “sério e objetivo”. Coerentemente com isso, ele foi o primeiro manual da redação a ser disponibilizado ao público comercialmente no Brasil (ALBUQUERQUE, HOLZBACH, 2008, p. 157).

O tom de manifesto do *Manual de Redação* se repetiu em 1987 e 1992, mas perdeu sua força em 2001, quando adquiriu caráter de “guia informativo e técnico em que praticamente inexistente a discussão política que permeia as demais edições.” (ALBUQUERQUE, HOLZBACH, 2008, p. 152).

A FSP publicou o segundo projeto editorial em 1985, acrescentando o Jornalismo de serviço e adoção de novas técnicas visuais. Em 1992, o empresário Octavio Frias de Oliveira assumiu a totalidade do controle acionário da companhia e a *Folha* se consolidou como o jornal com a maior circulação paga aos domingos (média de 522.215 exemplares). No ano de 1996 o jornal implantou o Programa de Qualidade, com o objetivo de reduzir erros de português e de informação.

De acordo com os relatos de Pinto (2012) sobre a relação da *Folha* com os governos de FHC e Lula, chama a atenção os atritos gerados justamente pela cobertura que o jornal promoveu dos escândalos de corrupção ocorridos durante as administrações tucana e petista. Ambos os presidentes haviam trabalhado como colaboradores e colunistas da *Folha* e não raras vezes enfrentaram o jornal: em 2006, Lula fez graves acusações à imprensa em razão do Mensalão que havia sido revelado pelo jornal por meio de entrevista exclusiva que o então deputado petebista

Roberto Jefferson concedeu à jornalista Renata Lo Prete. A matéria foi o estopim do escândalo de 2005<sup>91</sup>.

De igual modo, Fernando Henrique Cardoso, ao encerrar seu mandato, declarou considerar-se o presidente mais atacado pelos jornalistas em toda a história do país, referindo-se a uma série de reportagens sobre denúncias de corrupção em seu governo. Ao mesmo tempo em que se orgulha do viés investigativo, o jornal admite que se equivocou em alguns momentos. Devido ao anseio por denúncia, publicou acusações com falta de provas ou carência de checagem (PINTO, 2012).

Desde o começo da década de 1980 o jornal investe em pesquisas para capturar o perfil do seu leitorado. Já foram realizados pelo menos nove levantamentos, todos pelo Datafolha. Segundo esses dados, em 2001, o leitor típico da *Folha* tinha 40 anos e um alto padrão de renda e de escolaridade, com faixa etária entre 30 e 49 anos (a idade média é 40,3). A predominância já era de pessoas com ensino superior, casadas, empregadas em setor formal da economia e renda individual de até 15 salários mínimos e familiar superior a 30 salários mínimos, compondo, portanto, as classes A ou B. O público leitor da *Folha* também era em sua maioria católico, assinante de TV fechada e consumidor de internet.

No levantamento de 2011 o perfil dos leitores da *Folha* permaneceu no topo da pirâmide social, sendo 41% integrantes da classe A; 75% graduados e 24% pós-graduados. Entre os pesquisados de 2011, metade lia a *Folha* há ao menos dez anos; 83% a consideraram imparcial, 86%, pluralista, e 88%, equilibrada. Além disso, a maioria avaliou que o jornal “traz prestígio e é essencial para entrar no mercado.” (FOLHA, 2011).

Os dados mais recentes do mídia kit do jornal, disponível no portal destinado à venda de publicidade da empresa<sup>92</sup>, indicam que 44% do público leitor composto por 2.378.000 leitores nacionais é oriundo da classe B e 37% da classe C. A fatia da classe A encolheu em relação a 2011, restringindo-se a 15% dos leitores (FOLHA, 2017).

---

<sup>91</sup> A entrevista exclusiva foi publicada em 05 de junho de 2005 e está disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0606200502.htm>>. Acesso 11 nov. 2017. A entrevista também é mencionada no editorial de 22 de agosto de 2007, cujo texto defende um “juízo histórico”: < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2208200701.htm>>. Acesso em 11 nov. 2017.

<sup>92</sup> Dados: < [http://www.publicidade.folha.com.br/folha/perfil\\_do\\_leitor\\_nacional.shtml](http://www.publicidade.folha.com.br/folha/perfil_do_leitor_nacional.shtml)>. Acesso 11 nov. 2017.

### 3.1.1.1. Mudanças nos editoriais da *Folha*

Embora este não seja um dos objetivos da pesquisa, a exploração do objeto empírico permitiu notar algumas alterações gráficas sofridas pelos editoriais da *Folha de S. Paulo* nos 27 anos passados entre 1990 e 2016.

No início dos anos 1990 o jornal publicava três editoriais por dia, todos normalmente na página A2 (verso da capa do jornal), na coluna da esquerda. O primeiro editorial normalmente era mais extenso que os dois últimos. O espaço não era sinalizado, mas era impresso logo abaixo do expediente da edição, conforme imagem a seguir.

FIGURA 1 - DISPOSIÇÃO GRÁFICA PÁGINA A2/ EDITORIAIS ANOS 1990 (1)

A. 2 - OPINIÃO - Sexta-feira, 26 de Janeiro de 1990

# FOLHA DE S. PAULO

Um jornal a serviço do Brasil

Publicado desde 1921

Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

**Diretor da Redação:** Ovídio Fróis Filho — **Conselho Editorial:** Luiz Alberto Bahia, Ruyter César de Campos Leite, Ovídio Fróis Filho, Renato Marinho Cabral, Roberto Mendes, Carlos Alberto Lange, João de Freitas e Ovídio Fróis Filho (Secretário)

## Liberalização do comércio

A liberalização do comércio constitui uma das reformas prioritárias na atual fase de desenvolvimento do país. Em continuidade ao detalhamento dos aspectos abordados pelo editorial "Choque de coragem", convém assinalar as principais vantagens de uma reorientação profunda da política de comércio exterior.

A atual estrutura de proteção à indústria nacional é arcaica e onerosa. Por um lado, falta-lhe transparência e simplicidade. Há uma verdadeira malha de controles burocráticos cuja única função parece ser a de confundir, reatrasar e consequentemente encarecer a atividade produtiva. Um verdadeiro arsenal legislativo de resoluções, portarias, decretos e leis concede isenção tarifária a uma gama de produtos; uma miríade de controles administrativos dificulta, quando não impossibilita, a importação de bens essenciais.

Requer-se, por outro lado, de critérios de eficiência e alocação de recursos. Na falta de uma política industrial coerente, a concessão dos benefícios fica ao sabor dos prosódios setoriais. Dada as dificuldades burocráticas, os ganhos relativos de eventuais favores conquistados junto à máquina estatal podem ser onerosos. Isso resulta na concentração de esforços por parte das firmas para conseguir "canais" dentro do Estado, e consiste em convite aberto à corrupção dos funcionários estatais.

Assim, acarreta um desperdício de recursos e do dinheiro do contribuinte, ao mesmo tempo em que encarece os produtos para os consumidores. Compromete, ademais, o desenvolvimento através do aparelho produtivo, ao dificultar o acesso barato à tecnologia de ponta.

Além da falta dos interesses corporais envolvidos, aparece a gravidade dos desalinhamentos macroeconômicos e a persistência dos controles administrativos. Carente de reservas e afetado pelo serviço da dívida externa, o governo tende a buscar não de recursos emergenciais, como a suspensão de guias de importação. Assim, a simetria em relação à política de estabilização — sobretudo no que tange à reorientação de um profundo ajuste fiscal — concede uma funcionalidade ineditada à atual estrutura de proteção, impregnando, desta forma, os interesses corporativos que pretendem perpetuar-se.

Urge romper com essa estrutura arcaica. Urge implementar uma ampla liberalização do comércio

### Dívida externa

A visita do sub-represente do Tesouro, David Mufford, ao presidente eleito, Fernando Collor, significa uma demonstração de boa vontade das autoridades dos Estados Unidos. Sublinhado porque não existem indicações de que o Brasil renuncie o serviço de sua dívida externa nos próximos meses do próximo governo. O fato é que o encontro sinaliza um realismo de atitude dos países desenvolvidos em face da crise do desenvolvimento externo.

Com efeito, a busca de alternativas que atendam aos interesses de todas as partes envolvidas é hoje uma condição essencial para o empacotamento do problema. Ao que parece, há propensão de melhoria no relacionamento do país com o exterior. Seria ingenuidade, contudo, imaginar que esse apoio isoladamente, seja capaz de proporcionar estabilidade à economia brasileira. Além do mais, um eventual auxílio não virá sem condições qualitativas. Cabe ao novo governo aproveitar a oportunidade que se avizinha, sem contudo, cultivar ilusões de uma excessiva brasileira.

### Mandela

Provoca uma reação de otimismo a notícia de que a libertação do líder negro Nelson Mandela é iminente. Uma atmosfera de expectativa ainda envolve, contudo, o comportamento do governo da África do Sul. Com efeito, o fim do cativeiro de Mandela não responde à pergunta a respeito do destino do apartheid. Em relação a isso, não há, e nem pode haver, solução imediata ou absoluta: o sistema ou não. É certo que, na hipótese de sua eliminação, preferiria ser negociada alguma forma de transição para um novo regime. É a libertação de Mandela seria, sem dúvida, de importância crucial para a validação de qualquer entendimento pela maioria negra do país.

Quando a isso, a notícia de que a legislação das organizações negras previstas inclusive no terreno das negociações protagonizadas pelo governo de Pretória reforça a expectativa de uma superação do sistema de segregação racial e do regime político que lhe corresponde. Resta esperar que os acontecimentos tomem esse curso. Rapidamente.



## Pressão X negociação

Clóvis Rossi

SÃO PAULO — É incoerente a afirmação do presidente eleito, Fernando Collor de Mello, de que está renunciando a nomeação de seu ministro (o ministro da Economia para evitar que sobre ele (ela) desabem pressões). Incoerente em primeiro lugar porque pressões, havendo de qualquer forma, aparecem depois de iniciado o governo. Se Collor acha que seu ministro não poderá ser afetado por pressões, vai ser difícil mantê-lo (ou mantê-la) até o final do governo, porque serão cinco anos de pressão.

Admitindo pressões de fato, a administração pública, o que Collor deveria saber porque já foi prefeito e governador. Além disso, se o presidente eleito diz que não terá o varal de ministro da Economia, então não há por que temer pelas pressões que este sofrerá no cargo.

O adiamento da designação de cargo, ademais, um sério risco. O plano econômico de emergência elaborado pela equipe chefiada por Zélia Cardoso de Mello é parcialmente uma obra em aberto. Para não se tornar um projeto de incoerência favorece, porém, a negociação atual, a negociação de ajuste. Ajuste-se uma solução para a crise. Ninguém parece interessado em carregar um qualquer tipo de ônus econômico.

Logo dos jornalistas, o Congresso é o mesmo. Discute-se reservadamente as formas de compensação pelo apoio a Collor. Que o Congresso não se deixe pagar um preço não há nenhuma dúvida. A questão é saber de quanto será o preço e se dependerá da população de Collor.

Se o presidente obtiver aprovação de medidas de emergência, poderá sanar a crise. Em um cenário, sobretudo depositado e senado para usar ao lado de um Collor popular. Caso contrário, com a rejeição popular, o novo governo terá de empurrar o legado de concessões ao Congresso.

O jogo do tom-á-dá-cá se mantém idêntico. A diferença é que, ao contrário de Sarney, uma espécie de reflexo do Congresso durante os cinco anos de sua administração, Collor começa doado as costas. É bem que se lembre.

## Raposa sem uvas

Newton Rodrigues

RIO DE JANEIRO — 1) Como será de esperar, a Executiva do PSDB recebeu de plano os ataques de alguns membros do partido a Franco Montoro, por seu encontro com Fernando Collor e, contudo, na prática, a tentativa de oficializar operação impeditiva de eventuais ataques, no plano estadual, sobre "tucanos" e PRN. Além disso, em não, caso qualquer legenda, em pontos marcados pela grande multiplicidade de partidos e realizado em dois atos, para escolha dos governantes, será necessariamente adotado local, fomentado por direções de partidos, nos quais, pela própria estrutura, a rigidez disciplinar é impraticável. Já foi lembrado aqui que poucas semanas após o suicídio do Vargas, PTB e UDN, nacionalmente, marcharam unidas em várias Estados; outros exemplos do gênero não faltam, em datas recentes.

A posição de Franco Montoro e da Executiva não ligada, evidentemente, os dissídios internos do PSDB, mas demonstra que a aproximação, até hoje com as marcas de sua antiga identidade, não dispõe a superar o espartilho partidário que há em seu âmago histórico de crise geral do PMDB.

2) Quando foram indicados os preferidos ministros militares, escrevi que

## Um ano decisivo para o Brasil

Jorge Konder Bornhausen

A entrada da nova década encontra o país mais ansioso dos mais importantes de sua história.

Depois de quase 30 anos, iremos a posse do atual presidente da República eleito diretamente pela sociedade brasileira, no momento em que o Brasil atravessa a mais grave crise econômica de toda a sua história.

Encontrar o jovem mandatário maior da nação um país com uma inflação de mais de 50% no mês, sobrecarregado com pesadíssimas dívidas interna e externa; uma máquina administrativa inchada e ineficiente e um nível de corrupção que pode ser chamado, sem medo de erro, de desproporcionado.

Os primeiros passos do novo governo terão de ser bem acertados, para que a credibilidade volte a viver com a nação e não se renuncie as condições próprias para a retomada dos investimentos.

Se o empreendimento brasileiro está perdido, para recomeçar no momento financeiro não é porque renunciou à sua vocação empreendedora e está interessado somente em obter lucros seja como for. Ele é impulsionado a entrar na ciranda financeira para sobreviver à correnteza do mês. O verdadeiro empresário deseja voltar a investir na produção, expandir seus negócios, mas isso só ocorrerá no momento em que ele acreditar que o governo realmente irá combater o inchaço mínimo um país, a inflação, alimentando o petisco por meio de difícil política.

Todas as esperanças iniciais dos brasileiros, principalmente dos que estão, de um modo ou de outro, com o governo do processo econômico, são vítimas, portanto, das primeiras medidas que visam a ser tomadas pela administração Collor, que tem a vantagem, além da legitimidade popular, de se encontrar sob a qualquer amarras políticas.

Mas a importância de ano estranho não ficou restrita à ação do novo governo. As eleições que renovaram as administrações estaduais terão também peso significativo na vida da sociedade, em especial, para o Senado e a Câmara Federal.

É preciso que não passe despercebido à nação o fato de que o Congresso se reunirá no próximo dia 3 de outubro em uma sessão de abertura de trabalhos, da atual Carta constitucional. O próximo Parlamento terá, portanto, um seu cargo uma tarefa tão mais importante e de mais importância, dado que, com pouco mais de um ano de vigência, já se pode verificar que muitos dispositivos da atual Constituição terão de ser alterados, para que sejam adequados à nova realidade.

Certo, pois, que as eleições deste ano para as casas legislativas federais terão decisiva importância para o futuro do país. É preciso portanto que, desde já, todos os segmentos da sociedade brasileira estejam alertados para essa circunstância decisiva em sua cidadania e, desde, em 90, não apenas deputados federais e senadores, mas, na realidade, todos os cidadãos brasileiros, tenham em seu exercício a responsabilidade de liderança no país deverão procurar evitar que os limites para renovação das instituições estaduais venham a desviar atenções da opinião pública da necessidade de escolher representantes aptos a realizar as tarefas ligadas à revisão da nova Carta Magna.

Por todas essas razões, creio que o ano de 1990, que mal se inicia, terá um seu fundamento para o futuro do Brasil.

Jorge Konder Bornhausen nasceu há setenta e dois anos.

## Frases

De hoje

"É o momento de dar oportunidade a novos valores."

"Fernando Collor, presidente eleito, sobre a perfil do ministro da Economia, em sua segunda entrevista coletiva, ao Folha."

"O ministro da Economia será eu."

"O que temos visto até, ao longo do tempo, é que o presidente da República, quando a coisa vai mal, joga a culpa nas costas do ministro da Fazenda. No meu governo, eu serei o responsável."

"Será responsável por todos os atos do ministro..."

"Gostei muito. Acho que me vai bem, melhor que na primeira entrevista..."

"Sim, não sei exatamente se me vai bem ou não..."

## De ontem

"Assim sendo o governo, logo no dia 15 de março, não estarão lidando uma série de medidas que visam exatamente combater de forma dura e rigorosa a inflação..."

"O brasileiro poderá ficar tranquilizado que as suas expectativas de desenvolvimento econômico..."

Ainda na década de 1990 registraram-se algumas mudanças sucintas no alinhamento do expediente no topo da página. Já o tamanho dos editoriais foi redistribuído: os três passam a ocupar espaço similar. Ilustração a seguir.

FIGURA 2 - DISPOSIÇÃO GRÁFICA PÁGINA A2/EDITORIAIS ANOS 1990 (2)



1 de 2 opinião terça-feira, 22 de dezembro de 1993

FOLHA DE S.PAULO

# FOLHA DE S. PAULO

Publicação de acesso aberto - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.  
Presidente: Luís Flávio  
Diretor Editorial: Cláudio Fróis Filho  
Diretor Administrativo: Paulo Caspary  
Conselho Editorial: Luís Roberto Bello, Engenheiro Celso de Campos Leite, Marcelo Córdova, Jurca de Freitas, Márcio Rangel, Gilberto Horta (Secretário), Luís Nassif, Paulo Passos, Cláudio Ramos, Carlos Roberto Cury, César Pinho, Luís Vinício (Diretor Folha Interimista)

## INFLAÇÃO E LUA-DE-MEL

Os presidentes Fernando Henrique Cardoso chega à metade da sua segunda e final campanha eleitoral...  
O Plano Real, lançado pelo ministro da Fazenda FHC e seu colega, mantém o crescimento econômico...  
Mas esta lua-de-mel, também, tem um lado escuro...  
Há um desafio ainda mais sério de superar, a saber, a questão da dívida pública...  
O que se espera é que o governo não se deixe levar por uma onda de otimismo...



## O copo de FHC

CLÁUDIO ROSSI  
São Paulo — Mesmo mal que, em um artigo de domingo para a Folha, o presidente Fernando Henrique Cardoso afirmou que "queremos dar o melhor exemplo de estabilidade econômica"...  
Mas não também que reconheça que os erros de sua administração...  
FHC, no entanto, que, para não dar margem de dúvida, hoje preside o Conselho...  
FHC, também, que o conjunto de medidas que este jornal publicou...  
De vez em quando, porém, dá um jeito de voltar ao normal...  
O que se quer aqui, não é o que se quer aqui...  
Apesar disso, o presidente não deve se deixar levar por uma onda de otimismo...

## A tentação do clichê

ANDRÉ LARA RESENDE  
Pouco tempo se passou no "Brasil de Lattes", a República com que se pretendeu a "institucionalização" e o estabelecimento de precedentes...  
Mas Estados Unidos, Brasil é o oposto de conservar alguma coisa...  
A história das lutas da presidente ao longo do tempo...  
O Brasil não é um país...  
O Brasil não é um país...  
O Brasil não é um país...  
O Brasil não é um país...

## CONTRA A SANGRIA

Assim como o país que não tem opção pelo transporte rodoviário para o crescimento da produção e serviços...  
A primeira grande linha, investida, é em São Paulo...  
A segunda da linha é em São Paulo...  
A terceira da linha é em São Paulo...  
A quarta da linha é em São Paulo...  
A quinta da linha é em São Paulo...  
A sexta da linha é em São Paulo...  
A sétima da linha é em São Paulo...  
A oitava da linha é em São Paulo...  
A nona da linha é em São Paulo...  
A décima da linha é em São Paulo...

## Os ciclos de FHC

FERNANDO RODRIGUES  
Brasília — Brasília hoje o segundo ano de mandato de FHC. O presidente não reconhece ao nível de seu governo de quatro anos...  
O primeiro ciclo de FHC...  
O segundo ciclo de FHC...  
O terceiro ciclo de FHC...  
O quarto ciclo de FHC...  
O quinto ciclo de FHC...  
O sexto ciclo de FHC...  
O sétimo ciclo de FHC...  
O oitavo ciclo de FHC...  
O nono ciclo de FHC...  
O décimo ciclo de FHC...

## CAINDO NA REDE

Criada pelas EUA em 1976 e reinventada após 23 milhões de usuários em todo o mundo, a rede mundial de computadores Internet...  
Esses dados mostram a importância da rede mundial de computadores...  
A rede mundial de computadores...  
A rede mundial de computadores...  
A rede mundial de computadores...  
A rede mundial de computadores...  
A rede mundial de computadores...  
A rede mundial de computadores...  
A rede mundial de computadores...  
A rede mundial de computadores...  
A rede mundial de computadores...

## 1996 — poeira de idéias

CARLOS HEITOR CONT  
Rio de Janeiro — "A vida não é nem sempre assim", diz o filósofo francês...  
O filósofo francês...  
O filósofo francês...  
O filósofo francês...  
O filósofo francês...  
O filósofo francês...  
O filósofo francês...  
O filósofo francês...  
O filósofo francês...  
O filósofo francês...

## FRASES

"Quero estudar, trabalhar e ser jogador de futebol."  
"O Brasil não é um país..."  
"O Brasil não é um país..."  
"O Brasil não é um país..."  
"O Brasil não é um país..."  
"O Brasil não é um país..."  
"O Brasil não é um país..."  
"O Brasil não é um país..."  
"O Brasil não é um país..."  
"O Brasil não é um país..."



FONTE: ACERVO FOLHA

Em 2000 os editoriais passam a ser identificados no topo da página:

FIGURA 3 - DISPOSIÇÃO GRÁFICA PÁGINA A2/EDITORIAIS ANOS 2000 (1)

**FOLHA DE S. PAULO**  
 UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL \*\*\*  
 Presidente: Luís Filas  
 Diretor Editorial: OTAVIO FIAS FILHO  
 Superintendente: ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES JUNIOR BRETTO  
 Editor-executivo: ELIZONORA DE LUCENA  
 Conselho Editorial  
 LEVI ALBERTO BARRA, ROGERIO COELHO DE CARVALHO, MARCELO CORREIA, JANDY DE FREITAS, GILBERTO DIAMANTINO, LUIS NAVEI, FÁBIO PEREIRA, GUYV BRETTO, CARLOS HEITOR CONY, GUSTAVO FERREI, LUIS FILAS E OTAVIO FIAS FILHO (SECRETÁRIO)

**EDITORIAIS**

**AJUSTE MENOS DURO**

**IMUNIDADE ÉTICA**

**MANOBRAS NA SELVA**

**OPINIÃO**

**OPERÇÃO MÃOS LIMPAS**

**O país e o povo**

**Populismo fiscal**

**Era dos supositórios**

**FRASES**

**BALANÇO DE TRANSAÇÕES CORRENTES**

**Menos mal**

**ANTONIO DELFIM NETTO**

**FOLHA DE S. PAULO**

**Menos mal**

**BALANÇO DE TRANSAÇÕES CORRENTES**

US\$ milhões, de janeiro a junho

	1998	1999
Balanco comercial (2003)	(621)	(621)
Exportações	23.968	22.452
Importações	27.971	23.072
Serviços	(13.150)	(12.918)
Juros	(5.187)	(7.283)
Outros	(7.655)	(6.135)
Trans. unilaterais	946	1.093
Trans. correntes	(14.207)	(12.446)

	2000	2000-98
Balanco comercial	819	2.822
Exportações	26.153	1.895
Importações	25.334	(2.637)
Serviços	(13.066)	84
Juros	(7.924)	(2.807)
Outros	(5.072)	2.891
Trans. unilaterais	894	(62)
Trans. correntes	(11.363)	2.844

FONTE: ACERVO FOLHA

# Os anos 2000 também trouxeram o incremento da impressão colorida.

## FIGURA 4- DISPOSIÇÃO GRÁFICO PÁGINA A2/ EDITORIAIS ANOS 2000 (2)

A 2 quinta-feira, 30 de maio de 2002

OPINIÃO

FOLHA DE S.PAULO

**FOLHA DE S.PAULO**

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL • • •  
Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S/A

Presidente: Luís FARIAS  
Diretor Editorial: OTAVIO FRIAS FILHO  
Superintendente: ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES JUNIOR BRETTO  
Editores-executivos: ELEONORA DE LUCENA

Conselho Editorial: LUIS ALBERTO BARRA, ROGERIO CEZAR DE C. RIBEIRO, LAETITIA MARCELO COLIBRO, JACINO DE FREITAS, GILBERTO DINIZ NETUNO, LUIS NASSIF, FLAVIO PARRONHA, CARLOS ROCHA, CARLOS ROCHA, CARLOS ROCHA, CARLOS ROCHA, ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES, LUIS FARIAS, OTAVIO FRIAS FILHO (SECRETARIO)

**EDITORIAIS**  
E-mail: editoriais@folha.com.br

### FICA PARA DEPOIS

**O**NTEM FOI um dia de recuo das taxas no mercado futuro de juros. A razão maior parece ter sido a divulgação, pelo Banco Central (BC), da ata da reunião, realizada na semana passada, em que optou por manter a taxa de juros básica em 18,5% ao ano. A ata explicitou a avaliação de que a trajetória da inflação e da atividade econômica recomendaria uma retomada do processo de flexibilização da política monetária.

No entanto, ainda não se formara um consenso entre os diretores do BC acerca do momento adequado para fazê-lo. Isso devido aos riscos ainda presentes — associados à alta da inflação, à alta do dólar e ao fato de que o mercado projeta, em média, inflação oficial em 2002 próxima de 5,5%, o máximo permitido pela política de metas de inflação, segundo o BC, o elemento que faltaria para essa retomada seria “a confirmação da trajetória de queda da inflação”.

O mercado financeiro interpretou a ata como sinal forte de que a taxa básica, estacionada desde 20 de março, cairá em 19 de junho. Sobretudo tendo em vista que a inflação efetivamente está em queda em maio.

O teor da ata justifica a reação. E esse movimento do mercado financeiro é positivo para as perspectivas da atividade econômica, pois tanto o custo do crédito como a disposição dos bancos de ofertá-lo são influenciados pelas cotações dos juros no mercado futuro. Talvez as operações de crédito, estagnadas desde outubro, comecem a se redefinir nas próximas semanas.

A reação do mercado de juros à divulgação da ata não deve estar surpreendendo o BC. Por isso mesmo cabe indagar por que o BC não optou por introduzir um viés de baixa na taxa na semana passada — o que significaria autorizar o presidente do banco a reduzi-la a qualquer momento.

antes de 19 de junho. Isso basicamente antecipar em uma semana o movimento que ora se observa.

A despeito do atual entusiasmo do mercado, é claro que ainda há a possibilidade de que o BC, em junho, postergue novamente o corte dos juros. Depois de tantos adiantamentos, mais um não poderia ser uma completa surpresa.

### DUHALDE SOB PRESSÃO

**M**AIS um capítulo da crise argentina se desenvolveu ontem. O central sindical CTA (Central de Trabajadores Argentinos) — que reúne sobretudo servidores públicos, e não está ligada ao tradicional sindicalismo peronista — comandou uma greve nacional, que se somou a paralisações de produtores rurais e de transportadores de cargas e foi apoiada por grupos de desempregados e partidos de oposição.

As manifestações não tiveram adesão maciça, mas foram eficazes em bloquear muitas ruas e estradas e estenderam-se por todo o país. Os episódios violentos foram pouco expressivos. Os manifestantes pediam a renúncia de Duhalde e do seu gabinete e rechaçavam o “modelo econômico” e a busca de um acordo com o FMI. Simultaneamente às manifestações, o chefe do Exército, general Ricardo Brinzoni, afirmou que as Forças Armadas não são “uma opção de poder”.

Os manifestantes de ontem pedem

rio tomar-se um novo ator político, de base popular — distinto da classe média que reclama o desbloqueio de seus recursos retidos no “corralito”.

Esse possível novo ator político pede com todas as letras que Duhalde renuncie imediatamente ao cargo.

Outras forças também cogitam abreviar o mandato do presidente, embora de maneira menos explícita. Trata-se dos governadores do partido do presidente, que vêm negociando o apoio, no Congresso, às medidas que o FMI exige para emprestar ao país. Continua em cogitação, nesses meios, antecipar a eleição presidencial marcada para setembro de 2003.

A instabilidade política tem sido central na crise argentina. Se Duhalde vier a cair sem ter chegado a algumas definições — como o destino dos recursos bloqueados no “corralito” —, será indício claro de recrudescimento da instabilidade. E seu sucessor terá de começar praticamente do zero a árdua tarefa de ordenar a economia argentina.

### GUERRA FRIA

**N**ÃO HÁ dúvidas de que é histórica a entrada da Rússia, como membro não-votante, na Otan, organização que surgiu em 1949 justamente para tentar conter a influência e o poderio dos russos na então URSS. Parece, porém, deslocada a afirmação feita pelo primeiro-ministro britânico, Tony Blair, de que o evento marca o fim da Guerra Fria.

O Ocidente já proclamou o fim da Guerra Fria inúmeras vezes: na queda do Muro de Berlim, em 1989, na dissolução da União Soviética, em 1991, no fim do Pacto de Varsóvia, também em 91, para citar apenas episódios mais significativos. Nenhum conflito normal teria tido a oportunidade de “acabar” tantas vezes.

A ênfase quase obsessiva no fim da Guerra Fria talvez explique o fato de que a refrega entre Ocidente e Oriente tenha em exibir algumas feridas de difícil cicatrização, como a conturbada relação EUA-Cuba ou o problema das Coreias.

Numa abordagem menos positivista, o que não insista em ligar cada evento histórico a uma data precisa,

OTAVIO FRIAS FILHO

Lula lá

**T**RÊS EM cada quatro analistas políticos consideram que, apesar das dificuldades para “decolar”, o candidato do governo ainda é o favorito para a sucessão presidencial. Mesmo assim, não custa pensar no que pode ocorrer se o possível candidato do PT, até há pouco considerado “azarado”, que qualquer adversário esportaria no segundo turno, acabar vencendo.

Antecipar o futuro é sempre tarefa ingrata, ainda mais em campanha tão imprevisível como esta. Mas a perspectiva de uma eventual vitória de Lula, como é sabido, já produz resultados hoje, na forma de ansiedade financeira que talvez assustasse contadores de história no segundo semestre. Existem fundamentos para tal ansiedade?

Dois movimentos históricos vêm convergindo o PT em partido moderado de centro-esquerda, apesar da franja radical. O primeiro é o terremoto internacional que há mais de uma década derrubou o socialismo, tornando obsoletos os programas da esquerda e fez a política convergir para um mesmo recetário liberal-tecnocrático no mundo inteiro.

No entanto, a retórica de “mudança”, às linhas gerais de uma política liberal. O outro movimento é de caráter doméstico e geracional. Os principais dirigentes do PT estão próximos dos 60 anos. Amargaram muitas vezes o exílio, a clandestinidade, a prisão. Não pretendem permanecer na oposição por sempre. Agora que o tempo corre em seu encalço, é já que “o mundo mudou”, estão inclinados a quase qualquer concessão.

O PT existe há mais de 20 anos; a rigor, é o mais antigo dos partidos brasileiros. Aprendeu a superar o círculo vicioso que era seu principal problema e expressava talvez sua maior virtude. Em resumo eleito, o governante petista percebe que seu programa é impraticável, afasta-se dele e, em decorrência disso, tem sua administração paralisada pela militância.

A militância foi enquadrada. Caso Lula se eleja presidente, parte dela não tardará a promover um “nacha”, estebelecendo-se como PT “autêntico” na oposição. Essa perda será amplamente compensada, no menos em termos numéricos, pela adesão entusiástica daquele que continua sendo o maior partido brasileiro, o Partido do Executivo Federal (Tanzi Fato) Presidente.

A fonte de possível instabilidade não está onde analistas estrangeiros, por desinformação ou dolo, apontam. Haverá — já está havendo — uma envergadura pantomímica em que o partido, amedrontado, tudo fará para agradar, sem saber ainda que a “burguesia”, descrita como bicho-papão nos manuais, é um animal medroso que apóia (quase) todo governo.

Maior problema será a onda de frustração que sobrevirá às expectativas de redenção social excitadas por uma vitória de Lula e que seu governo vai necessariamente burlar. E o acanhamento do personagem, formado na estreiteza do ambiente sindical e que nunca teve de tomar decisões de poder, nas quais não se agrada a um sem desagradar a tantos outros.

Otavio Frias Filho escreve às quintas-feiras neste espaço.

### FRASES

**“Não é possível manter uma taxa de juros tão alta por tanto tempo e em caráter permanente.”**

*Genésio Akiyama, governador de São Paulo (PSDB), dizendo que a política econômica do governo federal, principalmente a taxa de juros, é responsável pelo maior índice de desemprego já registrado na região metropolitana de São Paulo, ontem na Folha.*

**ÚLTIMO DESEJO “As cinzas devem ser espalhadas na região do Araguaia, onde houve a guerrilha. É uma forma de juntar-me aos que lá tombaram.”**

*João Amazonas, presidente do bloco do PC do B, mostra o segundo filho, aos 50 anos, em pedaleto em bilhete para que suas cinzas fossem jogadas no rio Araguaia, no sul do Pará, onde ocorreu a guerrilha durante o regime militar, ontem na Folha.*

**ACUSAÇÕES “Até agora, não teve nenhuma acusação concretizada.”**

*Luiz Inácio Lula da Silva, ex-candidato de PT à Presidência, dizendo que, até que se prove o contrário, o ex-governador Orestes Quérici (PMDB) é inocente, ontem na Folha.*

CLÓVIS ROSSI

### Perto do poder, longe da decência

**S**AO PAULO - O próximo aliado do PT será Paulo Salim Maluf. Impossível? Inacreditável? Não, se se levar a sério a frase com que Luiz Inácio Lula da Silva justificou a aproximação com Orestes Quérici: “Acho que todas as deméncias feitas contra qualquer pessoa têm de ser apuradas. Ou a pessoa ganha uma condenação ou um atestado de idoneidade. Até agora, não teve nenhuma acusação concretizada”.

Bom, então Maluf também pode ser um aliado porque está na mesma situação de Quérici: cachos de acusações, nenhuma condenação final (exceto um caso ainda pendente relativo à doação de carros, com dinheiro público, aos camponês do mundo de futebol em 1970).

Além disso, Lula deveria polir desculpas a todos os membros do governo Fernando Henrique Cardoso e ao próprio presidente pela catenária de acusações de maracutias feitas nos seus sete anos e meio de governo. Como nem FHC nem seus ministros foram condenados, têm todos um

seria muito defensável.

Na verdade, a ajuda que os serristas mais gostariam de ter, pelo visto, não teria algumas medidas que redimensionam a safra de notícias ruins na economia, como o desemprego em alta e o cheiro de recessão no ar.

FHC e sua equipe praticamente esgotaram seu arsenal para tentar mudar de forma significativa os rumos da economia até o final do ano. Restou uma política defensiva, que tentará evitar a alta da inflação.

Ficou inevitável, por exemplo, uma redução brusca nas taxas de juros. Talvez venha uma quinquagésima, pequeninitinha, mas ela não terá grande impacto no mundo real.

Dinheiro para gastar à vontade também não há. O que tem em caixa, em sua maior parte, o governo pode ser obrigado a usar para reduzir o nervosismo dos mercados.

FHC e Maluf vão, de fato, empurrar as coisas com a barriga até o final do ano no lado econômico. Não vão arriscar-se, de forma alguma, a perder o registro na história de que controlaram a inflação.

VALDO CRUZ

### Empurrando com a barriga

**B**RASÍLIA - Após a queda de José Serra nos pesquisas eleitorais, seus aliados passaram a defender uma participação mais efetiva do presidente Fernando Henrique Cardoso e de sua equipe na campanha presidencial do tucano. Alguns cobram explicitamente redução nos juros.

Apesar das pressões dos serristas, até aqui FHC tem atuado ativamente pelo senador. Primeiro, trabalhou para que ele fosse o candidato tucano ao seu sucesso.

Depois, o presidente interferiu mais de uma vez na campanha de Serra para corrigir erros que poderiam fazer a candidatura naufragar. Impôs o nome do marqueteiro Nizan Guanais e mandou Serra brigar menos com o PMDB na escolha de seu vice.

Ou seja, nos bastidores, FHC tem lidado uma atuação, diríamos, efetiva nos rumos da campanha serrista. O que mais ele poderia fazer?

Sair em palanques ao lado de Serra, por enquanto, é proibido. Quando puder, pelo visto vai estar lá. Usar o Palácio do Planalto para divulgar ostensivamente o nome do amigo não

apareceu a camisinha, recusou a nota com que o menino queria pagá-la. Disse que não estava nada, mas que o menino tomasse vergonha, desse queixa na polícia.

“Não é para mim”, explicou o menino. “É para o meu pai.”

O garoto saiu correndo e o dono da farmácia ficou sem entender nada. Deveria ter cobrado pela camisinha, afinal, era para um marmanjo, pai do garoto. Tentou imaginar a cena, o homem querendo possuir a mulher, mas sem o risco de aumentar a prole. Ou pior: o sacana estaria com outra mulher, uma parveta circunstancial, pedindo ao filho para quebrar o galho, evitando assim que tivesse um pai contaminado.

Em qualquer das hipóteses, ele deveria ter cobrado pela camisinha. Fechou a farmácia. Sim, o mundo estava perdido. Atravessou a rua, passou pelo templo evangélico. Apertou o botãozinho, a camisinha caiu na rua. Amanhã reporia o estoque de sua farmácia.

CARLOS HEITOR CONY

### Mundo perdido

**R**IO DE JANEIRO - O dono da farmácia fechava a última porta da “Drogaria de Índes”, quando chegou o menino, esbaforido, pedindo uma camisinha pelo amor de Deus.

O homem estranhou. Que diabo, não iria abrir sua farmácia para compra tão insignificante. Além do mais, o produto podia ser comprado em qualquer parte, nas bancas de jornais, nas lanchonetes, nos postos de gasolina, nas barraquinhas de carnele. Até mesmo naquele templo evangélico, quase em frente à farmácia, onde nem seria preciso comprar, bastaria apertar um botãozinho na porta lateral e a camisinha cairia, grátis, na mão do necessitado.

Além disso, o dono da farmácia achou um desaforo. Onde se viu um pirralho, de no máximo, dez ou 11 anos, esbaforido, querendo camisinha? Serra para ele? Ou pior, seria para um parceiro adulto, a pedofilia andava em alta, o mundo estava perdido.

Pensando nisso, o dono decidiu abrir a farmácia, foi lá na estante,

FONTE: ACERVO FOLHA



Ainda nos anos 2000 a FSP reduziu o volume de editoriais diários de três para dois textos. Ainda assim, o volume de editoriais sobre corrupção cresceu.

FIGURA 5 - DISPOSIÇÃO GRÁFICA A2/EDITORIAIS ANOS 2000 (3)

A2 sábado, 30 de outubro de 2004

OPINIÃO

FOLHA DE S.PAULO

# FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL \*\*\*  
Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S/A

Presidente: Luís Farias  
Diretor Editorial: OTÁVIO FARIAS FILHO  
Superintendente: ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENEZES e JÜRGEN BRITO  
Editora-executiva: ELEONORA DE LUCENA  
Conselho Editorial: LUIS ALBERTO BAHIA, ROGERIO CÉZAR DE QUEIROGA LEITE, MARCELO COELHO, JASIO DE FREITAS, GILBERTO DOMENSTETTIN, LUIZ NAHSH, CLÓVIS ROSSI, CARLOS HEITOR CONY, CÍCERO PAVÃO, ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENEZES, LUIZ FARIAS OTÁVIO FARIAS FILHO (SIGUE F4R0)

EDITORIAIS  
Email: editoriais@folha.com.br

## SAÍDAS PARA A DÍVIDA

O resultado da eleição municipal de São Paulo só virá a público depois da votação de amanhã, mas o principal problema a ser enfrentado pela nova administração já é conhecido: o elevado grau de endividamento da prefeitura.

A cidade chegou ao final deste ano com uma dívida em torno de R\$ 30 bilhões — cifra que representa mais do que o dobro das receitas anuais do município. Para enquadrar-se nos parâmetros da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), essa relação precisaria cair para 178% até o final de 2005, segundo um cronograma negociado com o Tesouro Nacional com vistas a limitar, em 2006, o endividamento de todos os municípios a 120% das receitas anuais.

Até maio de 2005, graças a uma decisão do Senado, foram suspensas as sanções previstas, como restrição a novos endividamentos e corte de repasses. No final do ano que vem, no entanto, a possibilidade de punições estará novamente facultada, e é unânime a avaliação de que será impossível ao Executivo paulistano cumprir os compromissos estabelecidos. Para fazê-lo, estima-se que a cidade precisará dobrar o percentual de 13% de suas receitas que é vinculado ao pagamento de juros e encargos. Isso implicaria reduzir os investimentos a zero e comprometer a prestação de serviços essenciais.

Como o problema não diz respeito apenas à cidade de São Paulo, as pressões políticas com vistas a uma revisão tendem a recrudescer. O risco subjacente é o de se configurar o início de uma espiral de revisões e concessões que acabe por desmoronar a LRF, instrumento relevante para o processo de ajuste das contas do setor público. Por isso mesmo é preciso enfrentar o problema, reconhecendo que os critérios adotados no passado para corrigir as dívidas

de Estados e municípios foram equivocados e têm contribuído para configurar um quadro insustentável.

O índice escolhido para registrar o endividamento, o IGP, reflete fortemente as variações da cotação do dólar. Com as desvalorizações do real ocorridas nos últimos anos, o montante do IGP pelo IPCA como uma das medidas que deveriam ser adotadas cresceu de maneira desproporcional às receitas, que tendem a acompanhar o índice de inflação do consumidor (IPCA). Em 2000, por exemplo, o IGP subiu 26,4%, contra 12,5% do IPCA. Considerando-se, além disso, a incidência de juros de 6% ao ano, o resultado (que o baixo crescimento da economia apenas agrava) é uma crescente disparidade entre os ritmos de elevação das dívidas e das receitas.

Diversos analistas têm apontado a necessidade de se preservar a essência da LRF e não se comprometer os objetivos de ajuste fiscal, seria fundamental manter a vinculação de parte da receita de Estados e municípios ao pagamento dos compromissos. No âmbito dessa revisão, também poderiam ser negociadas contrapartidas com vistas a reduzir despesas e melhorar a eficiência dos gastos públicos das unidades federadas.

A questão deve ser enfrentada com pragmatismo e maturidade. O país não pode abrir mão do importante instrumento de controle das finanças públicas que é a LRF, mas é indispensável que os parâmetros estabelecidos sejam apropriados e realistas.

## UM "LULA" NO URUGUAI

Pesquisas de intenção de voto para a eleição presidencial que se realiza amanhã no Uruguai sugerem que o candidato da coalizão de esquerda Frente Ampla, Tabaré Vázquez, poderá vencer já no primeiro turno. A mudança prevista reveste-se de especial ineditismo, pois encerra um ciclo conservador de 174 anos, ao longo do qual representantes dos partidos tradicionais, o Colorado e o Blanco, se revezaram no poder.

A confirmar-se a vitória de Vázquez, o Uruguai estará seguindo as pegadas de vários outros países latino-americanos, como Brasil e Argentina, nos quais governos identificados com as políticas de liberalização econômica que prosperaram na região na passagem da década de 1980 para 1990, foram sucedidos por candidatos de centro-esquerda.

Muito dependente de exportações para o Brasil, o Uruguai recebeu um primeiro choque com a desvalorização do real em 1999. Em 2001, com a bancarrota argentina, a recessão aprofundou-se ainda mais. O resultado mede-se em dólares e no aumento da pobreza.

Em 1998, o PIB uruguayo era o ordem de US\$ 21 bilhões. No ano passado, ficou na casa dos US\$ 11 bilhões. Dos 3,3 milhões de habitantes do país, 1,1 milhão são considerados pobres e destes, 100 mil encontram-se abaixo da linha da indigência. Estima-se que 500 mil uruguayos vivem hoje no exterior.

São países que se tomam especialmente perceptíveis no país que algumas décadas atrás chegou a ser considerado a "Suíça latino-americana" e que se orgulhava de proporcionar a seus cidadãos excelente qualidade de vida e educação comparável à de países do Primeiro Mundo.

Um pouco como o presidente Luiz Inácio Lula da Silva — a quem é frequentemente comparado —, Tabaré Vázquez, se de fato eleito, terá enormes dificuldades para concretizar as esperanças que a população deposita em seu governo. Além do irrealismo que em geral caracteriza esse tipo de expectativa, Vázquez terá de fazer uma administração conciliadora. Para obter maioria legislativa, deverá compor com a ala renovadora do Partido Nacional (brancos), o que tende a evitar experimentações arriscadas. Também como Lula, seu discurso, antes francamente esportista, está passando por um acelerado processo de moderação.

Mantendo-se, como tudo indica, dentro dos parâmetros de respeito às normas democráticas, a provável eleição de Tabaré Vázquez tende a ser politicamente benéfica, na medida em que, depois de quase dois séculos de bipartidarismo, leva os uruguayos a experimentar de uma real alternância do poder. Mesmo que isso signifique desobediência que mudanças são muito mais fáticas de promover do que de realizar.



## "Apocalypse Now", a seqüela

Apesar de todos os sinais de indefinição, o pesquisador optou por manter a afirmação que fez ainda no início da campanha: Kerry ganha. Ganha, explica, porque, na sua opinião, se trata de um referendo sobre Bush. Ou Bush é suficientemente encaixado. Se tivesse que ganhar o plebiscito, já estaria com mais de 50% das intenções de voto. Não está.

Kerry ganha, explica também Zogby, porque, nos cinco temas que mais estão na cabeça dos eleitores, o presidente se lidera em um combate ao terrorismo. "Nos quatro outros o senador Kerry leva vantagem de dois dígitos sobre o presidente", diz o pesquisador.

Os argumentos parecem sólidos, mas eu não aposto uma nota de US\$ 3 (que nem existe) na vitória de Kerry (ou na de Bush).

O mais assustador é que Zogby chama a eleição de "eleição Armagedon". Traduz: cada lado acha que a vitória do inimigo trará o apocalipse e, por isso, "não tem a menor disposição para aceitar a vitória do outro".

FERNANDO RODRIGUES

## Cada vez mais iguais

SÃO PAULO - Eis uma definição precisa dos partidos políticos: "Apresentam níveis relativamente baixos de unidade interna, carecem de um eixo mais forte e uma ideologia ou a um conjunto de metas políticas". E mais: "Tradicionalmente preocupam-se, acima de tudo, em vencer as eleições e controlar a contratação de pessoal para o governo".

O autor de explicação é John F. Bibby, cientista político norte-americano, e sua análise se refere aos principais partidos políticos dos Estados Unidos, não aos brasileiros.

Por aqui, os maiores partidos seguem em marcha batida para um cenário semelhante. Considero-se no Brasil um processo de minitização do que se passa nos Estados Unidos. As agremiações que representam o "establishment", o PT incluso, cada vez mais se parecem. Lula chegou ao poder federal e repetiu, milímetro a milímetro, a política macroeconômica de FHC e do PSDB.

Em São Paulo, é triste e necessário reconhecer: pouca coisa mudará se vencer Marta Suplicy ou o tucano José Serra. E até por isso que ambos chegaram ao segundo turno.

Dita-se de uma constatação dura para o leitor de passante, mas é largamente comum em democracias representativas consolidadas. Muda-se o partido e quase tudo fica igual — exatamente como em "O Leopardo", no vaticínio de Lampadusa: "Se queremos que tudo permaneça como está, é preciso que tudo mude".

A constatação de John F. Bibby, renomado especialista, não está em algum jornal marginal de esquerda. Foi retirada do livro "Eleições 2004", preparado pelo Departamento de Estado, o ministério das relações exteriores norte-americanas.

Alguém imagina ser possível o Itamaraty divulgar para estrangeiros análise equivalente sobre os partidos no Brasil? Dizer que, na prática, PT e PSDB são parecidos quando chegam ao poder? Impensável. Pelo menos por enquanto. Aqui, a mania é esperar que um inimigo ou partido chegue ao poder para mudar a vida do país. É sonho. Puro sonho.

CARLOS HEITOR CONY

## Canoa furada

Não abençoe Duda pelo gesto, mas daí a considerá-lo um criminoso, um tirano, vai uma infinidade distância. Uma luta de boxe, esporte considerado "nobre" pelos entendidos, frequentemente derrama sangue, causa morte e atitudes e requer uma disciplina, um aprendizado técnico em que a finalidade é colocar o adversário estendido no chão, sem sentidos momentaneamente ou para sempre.

Bem, a briga de golos é ilegal. Que Duda responda, mas dentro dos limites, pela infração à lei. Lei menor, que preocupou um Jânio Quadros, que também não gostava de concursos de miss. Lei ganada por mais de 40 elementos da Polícia Federal, a mesma que nem está aí para impedir a entrada de armas e de drogas produzidas lá fora e que aqui entram aos borbotões.

A eficiência com que a PF atua em casos que pretendem desmoralizar candidatos em época de eleição, além de rotineira, torna-se suspeita de estar sendo manipulada por interesses partidários.

LUCIANO MENDES DE ALMEIDA

## Área indígena Raposa/Serra do Sol

A QUESTÃO do processo demarcatório da terra indígena Raposa/Serra do Sol já é bem conhecida e aguarda-se a assinatura pelo presidente Luiz Inácio Lula do decreto homologatório tão desejado pelos povos indígenas proprietários dessa área no nordeste do Estado de Roraima. Nessa terra, há 148 aldeias com 15 mil habitantes dos povos macuxi, wapichana, taurepang, patomona e ingariçó.

A população indígena respeita a diversidade biológica e os mananciais de água e conserva a natureza. Hoje esses povos estão em crescimento e possuem para sua sustento 30 mil cabeças de gado.

Nos últimos decênios, vários grupos de fazendeiros, plantadores de arroz e garimpeiros ocuparam também a área, gerando conflitos e pressionando os indígenas a reduzir os limites de suas terras ou a viver em extrema pobreza nas periferias das cidades. É triste lembrar que 21 indígenas perderam a vida na resistência pela posse da terra e do seu patrimônio cultural.

A Constituição Federal assegura aos povos indígenas (art. 231) o direito à posse permanente e usufruto exclusivo. Com razão, esperava-se que não demorasse a homologação da área Raposa/Serra do Sol. O problema que vem retardando o decreto homologatório está ligado à discussão sobre a demarcação de área contínua. Com a liberdade de autodeterminação dos povos em suas terras, a preservação da cultura e a garantia de crescimento exigem que a área demarcada seja contínua e, portanto, não inclua núcleos urbanos e enclaves de plantadores de arroz e outros, que há de causar mais tensões, enfrentamentos e grave detrimimento cultural.

A saída dos que já invadiram a área indígena é viável, tanto mais que alguns possuem outras terras ou podem ser colocados em região vizinha, conforme programa elaborado pelo Itamaraty, que ampara a resistência por parte de fazendeiros e rizicultores é muito forte, tendo estes conseguido uma limitação que impediu a homologação em área contínua. As comunidades indígenas apelaram da decisão, mas não foram atendidas pelo Tribunal Federal, que ampliou até as áreas a serem excluídas no decreto de homologação. Por determinação da Justiça Federal, os indígenas deveriam deixar parte das próprias terras, mantendo-se, assim, por enquanto, a posse dos plantadores de arroz.

No entanto, o Supremo Tribunal Federal examinou o pedido do procurador-geral da República, doutor Cláudio Fontelles, que, argumentando haver conflito entre as posições da União e do Estado de Roraima, conseguiu que a ação passe a ser julgada pela Suprema Corte.

É grande a esperança de que seja, enfim, homologada, em área contínua, a terra indígena Raposa/Serra do Sol. A decisão almejada da Suprema Corte e o ato presidencial assegurando os direitos constitucionais dos povos indígenas ajudando assim, diante de Deus, a reparar as graves injustiças praticadas ao longo de nossa história.

É tempo de garantirmos a plena cidadania, as condições de desenvolvimento, a tranquilidade e a alegria às nossas populações indígenas.

Dom Luciano Mendes de Almeida escreve aos domingos em "O Estado de São Paulo".

FRASES

"Acho que ampliar a vantagem na periferia seria mais interessante. Porque fiz um governo que, apesar de governar para a maioria, investiu pesadamente na periferia. Tenho de buscar os eleitores que muitas vezes não conseguem ter a dimensão do que foi o benefício realizado na periferia."

Marta Suplicy, dizendo que, para vencer a eleição, seria melhor garantir a vitória do que diminuir a desvantagem do "candidato bobão", ontem na Folha.

BAIXO-ASTRAL "O principal fator que me motivou a concorrer foi a certeza de que posso fazer muito pelo minha cidade. Vejo São Paulo de baixo-astral, com muitos problemas e com uma prefeitura que aposta na divisão entre os paulistanos."

José Serra, quando perguntado por que resolveu candidatar-se à prefeitura, ontem na Folha.

# Nos anos seguintes, a inscrição "editoriais" é destacada com impressão colorida.

## FIGURA 6 - DISPOSIÇÃO GRÁFICA PÁGINA A2/EDITORIAIS ANOS 2000 (4)

A2 opinião SÁBADO, 11 DE NOVEMBRO DE 2006

FOLHA DE S.PAULO

### FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL... Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S/A...

Presidente: LUIS FILAS
Diretor Editorial: OTAVIO FRIAS PILO
Superintendentes: ANTONIO MANUEL, TEREZINA MENDES, JERÔNIMO BERTO...

### Editoriais

editoriais@uol.com.br

## Carbono e florestas

Países pobres emitem mais gases-estufa e podem ter de assumir metas de redução, mas Brasil e China resistem

N A SEMANA em que teve início em Nairóbi (Quênia) mais uma conferência sobre mudança climática, o mundo foi surpreendido com a estimativa de que a China ultrapassará os EUA na emissão de gases do efeito estufa dentro de três anos, uma década antes do que se projetava...

ainda mais e vem sendo saciado à base de carvão mineral. Mesmo sendo um dos piores emissores de gases-estufa, o carvão está entre as fontes de energia cujo uso mais se expandiu nos últimos anos (90% do crescimento na China). EUA e Europa Ocidental também recorrem mais e mais ao carvão para suprir energia. Para lidar com o problema, a IEA recomenda biocombustíveis e energia nuclear como alternativas mais limpas, uma por renovável, outra por prescindir de combustíveis fósseis...

O governo brasileiro até deve defender em Nairóbi a criação de um fundo internacional voluntário para ressarcir países que preservem florestas tropicais. Corre o risco, porém, de ser atropelado por uma iniciativa do Banco Mundial que reservaria US\$ 200 milhões a US\$ 500 milhões para ajudar países tropicais a desenvolver um piloto de mecanismo de mercado (compra e venda de diretos de emissão) para o período pós-Kyoto...

O temor desmedido de aceitar compromissos explica a resistência do Brasil a incluir florestas na agenda de Kyoto. Tal relutância pode, ao final, levar mais água ao moinho do desenvolvimento chinês do que ao brasileiro, com mais carvão queimado, mais aquecimento global e mais floresta amazônica no chão.

## Anistia de urgência

O GOVERNO de São Paulo tem proposto medidas pouco ortodoxas para cobrir um déficit de R\$ 1,2 bilhão. A primeira foi a tentativa de leilão 20% das ações da Nossa Caixa à iniciativa privada. Pressionado, diante de sinais de que a operação redundaria em prejuízo para o erário, o governo recuou.

Toda anistia castiga quem se esforçou para cumprir regularmente suas obrigações e premia o sonegador. A necessidade de encontrar um jeito de fechar as contas no final de um ciclo administrativo, ademais, não costuma servir de boa fonte inspiradora a um programa de anistia. Além de ser pouco pedagógica, a atitude de perdoar multas e juros de quem sonega ganha contornos ainda mais preocupantes nesse caso. Algumas empresas flagradas há pouco por fiscais em fraudes milionárias envolvendo operações fictícias de exportações se valeram da anistia para regularizar sua situação.

É importante sanear as contas estaduais. O problema está no método. Conceder facilidades a empresas com pendências fiscais é medida excepcional, que deve ser usada com parcimônia.

Que o estrategista não faça escola. Anistias não devem tornar-se rotina, pois desmoralizam a autoridade tributária. Anistias ao fim de gestões com dificuldades de caixa, muito menos.



CLÓVIS ROSSI

### Boa notícia. Mas falsa

SÃO PAULO - Uma das únicas boas notícias sobre o Brasil contida no relatório sobre desenvolvimento humano divulgado pelas Nações Unidas é a redução da desigualdade. Pena que seja falsa. Já tratei desse tema, mas a repetição da falsidade exige voltar ao tema, que explica a falsidade. 1 - O único estudo que mostra a queda da desigualdade (a partir de 1995, portanto no governo Fernando Henrique Cardoso) é a Pnad (Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios), do IBGE. Os pesquisadores perguntam a renda da família. Quem vive só de trabalho ou de outro rendimento fixo diz o que ganha. Quem, além do salário ou de rendimento fixo, recebe também os proventos advindos de aplicações financeiras, omite essa parte da renda. Ou por mero esquecimento, portanto de boa-fé, ou por medo (do fisco, de sequestro, do que se).

diminuição da desigualdade, por falsa declaração. 3 - Testemunho de pesquisadores do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas: "A pesquisa do IBGE só capta 10% dos rendimentos das famílias com juros", afirma Marcello Medeiros. Completa Sergei Soares: "Esses rendimentos são muito mal medidos pela Pnad". 4 - Os 10% mais ricos do país e que têm dinheiro aplicado a juros obtiveram um rendimento médio financeiro real (acima da inflação) de 8,8% entre 2001 e 2004 (os dados da ONU referem-se justamente a 2004). Já os 20% mais pobres que vivem da renda do trabalho tiveram um aumento nos ganhos de 19,2% no mesmo período. Tudo somado, tem-se que é simplesmente impossível que a desigualdade tenha caído. E, mesmo computando uma queda que não houve, a ONU põe o Brasil em um patético 69º lugar no ranking do desenvolvimento humano.

rossi@uol.com.br

FERNANDO RODRIGUES

### O erro na política

BRASÍLIA - Lula tem 34 ministros. Desse, cerca de 20 podem continuar. Entre os 14 que sobram, mais da metade está na chamada "cota pessoal" do presidente. A rigor, Lula terá bem mais de dez cadeiras para encaixar todos os aliados indicados pelos partidos políticos governistas. É nítida a escassez de cargos para atender à demanda. O caldo entorna com o PT desejando ficar do mesmo tamanho — ou maior — na Esplanada.

co-partidário só funciona na base das planilhas de um lado, o nome do deputado ou senador do outro, a lista de emendas parlamentares de cada um. É possível que em 2014 as legendas grandes realmente sejam cerca de quatro. Será viável então uma negociação institucional entre diretores partidários e Poder Executivo. Hoje, é impossível. Aceitar esse fato não significa rendição ao fisiologismo. Basta liberar emendas decentes. Refugar as dos sanguessugas. Simples. Mas exige algo para o qual Lula e seus articuladores não demonstram apetite: trabalhar duro, ter paciência e receber, individualmente, os 513 deputados e 81 senadores.

Nesse ambiente, Lula corre risco parecido ao do início de seu primeiro mandato. Errar na política. Está em vigor no Planalto uma crença segundo a qual a administração de Lula será eficaz a ponto de unir o PMDB. Cada um tem o direito de acreditar no que bem entende. Mas PMDB unido é igual a cabelo azul: não existe na natureza. Outra miragem habitual no imaginário do governo é ter "ministros que garantam a votação das bancadas de seus partidos" no Congresso. Poesia pura. O atual sistema político-partidário só funciona na base das planilhas de um lado, o nome do deputado ou senador do outro, a lista de emendas parlamentares de cada um.

Só chamar os caciques não adianta. Na primeira crise, essa gente sempre e passa a ligar para os jornais reclamando que falta um articulador político a Lula. E falta mesmo. frodriguesb@uol.com.br

CARLOS HEITOR CONY

### Buñuel e o Oriente

RIO DE JANEIRO - Apesar da óbvia insignificância do malfeitor escrito que aqui vos salda e pede passagem, volta e meia sou convidado para estranhas e não desejadas viagens. Vieram com um povo furadíssimo, prometendo-me mundos com alguns fundos se tomasse uma longa peregrinação pelo Oriente — China, Japão, Índia, Paquistão, esses lugares onde certamente nem Judas perdeu suas imprevistas botas.

via-láctea de seus fantasmas, os estranhos caminhos que levam a Santiago de Compostela. Já pisai terras não desejadas para garantir o leite das crianças ou em trânsito para outros lugares. De qualquer forma, quando vou a São Paulo e vejo mais de dois japoneses juntos, já me sinto forasteiro e com vontade de voltar logo para casa. Não que tenha alguma coisa contra os orientais. Mas prefiro mesmo as mazelas, as indigências, as pila-tulas do nosso mundo cristão e ocidental. Foi nele que me formei e me informei. Por essas e outras é que nada tenho a fazer na China ou no Japão. Comer um pato laqueado pode ser façanha sensível. Receber mensagens de uma "geisha" deve ser gostoso.

Recusei de estalo. Não tenho curiosidade nem necessidade de gastar a sola dos meus pés e as inquietações do meu espírito em tão remotos lugares. Luis Buñuel comentou, um dia, que a China, com sua filosofia, sua arte, sua cultura e sua história, nada tinha a ver com ele. O movimento mais longo que ele fizera em direção ao Oriente foi uma curta viagem a Metz, 320 quilômetros a oeste de Paris. Dom Luis sempre soube das coisas. São outros seus roteiros, sempre seguindo a

Prefiro uma pedra em Jerusalém, um mármore na Grécia, uma ruína em Roma, uma estrada abandonada em qualquer parte. Não que as rotinas fatigadas de ruínas — e deslumbradas.

SÉRGIO DÁVILA

### Uma sugestão para Bush

PRESIDENTE George W. Bush disse em entrevista autointervista que aceitava sugestões sobre como lidar com a Guerra do Iraque. Aqui vai uma mantenha o "Sigr". É a sigla em inglês para a agência federal temporária criada pelo Congresso para investigar fraudes, desperdício e mau uso de dinheiro destinado à reconstrução do país.

O escritório antimarcacatais surgiu de uma das raras iniciativas bipartidárias desse Legislativo que chega ao fim e, desde que começou a funcionar, não pára de fazer denúncias. Uma das mais ruidosas foi a da construção da Academia de Polícia de Bagdá, que era para ser um símbolo da colaboração de iraquianos e invadidos em torno do problema mais grave que toma o Iraque, a falta de segurança.

A obra consumiu US\$ 75 milhões. No dia da inauguração, teve de ser interditada. Entre outros problemas descobertos pelo Sigr, o teto corria o risco de desabar nos recém-faças; quando as torneiras das piaas dos banheiros eram abertas, o alojamento dos estudantes recebia uma chuva de fezes e urina (insira aqui sua própria metáfora irônica da presença dos EUA no Iraque). Desde sua criação, em 2004, o escritório fez 73 relatórios de auditorias, 243 recomendações de ações e 65 análises de projetos. Pediu a abertura de 25 ações criminais no Departamento de Justiça, das quais quatro resultaram em condenações. Entre as empresas denunciadas, estão a Parsons (que fez a academia) e a KBR, antes conhecida como Kellogg Brown & Root e subsidiária da Halliburton, que já teve o vice-presidente Dick Cheney no comando.

Nas contas do titular do escritório, o incansável Stuart Bowen, a corrupção das empreiteiras norte-americanas e do governo iraquiano joga US\$ 4 bilhões por ano nas mãos dos rebeldes, que usam o dinheiro para armar e manter viva a guerra civil — e matar soldados norte-americanos, num ciclo vicioso que poucos percebem. Numa de suas auditorias, descobriu que 14 mil mar de Exército dos Estados Unidos tinham desaparecido — provavelmente, já estão nas mãos dos insurgentes. Além disso, o Exército gastou US\$ 10 bilhões de dinheiro norte-americano já liberado pelo Congresso para a reconstrução não são usados por falta de competência dos contratados.

Há poucos dias, numa canetada, Bush zerou o dinheiro destinado ao Sigr em 2007, eliminando na prática. O presidente quer sugestões? Não fechar o escritório já seria um bom começo.

sergiodavila@uol.com.br

SERGIO DÁVILA (correspondente em Washington)

FRASES

FRACO O relatório traz excelentes notícias pelo lado da desigualdade, mas não fomos bem na educação. (...) Esse tem sido um ponto fraco do governo Lula

SERGEI SOARES pesquisador do Ipea, sobre o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2006 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento: "O relatório sobre desigualdade não aponta, ontem na Folha"

ABERTO Estou aberto a qualquer ideia ou sugestão que nos ajude a atingir a meta de derrotar os terroristas e garantir que o governo democrático do Iraque seja bem-sucedido

GEORGE W. BUSH ditando-se disposto a ouvir sugestões de oposição democrática, ontem na Folha

Atual versão gráfica traz o título da seção em letras maiúsculas, na cor preta.

FIGURA 7- DISPOSIÇÃO GRÁFICA PÁGINA A2/EDITORIAIS ANOS 2010

A2 **opinião** ★★ ★ SEXTA-FEIRA, 9 DE DEZEMBRO DE 2010

FOLHA DE S. PAULO

# FOLHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

PUBLICADO DESDE 1929 - PROPRIEDADE DA EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A.

**Presidentes:** LUIZ FRIAS  
**Diretor Editorial:** OTAVIO FRIAS FILHO  
**Superintendentes:** ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES E JUDITH BRITO  
**Editor-executivo:** SÉRGIO DÁVILA  
**Conselho Editorial:** RÉSIO GILZAR DE CERQUEIRA LEITE, MARCELO COELHO, JANO DE FREITAS, CLOVIS ROSSI, CARLOS HEITOR ROSY, CESY PIRATO, ANTONIO MANUELA TEIXEIRA MENDES, LUIZ FRIAS E OTAVIO FRIAS FILHO (secretário)  
**Diretoria-executiva:** MARCELO BENEZ (comercial), MURILLO REISSAB (circulação), MARCELO MACHADO GONÇALVES (finanças) E EDUARDO ALCARO (planejamento e novos negócios)

## EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br



### Salvou-se

Embora variados argumentos jurídicos possam ser usados a seu favor, Renan Calheiros se beneficiou de decisão do STF com sabor de casuístico

Causa fundo desalento na opinião pública o desfecho encontrado pela maioria do Supremo Tribunal Federal, nesta quarta-feira (7), para o impasse oposto do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), ao ministro do STF Marco Aurélio Mello, que em medida liminar e monocrática decidiu por afastá-lo do cargo.

Colocado pelo próprio tribunal, há poucos dias, na condição de réu por crime de peculato — e alvo de mais 11 outros inquéritos —, Renan Calheiros certamente não ostenta requisitos éticos mínimos para se manter à frente do Senado.

Um dos principais alvos das manifestações antipolíticas do último domingo, o peemedebista parece dotado de infinita capacidade de sobrevivência. De um modo que espantosamente confirma seu poder político, o Supremo assegurou-lhe a intocabilidade de que desfruta. Sem dúvida, variados argumentos jurídicos podem ser invocados a seu favor. A decisão monocrática de Marco Aurélio, concluindo pelo afastamento, trazia componentes de intempetividade e de ambiguidade na interpretação da lei.

Criara-se, na verdade, uma espécie de quebra-cabeça lógico com sua liminar. Tal gênero de decisões unilaterais exige, pelo texto legal,

que haja urgência na deliberação — o que de fato não havia.

Decidia-se uma questão que, em si mesma, não continha tais características. Tratava-se de aplicar, ao caso Renan Calheiros, a regra de que um réu não pode constar como eventual sucessor do presidente da República.

O cenário, no raciocínio de Marco Aurélio, não havia como dissociar a condição de presidente do Senado daquela de eventual sucessor de Michel Temer (PMDB). O tema da urgência desaguiou, assim, na decisão de afastá-lo do cargo.

Por maioria de votos, o STF decidiu "fatiar" a questão, impedindo Renan de suceder ao presidente, mas capacitando-o a continuar à testa do Senado, o que de qualquer forma será por tempo breve.

Enfraquece-se o tribunal, por mais de um motivo. O senador afrontara diretamente, ao recusar-se a receber a ordem de seu afastamento. Com que moral se poderá punir, de agora em diante, outro cidadão que desobedeça às determinações de um magistrado?

Ademais, o papel de Renan como articulador de importantes medidas econômicas no Congresso foi reconhecido, em alguns votos do STF, como fator a ser considerado.

O STF possuía a imagem de seu afastamento, trazia componentes de intempetividade e de ambiguidade na interpretação da lei.

Criara-se, na verdade, uma espécie de quebra-cabeça lógico com sua liminar. Tal gênero de decisões unilaterais exige, pelo texto legal,

### Ensino reprovado

O Brasil tem feito esforços na área educacional que não se traduzem em melhoria da qualidade do ensino médio e, por consequência, da aprendizagem dos jovens.

A mais recente evidência dessa defasagem foi expressa pelos resultados de 2010 do Pisa, exame aplicado a cada três anos pela OCDE (organização que reúne países desenvolvidos e alguns emergentes), divulgados nesta semana.

O desempenho dos estudantes brasileiros de 15 anos em leitura, ciências e matemática — as três áreas avaliadas — não progrediu. Mais grave ainda, o Brasil ficou estagnado em um patamar de desempenho educacional muito baixo.

Num universo de 70 países avaliados, estamos entre os dez piores em matemática e ciências. Em leitura, na 59ª posição.

O rendimento mediocre ocorreu a despeito de um aumento do gasto por aluno de 6 a 15 anos, que representava 32% da média da OCDE em 2012, no ano passado, atingiu 42%.

Há quem argumente que um dos grandes problemas do Brasil ainda é o investimento relativamente baixo por estudante, em comparação ao realizado por países ricos. No quadro de grave recessão em que o país se encontra, seria ilusório imaginar aportes vultuosos em educação e mesmo em outras

áreas essenciais, como saúde e infraestrutura. Pode-se avançar muito, todavia, na eficiência dos investimentos.

Uma comparação com o Chile evidencia essa constatação. O país vizinho tem um gasto por aluno muito próximo ao brasileiro (equivalente a 44% da média da OCDE). Seus alunos de 15 anos, no entanto, estão 19 posições à frente dos nossos no ranking de Pisa de ciências.

Outros países latino-americanos, como México, Colômbia e Uruguai, conseguiram fazer seus estudantes avançarem mais que os brasileiros, gastando menos.

A reforma do ensino médio, em tramitação na Câmara dos Deputados, embora encaminhada de maneira discutível, é um passo na direção correta, bem como a Base Nacional Comum Curricular, que deixa claros os objetivos e conhecimentos a serem alcançados a cada etapa.

Falta ainda ao país tomar outras medidas que promovam o aprimoramento dos professores. Além de investir em reciclagem e continuar a valorizar a remuneração (cuja média se elevou, mas ainda não é a ideal), é preciso implementar um sistema de incentivos. Altingir metas de desempenho estabelecidas e avançar no aperfeiçoamento profissional são méritos que devem ser reconhecidos e premiados.

### HÉLIO SCHWARTZMAN

#### Crise institucional?

**SÃO PAULO** - Vivemos uma crise institucional? Depende de que se espera das instituições. Se você pensa que elas devem fazer com que todos se comportem como lordes ingleses, as coisas vão mal. Mas, se você, mais modestamente, quer só que elas evitem que disputas políticas degenerem em violência, eu diria que estão funcionando.

O entretanto entre Renan Calheiros e o STF mais parece uma comédia de erros, na qual reprimendas podem ser distribuídas liberalmente. O desatino original foi cometido pelo povo algoano, que reelegera Calheiros senador em 2010 já conhecendo sua ficha corrida. Foi secundado pelos senadores, que o revocaram na presidência da Câmara Alta, à qual já renunciara em 2007 por envolvimento num rumoroso escândalo.

Também é difícil justificar a posição do PGR, que cobra a destituição de Calheiros de seu cargo, mas parece incapaz de transformar a dezena de inquéritos de que ele é objeto em denúncias. A única até aqui apresentada levou seis anos para se materializar e depois reposou por mais três nos escaninhos do Supremo.

OSTF é outro que vem atuando de forma temerária. Quando utiliza interpretações criativas da Constituição ao lidar com a prisão/desestragamento de parlamentares, abre uma espécie de caixa de Pandora. Mas o destaque em termos de decisões infundadas vai para o ministro Marco Aurélio que determinou liminarmente o afastamento de um chefe de Poder com base num julgamento inacabado e num acórdão não publicado. Pi or, fê-lo sem combinar com seus pares, que teriam de referendar o ato, e a poucos dias de a questão perder o objeto, com o final dos trabalhos legislativos deste ano e a troca de comando do Senado em fevereiro.

Para não ficar atrás nesse festival de desastros, Calheiros resolveu fugir do oficial de Justiça e ensaiar uma rebelião contra o STF. Diante de tantos maus-tratos, acho que as instituições estão resistindo até que bem.

### BERNARDO MELLO FRANCO

#### Instituições funcionando

**BRASÍLIA** - Os roteiristas de ficção têm muito a aprender com o Congresso brasileiro. Depois de protagonizar uma grave crise institucional e afrontar decisão do Supremo, o Senado amanheceu nesta quinta (8) como se nada tivesse acontecido.

A cadeira de presidente voltava a ser ocupada por Renan Calheiros, réu por peculato e multi-investigado na Operação Lava Jato. A vontade na poltrona de couro azul, ele distribuiu ordens, organizava a lista de oradores e fazia piadas ao microfone.

"A oposição não costuma cantar nuncas", disse a Magno Malta, dublê de senador e cantor evangélico, recusando uma sugestão para que deixasse a minoria fazer "até cansar".

Pouco depois, Renan passou a anunciar a criação de um novo órgão: a Comissão Permanente Senado do Futuro. Lendo uma folha de papel pousada sobre a mesa, ele enumerou as questões a serem debatidas.

"A saúde dos oceanos e dos rios; o aumento pós-energia fóssil; as novas fronteiras da vida, inclusive com

a inteligência artificial e o potencial das células-tronco; as novas fronteiras do universo, inclusive o potencial de viagens espaciais", recitou.

Para completar o surrealismo da cena, o senador réu leu o último item da lista: "a evolução da moral e da conduta humana".

Em seguida, passou a Romero Jucá, também investigado na Lava Jato e primeiro dos seis ministros a cair em seis meses de governo Temer.

Na Câmara, não houve votações relevantes. Oposiçãoistas apresentaram outro pedido de impeachment, mas o presidente Rodrigo Maia não apareceu para recebê-los. O documento foi lido diante de uma poltuna vazia. No plenário, deputados-pastores promoviam uma sessão solene. Homenagem ao Dia da Bíblia.

O prefeito eleito do Rio, Marcelo Crivella, diz ter batido o martelo. Reduzirá o número de secretarias do município para 12. É metade da estrutura chefiada por Eduardo Paes.

### RUY CASTRO

#### Grande Kirk

**RIO DE JANEIRO** - Em entrevistas recentes com Kirk Douglas, que completa 100 anos nesta sexta (9), jovens repórteres lhe perguntaram como tinha sido trabalhar com Stanley Kubrick em dois filmes: "Glória Feita de Sangue" (1957) e "Spartacus" (1960). A curiosidade era natural — afinal, Kubrick (1928-1999) foi um dos diretores mais poderosos do cinema. Era o autor total de seus filmes, levava o tempo que quisesse para rodá-los e fazia dos atores quase seus escravos. Quanto a Kirk, era um nome, mas do passado — para esses repórteres, devia ter passado o diabo com Kubrick.

Mas não, era o contrário. Kirk foi um dos primeiros superastros dos anos 50 a se tornar produtor independente, dono do próprio nariz. Com isso, vários de seus filmes naquele período — "Vikings, os Conquistadores" (1958), "O Nono Mandamento" (1964), "Sua Última Fagulha" (1962), "Sete Dias de Maio" (1964) e o próprio "Spartacus" —

eram só dele. Diretor, elenco e técnicos eram seus empregados, dependiam de seus cheques — inclusive Kubrick, quando trabalharam juntos.

Kirk assistira a "O Grande Golpe" (1956), um filme modesto, mas com um linguagem original e vibrante, e quis conhecer seu diretor: Stanley Kubrick, 27 anos. Este lhe falou de "Glória Feita de Sangue". Kirk aceitou coproduzir e fazer o primeiro papel. Os dois se deram bem e o filme foi um sucesso de crítica. Dois anos depois, ao produzir "Spartacus", Kirk brigou com o diretor Anthony Mann e o demitiu. Para seu lugar, chamou Kubrick, que, por sua vez, acabou de ser demitido de "A Face Oculta" por seu astro e também produtor Marlon Brando.

"Spartacus" era um filme milionário, o que assustava Kubrick, e tinha monstros como Laurence Olivier, Charles Laughton e Peter Ustinov no elenco. Foi Kirk quem salvou Stanley de ser esmagado por eles. Grande homem, Kirk Douglas.

### CLAUDIA COSTIN

#### Os estudantes e as ciências

Mais uma edição do Pisa teve seus resultados divulgados e não trouxe notícias boas para o Brasil. Nosso desempenho parece ter estagnado. Pi or: estagnamos num patamar extremamente baixo. De 73 economias (entre países e cidades participantes), ficamos em 66º lugar.

A cada três anos, a OCDE, organizadora dessa avaliação, foca uma área diferente entre três ênfases possíveis: leitura, matemática e ciências. Normalmente acrescenta questionários para obter dados para melhor analisar os sistemas educacionais. Na edição de 2015, a área priorizada foi ciências, ou, especificamente, letramento científico.

É importante entender o que é letramento científico para a OCDE, ou que ela considerava importante que um aluno de 15 anos saiba em ciências. A resposta é simples: pensar cientificamente, utilizar conceitos em problemas reais, entender como se organizam experimentos ou processos científicos — em outros termos, desenvolver uma mente investigativa, base para todas as ciências.

O Brasil avançou nos últimos anos em assegurar que os jovens dessa idade estejam na escola. Setenta e um por cento dos jovens na faixa dos 15 anos estão matriculados a partir do 7º ano, 15 pontos percentuais a mais que em 2003, numa ampliação do impressionante de escolarização.

Isso poderia trazer uma queda na aprendizagem desses jovens, o que não ocorreu. Seria algo a ser celebrado, mas a oitava economia do mundo não pode comemorar um desempenho tão baixo.

Na verdade, não vamos avançar enquanto não investirmos em duas linhas de ação: atrair mais talentos para a profissão de professor e formá-los adequadamente por um lado, e, por outro, rever currículos e pedagogia, de forma a ter condições de ensinar os alunos a pensar cientificamente, não apenas a memorizar fórmulas e conceitos.

Na primeira linha, cabe melhorar os salários dos professores, valorizá-los, para que os melhores alunos de ensino médio desejem cursar pedagogia e licenciaturas. Tornar as faculdades de educação mais profissionalizantes, como são as de engenharia ou medicina e resgatar as didáticas específicas, inclusive a de ciências.

Na segunda, usar no trabalho com a Base Comum Curricular para diminuir tópicos e disciplinas e priorizar a utilização de conceitos das ciências em problemas reais. Gastar tempo ensinando aos alunos a solução colaborativa de problemas (tema enfocado no Pisa 2015) em que se utilizem conhecimentos das ciências.

Há muito o que se fazer e certamente chegamos num ponto em que a inação destruirá nosso futuro. Resta agora começar, com coragem, a enfrentar os desafios de uma escola que não funciona.

CLAUDIA COSTIN escreve às sextas-feiras nesta coluna.

FONTE: ACERVO FOLHA

Por fim, exemplo de editorial publicado na capa do jornal, opção rara.

FIGURA 8- EDITORIAL NA CAPA

# FOLHA DE S. PAULO

55 ANOS

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

folha.com.br

DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRIAS FILHO ANO 96 • DOMINGO, 3 DE ABRIL DE 2016 • Nº 31.777 EDIÇÃO SÃO PAULO • CONCLUÍDA ÀS 22H42 • R\$ 5,50

---

**EDITORIAL**

## Nem Dilma nem Temer

A presidente Dilma Rousseff (PT) perdeu as condições de governar o país. É com pesar que este jornal chega a essa conclusão. Nunca é desejável interromper, ainda que por meios legais, um mandato presidencial obtido em eleição democrática.

Depois de seu partido protagonizar os maiores escândalos de corrupção de que se tem notícia; depois de se reeleger à custa de clamoroso estelionato eleitoral; depois de seu governo provocar a pior recessão da história, Dilma colhe o que merece.

Formou-se imensa maioria favorável a seu impeachment. As maiores manifestações políticas de que se tem registro no Brasil tomaram as ruas a exigir a remoção da presidente. Sempre oportunistas, as forças dominantes no Congresso ocupam o vazio deixado pelo colapso do governo.

A administração foi posta a serviço de dois propósitos: barrar o impedimento, mediante desbragada compra de apoio parlamentar, e proteger o ex-presidente Lula e companheiros às voltas com problemas na Justiça.

Mesmo que vença a batalha na Câmara, o que parece cada vez mais improvável, não se vislumbra como ela possa voltar a governar. Os fatores que levaram à falência de sua autoridade persistirão.

Enquanto Dilma Rousseff permanecer no cargo, a nação seguirá crispada, paralisada. É forçoso reconhecer que a presidente constitui hoje o obstáculo à recuperação do país.

Esta **Folha** continuará empenhando-se em publicar um resumo equilibrado dos fatos e um espectro plural de opiniões, mas passa a se incluir entre os que preferem a renúncia à deposição constitucional.

Embora existam motivos para o impedimento, até porque a legislação estabelece farta gama de opções, nenhum deles é irrefutável. Não que faltem indícios de má conduta; falta, até agora, comprovação cabal. Pedaladas fiscais são razão questionável numa cultura orçamentária ainda permissiva.

Mesmo desmoralizado, o PT tem respaldo de uma minoria expressiva; o impeachment tenderá a deixar um rastro de ressentimento. Já a renúncia traduziria, num gesto de desapego e realismo, a consciência da mandatária de que condições alheias à sua vontade a impedem de se desincumbir da missão.

A mesma consciência deveria ter Michel Temer (PMDB), que tampouco dispôs de suficiente apoio na sociedade. Dada a gravidade excepcional desta crise, seria uma bênção que o poder retornasse logo ao povo a fim de que ele investisse alguém da legitimidade requerida para promover reformas estruturais e tirar o país da estagnação.

O Tribunal Superior Eleitoral julgará as contas da chapa eleita em 2014 e poderá cassá-la. Seja por essa saída, seja pela renúncia dupla, a população seria convocada a participar de nova eleição presidencial, num prazo de 90 dias.

Imprescindível, antes, que a Câmara dos Deputados ou o Supremo Tribunal Federal afaste de vez a nefasta figura de Eduardo Cunha —o próximo na linha de sucessão—, réu naquela corte e que jamais poderia dirigir o Brasil nesse intervalo.

Dilma Rousseff deve renunciar já, para poupar o país do trauma do impeachment e superar tanto o impasse que o mantém atolado como a calamidade sem precedentes do atual governo.

## Governo absorve 72% do crédito do país em 2015

Com taxa de juro maior, setor público suga verba que poderia irrigar empresas



### CABEÇA DE TERRORISTA

Liderança do Estado Islâmico, Ahmad Derwish diz que a facção radical está em crise. Houve baixas devido aos bombardeios da coalizão e cortes em salários por causa da queda nas vendas de petróleo.

Em entrevista aos enviados Patricia Campos Melo e Fabio Braga, ele defendeu os ataques que mataram 32 pessoas na Bélgica. "Sempre é legítimo matar quem não segue a sharia [islâmica]." Mundo A17

Sete de cada dez operações de crédito realizadas no Brasil em 2015 foram utilizadas para financiar o governo e as empresas estatais. O Estado absorveu 72% das operações de dívida, que incluem empréstimos a pessoas físicas, empresas e o lançamento de títulos públicos e privados no mercado financeiro, de acordo com levantamento do economista Carlos Rocca, do Ibmec.

Essa porcentagem equivale a R\$ 597 bilhões de R\$ 829 bilhões que giraram nesse mercado no ano passado.

É o maior percentual de apropriação estatal do fluxo de dívidas da economia brasileira em dez anos. O estudo tem dados desde 2005.

Rocca atribui o desequilíbrio ao déficit no Orçamento, estimado em 10% do PIB. Endividado, o governo suga recursos que deveriam irrigar o setor produtivo.

"Quando o setor público disputa com o setor privado essa poupança, oferece taxas de juros mais elevadas nos seus títulos, o que mata a demanda por crédito das empresas", diz. Mercado Pág. 1

### Empreiteira bancou regalias para presos da Lava Jato, diz testemunha

Surto de gripe faz paulistano usar máscara em casa

O surto de H1N1, que atinge principalmente São Paulo, causa preocupação nos pais e em quem tem familiares idosos. Muitos redobram os cuidados e passaram a usar máscaras e álcool gel em casa para evitar contaminar outras pessoas.

O temor de pegar o vírus também lotou clínicas de vacinação da capital. Cotidiano B7

### Aposta do partido, Cruz se põe mais à direita que Trump

O Partido Republicano aposta em Ted Cruz para brigar Donald Trump na disputa à Presidência dos EUA. Declarações e propostas, porém, colocam Cruz mais à direita em questões como a imigração-palestina. Trump se diz neutro e defende um acordo de paz; seu rival quer que Jerusalém seja capital exclusiva de Israel. Mundo A18

**Histórico de uma década é aliado do Palmeiras contra o Corinthians, às 16h**

Esporte B1

**Com cobertura da crise, Folha bate o recorde de audiência e assinatura digitais**

Podar A11

3 1777 9 777114 372018

3 1777 9 777114 372018

ATMOSFERA Cotidiano B8  
 Tempo seco na capital. Serviço ao assinante, at. educação e a emissoras. Site: folha.com.br

**SUBARU IMPREZA SEDAN.**

MOTOR BOXER 2.0 COM INJEÇÃO MULTIPONTO SEQUENCIAL.

O ÚNICO SEDAN COM SANGUE DE RALLY NAS VEIAS.

ENTRADA DE 60%  
R\$ 104.900 TAXA 0%  
SALDO R\$ 341.900 X 36

Veja na página 3.

**Consumer Reports**

SUBARU. Destaque entre as marcas que fazem os melhores carros.

MARCAS RECOMENDADA

SUBARU e Audi 100%  
Lexus 88%  
Porsche e BMW 60%

SUBARU. SEGURANÇA EM MOVIMENTO.

A única marca no mundo com todos os modelos classificados com o "Top Safety Pick" por 3 anos consecutivos.

FONTE: ACERVO FOLHA

### 3.1.2. Linha editorial da *Folha de S. Paulo*

“Um jornal a serviço do Brasil”. É assim que a *Folha de S. Paulo* se autodenomina em seu *slogan*. O objetivo de ofertar Jornalismo crítico, apartidário, moderno e pluralista é o que alicerça seus princípios editoriais.

Em seu site oficial, o Grupo *Folha* apresenta o conjunto de valores que norteiam suas atividades. Sua missão remete diretamente ao conjunto de valores que regem e legitimam a prática jornalística nas democracias modernas, como um serviço público, embora operado e comercializado pela iniciativa privada.

Produzir informação e análise jornalísticas com credibilidade, transparência, qualidade e agilidade, baseadas nos princípios editoriais do Grupo *Folha* (independência, espírito crítico, pluralismo e apartidarismo), por meio de um moderno e rentável conglomerado de empresas de comunicação, que contribua para o aprimoramento da democracia e para a conscientização da cidadania (FOLHA, 2017).

Ao mencionar razões públicas para justificar ações privadas, o texto que sugere a missão da FSP toca diretamente na tensão entre interesses públicos e privados do Jornalismo discutida no segundo capítulo e que ocupa a centralidade do debate desta pesquisa. O conjunto de valores e princípios defendidos pelo grupo segue a tônica da legitimação social da atividade profissional jornalística: Independência econômica e editorial; Compromisso com o leitor; Ética; Defesa da liberdade de expressão; Defesa da livre iniciativa; Pioneirismo e Respeito à diversidade.

Amparada neste conjunto de valores, a empresa construiu o Projeto Folha, cuja versão original foi publicada em 1981. Trata-se do projeto editorial do jornal, que foi atualizado em 1984, 1985, 1986, 1988, 1997 e 2017. A última versão veio acompanhada da publicação inédita dos Princípios Editoriais do jornal. Tais princípios são discutidos regularmente pelo Conselho Editorial desde 1978 e fornecidos ao público desde 1985 (PINTO, 2012). São 12 princípios que sintetizam seu compromisso:

1. Confirmar a veracidade de toda notícia antes de publicá-la
2. Praticar um Jornalismo que ofereça resumo criterioso e atualizado do que acontece de mais relevante em São Paulo, no Brasil e no mundo, com ênfase na obtenção de informações exclusivas
3. Priorizar temas que, por afetarem a vida da coletividade ou de parcelas expressivas da população, sejam considerados de interesse público
4. Promover os valores do conhecimento, da solução pacífica dos conflitos, da livre-iniciativa, da equalização de oportunidades, da democracia representativa, dos direitos humanos e da evolução dos costumes

5. Abordar os assuntos com disposição crítica e sem tabus, no intuito de iluminar problemas, apontar falhas e contradições, questionar as autoridades públicas e os poderes privados, sem prejuízo de buscar conteúdos proveitosos ou inspiradores
6. Cultivar a pluralidade, seja ao divulgar um amplo espectro de opiniões, seja ao focalizar mais de um ângulo da notícia, sobretudo quando houver antagonismo entre as partes nela envolvidas; registrar com visibilidade compatível pontos de vista diversos implicados em toda questão controvertida ou inconclusa
7. Obrigar-se a ponderar os argumentos da parte acusada e, publicando uma acusação, garantir espaço ao contraditório
8. Manter atitude apartidária, desatrelada de governos, oposições, doutrinas, conglomerados econômicos e grupos de pressão
9. Preservar o vigor financeiro da empresa como esteio da independência editorial e garantir que a produção jornalística tenha autonomia em relação a interesses de anunciantes; assegurar, na publicação, características que permitam discernir entre conteúdo jornalístico e publicitário
10. Estabelecer distinção visível entre material noticioso, mesmo que permeado de interpretação analítica, e opinativo
11. Rechaçar censura e outras agressões à liberdade de expressão, reconhecendo, no caso de abuso comprovado dessa liberdade, a responsabilização posterior dos autores, nos termos da lei
12. Identificar e corrigir com destaque erros de informação cometidos; publicar manifestações de crítica ao próprio jornal; manter mecanismos transparentes de autocontrole e correção. (PRINCÍPIOS EDITORIAIS FOLHA DE S. PAULO, 2017).

Uma vez apresentados a história e os principais valores do jornal analisado, a dissertação passa a exibir os procedimentos metodológicos adotados, desde as estratégias de coleta, principais obstáculos enfrentados e etapas a serem percorridas.

### **3.2. Estratégias de coleta**

Antes de apresentar as estratégias metodológicas adotadas para coleta e análise do material, é importante sinalizar com certo cuidado as limitações e dificuldades encontradas em razão do objeto pesquisado e recorte temporal adotado. Admite-se, de imediato, o desafio enfrentado na pesquisa longitudinal. Por essas razões, há pelo menos dois grandes desafios metodológicos a serem superados. O primeiro diz respeito ao esforço adicional consequente do trabalho manual de coleta e seleção dos textos que compõem o *corpus* – conforme será detalhado a seguir. O segundo e maior desafio se refere à adoção de uma estratégia de coleta representativa e exequível. Por se tratar de um período longo, a determinação do universo de editoriais que tratam sobre (e citam o termo)

“corrupção” se torna trabalhoso e desafiador, frente às limitações das ferramentas de armazenamento e busca das edições mais antigas.

### **3.2.1. Definição e coleta do universo de pesquisa**

Embora todas as edições da FSP, desde 1921, estejam digitalizadas e disponíveis em acervo online, não há recursos eletrônicos automatizados que refinem a pesquisa pela seção “Editorial” associada à busca pela palavra-chave “corrupção”. No mecanismo disponibilizado pelo jornal em acervo online é possível filtrar todos os textos com menção ao termo, porém, não por editoria. Em um teste, observou-se que a busca pela palavra em todo jornal, no período de 1990 a 2016, contabiliza 18.498 páginas. Para coleta apenas dos editoriais, seria necessária a visualização de cada um desses resultados e a seleção manual daqueles relativos aos editoriais, o que seria inviável e, portanto, foi descartado.

Também se cogitou a adoção de coleta de amostra aleatória por semana composta. Embora tal técnica seja eficiente no grau de aleatoriedade e distribuição ao longo do período, impõe o risco de se sortear raros dias que efetivamente tratem do tema corrupção, configurando uma amostra trabalhosa, porém, pouco confiável e representativa, já que o universo pesquisado permaneceria indefinido.

Em uma terceira tentativa, por meio de programação R, buscou-se aprimorar a busca automatizada, selecionando apenas as páginas A2 (tradicionalmente ocupadas pelos editoriais) que continham a palavra “corrupção”. Contudo, esse tipo de busca eliminaria as edições em que os editoriais foram publicados na capa ou em outras páginas, o que costuma acontecer em razão de remanejamento de anúncios. Além disso, as páginas A2 também trazem outros textos opinativos e para seleção dos editoriais seria necessário rever todos os resultados de busca manualmente.

Essa impossibilidade imposta pelo tempo disponível para a elaboração da pesquisa *versus* volume de trabalho braçal dificulta a seleção de amostras de representatividade aceitáveis e confiáveis. Por essas razões, adotaram-se algumas estratégias que pudessem restringir os danos causados por esses obstáculos, contribuíssem para a construção da pesquisa e conduzissem a resultados satisfatórios em tempo hábil, sem, contudo, desprezar o rigor metodológico necessário para a relevância dos achados. Feitas essas ressalvas consideradas de

importância para a justificação das estratégias adotadas, dá-se a apresentação dos procedimentos metodológicos empregados na intenção de responder ao problema de pesquisa e cumprir os objetivos.

Por fim, apesar dos empecilhos relatados, os editoriais foram obtidos por meio de buscas nas edições digitalizadas fornecidas pela própria empresa de Jornalismo, a *Folha de S. Paulo*. Foi acessada a busca digital no acervo que o jornal dispõe em endereço eletrônico<sup>93</sup>, onde se armazena todo o histórico digitalizado e disponível ao público gratuitamente. Frente aos obstáculos encontrados, a alternativa encontrada para mensuração do universo foi o cruzamento de três palavras-chaves na ferramenta de buscas: “corrupção”, “editoriais” e “editorial”. Para contornar a dificuldade imposta pela plataforma, a seleção e a coleta foram realizadas em três etapas.

Em um primeiro momento, a fim de eliminar reportagens e demais produtos da cobertura noticiosa sobre corrupção e buscar um filtro mais próximo das páginas de opinião, o comando de pesquisa buscou cruzamento das palavras “corrupção” e “editorial”, no intervalo entre 01/01/1990 e 31/12/1999. Neste período os editoriais ainda não eram identificados (por isso não seria eficaz buscá-los pela inscrição “editoriais”), mas já eram tradicionalmente publicados na página A2, na coluna esquerda, logo abaixo do expediente que anunciava o “Conselho Editorial” (daí a busca pela palavra “editorial”). Essa pesquisa chegou a 1.326 resultados.

A segunda etapa buscou páginas que contivessem ambas as palavras “corrupção” e “editoriais”, publicadas entre 01/01/2000 e 31/12/2016, período em que a FSP passou a identificar o gênero editorial com a inscrição “editoriais”. Assim, os resultados de busca reuniram todas as publicações do período que continham ambas as palavras-chaves: “corrupção” e “editoriais”, em um total de 2.668 unidades textuais.

Em terceiro lugar, após reunir o material resultante de ambas as buscas, a tarefa foi de refinamento. Ou seja: filtrar apenas os textos editoriais, pois boa parte dessas páginas traziam menções à “corrupção” em colunas, cartas de leitores e chamadas de capa para a seção editorial. Por isso, a pesquisadora abriu os 3.994 (1.326 + 2.668) arquivos e verificou manualmente quais correspondiam à unidade de pesquisa pretendida (quais continham a palavra corrupção circunscrita na coluna

---

<sup>93</sup> Todas as edições da *Folha de S. Paulo* estão disponíveis no site: <<http://acervo.folha.uol.com.br/>>.



destinada aos editoriais), chegando ao resultado de 850 textos, o que permite afirmar que em pelo menos 8,6% do total de dias que correspondem ao período do recorte de pesquisa (9.855 dias) houve um ou mais editoriais citando a palavra corrupção. Neste sentido, cabe incluir uma explicação sobre o número de editoriais publicados diariamente: entre 1990 e 2000 a prática comum da *Folha de S. Paulo* era publicar três editoriais por dia e, com algumas exceções, quatro. Nos anos 2000, o periódico reduz sensivelmente esse volume, tendo como padrão dois artigos por dia. Contudo, há variações: algumas edições registram três editoriais, mas há datas com apenas um editorial mais longo. A organização espacial permanece semelhante: tradicionalmente à esquerda da página A2. Excepcionalmente, registram-se editoriais na capa ou, em caso de anúncios de página dupla, a editoria de opinião é transferida para a página 4.

Além de assegurar a determinação das dimensões do universo pesquisado (n=850), essa estratégia de trabalho manual para descarte das páginas de Opinião que citam o termo em colunas e cartas de leitores – que não nos interessam no momento –, permitiu que fossem considerados aqueles casos em que o jornal publicou editoriais fora da tradicional página “A2”. Em pelo menos cinco ocasiões os textos opinativos foram estampados nas capas (por uma decisão editorial que buscou atribuir maior relevância àquela edição) ou na página A4 (em razão de anúncios publicitários que tomam, por vezes, o espaço das páginas A2 e A3).

### **3.2.2. Definição e coleta da amostra de pesquisa**

Por questão de tempo disponível e qualidade de análise, um estudo qualitativo que abrangesse todo o universo seria extenso e inviável para uma dissertação de mestrado, já que demandaria a leitura e análise criteriosa dos 850 textos. Por isso, a análise do material contemplará dois momentos distintos, sendo o primeiro quantitativo e o segundo de cunho qualitativo. Ambos serão detalhados no próximo tópico. Por ora, cabe adiantar os procedimentos adotados na seleção da amostra da análise qualitativa.

Com a intenção de compreender o discurso editorial ao longo de 27 anos, descartou-se a opção de análise bienal para evitar o exame exclusivo de anos eleitorais, por compreender que uma amostra dessa natureza poderia ser viciada e

refletiria um momento particular da política brasileira que não pode ser avaliado como recorte representativo de períodos de mandato. Contudo, não é interesse da pesquisa descartar os anos eleitorais. Compreende-se, pelo contrário, que tanto os anos eleitorais quanto os anos de curso de mandato contém importantes informações sobre o discurso editorial acerca da corrupção e é interesse desta dissertação contemplar ambos os cenários, inclusive com a intenção de apontar a evolução do discurso.

(...) se for relevante trabalhar com materiais de momentos históricos distintos, o pesquisador deve resistir à tentação de compará-los, sendo preferível tratá-los em suas formações próprias e acompanhar, de modo problematizado e historicizado, sua evolução no tempo (BENETTI, 2016, p. 246).

Também se descartou a alternativa de análise qualitativa de momentos específicos da história ou de casos particulares que envolvem a temática da corrupção (marcos) ou ainda de um recorte mais específico e recente da história brasileira. Mais uma vez, entende-se que um estudo delineado a partir desses recortes poderia minimizar a contribuição que tal pesquisa pretende acrescentar ao campo da Comunicação, vez que se tornaria uma análise particular de casos de corrupção e não uma comparação diacrônica do discurso temático ao longo do tempo, como se pretende. Ressalta-se, portanto, um esforço em buscar a melhor alternativa considerando a representatividade do *corpus* e, portanto, uma boa distribuição da coleta ao longo do tempo, evitando, na medida do possível, recortes enviesados ou amostras viciadas. Admite-se, porém, as limitações e dificuldades que tal objetivo carrega.

Diante do exposto, foi adotada a opção de amostragem por ano composto (aplicada em pesquisa longitudinal por Vimieiro e Maia (2011)), selecionando os textos de apenas alguns meses de cada ano estudado com a intenção de compor, a partir da soma de amostras, um ano amostral. Assume-se, no entanto, a limitação desta escolha frente ao desafio do tamanho do universo em questão. Entende-se que a adoção por ano amostral elimina uma boa quantidade de textos de outras fases do ano, porém, é uma limitação que se impõe devido ao volume de textos e extensão do período analisado. Reconhecendo a necessidade de acionamento de conhecimento histórico para adequada análise do objeto proposto, admite-se também a impossibilidade de ampliação da amostra. Defende-se, ainda, que a

coleta é suficiente para execução dos objetivos propostos e se mostra representativa.

Ao selecionar dois meses de cada um dos 27 anos analisados, foram construídos quatro anos e meio amostrais, sendo que foram coletados todos os editoriais sobre corrupção dos meses pré-determinados para cada ano. Sendo assim, todos os editoriais sobre corrupção publicados em janeiro e fevereiro de 1990; março e abril de 1991 e assim sucessivamente, conforme ilustra a *tabela 2*. O total de editoriais que compõe a amostra e que lidos integralmente e analisados é 143, o que corresponde a 16% do universo de editoriais que citam as palavras-chave (143/850).

TABELA 2 - COMPOSIÇÃO ANOS AMOSTRAIS

<b>ANO</b>	<b>1990</b>	<b>1996</b>	<b>2002</b>	<b>2008</b>	<b>2014</b>
MESES COLETADOS	JAN + FEV				
<b>ANO</b>	<b>1991</b>	<b>1997</b>	<b>2003</b>	<b>2009</b>	<b>2015</b>
MESES COLETADOS	MAR + ABR				
<b>ANO</b>	<b>1992</b>	<b>1998</b>	<b>2004</b>	<b>2010</b>	<b>2016</b>
MESES COLETADOS	MAI + JUN				
<b>ANO</b>	<b>1993</b>	<b>1999</b>	<b>2005</b>	<b>2011</b>	<b>2016</b>
MESES COLETADOS	JUL + AGO				
<b>ANO</b>	<b>1994</b>	<b>2000</b>	<b>2006</b>	<b>2012</b>	<b>X</b>
MESES COLETADOS	SET + OUT				
<b>ANO</b>	<b>1995</b>	<b>2001</b>	<b>2007</b>	<b>2013</b>	<b>X</b>
MESES COLETADOS	NOV + DEZ				

FONTE: A AUTORA (2017)

Na seção de apêndices desta dissertação, apresentam-se as tabelas detalhadas da seleção dos textos para análise qualitativa. As tabelas indicam os meses e respectivas datas coletadas de cada ano estudado e o número de editoriais sobre corrupção que cada um desses meses apresentou na fase de coleta do universo.

De modo a complementar a análise dos textos editoriais, foram realizadas entrevistas<sup>94</sup> com editorialistas que trabalharam ou trabalham na *Folha de S. Paulo* no período analisado, a fim de capturar a memória destes profissionais acerca da rotina de produção dos editoriais e os valores transmitidos pelo corpo editorial na condução desse espaço. A técnica é indicada para obtenção, recuperação e registro de “experiências de vida guardadas na memória das pessoas” e é aplicada com personalidades fundamentais para o processo de investigação (LIMA, 2016, p. 27) que, neste caso, são os editorialistas do jornal.

A referência de tal metodologia é a dissertação a respeito da legitimidade dos jornais construída a partir dos editoriais, cuja estratégia metodológica incluiu entrevistas com editorialistas da *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* (GUERREIRO NETO, 2013). Também foi considerada a pesquisa sobre as visões dos executivos de corporações midiáticas de quatro países da região nórdica: Suécia, Finlândia, Noruega e Dinamarca. Tal investigação teve como objetivo acessar a visão desses profissionais acerca da cultura jornalística e do Jornalismo praticado em suas organizações, contraponto noções do mercado da informação e o papel democrático da imprensa (GRONVALL, 2015). A técnica de entrevista se mostra um instrumento pertinente, que agrega dados que não poderiam ser apreendidos de outra maneira.

A sua principal vantagem está na riqueza das informações que podem ser coletadas, pelas palavras e interpretações dos entrevistados aos estímulos que lhes foram dados, assim como a possibilidade de registrar a sua reação não verbal. Além disso, a entrevista proporciona ao investigador a oportunidade de explorar ao máximo as suas questões e dirimir dúvidas, devido ao fato de se tratar de uma interação flexível e personalizada. Muitas vezes permite esclarecer situações ou acessar informações que não seriam perceptíveis apenas pela observação (LIMA, 2016, p. 39).

As entrevistas de pesquisa com jornalistas possuem especificidades que devem ser apreciadas tanto na aplicação das perguntas quanto na análise das

---

<sup>94</sup> No quadro das técnicas de pesquisa qualitativa, a entrevista é classificada como método de estudo das interações cotidianas (ALONSO, 2016). É uma das principais técnicas das pesquisas com abordagem qualitativa em ciências sociais (LIMA, 2016).

declarações do informante, principalmente porque a técnica da entrevista é dominada pelos jornalistas e integra seu cotidiano profissional (PEREIRA; NAVE, 2013; PEREIRA, 2014).

A aplicação de uma técnica "jornalística" numa pesquisa feita com jornalistas envolve alguns procedimentos de ordem metodológica. Os informantes, de modo geral, dominam os protocolos de uma entrevista e buscam se antecipar a eles (PEREIRA; NAVE, 2013, p. 47).

As entrevistas foram realizadas no dia 05 de junho de 2017, presencialmente<sup>95</sup>, na sede da *Folha de S. Paulo*, em São Paulo<sup>96</sup>. Um dos entrevistados não trabalha mais no jornal e foi entrevistado em outro endereço, na mesma cidade.

Para realização das entrevistas foi estabelecido um roteiro semiestruturado, propondo questões prévias e permitindo a inclusão de indagações imediatas a depender do ritmo da conversa (ver apêndice A)<sup>97</sup>. O roteiro foi organizado a partir da natureza das perguntas. Assim, as 28 perguntas foram distribuídas em três blocos, ponderando que não “se deve elaborar um roteiro de entrevista que comece com questões polêmicas ou que possam gerar desconforto aos respondentes” (LIMA, 2016, p. 33).

O primeiro bloco, composto de oito perguntas, teve a intenção de questionar a respeito de “noções gerais sobre editoriais e rotina produtiva”; a segunda seção tratava de “Critérios de Editorialidade e linha editorial”, com 13 perguntas; e o terceiro bloco, com seis perguntas, tratava de questionamentos específicos sobre o período analisado, buscando apreender informações sobre o discurso acerca da corrupção.

Houve a tentativa de se realizar uma observação do processo produtivo da Editoria de Opinião (em pesquisa desenvolvida nos Estados Unidos, Meltzer (2007) realizou, além das entrevistas, etnografias nas redações), contudo a pesquisadora não obteve respostas a respeito desse pedido. No dia da entrevista, quando solicitou conhecer a redação dos editorialistas pessoalmente, o Editor de Opinião liberou a

---

<sup>95</sup> Em razão da “máxima interação entrevistador-entrevistado”, a forma presencial é uma recomendação dos manuais de técnica de pesquisa quando tratam da entrevista (LIMA, 2016, p. 26).

<sup>96</sup> A autora foi a responsável pelo contato com os entrevistados e agendamento das entrevistas e agradece a indicação da jornalista Estelita Hass Carazzai, que disponibilizou os contatos necessários.

<sup>97</sup> A autora agradece a contribuição da doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná (PPGCP-UFPR), Camila Mont'Alverne, e do professor e orientador da pesquisa Jamil Marques, ambos integrantes do Grupo de Pesquisa em Comunicação, Política e Tecnologia (PONTE), pela contribuição na elaboração do roteiro de entrevistas e apoio.

entrada, mas não permitiu a permanência sob a justificativa de não interferir no trabalho dos profissionais.

Foram entrevistados:

1) Gustavo Patu

Jornalista especializado em economia e finanças públicas. Autor de “A Especulação Financeira” (série *Folha Explica*) e “A Escalada da Carga Tributária”. Gustavo Patu é jornalista da *Folha de S. Paulo* desde 1992 e participou da cobertura sobre o lançamento do Plano Real em 1994. Ocupa o cargo de Editor de Opinião desde março de 2017.

2) Uirá Machado

Bacharel em Direito e em Filosofia. Trabalha na *Folha de S. Paulo* desde 2004, foi Editor de Opinião entre junho de 2013 e fevereiro de 2017 e editorialista de 2012 a 2017. Na ocasião da entrevista ocupava o cargo de editor da “Ilustríssima”.

3) Ex-jornalista da *Folha de S. Paulo*, trabalhou como editorialista por um ano e meio (o entrevistado preferiu ter a identidade resguardada e, por isso, não se expõe detalhes sobre sua biografia).

Atendendo aos manuais de técnicas de pesquisa qualitativa, a escolha dos entrevistados buscou traduzir uma amostra representativa do corpo profissional que redige editoriais, prezando por três diferentes perfis (heterogeneidade de experiências). “Na condução da entrevista, o conhecimento prévio das características e do perfil são prerrogativas importantes.” (LIMA, 2016, p. 26). O primeiro informante ocupa um cargo atualmente e está na empresa praticamente todo o período analisado; o segundo ainda está na empresa, mas não trabalha mais na editoria de Opinião, embora já tenha ocupado o cargo de chefia; e o terceiro não trabalha mais na empresa, trabalhou como editorialista e nunca ocupou cargo de chefia. Apesar da variedade de perfis ouvidos, admite-se como uma limitação da própria metodologia a impossibilidade de se generalizar os resultados (MELTZER, 2007; LIMA, 2016), já que se trata de um recurso bastante subjetivo e que é usado nesta dissertação como recurso complementar à Análise do Discurso.

Além disso, alerta a literatura,

em muitos casos os entrevistados podem tentar criar empatia ou dar respostas consideradas por eles adequadas ao que o entrevistador supostamente espera. Superar esse obstáculo, que pode gerar respostas evasivas ou inadequadas, é o principal desafio do uso da entrevista em pesquisas das ciências sociais (LIMA, 2016, p. 27).

Pereira e Nave (2013), ao discutirem as particularidades do emprego da técnica de entrevista com jornalistas, comentam o esforço de análise que se faz necessário frente às “declarações oficiais” que o informante possa fornecer.

Cada entrevista teve duração média de uma hora. Além da autora, outra pesquisadora acompanhou e auxiliou na condução das perguntas<sup>98</sup> realizadas separadamente com cada profissional, visando garantir maior liberdade para que pudessem se expressar (sem constrangimentos hierárquicos, por exemplo). As pesquisadoras assim se identificaram antes da entrevista, que foi conduzida sem amarras formais, prezando pela espontaneidade dos entrevistados. O entrevistado anônimo concedeu as informações em um ambiente de acesso público, enquanto os profissionais ainda ligados à *Folha* receberam as entrevistadas na recepção das respectivas editorias nas quais trabalham. As pesquisadoras buscaram seguir as perguntas estabelecidas no roteiro, mas evitando lê-lo e também incluindo novas perguntas ao longo da conversa. As entrevistas foram gravadas e transcritas. Há, portanto, registro oral e escrito do material.

### **3.3. Estratégias de análise**

Por se tratar de uma pesquisa quanti-qualitativa, a análise será conduzida em dois momentos distintos. A seguir, apresentam-se os procedimentos adotados na etapa analítica.

#### **3.3.1. Estratégia quantitativa: oscilação das publicações**

Na etapa quantitativa é apresentada uma descrição da oscilação da frequência de publicações ao longo do tempo com o objetivo de identificar a conexão entre o volume de textos publicados e o a ordem dos acontecimentos políticos ao longo do tempo.

---

<sup>98</sup> A autora agradece a contribuição de Camila Mont’Alverne, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná (PPGCP-UFPR) e integrante do Grupo de Pesquisa Comunicação, Política e Tecnologia (PONTE).

Tal levantamento cronológico permite testar uma das hipóteses de pesquisa (*H3*), que trata sobre a força da relação entre o volume de editoriais publicados e a agenda política-institucional do país. Desta forma, pretende-se apresentar, a partir da análise quantitativa do universo pesquisado, a oscilação temporal do interesse do jornal pelo tema. Com a identificação das datas dos picos de frequência é possível cruzar o dado quantitativo com marcos históricos do período e avaliar em que medida a agenda editorial esteve em harmonia com esses acontecimentos.

Em pequena medida, porém não desprezível, o diagnóstico auxilia ainda nos objetivos específicos desta pesquisa, como a compreensão de parte dos critérios norteadores da agenda editorial (*Crítérios de Editorialidade*) (MONT'ALVERNE, MARQUES, 2016), compreendendo o compasso entre a agenda prioritária do jornal – pretensamente distinta da agenda noticiosa e traduzida nos textos editoriais – e àquela apresentada pelas instituições políticas.

Tal etapa metodológica dialoga com a literatura sobre editoriais jornalísticos. Segundo pesquisadores internacionais, a linha editorial de determinada organização midiática pode ser investigada tanto a partir do tom adotado em seu discurso (o que norteia a próxima etapa desta dissertação), como também pela frequência com que determinado assunto é pautado na seção (o que se pretende esclarecer nesta etapa metodológica) (DRUCKMAN, PARKIN, 2005). Tal análise também implica uma questão de agendamento (MONT'ALVERNE, MARQUES, 2016), uma vez que se avalia a força que elementos factuais, próprios da agenda política institucional, exercem sobre o espaço institucional opinativo, considerado mais autônomo que o espaço informativo, norteado pelos procedimentos e técnicas do Jornalismo Informativo (EILDERS, 1999). Assim, pretende-se testar o nível de autonomia da agenda editorial em relação aos próprios *Crítérios de Noticiabilidade* (GALTUNG; RUGE, 1965; PRESTON, 2015). Isto é, se os editoriais da *Folha* pautam a corrupção a partir da dependência de elementos factuais ou não.

### **3.3.2. Estratégia qualitativa: Análise do Discurso e entrevistas**

Para análise qualitativa de amostra dos documentos coletados (n=143) será adotada como estratégia principal a Análise do Discurso Francesa. Desenvolvida a partir dos anos 1960, a tradição se constitui herdeira de três regiões do



conhecimento: a linguística, a psicanálise e o marxismo e inaugura um novo objeto: o discurso, que é definido por Orlandi (2009, p. 21) como “efeito de sentido entre locutores”, sendo que essa produção de sentidos é de natureza complexa e se diferencia de mera transmissão. A AD visa compreender como um objeto simbólico produz sentidos, como está investido de significância para e por sujeitos.

A opção por essa estratégia se dá pela compreensão de que tal proposta teórico-metodológica “ultrapassa o status de simples técnica de análise para compor um campo do conhecimento” e analisa as condições de produção do texto em seu contexto histórico-ideológico, como ambicionam os objetivos desta investigação. É uma proposta crítica de busca de sentidos implícitos, em que palavras são pistas de um contexto maior. “(...) a análise do discurso considera que a situação está atestada no texto e busca mais a compreensão do processo produtivo do discurso do que a interpretação do texto como um fim em si mesmo.” (CAPPELLE; MELO; GONÇALVES, 2003, p. 13).

É uma perspectiva que ultrapassa a contribuição meramente descritiva, portanto (CARVALHO, 2013). Daí a relevância de associar essa investigação bibliográfica ao procedimento de entrevistas em profundidade, buscando compreender com maior rigor e riqueza de informações o contexto de produção dos editoriais, os valores da empresa jornalística responsável por esse conteúdo e os procedimentos adotados na redação e na diretoria, tratando como prioridade a tensão estabelecida entre a atividade social das organizações de Jornalismo, tida como crucial para os regimes democráticos, e a posição que as situam como empresas interessadas no jogo político e econômico, com disputas de poder que são, em alguma medida, transferidas para a forma de linguagem que, por sua vez, se apresenta, ao mesmo tempo, como peça construtiva (não é um acesso direto ao real) e construída (é resultado das relações sociais que a antecedem) (GILL, 2002).

Em AD, a linguagem é dialógica e impossível sem interação. O dialogismo diz respeito à relação entre sujeitos (intersubjetividade), já que os atos de fala partem de alguém para alguém. Assim,

intersubjetividade é fundamental, porque na Análise do Discurso o texto não é considerado como um objeto com o qual se relacionaria um sujeito. A relação se dá sempre entre sujeitos, e o texto é uma materialidade discursiva em potência, que se concretiza ao produzir sentidos por um sujeito que o enuncia ou o interpreta (BENNETTI, 2016, p. 236).

Compreende-se, portanto, que a Análise do Discurso contribui não apenas para a interpretação do que está explícito nos textos (considerando, sobretudo, que o editorial consiste em texto de opinião, caracterizado por expor visões de forma evidente (HO, QUINN, 2008)), mas também na busca por elementos que não estão imediatamente evidentes, com “critérios para o estudo capazes de revelar aquilo que não é dito”. Realça-se, então, o objetivo de “saber identificar as intenções do autor, de considerar os fatores que determinam a influência sobre a forma como o conteúdo é construído e que definem a versão final que será lida” (CARVALHO, 2013, p. 8). Desta forma, a AD está interessada no discurso, mas também no contexto interpretativo (GILL, 2002).

Como se pode perceber, a noção de sujeito é fundamental à AD. Ainda assim, este sujeito do discurso não fala com plena liberdade, pois é assujeitado pelas condições históricas materiais, pela ideologia e pela cultura. Não sendo totalmente livre, também não é totalmente assujeitado, havendo uma tensão importante entre o que o constitui socialmente e o que ele traz de único. Nada disso é mensurável pelo analista de discurso. O essencial é compreender esta dinâmica em que o sujeito é descentrado, dividido e integrado ao funcionamento dos processos discursivos. (BENNETTI, 2016, p. 239).

A convicção da importância do discurso (entendido como forma de ação/prática social) para a construção da vida social e “uma rejeição da noção realista de que a linguagem é simplesmente um meio neutro de refletir, ou descrever o mundo” são compartilhadas pelo conjunto de perspectivas que integram o domínio da AD. “Uma análise de discurso é uma leitura cuidadosa, próxima, que caminha entre o texto e o contexto” (GILL, 2002, p. 266). Logo, há uma preocupação em compreender o dito (efeito de sentido) e o não dito (silenciamento de sentidos), as ideologias não evidentes que produzem o que se percebe no texto. A AD considera tanto o contexto imediato de produção quanto as condições de produção em sentido mais amplo, circundado pelo contexto sócio histórico e ideológico (ORLANDI, 2009). A essa soma de contextos, que considera em um nível situacional a identidade do ato de fala, a finalidade, as circunstâncias, o dispositivo de comunicação e o destinatário e, em nível mais abrangente, o pressuposto ideológico, Charaudeau (2011) atribui a expressão “Contrato de Comunicação”:

O que gostaríamos de destacar aqui é um aspecto raramente levado em consideração pelas diferentes correntes de análise do discurso, e que nos permite introduzir a noção de contexto situacional. Trata-se do aspecto que concerne, nas condições de produção, não somente aos pressupostos de posicionamento interdiscursivo (pressupostos ideológicos, segundo alguns autores), mas também ao condicionamento da própria situação de comunicação: a natureza da identidade dos parceiros do ato de linguagem,

a finalidade da situação, os dispositivos e as circunstâncias materiais desta última. Esse conjunto constitui o que chamamos de contrato de comunicação, o qual restringe o sujeito falante, dando-lhe as instruções discursivas que deverá seguir para proceder a seu ato de enunciação (CHARAUDEAU, 2011, p. 4).

A AD procura compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico. Relaciona a linguagem a sua exterioridade e busca apreender a ideologia que se manifesta (ou se materializa) na língua. O discurso é o lugar onde se pode observar a relação entre língua e ideologia, já que a língua produz sentidos para os sujeitos (ORLANDI, 2009).

Diante de uma análise que não se pretende objetiva, mas o menos subjetiva possível, entende-se que o objeto analisado não se esgota em uma única interpretação, mas se recicla em novas abordagens, pois para cada análise há um recorte específico e um dispositivo teórico de interpretação, norteados pela pergunta e pelos objetivos de pesquisa, o que assegura múltiplas possibilidades de leitura. A AD desfaz o produto em busca da descoberta do processo (ORLANDI, 2009). O discurso é entendido como mediador entre valores remetidos e efeitos produzidos (CHARAUDEAU, 2011).

Há tantas possibilidades de leituras de um texto porque este é sempre feito de “falhas” e “equivocos”. A linguagem não é transparente, e sim opaca, pois seu funcionamento não é evidente para os sujeitos que a utilizam. Ao contrário, seu funcionamento é profundamente complexo, ideológico e enraizado na história – uma história que é de conflito, luta, divergência e dominação, e tudo isso constrói a linguagem e as significações. Embora a linguagem seja na verdade opaca, ela se apresenta como transparente, como se houvesse sentidos literais, porque assim é o funcionamento da ideologia (BENNETTI, 2016, p. 239).

Entre as limitações da AD, porém, está seu aspecto não generalizante. Trata-se de uma abordagem circunstancial, centrada em contextos específicos. Além disso, os analistas do discurso admitem a complexa reflexividade intrínseca desse método, já que a análise produzida também consiste em uma construção da realidade (GILL, 2002). “Se todos os sujeitos são afetados, em seu dizer e interpretar, pela historicidade, pela ideologia e pela cultura, (é evidente que) os pesquisadores também o são” (BENNETTI, 2016, p. 242).

### **3.3.2.1. Análise do Discurso Jornalístico**

Ao desenvolver as bases teóricas da AD e aplicá-las às circunstâncias de produção jornalística, Bennetti (2010) destaca a complexidade de sujeitos que envolvem o discurso jornalístico. A autora concebe, em primeiro lugar, o Jornalismo como um gênero discursivo; perspectiva emprestada neste trabalho.

A contribuição de Bennetti (2008) está em somar à perspectiva de Charaudeau (2004) abordagens teóricas próprias do Jornalismo, compreendendo que o texto jornalístico possui particularidades de produção, uma lógica distinta que não pode ser desprezada; logo, a incorporação do conhecimento sobre Jornalismo auxilia na interpretação do processo de produção do discurso jornalístico, os valores e atores envolvidos e as relações de poder, o que é fundamental para a AD. Carvalho (2013, p. 6) compartilha dessa visão, considerando que para o uso adequado da metodologia de origem linguística “é fundamental compreender que sua aplicabilidade ao Jornalismo deve considerar determinadas especificidades e que neste sentido há a necessidade de adequar sua proposta para a realidade da construção da notícia”.

A partir da pergunta de pesquisa, desencadeia-se o exame, mobilizando conceitos próprios da questão. Neste caso, o conjunto de valores do Jornalismo, o papel social que desempenha nos regimes democráticos e o contexto imediato em que se situa o jornal analisado, *Folha de S. Paulo*, incluindo sua linha editorial, seu conjunto de valores, princípios, hierarquia interna e cultura organizacional devem compor o processo de interpretação. Este dispositivo teórico, norteado pelas teorias do Jornalismo e pela literatura que compreende as empresas de Jornalismo como atores políticos interessados em articular a esfera pública, irá mediar o movimento entre descrição e interpretação, considerando o que a AD nomeia Condições de Produção, isto é, sujeitos e situação (circunstâncias da enunciação).

Do analista não se espera uma posição neutra, mas sim relativizada em face da interpretação. A posição analítica deve ser deslocada para que se contemple o processo de produção de sentidos em suas condições. Compreendendo que o texto é a unidade ou exemplar que permite acesso ao discurso, o que se pretende, a partir da AD, é remeter os textos ao discurso e essas a formações discursivas e, por fim, à ideologia (ORLANDI, 2009).

O conceito de **formação discursiva (FD)** é fundamental em AD porque é por meio dele que conseguimos “reunir o que está disperso” ao longo de diversos textos (disperso, mas nucleado pelo mesmo sentido). Basicamente, uma formação discursiva é aquilo que pode e deve ser dito,

em oposição ao que não pode e deve ser dito, em uma posição dada e em uma conjuntura dada. Grosso modo, uma formação discursiva é uma região razoavelmente delimitada de sentidos que correspondem a uma determinada perspectiva ou ideologia (**formação ideológica**), e o sujeito se posiciona em um lugar para enunciar já inscrevendo os sentidos naquela formação discursiva (BENNETTI, 2016, grifos da autora, p. 241)

### 3.3.2.2. Operacionalização da AD

Há um desafio de aplicação dessa perspectiva teórico-metodológica em um *corpus* tão extenso como no caso atual (n=143). Entretanto, defende-se a pertinência desta metodologia para obtenção dos objetivos esperados – conforme será detalhado adiante. Para que a manutenção da proposta seja viável, é importante esclarecer o nível de análise investido no *corpus*. Os textos seguiram os procedimentos abaixo detalhados, perseguindo as diretrizes do método, mas não foram submetidos a uma Análise do Discurso (AD) aprofundada ou de nível lexical, o que seria inviável em razão do volume do *corpus*. Assim, trata-se de uma análise menos arraigada quando comparada à tradição de estudos que contemplam a AD.

Por outro lado, defende-se a necessidade de manutenção do número de editoriais que compõem a amostra devido à extensão temporal analisada. Em outras palavras, para garantir a representatividade do *corpus*, optou-se pela manutenção da amostra de 143 textos, reunidos a partir da técnica de amostra por ano composto, o que assegura a boa distribuição de unidades amostrais ao longo do tempo. Logo, ressalta-se que a redução de tal coleta implicaria em análises subjetivas ou comprometidas pela restrição do *corpus*. Ressalte-se que tal metodologia já foi empregada para análises de amostras volumosas, a exemplo do trabalho de Rizzotto (2014), cuja a AD contemplou 102 artigos.

A fim de organizar os procedimentos de análise, o processo foi assim conduzido:

#### **1º Leitura Integral da Amostra e qualificação**

Na primeira etapa de leitura integral da amostra foram identificados os argumentos gerais dos textos, a fim de acrescentar uma contribuição descritiva e também de qualificação da amostra. Tal procedimento auxiliou no teste da *hipótese 1*, avaliando o discurso predominante do jornal e sua trajetória ao longo do tempo.

Por meio da identificação do posicionamento predominante nesses textos<sup>99</sup> houve uma classificação nas seguintes categorias (definidas a partir das possibilidades apontadas pela literatura acerca da cobertura jornalística da corrupção e dos primeiros contatos com o *corpus*). Cabe reconhecer que esta etapa antecede a AD propriamente dita, visto que propõe um modelo de sistematização que se aproxima dos moldes da Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977).

Para reduzir os obstáculos de uma análise subjetiva e aumentar a transparência da pesquisa, detalham-se os conceitos embutidos em cada categoria:

a) Combativo, exige punição ou investigação;

O termo combativo nomeia textos caracterizados por condenarem o fenômeno da corrupção, realçando uma aversão às práticas que circundam o problema. Neste sentido, é comum que se perceba um tom de indignação, repúdio e desprezo pelos atores políticos acusados. Além disso, de alguma forma esses textos preveem maneiras de se combater (minimizar ou extinguir) o fenômeno. Na categoria “a”, a saída são os processos jurídicos e, por fim, as punições, as penalidades. Esse discurso não viria investido apenas como medida com finalidade de se eliminar o problema, mas, sobretudo, com um anseio de “castigo” ou compensação do dano.

b) Combativo, discute as causas e/ou solução;

Esta categoria mantém a definição de texto combativo, mas engloba textos que, em vez de cobrarem uma responsabilização legal, se ocupam de apontar as causas e, portanto, potenciais soluções para os problemas. Não são necessariamente muitos parágrafos destinados a esse objetivo. O que nota-se nesta categoria são textos que estabelecem relações de causa e efeito de forma simples, indicando que “a” ou “b” favorecem ou criam um ambiente propício à corrupção política e, por isso, a mudança em “a” e “b” poderia ser uma solução ao problema.

c) Combativo, discute consequências;

De igual modo, esta categoria inclui textos que repudiam o fenômeno da corrupção e, de algum modo, apontam os prejuízos que decorrem de sua incidência. São textos que lamentam os problemas sociais que a corrupção desperta, bem

---

<sup>99</sup> Essa categorização foi feita de maneira manual e individual pela autora. Cabe admitir o risco de conclusões subjetivas que tal procedimento implica. Visando a transparência, porém, as tabelas de classificação estão disponíveis nos apêndices.

como os prejuízos de ordem política, como efeitos negativos à imagem de partidos e atores políticos.

d) Tolerante, questiona acusação ou investigação;

Esta categoria reúne textos que não se propõem a combater a corrupção e, por isso, são classificados como tolerantes. Não são, necessariamente, condescendentes com o problema, mas questionam a consistência das acusações ou das decisões dos órgãos investigadores, transferindo algum crédito aos atores políticos denunciados.

e) Neutro, cita termo para contextualizar.

Essa categoria reúne textos que não emitem juízo de valor sobre o fenômeno. São textos que citam a palavra para situar o leitor sobre um contexto maior que, de alguma forma, é permeado pelo conceito; todavia, a temática da corrupção não compõe a pauta central do editorial.

As categorias foram diagnosticadas a partir das primeiras leituras dos editoriais e são pertinentes a essa pesquisa porque contêm a explicitação de um juízo de valor sobre o fenômeno e, ao mesmo tempo, permitem verificar como a instituição jornalística se posiciona na arena de discussões públicas e defende/reivindica seu papel social e político neste ambiente quando o tema em debate é a corrupção política.

## **2º Identificação de formações discursivas**

Após a qualificação geral da amostra, os textos foram analisados com maior rigor. Esta fase serviu para testar a incidência das variáveis propostas na *hipótese 2* e averiguar se tais fatores (origem política dos acusados e contexto histórico) interferem na formatação do discurso editorial sobre corrupção. Objetiva-se perceber que elementos incidem na variação de tom acerca da corrupção e qual é o tipo de discurso produzido em torno da corrupção brasileira.

Para tanto, foi realizada a identificação das formações discursivas (também denominadas sentidos nucleares) mais recorrentes. Trata-se da identificação dos “elementos do texto que de algum modo propõe uma forma de interpretar os fatos” (CARVALHO, 2013, p. 22). Essas formações discursivas ou núcleos de sentido são assimiladas ao longo dos textos a partir da percepção de um “movimento de

paráfrase, isto é, a repetição e o reforço do mesmo sentido, através das sequências discursivas ao longo do(s) texto(s)” (PINHEIRO, 2013, p. 66).

Como etapa metodológica, os trechos a serem recortados para análise e utilizados no relato da pesquisa são chamados de sequências discursivas (SDs), que correspondem aos fragmentos do texto que reforçam e exemplificam a adesão à determinada FD. Os posicionamentos significativos que se repetiram com frequência foram recortados e classificados como formações discursivas. Esse procedimento é parte das recomendações Benetti (2008, 2016) sobre Análise do Discurso em Jornalismo e aplicado por Pinheiro (2013) no estudo sobre editoriais de *O Estado de S. Paulo*.

A fim de permitir uma análise temporal, que revele características do discurso dos editoriais jornalísticos sobre corrupção ao longo do tempo, a análise foi feita em blocos de seis anos. Assim, foram elencadas as principais formações discursivas de seis em seis anos. Entende-se que esse intervalo possibilitou uma análise mais concentrada e organizada, com menores riscos de dispersão de informações, sendo um intervalo suficiente para percepção de alterações de tom em razão do período/época analisada e, ao mesmo tempo, não tão extenso ao ponto de comprometer a organização dos dados coletados. Reconhece-se, no entanto, a limitação que o desmembramento em blocos implica, já que algumas formações discursivas se repetem em diferentes períodos temporais. Por essa razão, ao final desta etapa analítica, o trabalho inclui um comentário sobre a repetição de discursos em diferentes momentos históricos. Os 27 anos analisados estão distribuídos em cinco blocos, sendo que cada bloco corresponde a um ano amostral, com exceção do último bloco que reúne amostras de apenas três anos, formando meio ano amostral:

Bloco 1: 1990 a 1995;

Bloco 2: 1996 a 2001;

Bloco 3: 2002 a 2007;

Bloco 4: 2008 a 2013;

Bloco 5: 2014 a 2016;

As formações discursivas identificadas foram nomeadas com título que resume o discurso, acompanhado da identificação do respectivo bloco temporal ao qual pertence. A partir da leitura das unidades textuais, foram identificados os



argumentos que mais se repetiam ao longo do tempo e, assim, determinadas as Formações Discursivas (FDs). A coleta e inclusão de trechos dos textos (aqui denominados Sequências Discursivas (SDs)) que evidenciam a força de cada formação discursiva auxiliam no processo metodológico, à medida que garantem a transparência da pesquisa e ilustração dos procedimentos, a fim de evitar, dentro dos limites da metodologia, conclusões subjetivas. Assim, os trechos anexos ao trabalho elucidam as conclusões e submetem-nas à crítica.

Considerando que a Análise do Discurso se preocupa com o contexto do documento, analisando as relações não explícitas no texto, ou as condições de produção situacionais, considerou-se primordial para os objetivos de pesquisa a compreensão do processo de produção dos editoriais. Por essa razão, adotou-se como estratégia complementar a aplicação de entrevistas semiestruturadas com editorialistas da *Folha de S. Paulo* que trabalharam nesta posição no período analisado (conforme se descreveu no tópico de estratégias de coleta). Essa metodologia foi sugerida como ferramenta para ampliação da pesquisa que Mont'Alverne (2016) desenvolveu sobre os editoriais de *Folha e Estadão*.

Cabe cautela na análise longitudinal, já que, por se tratar de um período histórico considerável, os textos analisados dizem respeito a momentos e sistemas legais distintos, o que faz supor que o avanço dos sistemas legais de combate à corrupção ou aprovação de uma lei altera o modo como o jornal constrói a ideia de corrupção, já que o que antes não era crime agora pode ser. Também por essa razão, considera-se importante acionar, como ferramenta metodológica, a Análise do Discurso, tomando o devido cuidado de analisar o tema levando em conta o contexto social e a época em que o texto foi produzido e não apenas as condicionantes internas dos jornais analisados.

## 4. ANÁLISE DOS DADOS

Este capítulo reúne e apresenta os dados coletados, bem como os analisa nas dimensões quantitativa e qualitativa. Em consonância com a metodologia apresentada, o *corpus* composto pelo universo de editoriais coletados (n=850) foi empregado na análise quantitativa, enquanto o *corpus* construído a partir da amostra de editoriais (n=143) foi submetido à análise qualitativa, assim como as entrevistas semiestruturadas, que complementam o protocolo metodológico.

O capítulo está organizado com base nestas três dimensões analíticas: análise quantitativa do universo dos editoriais, análise qualitativa da amostra de editoriais e análise qualitativa das entrevistas. Por fim, o capítulo finaliza com a discussão dos achados.

### 4.1. Análise Quantitativa: oscilação do volume de publicações

A análise quantitativa de editoriais sobre corrupção envolvendo o universo coletado (n=850) foi adotada a fim de identificar a conexão entre o volume de textos publicados e o a ordem dos acontecimentos políticos ao longo do tempo.

Cabe ressaltar que esta etapa da pesquisa é acessória e predominantemente descritiva. Ainda assim, tal levantamento cronológico permite testar a hipótese de pesquisa que trata da força da relação entre o volume de editoriais publicados e a agenda política do país, diagnosticando com que frequência o tema ocupa a editoria opinativa do jornal.

O diagnóstico auxilia ainda nos objetivos específicos da dissertação, sendo suporte à compreensão dos critérios norteadores da agenda editorial (*Critérios de Editorialidade* (MONT'ALVERNE, MARQUES, 2016)), compreendendo o compasso entre a agenda prioritária do jornal – supostamente distinta da agenda noticiosa e traduzida nos textos editoriais – e àquela apresentada pelas instituições políticas. Neste sentido, a literatura que trata da cobertura jornalística da corrupção pondera que embora essa seja uma agenda contínua, se acentua em momentos de efervescência factual, o que corrobora com a hipótese apresentada. “Ou seja, ainda que a mídia noticie de maneira regular o tema, são os grandes escândalos os

responsáveis pelo maior tratamento da corrupção” (MESQUITA; MOISÉS; RICO, 2014, p. 209). Esta seção visa testar se isso também se aplica aos editoriais.

Os estudos disponíveis se concentram na cobertura noticiosa e concluem que apesar da ênfase dada pela imprensa à pauta da corrupção, o debate tende a ser raso e sensacionalista, à medida que se concentra no escândalo e na personificação dos envolvidos e pouco se interessa em discutir o tema em profundidade.

A cada novo caso denunciado nos *media*, o assunto retorna ao centro do espaço público, motivando discussões que nem sempre auxiliam o público a compreender as verdadeiras causas de sua existência (ARAÚJO, JORGE, 2015, p. 33).

Desta forma, apresenta-se a oscilação temporal do interesse do jornal pelo tema. Com a identificação das datas dos picos de frequência, foi feito o cruzamento do dado quantitativo com datas de marcos históricos do período e avaliação da sintonia da agenda editorial com esses acontecimentos.

Como parâmetro de análise, foram selecionados os principais casos de corrupção registrados no Brasil no período analisado<sup>100</sup>. Inicialmente, recorreu-se aos dados das ONGs Transparência Brasil e Transparência Internacional, que se situam como referências no assunto; contudo, tais organizações não dispõem de dados consolidados a esse respeito<sup>101</sup>. Também se cogitou acessar os dados da Controladoria-Geral da União (CGU), porém, por ter sido criada na década posterior ao início do intervalo pesquisado, a alternativa foi descartada. Cabe salientar que, por se tratar de uma pesquisa longitudinal, o volume de fatos tende a se diluir ao longo do tempo, o que dificulta consideravelmente o resgate fiel dos dados e adoção de critérios válidos para eleição daqueles que tiveram maior relevância.

Quanto ao critério adotado no ranking dos principais casos, encontrou-se um impasse. Seria mais apropriado selecionar aqueles que tiveram maior impacto na agenda pública ou aqueles com maior desvio de recursos financeiros, sendo que para cada critério haveria uma relação diferente? O correto seria selecionar casos de toda natureza?

---

<sup>100</sup> Nesta etapa metodológica, recorreu-se a dados já disponíveis no meio acadêmico e midiático, já que um levantamento confiável, além de bastante trabalhoso e de caráter histórico, demandaria uma metodologia rigorosa para que fosse considerada com valor científico. Além disso, embora relevante para teste de uma hipótese de pesquisa, este levantamento não é interesse central desta pesquisa.

<sup>101</sup> Além da busca no banco de dados online, a autora confirmou a informação com a ONG por e-mail.

Em busca de dados confiáveis e já consolidados, recorreu-se a duas pesquisas acadêmicas de nível de doutorado e a duas matérias jornalísticas que se dispõem a tratar de escândalos do período, além de um portal de conteúdo dedicado a construir um acervo digital sobre a corrupção brasileira (os materiais são apresentados mais abaixo). Por notar divergências nestas fontes de dados, buscou-se elencar os casos que se repetiam em pelo menos três das supracitadas fontes. As divergências encontradas se devem, em primeiro lugar, pelos critérios adotados por cada fonte, conforme será detalhado a seguir.

Em busca de uma referência confiável, foi possível observar que outras listas de trabalhos acadêmicos que se propuseram a indicar os principais casos de corrupção da história brasileira recente o fizeram sem explicitar o critério de seleção adotado, muito embora deem a entender que partem justamente do volume de cobertura noticiosa do fenômeno. Destaque-se que a lista apresentada por esses trabalhos se apresentou bastante similar à presente (FILGUEIRAS; ARAÚJO, 2014; AVRITZER; FILGUEIRAS, 2011), dando respaldo ao método utilizado.

Feitas algumas ressalvas acerca desta etapa, apresentam-se as fontes de dados usados para consolidação da lista necessária.

- 1) Em artigo que trata de uma etapa de sua tese sobre escândalos políticos, Silva (2013), menciona, sem rigor metodológico, mas a fim de ilustrar o período pós-democratização brasileira, casos emblemáticos.

Só para citar o período pós-redemocratização, os exemplos não param de se reproduzir desde o caso do ex-presidente Collor de Mello, que sofreu processo de *impeachment* em 1992 após um escândalo que ocupou meses da atenção político-midiática. Embora com menor repercussão midiática, eles continuaram existindo durante a gestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), como no caso da denúncia de compra de votos parlamentares para aprovar a emenda constitucional da reeleição, em 1997. Continuaram durante e após o governo Lula (2003-2010), desta vez com amplo destaque na agenda midiática, particularmente o chamado “Mensalão”, ocorrido em 2005 e que, em 2012, voltou ao centro da agenda da mídia com o julgamento dos réus por parte do Supremo Tribunal Federal. São exemplos de casos normalmente categorizados como escândalo e/ou crise, em virtude, sobretudo, do tempo em que ficam no centro da atenção política e midiática e das consequências que têm para atores e instituições mais diretamente implicados (SILVA, 2013, p. 161).

- 2) Com maior rigor metodológico, Furtado (2012), em sua tese de Direito Administrativo, analisa 10 casos de corrupção brasileira também ocorridos neste período. Contudo, o intuito do pesquisador não foi o de

selecionar os mais relevantes apenas, mas também casos ocorridos em diferentes esferas, com intenção de enriquecer aquela pesquisa.

Escolhemos para exame nesta tese de doutorado casos que, em nosso sentir, mantêm pertinência a corrupção na atividade administrativa do Estado brasileiro, e que tiveram grande repercussão na mídia. Os casos foram escolhidos não apenas em razão da repercussão junto à mídia e à opinião pública, mas igualmente em função da área em que se verificaram. Foram selecionados casos de corrupção ocorridos em diferentes áreas de atuação da Administração Pública brasileira (FURTADO, 2012).

- 3) Reportagem da Revista Época baseada em dados da CGU<sup>102</sup>;
- 4) Reportagem Mundo Estranho, Editora Abril<sup>103</sup>;
- 5) Portal Museu da Corrupção<sup>104</sup>;

Além destes, a Operação Lava Jato, deflagrada após as pesquisas utilizadas, também foi incluída, já que, segundo a Transparência Internacional é o segundo maior caso de corrupção do mundo<sup>105</sup> (e que domina a agenda política desde 2014). O julgamento do Mensalão também foi acrescentado, tendo em vista que se trata de um retorno do caso ao centro da agenda pública sete anos mais tarde.

Assim, ao selecionar casos que se repetiam em mais de três das cinco listas, foi gerada a seguinte tabela cronológica:

TABELA 3- PRINCIPAIS CASOS DE CORRUPÇÃO BRASILEIRA DE 1990 A 2016.

ANO	CASO	NÚMERO MENÇÕES
1992	Caso Collor / PC Farias	3
1993	Anões do Orçamento	3
1998	Fórum TRT-SP	3
1999	Bancos Marka e FonteCindan	3
2005	Mensalão	4
2006	Máfia das Sanguessugas	4
2012	Julgamento Réus Mensalão	-
2014/ 2016	Java-Jato	-

FONTE: A AUTORA (2017).

A seguir, apresenta-se o gráfico da oscilação do volume de publicações ao longo dos 27 anos que compreendem a presente investigação. Exibe-se o volume de textos sobre corrupção publicados por ano (cada ponto no gráfico representa um

<sup>102</sup> Matéria jornalística acessada em 04 jun. 2017 e disponível no seguinte endereço eletrônico: < <http://epocanegocios.globo.com/Informacao/Dilemas/noticia/2015/03/os-maiores-escandalos-de-corrupcao-do-brasil.html> >.

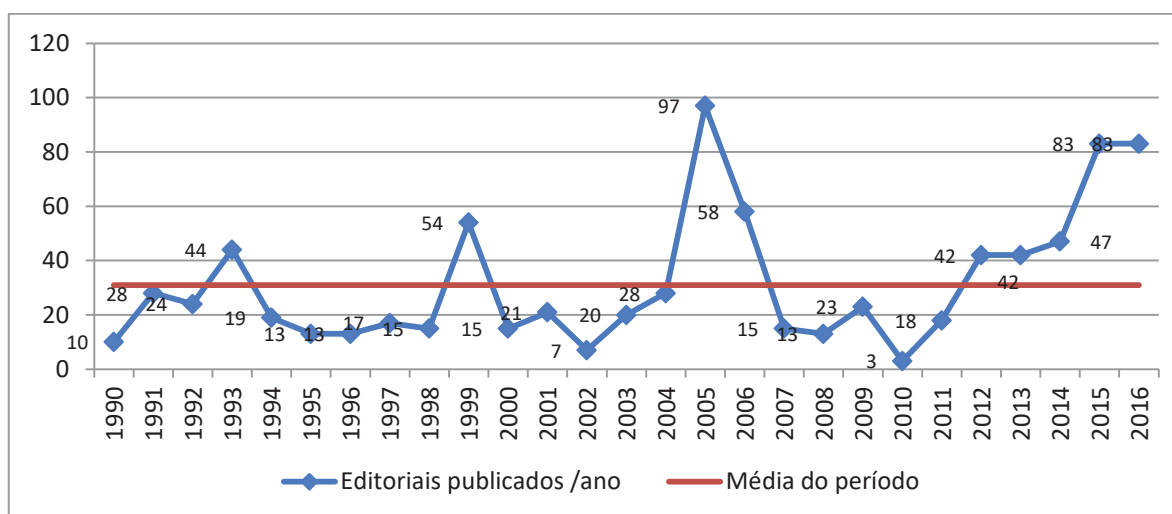
<sup>103</sup> Matéria de cunho jornalístico disponível no seguinte endereço eletrônico, acesso em 04 jun. 2017: < <http://mundoestranho.abril.com.br/cotidiano/os-maiores-escandalos-de-corrupcao-do-brasil/> >.

<sup>104</sup> Dados disponíveis em: < <http://www.muco.com.br/> >. Acesso em 04 jun. 2017.

<sup>105</sup> Informação acessada em 04 jun. 2017, no seguinte endereço eletrônico: < <http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/petrobras-e-o-segundo-maior-escandalo-de-corrupcao-do-mundo-aponta-transparencia-internacional/> >.

dos 27 anos analisados), sendo que o pico de publicações de editoriais com a palavra-chave “corrupção” se verificou em 2005, quando a *Folha de S. Paulo* citou a corrupção em 97 editoriais. O segundo maior volume de textos se concentra nos anos de 2015 e 2016, ambos com 83 textos cada. Em 2006 foram publicados 58 textos e em 1999, 54. Também se destacam os anos 1993 (44), 2012 (42) e 2013 (42) e 2014 (47).

FIGURA 9- GRÁFICO FREQUÊNCIA DE PUBLICAÇÕES POR ANO



FONTE: A AUTORA (2017)

A partir da verificação do volume de textos publicados e da organização cronológica percebe-se que a corrupção é um tema constante na agenda editorial da *Folha de S. Paulo*. Contudo, há momentos claros de maior ênfase que são ilustrados pelos picos no gráfico. A afirmativa de que a corrupção é uma agenda constante (o que confirma parte da hipótese proposta) é ancorada no fato de que, com exceção dos anos 2002 (7) e 2010 (3), todos os demais anos em análise apresentaram volume de editoriais citando a corrupção superior a 10 (ou quase um editorial por mês). A média final do período analisado, obtida de maneira simplória, através da divisão do total de editoriais que compõem o universo de pesquisa ( $n=850$ ) pelo número de anos pesquisados (27) é de 31 editoriais por ano (sinalizada com a linha vermelha no gráfico). Com relação ao baixo volume de editoriais registrado em 2002 e 2010, que, aliás, foram anos de eleições presidenciais, poderia se supor que o jornal teria evitado investir na temática para prevenir críticas a sua linha editorial. Quer dizer, os anos eleitorais são em geral delicados e, no caso das eleições

nacionais do Brasil, incluem uma polarização política entre PT e PSDB (CERVI, 2016). A crítica a determinados atores políticos acusados de corrupção poderia significar a perda de prestígio para o jornal, à medida que contribuiria para a imagem de um jornal parcial. Essa afirmativa encontra respaldo nas entrevistas realizadas, por meio das quais os editorialistas realçaram o esforço apartidário do jornal e o cuidado em não emitir opiniões que possam gerar uma leitura partidária, no sentido de favorecer candidatos.

Nota-se ainda a existência de uma curva ascendente a partir de 2011, com crescimento constante e expressivo até 2012. Os anos de 2013 e 2014 não apresentaram crescimento significativo em relação aos anos anteriores; ainda assim, mantiveram volume considerável, acima de 45 editoriais por ano. Em 2015 o volume cresce fortemente, chegando a 83 editoriais. Assim, apesar da quantidade diária de publicações ter reduzido nos anos 2000 de três para dois textos, a curva de publicações sobre corrupção é crescente.

Conforme proposto, o objetivo desta etapa é verificar a correlação entre o ritmo, em termos quantitativos, das publicações de editoriais da *Folha de S. Paulo* que continham a palavra-chave “corrupção” e a *timeline* do registro de casos de corrupção entre 1990 e 2016.

Sendo assim, partindo do gráfico ilustrativo, conclui-se que os picos que representam maior frequência de publicações ocorreram nos seguintes anos: 1993 (44), 1999 (54), 2005 (97), 2006 (58), 2012 (44), 2013 (44), 2014 (47), 2015 (83) e 2016 (83); sendo 2005 o pico mais expressivo, seguido dos dois últimos anos, bastante acentuados.

Cruzando tais dados com acontecimentos históricos é possível observar que há uma relação entre a frequência de publicações e os casos de corrupção brasileira mais emblemáticos. Entretanto, esta relação não se aplica em todos os casos. Isto é, para todos os picos foram verificados casos emblemáticos, porém, nem todos os casos emblemáticos possuem picos respectivos.

O ano de início do acontecimento do Caso Collor (1992), lembrado com frequência pelas pesquisas de corrupção brasileira e que ocorreu logo no início do período democrático, envolvendo o primeiro presidente eleito e culminando em seu *impeachment* (que inclusive foi tema de editoriais da FSP), não representa um pico de publicações no gráfico (24), embora represente um crescimento em relação a

1990 e um volume superior aos anos seguintes (1994 a 1998). Cabe lembrar que tal escândalo se prolongou durante 1993 e 1994, o que pode ter somado no volume apresentado em 1993.

Já a CPI dos Anões do Orçamento tramitou em 1993, data que marca o primeiro pico verificado, embora inferior aos demais picos verificados.

A construção do Fórum do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT-SP), datado de 1998, também não corresponde a um pico significativo. Apesar disso, o ano de 1999 representa um pico que pode estar relacionado ao caso dos bancos Marka e FonteCindan, mas também ao desenrolar do processo das obras superfaturadas do TRT-SP, cujo principal acusado, o juiz Nicolau dos Santos Neto, foi condenado em 2006<sup>106</sup>.

O maior pico de todo o período, verificado em 2005, está associado ao Mensalão, que pode ter contribuído ainda para a expressividade notada em 2006, ano eleitoral, quando outro importante esquema se desenrolava (Máfia das Sanguessugas). Essa afirmativa pôde ser verificada no estudo de editoriais dos três maiores jornais do país (*Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*), quando se analisou a valência desses textos durante as eleições de 2006. Dados do DOXA/UERJ demonstraram que a maior parte dos editoriais do período foi contrária a figuras ligadas ao petismo, justamente em razão do caso Mensalão. Devido à expressividade da investigação, o caso de 2005 afetou a agenda de 2006, tanto na campanha eleitoral, quanto na agenda editorial desses jornais, sendo que OESP e *O Globo* lideraram as críticas, enquanto a FSP se mostrou mais equilibrada (AZEVEDO, 2016).

Em 2012 o Mensalão volta à agenda com o julgamento dos réus da ação penal 470, acentuando a curva crescente verificada a partir de 2011.

Entre 2012 e 2014 verifica-se um volume anual constante e elevado, que pode estar associado a outros fatores além de novos casos de corrupção. Em 2013, as Manifestações de Junho, as quais despontaram, de maneira gradativa e crescente, a pauta da corrupção (AVRITZER, 2016; FILGUEIRAS; ARAÚJO, 2014). Já em 2014, diante dos efeitos das Jornadas de Junho, somadas à polarização do período eleitoral e a deflagração da Lava Jato, investigando a Petrobrás, o elevado volume é mantido, mas superado em 2015 e 2016, quando a Operação atinge a

---

<sup>106</sup> Informações acessadas 04 jun. 2017: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,para-lembrar-o-escandalo-de-superfaturamento-na-construcao-do-forum-trabalhista-de-sao-paulo,10000001753>>.



classe política e nomes importantes do partido do governo, culminando no *impeachment* de Dilma Rousseff que, embora não estivesse baseado em acusações de corrupção, teve a Lava Jato como forte argumento (AVRITZER, 2016).

Apesar de este recorte de pesquisa não ter encontrado sintonia total entre os escândalos selecionados na lista dos mais emblemáticos da recente história brasileira, a maior parte das datas selecionadas coincide com as datas de picos de publicação, um forte indicativo favorável à confirmação da hipótese. Assim, pode-se deduzir que, apesar da pretensa autonomia que os editoriais detêm em relação à gramática imposta pela rotina produtiva na seção noticiosa (EILDERS, 1999), no caso do tema corrupção, a produção desses textos está submetida ao contexto factual, acompanhando a agenda política. A conclusão é realçada pelas declarações dos editorialistas obtidas por meio de entrevista e que são analisadas mais adiante.

Por ser um tema trabalhado constantemente pelo jornal (o que confirma a segunda parte da hipótese segundo a qual a corrupção é uma agenda contínua nos editoriais), não obstante o fato de alcançar números mais expressivos em momentos de efervescência factual, como se testou, a corrupção se revela uma temática prioritária para a *Folha de S. Paulo*, já que o editorial é o espaço que os jornais ocupam com os assuntos mais relevantes.

Da análise da curva ao longo do tempo evidencia-se ainda que, apesar da oscilação de frequência, a partir de 2011 o volume de editoriais sobre corrupção só cresceu, demonstrando que o tema passou a ocupar mais espaço na agenda editorial, o que reforça ainda mais a confirmação da hipótese, uma vez que os fatos políticos ocorridos, sobretudo a partir de 2013, denotam a centralidade do tema e sua repercussão para o cenário político brasileiro (FILGUEIRAS; ARAÚJO, 2014). A elevada frequência apresentada em 2015 e 2016 aponta para a influência que a Operação Lava Jato, considerada a maior investigação anticorrupção da história do país, teve para agendar o tema por um longo período.

#### **4.2. Análise Qualitativa I: Discurso dos Editoriais**

A amostra para análise qualitativa é composta por 143 editoriais. Na primeira etapa de análise, o *corpus* foi lido em sua integralidade e cada editorial foi categorizado pela autora a partir do argumento predominante (acerca da corrupção).

As categorias foram estabelecidas a partir dos primeiros contatos com o *corpus*. Essa categorização mostra-se relevante em razão do volume de textos submetidos à análise qualitativa. Além disso, tal reconhecimento inicial permitiu o teste da primeira hipótese de pesquisa, que versa sobre o grau de combatividade presente nos textos e em que medida esse tom discursivo de altera com o passar do tempo. Entretanto, cabe assumir o risco da subjetividade dessa etapa, visto que foi vencida com o trabalho individual da autora.

O detalhamento da categorização de cada um dos textos, bem como data, título, número de menções à palavra-chave e caso discutido em cada editorial pode ser visualizado com maior riqueza de informações e transparência acerca dos procedimentos de pesquisa na seção de apêndices. Por ora, segue tabela genérica que ilustra a categorização, distribuindo a quantidade de editoriais por categoria.

TABELA 4 – CATEGORIZAÇÃO TOTAL *CORPUS*

CATEGORIA	TOTAL
A (combativo, exige punição ou investigação)	63
B (combativo, discute causas e/ou soluções)	21
C (combativo, discute consequências)	18
D (tolerante, questiona acusação ou punição)	10
E (neutro, cita termo para contextualizar)	31
TOTAL	143

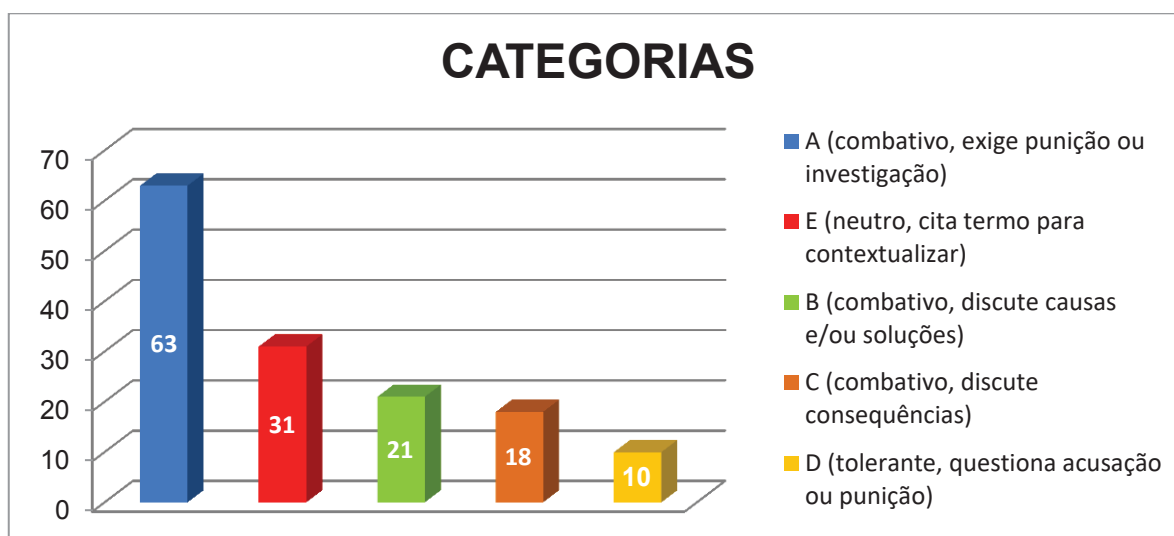
FONTE: A AUTORA (2017)

Mediante a categorização dos textos, foi possível verificar a predominância do tom combativo nos editoriais (n=102). Mais que isso, os dados revelaram que boa parte dos textos (44%), além de combativos, exige responsabilização dos atores envolvidos em casos de corrupção (n=63)<sup>107</sup>. São editoriais que reivindicam a punição ou investigação adequada para esclarecimento das denúncias, dando crédito aos órgãos de *accountability* e ao poder judiciário.

O gráfico a seguir ilustra a distribuição da amostra por categorias, destacando a predominância citada.

<sup>107</sup> A maior parte dos textos trata da corrupção política, tendo os atores políticos brasileiros como protagonistas. Contudo, registraram-se, em menor grau, textos que discutiam a corrupção política internacional, casos no âmbito privado, no funcionalismo público e, em especial, na polícia.

FIGURA 10- GRÁFICO VOLUME DE PUBLICAÇÃO/CATEGORIA



FONTE: A AUTORA (2017).

A segunda maior categoria é aquela que classifica os editoriais como “neutros, citam termo para contextualizar” (n=31). Esses textos correspondem àqueles artigos que não traziam a corrupção como tema central, mas que em algum momento a mencionavam como assunto que permeava secundariamente a pauta do editorial sem, contudo, emitir juízo de valor sobre a temática. Isto é, nesses textos o fenômeno não é combatido nem tolerado; mas apenas citado como parte de um contexto maior e distante do interesse da pesquisa.

Importante destacar que a categoria mais expressiva - A (combativo, exige punição ou investigação) - foi predominante em todos os blocos de períodos analisados, conforme demonstrado na tabela:

TABELA 5 – CATEGORIZAÇÃO TOTAL *CORPUS* POR BLOCO TEMPORAL

CATEGORIA	1990/ 1995	1996/ 2001	2002/ 2007	2008/ 2013	2014/ 2016	TOTAL
A (combativo, exige punição ou investigação)	6	7	15	16	19	63
B (combativo, discute causas e/ou soluções)	5	1	7	1	7	21
C (combativo, discute consequências)	1	5	9	1	2	18
D (tolerante, questiona acusação ou punição)	4	1	1	2	2	10
E (neutro, cita termo para contextualizar)	0	3	7	5	16	31
<b>TOTAL</b>	<b>16</b>	<b>17</b>	<b>39</b>	<b>25</b>	<b>46</b>	<b>143</b>

FONTE: A AUTORA (2017).

Além disso, a categoria predominante também acompanhou o aumento quantitativo e progressivo demonstrado ao longo do tempo. Quer dizer, a medida que

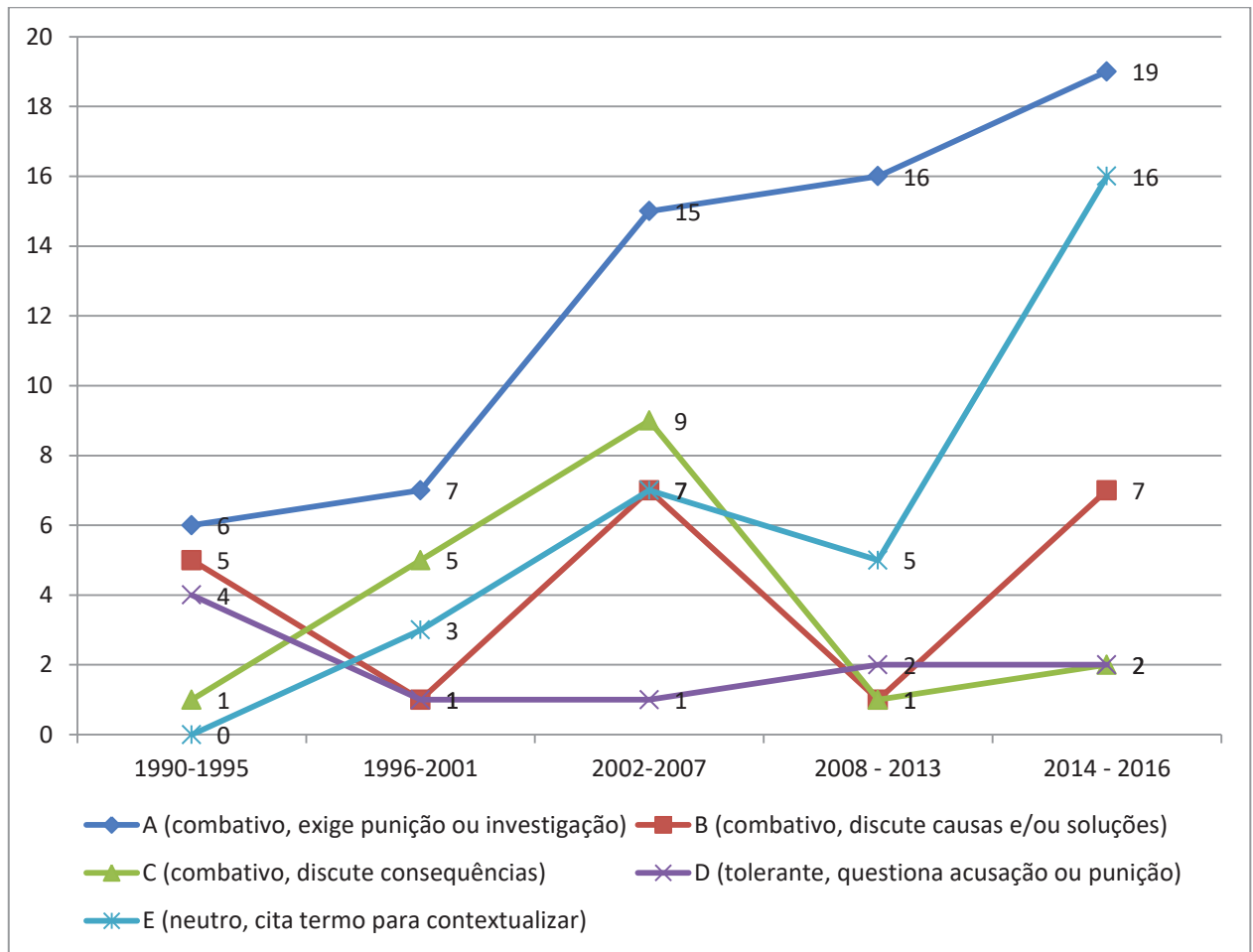
os anos avançam, aumenta a quantidade de editoriais sobre corrupção e aumenta também a fatia ocupada por textos que se revelam, em sua essência, combativos.

Conforme se comentou no tópico de análise quantitativa, a frequência de editoriais sobre corrupção aumenta progressivamente, alcançando picos em períodos de escândalos políticos. Contudo, por meio da análise da amostra categorizada, nota-se que esse aumento progressivo não se verifica em todas as categorias ou é mais expressivo em outras.

Vale destacar a expressividade quantitativa do último bloco (2014 a 2016). Mesmo correspondendo a apenas metade do período analisado nos demais blocos (3/6 anos), o volume de editoriais publicados é claramente superior (n=46), demonstrando o quanto a presença da temática cresceu nos últimos anos e assumiu relevância pública, ocupando boa parte da pauta editorial. Pela análise das categorias verificadas neste período também se percebe que o jornal assumiu o papel de rechaçar a corrupção política, em sintonia com o que se propõe a fazer no seu projeto editorial, que alega como princípio da FSP “priorizar temas que, por afetarem a vida da coletividade ou de parcelas expressivas da população, sejam considerados de interesse público” e ainda “questionar as autoridades públicas” (FOLHA, 2017).

O gráfico seguinte ilustra o percurso de cada categoria ao longo do tempo.

FIGURA 11- GRÁFICO EVOLUÇÃO TEMPORAL DO VOLUME EDITORIAIS POR CATEGORIA



FONTE: A AUTORA (2017).

A análise do gráfico permite perceber que quase todas as categorias cresceram ao longo do tempo, o que se justifica pelo aumento quantitativo geral do período motivado pelo surgimento de novos e expressivos casos de corrupção, que aumentaram a percepção sobre o problema e tornaram o jornal mais aguerrido em relação ao problema. Por isso, a única categoria que não cresce é aquela que reúne os editoriais considerados “tolerantes”. Tal categoria diminuiu sua incidência a partir dos anos 2000, quando momentos turbulentos como a investigação e o julgamento do Mensalão e da Lava Jato dominam a agenda pública.

Essa leitura reafirma a confirmação da primeira hipótese de pesquisa, revelando que o tom combativo do jornal se acentuou ao longo do tempo em consonância com o aprimoramento judicial e, por consequência, divulgação de escândalos, fortalecendo a própria noção do brasileiro acerca da incidência da corrupção. Já o crescimento da categoria “neutro” pode ser interpretado como uma

resposta ao volume de textos sobre o tema publicado nos últimos anos. A riqueza de acontecimentos envolvendo figuras públicas expressivas tornou inevitável que o jornal abordasse o tema. Entretanto, boa parte desse volume dedicou-se a atacar circunstâncias relacionadas, porém periféricas ao tema da corrupção.

O gráfico ainda permite notar que as disparidades numéricas entre as categorias no início do período analisado eram reduzidas. A categoria “combativo, exige punição” já era predominante, contudo, próxima da categoria “discute causas”. Todavia, com o passar do tempo, o jornal acentua (proporcionalmente) o discurso combativo e criminalizante, praticamente extinguindo a possibilidade de inocência dos acusados.

Os textos classificados como “debatem causas” e “debatem consequências” incluem, em sua maioria, editoriais que apontam em alguma medida a causa ou consequência da corrupção quando tal fenômeno é mencionado. Contudo, em sintonia com a literatura que trata da cobertura jornalística da corrupção, tais textos raramente se aprofundam nas causas ou nas consequências do problema (CUNHA, 2014; ARAÚJO, JORGE, 2015). Assim, tendem a condená-lo sem atacar as reais raízes e sem propor soluções concretas e detalhadas para um combate efetivo. Um exemplo desse tipo de debate é o editorial de 01/07/2005, quando o jornal recusa o potencial de solução do financiamento público de campanha e sentencia de forma genérica que “o caminho para conter os abusos é assegurar que as doações provadas sejam realizadas “por cima da mesa”, num regime de total transparência, municiando a Justiça Eleitoral para identificar e punir com rigor as doações fraudulentas”. O editorial termina com essa citação sem apresentar aprofundamento da proposta de forma concreta ou indicar alternativas além do óbvio.

Importante sinalizar que a categoria “combativo, discutem consequências” reuniu textos que apontavam consequências sociais do problema, mas também consequências de ordem política, como crise de imagem de determinados atores, instabilidade no governo, retração econômica. Apesar da amplitude da categoria “consequências”, o volume de textos permaneceu baixo, indicando que o jornal pouco debate em seus editoriais os efeitos do fenômeno.

Mediante a essa etapa analítica, foi possível confirmar a primeira hipótese de pesquisa, verificando que na maior parte do tempo o jornal foi combativo e que tal

discurso se acentuou com o passar das décadas. A segunda etapa de análise, de caráter mais profundo, complementa essa afirmação.

Na segunda etapa de análise dos textos, o trabalho dedica-se a apresentar as principais formações discursivas de cada bloco temporal e assim, testar a confirmação da *hipótese 1*, bem com investir em exames a respeito da *hipótese 2*, tratando das potenciais variáveis do discurso, a saber: o grupo político acusado e a época das acusações.

Esta etapa de análise está dividida em blocos temporais, em um esforço de se identificar e organizar os argumentos mais importantes em cada época, buscando observar a evolução no tratamento do tema.

Em termos de reconhecimento geral do padrão de textos, nota-se uma constante: a *Folha* parece repetir a receita de um padrão de texto para os editoriais. O primeiro e o segundo parágrafo são, via de regra, informativos e restringem-se aos fatos e à contextualização do tema que se pretende debater, tecendo poucos elementos opinativos. As figuras de linguagem, porém, são recorrentes e revelam o tom de crítica. Os parágrafos seguintes são analíticos, referenciam dados, recorrem a exemplos, mas ainda com poucos traços de opinião. A explicitação da opinião do jornal tende a aparecer nos últimos parágrafos, com clareza, mas com tom ameno se comparada aos editoriais de outros *quality papers* de opinião mais contundente – como é o caso do *Estadão* e da *Gazeta do Povo*, mais conservadores e irredutíveis em relação a algumas agendas.

Esse padrão de texto contribui para a construção da identidade do jornal e acaba por refletir seus valores editoriais. Há uma tentativa de colocar uma série de perspectivas em debate, apresentar diferentes argumentos com base em dados para então se refutar alguns e defender outros. Esse modelo poderia ser justificado pelo valor da pluralidade defendido pelo jornal em seus princípios editoriais e salientado pelos editorialistas durante etapa das entrevistas, conforme se adianta no trecho a seguir:

Acho que qualquer bom jornal, mesmo dando opinião, deve tentar ter um grau de objetividade. Isso é uma coisa interessante: você pega os editoriais do passado e eles são muito mais retóricos, muito mais na base dos adjetivos, das frases de efeito, hoje em dia eles são muito mais sustentados, você tenta fazer uma argumentação muito mais densa, baseada em fatos, lista as coisas, às vezes o editorial parece uma matéria e no último parágrafo ele dá uma opinião (informação verbal)<sup>108</sup>.

<sup>108</sup> Entrevista concedida por PATU, Gustavo (2017).

A imagem a seguir ilustra esse padrão.

FIGURA 12 - ESTRUTURA PADRÃO EDITORIAL

EDITORIAIS editoriais@grupofolha.com.br

## Sem fim à vista

Longe de declinar, ímpeto da Operação Lava Jato se renova e se espalha em ações anticorrupção por todo o país, como deve ser

O noticiário cotidiano tem-se encarregado de impor necessário e enfático desmentido a pronúncias como o feito recentemente pelo ministro Eliseu Padilha, da Casa Civil, no sentido de que as autoridades responsáveis pela Operação Lava Jato haverão de, a certa altura, pensar em concluir suas investigações.

Em vez de declinar, o ímpeto da Lava Jato começa a ter reflexos em outras ações policiais, externas ao âmbito da chamada "República de Curitiba". Partiu de São Paulo, numa operação intitulada Custo Brasil, a iniciativa de requerer a prisão preventiva de Paulo Bernardo, ex-ministro dos governos petistas de Lula e Dilma Rousseff.

Bernardo é acusado de receber cerca de R\$ 7 milhões em propina, dentro de um esquema que teria desviado um total de R\$ 100 milhões por meio de contratos irregulares de uma empresa de informática com a pasta do Planejamento.

Na mesma investida da Polícia Federal, foi preso Valter Correia, secretário municipal de Gestão da administração Fernando Haddad (PT), em São Paulo. A sede nacional do partido, na capital paulista, e o escritório de Brasília tornaram-se, ademais, objeto de ações de busca e apreensão.

Repetida em nota oficial, a habi-

uai alegação de que esta em curso uma tentativa de criminalizar o PT fica menos convincente do que nunca. Bastaria lembrar a circunstância de que um dos maiores desafiados do partido, o deputado afastado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), viu-se ainda nesta semana novamente na condição de réu perante o Supremo Tribunal Federal.

Desvelamento, apenas nos Estados Unidos, a suspeita de que as campanhas de Eduardo Campos (PSB) em 2010 (para governador) e 2014 (para presidente) beneficiaram-se de um mecanismo de corrupção que, no total, teria movimentado cerca de R\$ 600 milhões.

A partir de dois delatores da Lava Jato, investigaram-se as contas de um dos donos do jatinho cujo acidente ocasionou a morte do empresário. Preso, o empresário Carlos Lyra foi reconhecido como a pessoa que fazia repasses à construtora Camargo Corrêa a tempos e seus correligionários.

Em 2010, pesquisava, e atingida a figura de seu antigo presidente, o falecido senador Sérgio Guerra, de quem se revelam os entendimentos que teve para abafar a CPI da Petrobras em 2009 — sem mencionar as diversas vezes em que o nome do atual presidente da sigla, senador Aécio Neves (MG), apareceu em delações premiadas.

É tudo isso que não tem fim à vista para a Lava Jato e seus desdobramentos — é exatamente isto que se deseja do inédito desvelamento de práticas generalizadas de assalto a cofres públicos perpetradas por políticos de todos os matizes.

**Chamada em negrito resume opinião**

**Inserção da Opinião**

**Argumento**

**Introdução**

**Contextualização informativa**

**Conclusão com trecho de opinião mais contundente**

FONTE: A AUTORA (2017)

Com relação à *hipótese 2*, é possível afirmar que está parcialmente confirmada: o jornal tende a ser combativo e seu discurso variou de acordo com a época (variável “b”), segundo a análise que segue. Contudo, a variável “a”, que se refere à origem política do grupo acusado, não pôde ser confirmada. Mais adiante o texto discute as variações de discurso envolvendo diferentes atores políticos, mas considerou-se leviana a afirmação de que essa variável isolada seria capaz de promover alterações de discurso, pois não há subsídios suficientes que atestem isso. É um desafio, inclusive, que tal variável seja isolada, pois a alteração de discurso pode estar associada a outras demandas circunstanciais e de natureza subjetiva — como é o caso da gravidade do delito cometido. Além disso, há um esforço apartidário do jornal que procura, mesmo nos editoriais, atuar de modo equilibrado no ataque a grupos políticos. Essa sentença está ancorada nos



princípios editoriais do jornal e ainda nas informações obtidas por meio de entrevistas em profundidade que serão analisadas a seguir. Portanto, a hipótese está parcialmente confirmada, já que a variável “b” ficou evidenciada.

As análises a seguir são apresentadas em quatro blocos de seis anos, que correspondem a um ano amostral cada (12 meses), e um bloco de três anos (seis meses amostrais), sendo que foram analisados dois meses de cada ano. Conforme se detalhou na seção metodológica, essa escolha pretende organizar as informações e evitar a dispersão das informações, além de garantir melhor ilustração da progressão do discurso ao longo do tempo – muito embora se saiba que o discurso não está contido em blocos temporais. Assim, é apenas uma alternativa procedimental que visa organizar o volume de dados.

A apresentação de cada bloco temporal inclui:

1) Principal caso de corrupção do período

Os principais casos foram identificados a partir da etapa de classificação. Durante a leitura dos editoriais observou-se a menção a casos factuais. Esses episódios foram contabilizados durante o processo de categorização, como pode ser verificado nos apêndices do trabalho.

2) Resultado da categorização

Em ordem decrescente, apresenta-se a quantidade de textos de cada bloco temporal distribuído por categorias. O detalhamento da classificação por bloco está disponível nos apêndices.

3) Discussão sobre o discurso geral presente em cada época.

A fim de analisar cada bloco temporal, apresenta-se uma discussão breve em cada bloco.

4) Principais formações discursivas

Por meio da referência na tradição da AD Francesa e das orientações de Benetti (2008, 2016) sobre discurso jornalístico, identificaram-se os argumentos mais recorrentes nos blocos temporais. Isto é, aquelas concepções que mais se repetiam ao longo do texto foram denominadas como formações discursivas, enquanto as sequências discursivas consistem em trechos dos textos que são coletados a fim de exemplificar como se dá a formação desses discursos.

Ao final da apresentação dos detalhes analíticos de casa bloco, o capítulo discorre sobre o discurso geral da FSP sobre corrupção identificando, também, argumentos constantes ao longo de todo período.

#### **4.2.1. Análise Bloco 1 - 1990 a 1995: o problema começa aparecer**

##### *Principal caso*

Collor (7/16 editoriais)

##### *Categorização*

6/16 textos foram classificados como combativos, exigem punição ou investigação;

5/16 combativos, discutem causas e/ou consequências;

4/16 tolerantes, questionam acusação ou punição;

1/16 combativos, discutem consequências.

##### *Discurso sobre corrupção: o problema começa aparecer*

O primeiro bloco, relativo aos anos de 1990 a 1995 é o bloco com menor volume de textos na amostra (n=16), o que está relacionado à etapa quantitativa desta pesquisa, cuja conclusão aponta para um crescimento gradual do número de editoriais sobre o tema ao longo dos anos (confirmando a terceira hipótese). Assim, com menor volume de textos, há um desafio adicional na identificação das principais formações discursivas do período, quando comparados aos intervalos subsequentes.

Neste bloco os editoriais que tratam sobre corrupção não necessariamente trazem o tema como elemento central do texto, mas acabam mencionando como um fator agravante de algum outro problema de ordem econômica ou social. É o que acontece quando a *Folha* defende a liberalização do comércio, por exemplo, afirmando que a burocracia brasileira favorecia a corrupção do funcionalismo público. O mesmo se repete quando critica a alta carga tributária, afirmando que a arrecadação dos recursos é mal gerida e certamente serve a interesses privados, dando margem à corrupção. Neste ensejo, no que se refere à agenda econômica, o jornal acentua sua postura liberal, defendendo a livre iniciativa e menor interferência estatal.

Além de associar corrupção e burocracia, o discurso geral do jornal neste período é o de que a corrupção – até então camuflada – começava a dar sinais tímidos de existência na conjuntura brasileira. Devido ao recente cenário de abertura política e aos até então escassos dados acerca do fenômeno, o jornal encara as acusações com cautela, presumindo, em alguma medida, a inocência dos acusados. O texto de 24 de abril de 1991 falava que o tema começava a “sair dos rumores para ser tratado com transparência”. De igual modo, o texto de 07 de junho de 1992 deixa a impressão de que os casos de corrupção começavam a se tornar públicos e não mais desconhecidos pela população: “Antes restrito a parcelas mais bem informadas, a corrupção é hoje assunto obrigatório em praticamente todos os círculos sociais”, conclui o jornal.

Exemplo de certa incredulidade frente ao fenômeno é a postura inicial diante do principal caso do período, envolvendo o ex-presidente Fernando Collor, muito embora tenha sido a própria *Folha* a responsável por publicar os primeiros indícios de irregularidades, ainda em 1990 (PINTO, 2012). A primeira parcela de editoriais se mostra, por um lado, combativa ao fenômeno da corrupção, porém, desacreditada da delação de PC Farias, por isso, minimiza os fatos, questionando a veracidade das acusações, como ilustra o editorial de 06 de junho de 1992 quando alega que “em outras circunstâncias, uma operação retirada desse porte bastaria para dar determinado assunto como sepultado. O comportamento primeiro ferino e espalhafatoso, e agora comparativamente tímido de Pedro Collor, seria suficiente para desacreditar suas denúncias”. A postura é pedir cautela e celeridade nas investigações com fins de elucidação e eventual punição.

No entanto, em meados de 1992 o discurso começa de alterar diante das evidências de envolvimento do então Presidente de República. A FSP mantém a postura de exigência de rigor investigativo e provas, contudo já adota certa presunção de irregularidades até que em 30 de junho de 1992 o jornal publica em sua capa um editorial pedindo a renúncia do primeiro presidente eleito após o período de ditadura<sup>109</sup>, uma clara ilustração da atuação política do jornal. O pedido

---

<sup>109</sup> O editorial desta ocasião não integra o *corpus* porque não menciona a palavra-chave “corrupção”. O editorial “Renúncia já” justifica a perda de legitimidade do governo e chega a discorrer sobre pontos de atritos diretos entre *Folha de S. Paulo* e Fernando Collor de Mello, realçando a atuação política do jornal. A inimizade entre FSP e Collor existia desde a campanha presidencial (PINTO, 2012). Disponível em: < <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1992/06/30/2/#>>. Acesso em 21 out. 2017. Também sem citar a palavra “corrupção”, o editorial de 30/09/1992 comemorou a aprovação do pedido de *impeachment*: <<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1992/09/30/2/#>>, acesso 23 set. 2017.

de celeridade nas investigações prevê soluções para a crise de legitimidade do governo.

Outro exemplo da atuação política do jornal e do aprimoramento da legislação e dos mecanismos de investigação e punição no período é o editorial de 07 de junho de 1992, que sugere implementação da delação premiada como instrumento para obtenção de provas, como já era feito nos Estados Unidos<sup>110</sup>: “Não é descabido traçar um paralelo com as condições de combate à corrupção no Brasil, num ponto em especial: em ambos os casos, as chances da lei dependem da ruptura do silêncio. É o bastante para que as autoridades não desprezem a experiência acumulada fora”.

Em suma, neste bloco a *Folha* vê a corrupção como um problema emergente na esfera de visibilidade pública e que precisa ser combatido. Assim, indica como solução a punição que considera escassa no país. Contudo, exige a apresentação de provas para acusações no caso Collor, demonstrando o perigo da crise de legitimidade para a gestão do país enquanto o caso não se elucida.

A seguir, apresentam-se as formações discursivas mais recorrentes do período buscando ilustrar esta análise com trechos das unidades textuais (nomeadas como Sequências Discursivas (SDs)) que oferecem amostras do discurso predominante.

### *Formações discursivas do período*

#### **Formação discursiva 1, bloco 1: O problema da corrupção começa a aparecer**

Esse período denota que a corrupção até então não era assunto tão corriqueiro. Pelo menos as acusações, investigações e principalmente punições eram menos frequentes no cenário brasileiro. Ao que indicam os editoriais da *Folha*,

---

<sup>110</sup> O instrumento amplamente empregado nas últimas investigações brasileiras foi introduzido gradativamente no Brasil nos anos 1990, a partir de uma série de dispositivos legais e especialmente em 1998, com a lei de combate a crimes de lavagem de dinheiro. Contudo, lei mais ampla, incluindo medidas de combate a organizações criminosas foi formalizada apenas em 2013. Informações coletadas e disponíveis em: < <https://jornalggn.com.br/noticia/a-delacao-premiada-no-brasil-ontem-e-hoje-por-romulo-de-andrade-moreira>> e < <http://www.ebc.com.br/noticias/2015/09/operacao-lava-jato-entenda-o-que-e-delacao-premiada>>. Ambas fontes de dados foram acessadas em 21 de out. 2017.

o cenário começava a mudar no início dos anos 1990, tendo o primeiro presidente eleito após 30 anos de Regime Militar como epicentro de um escândalo nacional.

TABELA 6 - FD 2(1): O PROBLEMA COMEÇA A APARECER

(continua)

SEQUÊNCIA DISCURSIVA	TÍTULO EDITORIAL	DATA
SD1: “Embora aludam a favorecimentos que não chegam a surpreender setores da opinião pública, as acusações ganham importância por permitirem que o tema <b>saia do terreno dos rumores, e comece a ser tratado com o mínimo de transparência</b> ”.	Relação incestuosa	24/04/1991
SD2: “Mas se trata do Brasil. Foi preciso trilhar vias tortuosas, através da ação tresloucada de um familiar do presidente da República, para que <b>a sociedade se deparasse com algo antes só comentado em círculos restritos: a extensão impressionante da rede de corrupção montada em torno do Estado brasileiro</b> ”.	Recuo estratégico	06/06/1992
SD3: “Até pelas circunstâncias peculiares – acusações que partem do próprio irmão do presidente-, o episódio PC Farias <b>está revelando o tamanho das irregularidades envolvendo dinheiro público no Brasil. Antes restrito a parcelas mais bem informadas, a corrupção é hoje assunto obrigatório</b> em praticamente todos os círculos sociais. Entre perplexa e revoltada, a população <b>vai tomando conhecimento de suspeitas</b> cada uma mais grave que a outra”.	Em busca de provas	07/06/1992
SD4: “A <b>exposição à luz do dia</b> de práticas que tem a <b>obscuridade</b> um de seus vetores principais já deve <b>trazer mudanças. Os habituados a viver à custa da malversação de fundos oficiais se acautelam. Existe uma maior vigilância</b> ”.		
SD5: “...estará configurado um quadro em que a <b>sociedade percebe como nunca que a corrupção existe</b> , se dá conta de seus malefícios, mas é impotente para combatê-la”.		
SD6: “É verdade: cumpre estabelecer precisamente quem é quem na rede de corrupção, já que <b>a existência desta é hoje fato absolutamente inquestionável</b> . Malgrado suas deficiências, <b>as últimas sessões da CPI vêm confirmando o quão corriqueiras têm sido as irregularidades envolvendo o dinheiro dos contribuintes</b> ”.	Planalto contra ataca	19/06/1992

FONTE: A AUTORA (2017)

A cautela com que a *Folha* trata as acusações neste momento e a consideração de que se tratava de um problema que começava a se tornar público (já que a FD1 evidencia que se tratava de um tema obscuro até então) não significa que o jornal fosse tolerante ao fenômeno. Pelo contrário, há um realce de que caso as denúncias fossem investigadas e confirmadas a consequência correta seria a punição compatível, para que o país efetivamente tivesse um saldo de mudança positiva.

## Formação Discursiva 2, bloco 1: burocracia brasileira favorece surgimento da corrupção

A FSP defende o liberalismo econômico e não raras vezes – incluindo outros blocos históricos, conforme será demonstrado adiante – relaciona a intervenção estatal na Economia e, sobretudo, os trâmites burocráticos, à corrupção, sendo essa uma consequência daqueles. Na primeira metade dos anos 1990, os textos que fazem essa relação tratam de entraves econômicos e citam a corrupção como mais um fator argumentativo na crítica da agenda econômica brasileira. A tabela a seguir ilustra a conclusão.

TABELA 6 - FD 1(1): BUROCRACIA BRASILEIRA FAVORECE SURGIMENTO DA CORRUPÇÃO

SEQUÊNCIA DISCURSIVA	TÍTULO EDITORIAL	DATA
SD1: “Dada as <b>dificuldades burocráticas</b> , os ganhos relativos de eventuais favores conquistados junto à máquina estatal podem ser enormes. Isso resulta na concentração de esforços por parte das firmas para conseguir “canais” dentro do Estado , e consiste em <b>convite aberto à corrupção</b> dos funcionários estatais”.	Liberalização do comércio	26/01/1990
SD2: “A exemplo de incontáveis exemplos anteriores, a intenção do governo de monitorar e calibrar os preços tende apenas a <b>gerar mais corrupção</b> , mais ineficiência e a proliferação de <b>exigências burocráticas</b> ..”	Liberdade Condicional	03/04/1991
SD3: “...por reduzir a intervenção de fiscais e <b>burocratas no processo</b> , pode <b>diminuir a corrupção</b> , que geralmente prolifera-se aproveitando dessa espécie de <b>meandro cartorial despropositado</b> ”	Obras desburocratizadas	08/06/1992

FONTE: A AUTORA (2017)

Essa posição defendida pelo jornal encontra conforto na literatura de Economia que estuda corrupção (DAMÉ; CARRARO, 2007), para a qual a burocracia institucional (administrativa e jurídica) explica a corrupção brasileira.

O próximo tópico introduz a análise do discurso presente no período de 1996 a 2001.

### 4.2.2. Análise Bloco 2 - 1996 a 2001: o problema comum

*Principal caso:* não há predominância.

#### *Categorização*

7/17 textos foram classificados como combativos, exigem punição ou investigação;

- 5/17 combativos, discutem consequências;
- 3/17 neutros, termo é citado para contextualizar.
- 1/17 combativo, discute causas e/ou solução;
- 1/17 tolerante, questiona acusação ou punição;

#### *Discurso sobre corrupção: o problema comum*

Semelhante ao bloco 1, o bloco 2, que compreende os anos de 1996 a 2001, apresentou menor incidência de editoriais sobre corrupção (n=17) quando comparado aos anos seguintes. Além disso, a amostra em questão não evidenciou nenhum caso específico de corrupção neste período, embora possa ser citado como evento importante o escândalo envolvendo a construção do Fórum do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo – assunto de um dos editoriais, porém sem expressividade suficiente para se afirmar que dominou a temática da amostra.

Devido à variedade de casos que veio a público nos anos que se seguiram, o que parecia ser um fenômeno novo no início dos anos 1990 toma corpo na segunda metade da década. A *Folha* trata a incidência da corrupção política no Brasil como uma certeza grave, comum e carente de punição.

A explicação para aumento da percepção sobre o problema, segundo o jornal, é o crescimento da fiscalização e, com isso, a publicização de mais casos – argumento presente no editorial de 19 de julho de 1999: “Uma das principais hipóteses que podem explicar esse quadro é de existirem atualmente mais possibilidades de se controlar externamente o Poder Executivo, e de elas estarem sendo postas em prática”.

Adentrando o campo dos efeitos da corrupção, por defender explicitamente, em seus princípios editoriais, a “equalização de oportunidades”, a questão da desigualdade social é uma constante e unânime na FSP. Por vezes o periódico associa as disparidades sociais como consequência da corrupção, conforme se extraiu dos editoriais publicados em julho de 1999. Em 22/07/1999, o jornal sentenciava: “Nem ao menos a sociedade viu esforço bastante das autoridades federais para reduzir subsídios injustos, desperdícios gritantes ou a corrupção fiscal, com o que já seria possível investir em programas de redução da pobreza, sem prejuízo de outras iniciativas contra a iniquidade social brasileira”. No dia 29/07/1999 atacava as causas da desigualdade social nos seguintes termos: “O que falta, sim, é

capacidade gerencial para que os recursos cheguem de fato aos pobres, em vez de se perderem nos descaminhos da burocracia, do desperdício ou, pior, da corrupção”.

É comum que ao debater outras pautas a FSP cite a corrupção como elemento agravante ou causador do conflito em questão. Assim, a menção à corrupção aparece, normalmente, como mais um argumento para se defender ou condenar determinada ideia – normalmente mudanças legislativas.

Ciente da recorrência de desvios de recursos públicos no Brasil, a *Folha* propõe, ainda que timidamente, medidas de combate à corrupção. A principal sugestão, relacionada à categoria predominante nos textos (combativos, exigem punição ou investigação), é acabar com a impunidade, visto que sob a opinião da empresa jornalística as punições são exemplares, conforme ilustra esse trecho do editorial de 05/08/1999: “No entanto, ninguém está seguro de que não possa haver ainda mais falcatruas. É preciso que se saiba de tudo. Que se inverta o movimento de apaziguar investigações e cassações na Câmara. Que policiais e promotores propiciem condenações exemplares”. O fomento à punição também pode ser notado no parágrafo final do editorial de 19/07/1999, quando o jornal defende que as condenações seriam o segundo passo das investigações despertadas: “O que se espera, num segundo momento, é que isso sirva como orientação para o modo de agir politicamente de todos eles [atores políticos], na certeza de que falcatruas serão punidas”.

Apesar do tom combativo predominante em todos os blocos - conforme ficou demonstrado na etapa de categorização da amostra -, o jornal nem sempre aponta soluções concretas para o problema, restringindo-se à máxima de “acabar com a impunidade”. Muitos dos textos revelaram um elevado grau de desprezo à corrupção, contudo, restrito a repudiá-la, sem debater causas ou soluções em profundidade, o que vai ao encontro da literatura em Comunicação que considera a cobertura jornalística do tema rasa, maniqueísta e até sensacionalista pela carência de debate sólido (CUNHA, 2014; ARAÚJO, JORGE, 2015; MESQUITA; MOISÉS; RICO, 2014). Interessante notar que embora seja um espaço distinto da seção informativa, os textos institucionais opinativos refletiram o diagnóstico crítico dos estudos em Comunicação.

*Formações discursivas do período*



Não houve identificação de formações discursivas no bloco 2. O discurso neste período aparece mais disperso, o que pode estar relacionado ao fato de que a amostra do período não contém um caso emblemático que colabore para a percepção de um argumento repetitivo. Neste bloco os textos que compõem a amostra tratam de casos de menor proporção ou citam a corrupção para contextualizar um evento de outra ordem, mas que tem o fenômeno como causa ou consequência e, por isso, é citado como agravante da questão discutida. Assim, registraram-se na amostra textos sobre cenários internacionais, discussões sobre políticas de combate às drogas, contrabando e, principalmente, conduta dos militares. Casos da capital paulista também ocuparam alguns dos editoriais; sempre com tom combativo.

#### **4.2.3. Análise Bloco 3 - 2002 a 2007: punição já**

*Principal caso:*

Mensalão (24/29 textos).

*Categorização*

15/39 textos foram classificados como combativos, exigem punição ou investigação

9/39 combativos, discutem consequências

7/39 combativos, discutem causas e/ou soluções

7/39 neutros, citam termo para contextualizar

1/39 tolerantes, questionam acusação ou punição

*Discurso sobre corrupção: punição já!*<sup>111</sup>

Devido à expressividade do escândalo que predomina o bloco, o volume de editoriais sobre o tema cresce neste período (n=39). O fenômeno que no primeiro bloco temporal aparecia timidamente como um problema que começava a ganhar publicidade é tratado no início dos anos 2000 como uma epidemia presente e assídua na rotina brasileira. A FSP inclui a ressalva de que o problema é global e antigo, mas costuma salientar que “no Brasil é pior”. Uma vez mais, a solução eficaz

---

<sup>111</sup> Guazina (2011), ao estudar a cobertura do *Jornal Nacional* (Rede Globo) sobre o Mensalão encontrou dois enquadramentos semelhantes aos discursos encontrados na presente pesquisa: “é preciso investigar e punir” e “a política e os políticos não são confiáveis”.

para o problema, na perspectiva editorial, é a punição exemplar da qual carecia o Brasil, segundo o texto da edição de 10/06/2004: “Infelizmente, contudo, na política brasileira tais episódios são mais frequentes do que o tolerável e raramente são devidamente punidos. A repetição desses fatos contribui para desgastar ainda mais a já combalida imagem da classe política brasileira. Assim, é de se esperar que as investigações relativas ao caso avancem até as últimas consequências”.

Neste momento histórico, o predomínio absoluto (24/29) de textos sobre corrupção trata do caso do Mensalão, esquema de “mesada” envolvendo parlamentares da base aliada revelado ainda durante o primeiro mandato de Lula, em junho de 2005, a partir de uma entrevista exclusiva com o então Presidente do PTB, Roberto Jefferson, publicada pela própria *Folha*. Assim como enfrentou diante de Collor, a FSP teve atritos com o governo por conta do caráter denunciante de seus cadernos (PINTO, 2012). Devido à expressividade do caso, PT e Lula assumem papéis centrais (e negativos) nos editoriais da FSP do período.

O discurso sobre a impunidade que já existia desde o primeiro bloco analisado (em 07/06/1992, o editorial diz que “os progressos se medem pelo número de punições (...) sob este aspecto o Brasil dispensa maiores comentários”), se acentua neste momento. Para a *Folha*, a corrupção brasileira estava evidente, naturalizada e carente de medidas punitivas graves. Há uma abordagem que insiste em afirmar que no Brasil a administração desse problema é agravada: os casos são mais frequentes e a punição inexistente, acentuando, então, um tom de desqualificação da classe política, conforme previsto pela literatura:

As denúncias de corrupção podem, assim, servir de instrumento de disputas internas ao campo político, ao mesmo tempo em que geram a expectativa de punição que não se concretiza de modo imediato (o tempo da mídia é diferente do tempo dos processos administrativos e jurídicos), levando a uma sensação de impunidade generalizada e de, no limite, descrédito nas instituições democráticas (GUAZINA, 2011, p. 66).

Nos editoriais analisados, a FSP afirma que o escândalo prejudicaria a imagem de Lula e critica as manobras que o governo adotou para sair da crise política. Para o jornal, as decisões populistas não privilegiaram o interesse público, mas sim as conveniências. O argumento crítico que se repete com recorrência é o de que o PT desprezou o voto de confiança dos brasileiros e contrariou seu próprio projeto político ao permitir que esquemas de caixa dois dominassem suas campanhas e, assim, chamou ainda mais atenção para o escândalo que

protagonizava – um diagnóstico que corrobora com a perspectiva de Avritzer (2016). Apesar das duras críticas ao governo, o jornal toma a devida cautela para alertar que a corrupção não é uma falha de conduta restrita aos partidos – o que os próprios editorialistas assumem ser uma estratégia para se mostrar imparciais e apartidários (ver análise das entrevistas em tópico seguinte).

Ao mesmo tempo, a FSP acredita que o Mensalão seria o ponto de virada para o Brasil, proporcionando uma reflexão frente à impunidade até então generalizada. Exemplo desse discurso é o editorial de 17/07/2005, cujo teor versa sobre a suposta reflexão agregada pelo caso. “Momentos como os que ora vivemos, marcados por denúncias de corrupção, representam uma oportunidade para que o país reflita sobre si mesmo, suas instituições e seu futuro”.

Neste período, FSP ataca constantemente à imagem de Lula em um tom desconfiado e reprovador. Em alguns meses, são praticamente editoriais diários sobre o caso Mensalão (o ano de 2005 contabilizou 97 editoriais com a inscrição “corrupção”). No ano da eleição, 2006, as críticas se acentuam quando, por exemplo, refere-se ao PT com a expressão “quadrilha” e afirma que o partido se aproveita da máquina pública para empregar quem lhe convém. Já em 10/07/2005, o jornal fala do “mar de lama” no qual o partido estaria imerso.

Os ataques à Lula (à ocasião presidente e candidato à reeleição) pela falta de pulso são constantes, como demonstra o texto de 24/09/2006: “Lula não é nenhum tirano. Mas, se ele próprio é levado a condenar a felonias de seus companheiros, sua candidatura representa a tolerância com toda uma quadrilha”. Todavia, embora rechace o candidato Lula, *Folha* permanece sem endossar candidatos, alegando que a tomada de partido contrariaria seu projeto editorial. Segundo a empresa jornalística, prezar pelo apartidarismo é incompatível com a prática do endosso<sup>112</sup>.

A FSP também se revela crítica em relação às medidas que o governo petista tomou para conter a crise política protagonizada pelo Mensalão. Alfineta principalmente os acordos que Lula fez com PMDB para manter a governabilidade necessária no presidencialismo de coalizão – outro apontamento que dialoga com a análise científica do fenômeno (AVRITZER, 2016). Apesar de toda turbulência

---

<sup>112</sup> A decisão já havia sido comunicada em editorial anterior, em 15 de outubro de 2000, quando comparava Maluf e Suplicy, justamente atacando aquele pelas acusações de corrupção; contudo, sem endossar Marta Suplicy.

política do período, FSP admite que o governo conseguiu a proeza de preservar a imagem de Lula<sup>113</sup>. Além disso, a revelia dos severos ataques ao governo petista, há um cuidado dos editorialistas em sinalizar que a corrupção não é propriedade do partido, mas sim um fenômeno suprapartidário.

### *Formações discursivas*

#### **Formação Discursiva 1, bloco 3: está naturalizada entre todos**

Um discurso presente dos editoriais deste período é de que a corrupção está naturalizada no Brasil, não sendo exclusividade do PT, e prospera graças à falta de repreensão. Imprime a sensação de que, apesar das ressalvas sobre a penetração do problema em outros países, o Brasil está entre as piores nações no que diz respeito ao combate ao fenômeno. O discurso do “todos são iguais” parece incrementar a desconfiança em relação à política e fixar a empresa jornalística em uma postura adversária em relação ao governo (GUAZINA, 2011). É, segundo a Ciência Política, uma consequência da corrupção sistêmica, que cria um clima de aversão à política explícito, baseado na ideia de que o Estado brasileiro é naturalmente corrupto e que “todo político é ladrão” (FILGUEIRAS; ARAÚJO, 2014).

Por outro lado, a constante repetição de que o fenômeno é suprapartidário visa minimizar os ataques ao PT e afastar a *Folha* de qualquer acusação de parcialidade<sup>114</sup> que não seja defensável exclusivamente pelo viés do interesse público.

Esta formação discursiva também pode ser justificada pela corrente da história e da Ciência Política que disseminou a ideia de que o Brasil vive um cenário de corrupção desde a época da colonização, realçando um caráter negativo sobre a cultura do país, o que, de alguma maneira, contamina o discurso da imprensa sobre o tema, que acaba realçando a sensação de que a corrupção só acontece no Brasil ou que acontece em maiores proporções sempre.

---

<sup>113</sup> Pesquisa Datafolha indica que escândalo do Mensalão não afetou a imagem do líder petista: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2005/06/1222268-escandalo-do-mensalao-nao-afeta-popularidade-de-lula-entre-brasileiros.shtml>>. Acesso em 15 de nov. 2017.

<sup>114</sup> O apartidarismo é um valor caro ao jornal. Na seção de entrevistas discute-se como os editorialistas enxergam esse esforço em serem equânimes nestas circunstâncias.

TABELA 7 - FD 1 (3) ESTÁ NATURALIZADA ENTRE TODOS

SEQUÊNCIA DISCURSIVA	TÍTULO EDITORIAL	DATA
SD1: “Infelizmente, contudo, <b>na política brasileira tais episódios são mais frequentes do que o tolerável e raramente são devidamente punidos</b> . A <b>repetição desses fatos</b> contribui para desgastar ainda mais a combatida imagem da classe política brasileira. Assim, é de se esperar que as <b>investigações</b> relativas ao caso <b>avancem até as últimas consequências</b> ”.	Ligações perigosas	10/06/2004
SD2: “São propostas à primeira vista positivas, mas tímidas se tomadas como uma reação aos <b>descalabros que de longa data ocorrem no setor público</b> – e que vêm <b>mais uma vez</b> à tona com as denúncias sobre o suposto “mensalão””.	Pacote Limitado	01/07/2005
SD3: “O que as denúncias, os depoimentos e as novas descobertas feitas pela imprensa sugerem é <b>algo que o país já conhece</b> ...”		
SD4: “Quando um deputado que de maneira alguma pode ser considerado um campeão da moral e dos bons costumes políticos diz para os seus pares no Congresso Nacional que “todos são iguais” e ninguém se mostra capaz de contrastar o argumento, tem-se a real dimensão da crise política brasileira”	Teatro Sombrio	03/07/2005
SD5: “Grave porque <b>não</b> diz respeito <b>apenas a casos esporádicos</b> , mas a uma <b>ampla rede de irregularidades e desvios</b> que “ <b>sempre foi assim</b> ”...”		
SD6: “Ao mesmo tempo, apesar de estarecedor e patético, o comentário feito por Lula acerca da utilização de recursos não-escriturados por sua agremiação, dando conta de que “o PT fez o que <b>é feito no Brasil sistematicamente</b> ”, tem um fundo de verdade e não deveria ser ignorado”.	Verdades e Mentiras	19/07/2005
SD7: “É, de fato, <b>difícil acreditar que apenas o PT</b> tenha incorrido no uso de caixa dois para financiar campanhas”.	Além do PT	22/07/2005
SD8: “Como esta <i>Folha</i> já comentou, embora as denúncias e investigações <b>concentrem-se no governo petista</b> e em seus aliados, <b>casos relativos a outras administrações e legendas não podem ser relevados</b> . <b>Todas as suspeitas devem ser investigadas e os eventuais culpados punidos</b> ”.		
SD9: “De acordo com a pesquisa Datafolha, 49% da população brasileira afirma <b>não acreditar na existência de políticos honestos</b> . Ou seja, praticamente metade dos cidadãos considera que os responsáveis pela condução da vida pública não possuem um requisito básico indispensável para exercer suas funções. São vistos como desonestos. <b>O resultado não chega a causar grandes surpresas</b> , mas é de uma contundência que não pode ser relevada”.	Desencanto Político	31/07/2005
SD10: “A atual crise <b>compromete fortemente o governo, partidos e políticos de todos os matizes ideológicos</b> ”.	Não ao casuísmo	19/08/2005

FONTE: A AUTORA (2017).

As sequências discursivas apresentadas atestam, por um lado, a maneira como o jornal enxerga a naturalização da corrupção política no país e, por outro lado, o esforço em se firmar o discurso de que o fenômeno está diluído entre os

mais variados grupos políticos. Nesse sentido, nota-se uma preocupação com a própria imagem do jornal, que busca se afastar de posições que transpareçam uma postura partidária – que poderia contribuir para seu descrédito diante da audiência.

### **Formação discursiva 2, bloco 3: PT rompeu com sua história ao se envolver com corrupção**

Além da crítica intrínseca ao fenômeno, a ocorrência do Mensalão, logo no primeiro mandato petista no Executivo Federal, impulsionou a FSP a revelar, repetidas vezes, um sentimento de frustração e decepção com o Partido dos Trabalhadores. Para o jornal, a gravidade das acusações contrariavam a essência e a história da legenda. A ampla coalizão com pouca ideologia, firmada, sobretudo, com PMDB, tornou o partido do governo vulnerável. O Partido dos Trabalhadores, com origem arraigada nos movimentos sociais e veemente crítica à corrupção teria sacrificado seu projeto em troca de governabilidade. Diante da fragilidade exposta pelo caso Mensalão, em 2005, o partido teve de lidar com a saída expressiva de parlamentares. O então Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, resolveu a crise com novos acordos que ampliaram aliança com os peemedebistas. No entanto, ceder ao PMDB em nome da capacidade decisória significou sacrificar a legitimidade política, sofrendo críticas como as percebidas nos editoriais.

Neste sentido, o discurso da FSP está muito próximo da leitura que a Ciência Política faz do período, considerando que o esforço em promover ampla coalizão com pouca afinidade de propostas de governo tornou o partido do Executivo Federal vulnerável a acordos pouco éticos, arriscando sua própria origem (AVRITZER, 2016). Contudo, enquanto os cientistas políticos delegam parte da responsabilidade ao próprio desenho institucional, questionando a viabilidade do presidencialismo de coalizão, o jornal cria um discurso apolítico, responsabilizando o partido pela conjuntura daquele momento.

Parte dos editoriais afirmava que Mensalão também prejudicaria a imagem e a própria candidatura de Luís Inácio Lula da Silva - cogitou *impeachment* e não acredita na reeleição, conforme se notou no editorial de 12/08/2005, quando o editorial finaliza afirmando que “o Presidente da República poderá considerar-se favorecido pela sorte se conseguir terminar seu mandato, pois a hipótese de

*impeachment*, remota até poucos dias atrás, se figura hoje como possibilidade palpável”, enquanto em 05/07/2005 o editorial falava que “o quadro político deteriora-se de maneira dramática” fazendo com que “membros do próprio governo” considerem “a possibilidade de o presidente nem sequer se candidatar”. Já em 14/07/2005 ponderava: “É difícil saber com que estrutura o PT poderá contar na disputa das próximas eleições e há que se esperar para conhecer a verdadeira dimensão do estrago político ao final dos trabalhos das CPIs”.

Com o avançar do caso, porém, reconheceu que Lula soube se preservar individualmente em medida satisfatória frente às proporções da crise, o que lhe permitiu chegar ao Planalto mais uma vez. As críticas à condução do governo na crise são severas; consideram que PT se blindou com medidas econômicas e populistas, investindo em manobras.

TABELA 8 - FD2 (3): PT ROMPEU COM SUA HISTÓRIA AO SE ENVOLVER COM CORRUPÇÃO (I)  
(continua)

SEQUÊNCIA DISCURSIVA	TÍTULO EDITORIAL	DATA
SD1: “Grave também porque a cúpula do <b>PT</b> , partido que se apresentava como <b>defensor da ética e da moralidade, desertou de seus compromissos históricos</b> ”		03/07/2005
SD2: “...simbolizam o <b>deprimente estado</b> a que chegou a <b>administração petista</b> ”.	Mágicas e Conchavos	10/07/2005
SD3: “...o <b>mar de lama</b> que vai cercando o <b>governo petista</b> ”	Mágicas e Conchavos	10/07/2005
SD4: “É ilusório acreditar que seja possível modificar um quadro como esse da noite para o dia, mas seria razoável crer que forças comprometidas com a moralidade pública, uma vez investidas de um claro mandato popular para promover mudanças, poderiam exercer um <b>papel transformador</b> . Foi o que <b>muitos brasileiros acreditaram que aconteceria com a chegada do PT ao poder federal</b> . <b>Deploravelmente</b> , aqueles que receberam um <b>voto de confiança</b> para fazer deste país uma nação mais republicana <b>revelaram-se indignos</b> dessa confiança”	Coisa melhor	17/07/2005
SD5: “Tudo aquilo que os <b>antigos campeões da moralidade política</b> condenaram ao longo de anos de militância opositora <b>foi posto em prática...</b> ”	Escárnio à nação	21/07/2005
SD6: “Se antes o <b>marketing ético do petismo</b> podia colaborar para um julgamento menos devastador, <b>agora se tornou ainda mais justificável considerar que políticos “são todos iguais”</b> ”.	Desencanto Político	31/07/2005
SD7: “ <b>O que será do PT? A sucessão de erros da cúpula do partido</b> e do governo Luiz Inácio Lula da Silva já redundou no <b>esfacelamento da credibilidade e do alegado patrimônio ético da legenda</b> ”	O vazio do PT	14/08/2005
SD8: “Aqueles que acompanham o <b>caótico processo em curso no partido</b> não tem dúvida de que haverá uma cisão”		
SD9: “Certo é que <b>o país já perdeu uma referência ética opositora e ganhou um governo mediocre</b> , enredado		

num incrível esquema de corrupção. O vazio representado pela subtração do antigo PT da cena política e a pulverização das forças de esquerda devem acarretar um rearranjo cujas características e dimensões ainda estão por definir”.		
SD10: “Nada mais sintomático – sintomático da <b>degradação de um partido antes identificado com a ética na política</b> – do que o <b>argumento petista</b> segundo o qual o chamado “escândalo do dossiê” visaria a conturbar o pleno transcurso do calendário eleitoral”.	Degradação	24/09/2006
SD11: “Uma <b>quadriha</b> que vê, na ilegalidade, a volta ao charme romântico de uma época em que havia méritos em ser clandestino. Uma <b>quadriha que aproveita, do messianismo ideológico de outros tempos</b> , os argumentos de que a elite quer apeá-la do poder. Uma quadriha que, por fidelidade ao chefe, por submissão ao chefe, imagina agradá-lo quando mergulha na prepotência, no autoritarismo, na chantagem e na corrupção”		

FONTE: A AUTORA (2017)

Esta formação discursiva evidencia uma crítica adicional ao PT que vem acompanhada de decepção. O fato de o partido ter construído sua própria imagem em torno do combate à corrupção, enquanto oposição, alimenta juízos de opinião mais contundentes, como se os crimes cometidos se agravassem pela incoerência discursiva.

#### 4.2.4. Análise Bloco 4 - 2008 a 2013: o Brasil começa a mudar

##### *Principais casos*

Julgamento do Mensalão

Máfia do ISS

##### *Categorização*

16/25 textos foram classificados como combativos, exigem punição ou investigação

5/25 neutros, citam termo para contextualizar

2/25 tolerantes, questionam acusação ou punição

1/25 combativo, discute causas e/ou soluções

1/25 combativo, discute consequências

##### *Discurso sobre corrupção: o Brasil começa a mudar*

Com o julgamento e condenação de nomes envolvidos no Mensalão, a FSP passa a discutir o fenômeno não mais como um caso de extrema impunidade,



segundo os dados que serão demonstrados a seguir. Conforme já previa ainda timidamente no bloco anterior, segundo a FSP, o cenário começaria a mudar e abriria condições para uma mudança de longo prazo - algo que já vinha pregando desde a década anterior, a exemplo do editorial publicado em 17/07/2005, falando sobre uma “nova cultura jurisprudencial”. Entretanto, apesar da perspectiva positiva, o jornal ainda mantém uma parcela de desconfiança: considera que as primeiras condenações são amostras de um fator positivo que começava a se desenhar na política brasileira, entretanto, sem solidez absoluta. Na avaliação da organização jornalística publicada em 11/10/2012, a punição da cúpula do PT foi uma vitória da democracia, pois “venceu-se uma batalha contra a corrupção e a mentira”. O julgamento, segundo o jornal, simbolizou a esperança para uma mudança de paradigma, para que “a luta não seja em vão” explicitando, justamente a combatividade ao tema<sup>115</sup>.

Neste tom de esperança em uma mudança de paradigma, no dia 15/11/2013 a empresa dedicou um editorial mais longo, que ocupou toda a coluna esquerda da página A2, para falar das penas do Mensalão, com tom de expectativa: “o fim é o começo”. Em 31/12/2013, trata o julgamento um marco da mudança, mas reitera a necessidade de “celeridade em episódios de menor repercussão”. Todavia, embora acredite e defenda a punição, *Folha* questiona a natureza das penas aplicadas aos políticos julgados por Joaquim Barbosa. Exemplificam a descrição os textos publicados em 20 e 25/10/2012, nos quais o impresso defende que a pena de reclusão só deveria se aplicar a criminosos violentos e perigosos, “para os demais, como no mensalão, conviriam severas penas alternativas”. Logo, corruptos não deveriam sobrecarregar o sistema penitenciário.

Ainda assim, o jornal realça o perigo da impunidade. Como se mostra na categorização, boa parte dos textos são combativos e exigem punição dos envolvidos em corrupção. Ou ainda debatem a falta de punição, apontando a impunidade como um fator perpetuador da corrupção no Brasil. Portanto, as penas são discutidas como uma das soluções de fundamentação “exemplar” (01/09/2012). Para *Folha*, Transparência (19/11/2013) e a mudança na legislação que rege o financiamento privado de campanhas são ingredientes fundamentais da receita anticorrupção.

---

<sup>115</sup> Tom semelhante, comemorando resultado e falando em “vitória da democracia” foi empregado em setembro de 1992, por ocasião do afastamento de Collor.

Por fim, além de crer na naturalização do problema no Brasil, em alguns textos publicados nos blocos 3 e 4 a *Folha* parece tecer previsões apocalípticas, quando prevê que a corrupção a ser desvelada no Brasil é maior do que se conhecia até então. O editorial de 05/03/2009 alerta que “tudo indica que se está longe de conhecer as verdadeiras dimensões do processo. Sua real grandeza, vá lá o termo, ainda está por vir à tona”. Tão magnitude sigilosa e imensurável teria sido revelada, em partes, pelo Mensalão.

### *Formações discursivas*

#### **Formação Discursiva 1, bloco 4: a impunidade na corrupção não é mais uma certeza**

As penas aplicadas aos réus do Mensalão alimentaram a esperança da *Folha* em um país que pune corruptos.

TABELA 9 - FD1 (4): A IMPUNIDADE NA CORRUPÇÃO NÃO É MAIS UMA CERTEZA

(continua)

SEQUÊNCIA DISCURSIVA	TÍTULO EDITORIAL	DATA
SD1: “Julgamento do mensalão no STF suscita <b>sensação de mudança no tratamento da corrupção</b> que ainda precisa se confirmar no longo prazo”	Menos impunidade	01/09/2012
SD2: “As últimas decisões do Supremo puseram em prática, ainda assim, <b>uma disposição positiva para tratar com inusitado rigor delitos</b> difíceis de coibir”		
SD3: “ <b>Diminui a sensação de permissividade</b> que, <b>ao longo de décadas</b> , estimulou políticos de diversas ideologias a considerar propina e desvio de recursos públicos como <b>ingredientes normais da atividade</b> ”.		
SD4: “ <b>Venceu-se uma batalha contra a corrupção</b> e a mentira (...). Há ainda muito a fazer, por certo. Mas o julgamento do mensalão traz, sobretudo, <b>a esperança de que tal luta não será em vão</b> ”.	Vitória republicana	11/10/2012
SD5: “que esse julgamento seja um <b>passo na mudança consistente dos costumes políticos e jurídicos</b> ”	O fim é o começo	15/11/2013
SD6: “ <b>Esperado</b> porque, passados seis anos desde seu início, oito depois da revelação do escândalo por esta <i>Folha</i> e dez após os primeiros delitos terem sido cometidos, o país inteiro já parecia conviver de novo com <b>a ideia de que a Justiça não funciona, que a corrupção nunca é punida, que a classe política constitui categoria privilegiada</b> ”.		
SD7: “Com todos os indesejáveis atrasos- e uma <b>nova cultura jurisprudencial talvez se esboce a partir desta experiência</b> -, o processo do mensalão chegou a um <b>desfecho equilibrado</b> ”.		
SD8: “O país não mudará, infelizmente, assim que os		

condenados do mensalão comecem a cumprir as penas devidas; <b>vai mudando</b> , contudo, e <b>mudará mais ainda</b> , desde que a sociedade não se aquiete nem consista”.		
SD9: “ <b>Carregado de simbolismo</b> , o julgamento do mensalão chegou ao fim para a maioria dos réus neste ano”	Contra a corrupção	31/12/2013
SD10: “ <b>Demonstração de avanço, sem dúvida</b> ; em <b>outros tempos</b> , talvez, dessem de ombros. Mas o sinal que mais se aguarda é o de que todos os casos de corrupção serão julgados com celeridade e rigor. E esse, porém, o Judiciário ainda não deu”.		

FONTE: A AUTORA (2017).

Esta formação discursiva demonstra que houve um ponto de virada por ocasião do Mensalão. A impunidade que antes a Folha considerava inexistente se transforma em crédito ao Judiciário e esperança em alterações sólidas no cenário político no que diz respeito ao combate à corrupção. Assim, percebe-se que a desconstrução da imagem do governo petista é inversamente proporcional à construção de uma imagem positiva do Supremo Tribunal Federal.

#### **4.2.5. Análise Bloco 5 - 2014 a 2016: desculpe o transtorno, estamos em reforma**

*Principal caso:*

Operação Lava Jato

#### **Categorização**

19/46 textos foram classificados como combativos, exigem punição ou investigação

16/46 neutros, citam termo para contextualizar

7/46, combativos, discutem causas e/ou soluções

2/46 combativos, discutem consequências

2/46 tolerantes, questionam acusação ou punição

*Discurso sobre corrupção: desculpe o transtorno, estamos em reforma*

Este bloco temporal, embora reúna apenas três anos do *corpus*, representa o maior volume de textos (n=46) em uma clara evidência do aumento da incidência do tema nos últimos anos, sobretudo em razão da expressividade da Operação Lava Jato. Neste período os editoriais com menção à corrupção são praticamente diários, visto que os escândalos mais recentes protagonizaram a crise política brasileira que impulsionou o *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016 e tem se estendido ao

longo de 2017, comprometendo inclusive o quadro eleitoral de 2018, ainda incerto no momento de conclusão desta pesquisa. Esse quadro político tumultuado também permite explicar o expressivo volume de textos classificados como “neutros, citam o termo para contextualizar” (n=16), visto que boa parte dos editoriais que citam o termo corrupção debatiam outros problemas de ordem política ou econômica, mas faziam menção aos escândalos como forma de realçar determinado argumento. Essa categoria esteve presente em outros blocos temporais, mas se acentuou neste momento.

A visibilidade expoente alcançada neste período também está presente no discurso da *Folha*, que passa a tratar do ineditismo da Lava Jato e do potencial que a operação detém, segundo o jornal, para mudar o rumo do país. Assim, há uma defesa constante pela continuidade das investigações, a exigência de punição dos envolvidos e dos interessados em paralisar os inquéritos. Neste cenário, ressalta-se o tom combativo, especialmente ao PT, porém sem deixar de frisar a capilaridade que o fenômeno assumiu nas elites políticas brasileiras. Existe, neste período, a afirmação de que a Operação Lava Jato expõe uma fragilidade de todo o sistema político brasileiro e não apenas do PT – algo que já estava presente no discurso do jornal nos anos anteriores. Segundo a FSP, a investigação anticorrupção transcende as bandeiras partidárias – o que indica não somente que o PT não é o único responsável, como também dá alguma margem para a defesa da credibilidade da equipe jurídica e técnica da Operação. Para a FSP, o fato de a Lava Jato atingir diversos grupos políticos é argumento que sustenta a ideia de que é uma força a favor do interesse público do Brasil e não de um determinado grupo. Essa postura também corrobora para a linha editorial do jornal, que se apresenta como apartidário e plural. Assim, é coerente que busque atacar a corrupção e não se limitar a crítica de um grupo político isolado<sup>116</sup>.

Durante o governo Dilma, cobram-se medidas mais enérgicas da então Presidente do Brasil: dia 22/03/2015 o editorial exigiu ações práticas do governo para combater corrupção e em 14/04/2015 afirmou que o cenário de corrupção desfavoreceu Dilma e gerou insatisfação popular. O jornal se posicionou favorável à dupla renúncia da chapa Dilma-Temer. Após o *impeachment*, apesar de tecer críticas a Temer, nota-se que a FSP não é tão contundente contra o peemedebista

---

<sup>116</sup> Ver tópico de análise das entrevistas, onde se discute como os editorialistas veem essa posição.

como quanto ao PT - tendo em vista os ataques elaborados durante a crise do Mensalão e a gestão de Dilma.

Crete da característica apartidária da corrupção, como frisou em outras décadas e reforça neste momento (05/05/2016 e 16/06/2016), uma das formações discursivas da *Folha* é sobre a necessidade que o sucessor de Dilma, Temer, teria em legitimar como presidente enquanto seus aliados mais íntimos enfrentavam graves acusações. Apesar dos alertas direcionados ao governo Temer, o PT permanece sendo o principal alvo de críticas, pois o considera protagonista do caso e, por isso, cobra medidas adicionais. É também enfática no ataque contra o principal rival do governo naquele momento: Eduardo Cunha, então presidente da Câmara Federal. Defende e comemora cassação do mandato. Não mede palavras para expressar desprezo por Cunha (06/05/2016, 14/06/2016; 15/06/2016). É a tendência de atacar todos.

Apesar do tom negativo frente aos desdobramentos escandalosos, a esperança demonstrada por ocasião do Julgamento do Mensalão em 2012 (bloco anterior) ressurgiu com maior força durante a Lava Jato. A FSP acredita que o Brasil vive uma transição importante no enfrentamento da corrupção, quando a punição passa a ser regra e não mais exceção.

### *Formações discursivas*

#### **Formação discursiva 1, bloco 5: Pelo fim da impunidade e pela nova fase, viva a Lava Jato**

A Lava Jato inaugurou uma nova fase no enfrentamento da corrupção. Essa é a percepção adotada pela FSP em seus editoriais e, por isso, defende com ênfase os atores jurídicos envolvidos na Operação e argumenta a necessidade de continuidade das investigações, enquanto for necessário, para consolidação de um novo cenário político no Brasil. Logo, o tom de esperança trazido durante o julgamento do Mensalão é saliente também neste bloco.

Os editoriais tecem elogios à Operação sem economia de adjetivações e rejeitam qualquer tentativa de interrompê-la ou reduzi-la, com a convicção de que está de acordo com o interesse dos brasileiros. Esse discurso também dialoga com

o papel social do Jornalismo, reivindicando a função defensora da sociedade e, portanto, adversária em relação à Política (GUAZINA, 2011), quando em alguns momentos o jornal cogita que haja uma ofensiva política articulando ações que interrompam ou encerrem os trabalhos do Ministério Público e da Polícia Federal. Quanto a essa possibilidade, o jornal alerta para a importância da vigilância social. O tom de esperança somado à defesa da Operação é ilustrado nos trechos transcritos a seguir.

TABELA 10 - FD1 (5): PELO FIM DA IMPUNIDADE E PELA NOVA FASE, VIVA A LAVA JATO  
(continua)

SEQUÊNCIA DISCURSIVA	TÍTULO EDITORIAL	DATA
SD1: “ <b>Marco na história do país</b> , o julgamento do Mensalão foi também <b>laboratório para a nova fase</b> que se <b>inaugurava</b> . Com a experiência dos últimos anos, a Procuradoria-Geral da República e o próprio STF <b>aprenderam a evitar armadilhas que retardam o ritmo judicial</b> ”.	A lista de Janot	05/03/2015
SD2: “A imagem do <b>julgamento que mal começa</b> será tanto melhor quanto <b>mais rápidos e transparentes</b> forem seus primeiros passos”.		
SD3: “Tamanho <b>conturbação</b> , entretanto, deve-se em parte ao <b>atrito do progresso de algumas instituições com a inércia de relações decrépitas</b> entre Estado e a sociedade, sobretudo na esfera econômica. <b>Leis, instituições de controle, investigação e punição</b> em alguma medida <b>chegaram ao ponto de abalar o desencanto ou o cinismo suscitados pela expectativa de impunidade, não faz muito tempo tida como norma</b> ”.	Corrupção sistêmica	12/04/2015
SD4: “O <b>avanço ainda é modesto, recente e de resultado incerto</b> ”.		
SD5: “Ocorre que seria <b>catastrófico</b> , para o próprio Michel Temer, se vier a projetar a <b>sombra de qualquer obstáculo sobre as investigações</b> . Entre as <b>conveniências dos aliados e as exigências da opinião pública</b> , nem mesmo a notória habilidade do presidente interino poderá encontrar meio-termo. Nunca, como no atual ambiente social e político, a frase “ <b>doa a quem doer</b> ” se mostrou tão pertinente”.	Doa a quem doer	16/05/2016
SD6: “Longe de declinar, <b>ímpeto da Operação Lava Jato se renova e se espalha em ações anticorrupção por todo o país, como deve ser</b> ”	Sem fim à vista	24/06/2016
SD7: “Tudo indica que <b>não há fim à vista para a Lava Jato e seus desdobramentos</b> – e é <b>exatamente isto que se deseja</b> do <b>inédito</b> desvelamento de práticas generalizadas de assalto a cofres públicos perpetradas <b>por políticos de todos os matizes</b> ”.		
SD8: “Para <b>sorte de todos os brasileiros</b> que desejam <b>um país melhor</b> , a Operação Lava Jato <b>alterou o paradigma de combate à corrupção</b> ”	Cuidar das delações	27/06/2016
SD9: “De forma <b>inédita</b> , <b>condenam-se</b> dirigentes de grandes empreiteiras, enquanto políticos de alta patente se tornam alvo de investigações. Como seria de esperar, <b>forças poderosas</b> mostram-se dispostas a <b>pôr freio nas</b>		

<b>operações”.</b>		
SD10: “Cada vez mais, felizmente, verifica-se que as investigações da Operação Lava Jato vão deixando de constituir um ponto fora da curva no combate a corrupção no país”.	Boca-livre	30/06/2016

FONTE: A AUTORA (2017).

O protagonismo assumido pela Operação Lava Jato desde 2015 no cenário político e a consequente aprovação da investigação por boa parte da Opinião Pública são compartilhados pela *Folha de S. Paulo*, que considera que a ação anticorrupção está contribuindo para melhoria do quadro político brasileiro. Defendendo-se e defendendo a própria operação de críticas que apontam suposta parcialidade da força-tarefa, a empresa jornalística reitera e faz um esforço em convencer o leitor de que a investigação tem atingido todos os grupos políticos, o que garante a lisura dos processos.

### **Formação discursiva 2, bloco 5: Governo Temer é sustentado por personagens de reputação ruim**

Por apoiar explicitamente o trabalho de investigação da Operação Lava Jato – conforme ficou evidenciado na formação discursiva anterior, *Folha* questiona a legitimidade do governo Temer<sup>117</sup> por abrigar nomes suspeitos. Boa parte da amostra de maio de 2016, mês em que Dilma foi afastada e Temer assumiu o Planalto, é dedicada a tratar dessa fragilidade da cúpula de Temer. Seguindo a lógica da FD anterior, é recorrente o questionamento da *Folha* acerca da idoneidade do novo governo. O fato de este acolher nomes investigados pela Operação desmoraliza a recente administração e prejudica a imagem de Temer. Neste sentido, também elabora críticas severas ao então presidente da Câmara, Eduardo Cunha.

TABELA 11 - FD 2 (5): GOVERNO TEMER É SUSTENTADO POR PERSONAGENS DE REPUTAÇÃO RUIM

SEQUÊNCIA DISCURSIVA	TÍTULO EDITORIAL	DATA
SD1: “Temer não pode mostrar interesse no acobertamento da Lava Jato, mas operação tem sido fonte de incômodo para nomes do seu governo”	Doa a quem doer	16/05/2016
SD2: “Circulam com frequência, nos últimos meses, versões		

(continua)

<sup>117</sup> Na ocasião do *impeachment* de Dilma, o jornal alegou que a melhor saída seria a renúncia da chapa e a convocação de novas eleições. Sobre esse tema, ver próximo tópico que analisa as entrevistas com editorialistas da empresa que explicam como a decisão foi tomada.

segundo as quais a <b>administração pós-impeachment aos poucos sufocaria a Operação Lava Jato</b> . Não por acaso, em seu pronunciamento ao assumir interinamente a Presidência, Temer enfatizou a importância de que as investigações continuem. Muitos fatores inspiram, se não <b>ceticismo, boa dose de cautela inicial diante de tais declarações</b>		
SD3: “Resta <b>inegável</b> , contudo, que são ponderáveis <b>os interesses do novo governo em ver diminuídas as surpresas que a Lava Jato</b> se mostra capaz de produzir. Ocorre que seria <b>catastrófico</b> , para o próprio Michel Temer, se vier a projetar a <b>sombra de qualquer obstáculo sobre as investigações</b> . Entre as <b>conveniências dos aliados e as exigências da opinião pública</b> , nem mesmo a notória habilidade do presidente interino poderá encontrar meio-termo. Nunca, como no atual ambiente social e político, a frase <b>“doa a quem doer”</b> se mostrou tão pertinente”.		
SD4: “Temer <b>desconsidera aspectos éticos</b> em algumas de suas escolhas e <b>abre as portas</b> para seu governo <b>enfrentar nova maré de escândalos</b> ”.	Concessões demais	19/05/2016
SD5: “A presença de <b>personagens envolvidos em maior ou menor grau nas investigações da Operação Lava Jato</b> sinalizou que a busca de imediata sustentação no Congresso <b>superou, por parte de Temer, as preocupações com a regeneração ética do executivo</b> – tema tão importante na movimentação social em favor do <i>impeachment</i> ”.		
SD6: “No <b>campo da ética e da credibilidade</b> , entretanto, o novo governo parece estar <b>fabricando as armadilhas e os escândalos</b> com que irá se defrontar num futuro próximo”.		
SD7: “Entre <b>tropeços de seus ministros e elevada tolerância a personagens envolvidos em corrupção...</b> ”	Reorientação	21/05/2016
SD8: “Pouco importa. Tendo chegado ao poder por <b>caminhos tortuosos</b> , embora dentro da lei, e após protestos nas ruas, o governo do presidente interino Michel Temer precisa dedicar especial atenção ao caso da mulher de César—que, além de ser honesta, deveria <b>apresentar-se acima de qualquer suspeita</b> ”.	Primeira crise	24/05/2016
SD9: “Nem por isso terá eliminado as <b>fontes de possíveis escândalos</b> em um governo no qual <b>acomodou personagens judicialmente postos sob suspeita</b> ”.		
SD10: “...mas não afasta a <b>percepção</b> de que o governo Temer é <b>vulnerável à transparência</b> ”.	Pouca transparência	31/05/2016

FONTE: A AUTORA (2017)

Embora a *Folha* teça críticas ao governo interino, foi possível notar, por meio da análise da amostra, que o tom de cobrança empregado é relativamente ameno quando comparado aos ataques à Dilma.

#### 4.2.6. Formações discursivas recorrentes

Apesar de o trabalho estar organizado em blocos, durante a análise do *corpus* empírico observaram-se formações discursivas que se repetiam em blocos



temporais distintos, demonstrando que determinados discursos sobre a corrupção política são tratados como premissa pelo jornal ou, pelo menos, que não estão restritos a uma determinada época. Para ilustrar essa inferência, foram coletadas algumas das SDs que se repetem em diferentes períodos.

### *Burocracia e Corrupção*

Embora essa formação discursiva se revele logo nos anos de 1990 a 1995, o discurso que relaciona burocracia e corrupção volta a aparecer nos anos seguintes, a exemplo do editorial publicado em 25/05/1998, cujo teor atribui à burocracia do Estado a incidência de casos de corrupção nas mais variadas esferas. A atribuição da causa da corrupção aos processos burocráticos também volta a aparecer na amostra de 2015.

TABELA 12 - AMOSTRAS DE FD RETIRADAS DE OUTROS PERÍODOS (1)

SEQUÊNCIA DISCURSIVA	TÍTULO EDITORIAL	DATA
SD4: “Decerto o novo código peca pelo detalhismo, por <b>rigores inexecuíveis</b> , ou até mesmo <b>indutores de corrupção</b> ”.	Trânsito e educação	26/05/1998
SD5: “Mais do que isso, a ampliação dos mecanismos de controle e a imposição de penas mais severas não podem, sozinhas, dar conta de um problema essencial: o dos <b>excessos históricos de intervenção econômica</b> do Estado, a qual <b>oferece oportunidades a todo tipo de falcatrua</b> ”.	Corrupção sistêmica	12/04/2015
SD6: “A <b>regulamentação excessiva e obscura</b> da atividade econômica <b>propicia situações em que fiscais</b> de impostos ou de normas urbanas, em geral associados a empresários, <b>desencaminham a ordem ou o dinheiro públicos</b> ”.		
SD7: “ <b>É inegável que deficiências na burocracia são o outro lado dessa moeda podre na ordem econômica</b> ”		

FONTE: A AUTORA (2017)

### *Corrupção suprapartidária*

O discurso que insiste em demonstrar que a corrupção independe de filiação partidária, embora mais evidente no bloco 3 (2002 a 2007), não é exclusividade do período. Trata-se de uma FD que persiste ao longo do tempo. Em 25/10/2012, por exemplo, o jornal afirma que apesar da amplitude da corrupção no país, o “governo lula a praticou de forma sistêmica”. É retomada em 01/11/2013 e durante a Lava Jato é constantemente lembrada, embora as ofensivas contra o PT não sejam economizadas. Em 16/06/2016 fala-se em “corrupção ecumênica”; já em 05/05/2016, o argumento é retomado, contudo, o PT permanece central, sendo o

maior alvo das condenações. A formação discursiva sobre a naturalização do problema também é resgatada em 31/03/2015 (volta a dizer que no Brasil não faltam casos para ilustrar a corrupção) e 12/04/2015. Na década seguinte, no retorno do caso Mensalão, por ocasião do julgamento da Ação Penal 470, a FSP volta a afirmar que o PT havia perdido sua essência, mas que os erros não são exclusividade dos petistas. Logo, o discurso adotado à época das denúncias é ressuscitado no tribunal.

TABELA 13 – AMOSTRAS DE FD RETIRADAS DE OUTROS PERÍODOS (2)

SEQUÊNCIA DISCURSIVA	TÍTULO EDITORIAL	DATA
SD1: "... <b>não apenas no PT</b> , degradam o sistema democrático, aprofundam as desigualdades e destroem as bases racionais da administração pública".	Vitória republicana	11/10/2012
SD2: "São cada vez mais consistentes, entretanto, os indícios de que <b>o esquema de corrupção não era prerrogativa de nenhum partido</b> que tenha ocupado a Prefeitura de São Paulo nos últimos anos".	Corrupção transversal	14/11/2013
SD3: "Atitudes desse gênero são raras <b>numa agremiação</b> que se <b>perdeu nos próprios labirintos</b> e somente agora começa a abandonar sua <b>empáfia</b> ".	À espera da autocrítica	21/06/2016

FONTE: A AUTORA (2017).

De maneira geral, aparecem como premissas constantes ao longo dos 27 anos analisados: 1) a crença no alto nível de corrupção brasileira, naturalizado em sua cultura (o que também está demonstrado na formação discursiva apresentada neste capítulo); 2) transferência da origem do problema para a burocracia (como se ilustrou neste tópico) e para a impunidade e 3) descrédito no poder de solução do fim do financiamento privado de campanhas, sugerindo aumento de fiscalização das doações em vez de financiamento público; 4) crença no poder de solução das punições legais, o que leva o jornal a exigir investigações.

#### 4.3. Análise Qualitativa II: Entrevistas com Editoriais

Embora de natureza complementar, a estratégia metodológica abordada com maior grau de detalhamento neste tópico foi importante na construção da resposta ao problema de pesquisa que questiona *como* o discurso editorial foi construído no período analisado. As etapas anteriores revelaram as predominâncias discursivas (*qual é o discurso*), contudo, essa etapa penetra na rotina profissional e produtiva dos editoriais, contribuindo para percepção da construção do discurso de modo anterior ao texto. Assim, buscaram-se revelar os valores negociados pela

empresa, os atores envolvidos, os processos e, principalmente, os objetivos políticos desses textos.

Sendo assim, além de dialogar com a própria literatura sobre o tema, a seção também confronta as declarações coletadas com o discurso verificado na amostra de textos. Ressalta-se, portanto, que as entrevistas contribuíram para que a AD nesta dissertação desenvolvida ultrapassasse a configuração meramente descritiva e introduzisse uma perspectiva de fato analítica. Além disso, compreende-se que a etapa anterior só poderia ser realizada de forma adequada a partir do reconhecimento do contexto situacional (CHARAUDEAU, 2011) no qual se insere a produção dos editoriais da *Folha de S. Paulo*, para o qual tais entrevistas foram enriquecedoras, pois forneceram informações que não seriam apreendidas de outra forma (LIMA, 2016).

Essa técnica também foi empregada por Guazina (2011) como complemento à análise de enquadramento que fez da cobertura do Mensalão no *Jornal Nacional (Rede Globo)* e foi recomendada por Mont'Alverne (2016) para continuidade da investigação que promoveu dos editoriais de FSP e OESP.

As entrevistas foram aplicadas presencialmente em junho de 2017, na sede do jornal, em São Paulo. O material foi integralmente transcrito<sup>118</sup>. Conforme se detalhou no capítulo sobre procedimentos metodológicos, foram entrevistados três profissionais.

Nesta etapa de análise o trabalho dedica-se a confrontar os achados qualitativos da etapa anterior e as informações obtidas por meio das entrevistas, buscando, sobretudo, trazer subsídios para o avanço da noção de *Crítérios de Editorialidade* (MONT'ALVERNE; MARQUES, 2016), além de buscar maior compreensão do processo de elaboração do discurso acerca da corrupção. Além das informações verbais, a pesquisadora buscou apreender as reações a cada pergunta, como o desconforto diante de questões mais sensíveis ou firmeza e convicção frente a outras.

Para apresentação das informações consideradas mais relevantes nesta etapa, as declarações dos entrevistados foram agrupadas de acordo com a temática. A seguir, apresentam-se esses eixos acompanhados de devida análise e confronto com a literatura sobre o tema, ao mesmo tempo em que se incluem

---

<sup>118</sup> A autora agradece e realça a importância do trabalho de transcrição realizado pelos colegas do Grupo de Pesquisa Jackeline Teixeira, Pedro Leite e Victor Hausen.

trechos das falas dos entrevistados, a fim de ilustrar as afirmativas (e inferências), bem como assegurar a transparência desta pesquisa. O trabalho buscou cotejar esses trechos com a literatura nacional e internacional pertinente promovendo um esforço de ir além da mera descrição da rotina produtiva e dos valores editoriais, mas promover uma análise mais aprofundada do cenário relatado.

Os argumentos comuns entre os entrevistados foram tratados com maior atenção, compreendendo-se que ultrapassam uma percepção pessoal do profissional e corroboram para conclusões mais fortes. Feitas essas ressalvas e esclarecimentos, o trabalho passa a apresentar os temas comentados pelos editorialistas entrevistados a partir dos seguintes eixos: Importância do Editorial para Jornalismo Contemporâneo; Público-leitor-alvo; Efeitos esperados e atuação política; Discurso sobre a corrupção; Aumento da presença do tema corrupção nos editoriais; Os riscos assumidos no processo de tomada de decisão; Diálogo com a concorrência; Equipe e rotina produtiva; Pauta, agendamento e os Critérios de Editorialidade e Definindo posições.

### ***Importância do Editorial para Jornalismo Contemporâneo***

Frente à discussão estabelecida no primeiro capítulo teórico deste trabalho, quando se debateram os conceitos e perspectivas que cercam o objeto empírico editorial e tensionou-se o atual papel do gênero jornalístico (em um momento em que o conteúdo digital e a pluralidade de fontes de opinião se disseminam com maior facilidade), cabe considerar a perspectiva dos profissionais que trabalham na produção desse tipo de texto e reconhecer, no contexto organizacional, a força que representa para a organização. Tal investigação não seria possível a partir da análise desses textos, daí a relevância dessa metodologia.

O juízo dos entrevistados sobre esse tópico é unânime: os editoriais não perderam prestígio, mas permanecem sendo um espaço nobre no Jornalismo, que recebe ainda mais valor diante do volume de notícias falsas que se multiplicam<sup>119</sup>. Na avaliação dos entrevistados, o editorial se arranja no topo da opinião qualificada. Além disso, não se trata de uma opinião pessoal, mas da explicitação do modo como a empresa enxerga a esfera pública – coisa que não acontece em outro

---

<sup>119</sup> O último projeto editorial que a Folha publicou se dedicou a discutir o atual cenário das informações, pulverizado das chamadas *fake news*. Ver: < <http://temas.folha.uol.com.br/projeto-editorial-da-folha/> >. Acesso em 26 out. 2017.

ambiente. Para os editorialistas, a força dessa opinião não é quantitativa, mas qualitativa. O índice de leitura é reduzido, mas qualificado; que exige um peso institucional.

Prestígio não, o editorial nunca vai ser o texto mais lido do jornal, é um texto mais complexo, ele não tem aquela temperatura de noticiário, nem sempre é chamativo, nem sempre tem uma opinião bombástica, raramente vai ser o mais lido. (...) Então você não mede a importância de um editorial pela quantidade de clics, é pelo tipo de leitor e pela influência dele no resto da sociedade (informação verbal)<sup>120</sup>.

Dentro do bojo que justifica essa relevância, também está o aspecto comercial, segundo um dos entrevistados.

Ele [o editorial] é bastante importante, inclusive no sentido de orientar campanhas publicitárias... Ele é parte do projeto editorial e é utilizado de forma estratégica pela parte comercial da empresa também, de dizer a Folha de fende isso. Acho que os editoriais são o lugar onde os jornais deixam claro o público que eles formam, o público que eles esperam formar e o público que consome (informação verbal)<sup>121</sup>.

Conforme a teoria já adiantou, o editorial, como voz do Jornalismo impresso, cumpre um papel importante no debate público, orientando a agenda pública (KUCINSKI, 1998; AZEVEDO, 2016; MESQUITA; MOISÉS; RICO, 2014).

A impressão que eu tenho é que não tem nenhuma perda de prestígio. Ao contrário, o editorial continua sendo um balizador das discussões, não necessariamente dentro do jornal, mas fora. (...) Então dá um peso institucional, dá um peso maior do que de uma reportagem e maior do que de um colunista. (...) Eu acho que isso entra no bolo de vozes da democracia e os eleitores dizem o que pensam. Hoje cada vez mais os eleitores podem se comunicar com representantes e tentar fazer a pressão. O jornal tenta influenciar da forma que contribui mais para o país, para a democracia, para a consolidação desses princípios nos quais o jornal acredita (informação verbal)<sup>122</sup>.

### ***Público-leitor-alvo***

Associado à noção de opinião qualificada, a equipe de editorialistas da *Folha* assume que idealiza o público leitor dos editoriais em torno de pessoas influentes na Opinião Pública, de maior nível de instrução e que de alguma forma interferem no debate público e procuram opinião qualificada e argumentação fundamentada, o que também passa pela linguagem.

Eu quero ser lido pelo maior número possível de pessoas, mas eu nunca vou fazer um editorial numa linguagem primária, boba pra agradar mais gente, eu não vou escrever em termos mais agressivos, mais chamativos, você quer convencer pela lógica, pela argumentação, pelos temas que você

<sup>120</sup> Entrevista concedida por PATU, Gustavo (2017).

<sup>121</sup> Entrevista concedida por entrevistado anônimo (2017).

<sup>122</sup> Entrevista concedida por MACHADO, Uirá (2017).

escolhe. Então você quer atrair um leitor que tá interessado em uma coisa mais profunda, de mais qualidade. Eu estou falando de advogados, engenheiros, professores, gente que tá no debate público, uma classe média. O que a gente chama de opinião pública, gente que tá participando de alguma maneira do debate público (informação verbal)<sup>123</sup>.

Neste aspecto, merecem destaque os leitores da elite política, pois, segundo os entrevistados, o jornal “pretende dialogar com os formadores de opinião do país principalmente. Acho que a ambição do jornal é essa, de influenciar o debate público. Políticos, autoridades” (informação verbal)<sup>124</sup>.

Os políticos com certeza leem, pessoas do judiciário, os acadêmicos de mais peso leem... Provavelmente as assessorias de imprensa mais qualificadas leem, devem acompanhar para saber. Porque aquilo dá um peso, ajuda esses assessores a medir para onde o vento está assoprando se uma conduta é muito reprovável ou pouco reprovável, se deve apoiar, recuar, ir em frente (informação verbal)<sup>125</sup>.

Na visão de um dos entrevistados, a seletividade do texto tornaria o público do editorial exclusivo – ou seja, não é o mesmo que consome a área noticiosa.

Não sei se a pessoa que consome a opinião é a mesma pessoa que consome o jornal em si, acho que seria uma questão de pôr círculos e algumas intersecções entre eles, então para um público editorial é um círculo, o público das reportagens é outro e em alguns momentos esses dois públicos vão estar juntos, então é difícil (informação verbal)<sup>126</sup>.

Além da perseguição por um leitorado qualificado, as declarações obtidas denotam com clareza a pretensão do jornal em dialogar e interferir na área pública, esperando, inclusive, que os agentes políticos reajam à opinião institucional publicada, conforme demonstrado no tópico seguinte.

### ***Efeitos esperados e atuação política***

Se o gênero não está entre os mais lidos do jornal, mas continua tendo prestígio, isso se deve, em grande parcela, ao público que o consome, que, segundo as entrevistas, é formado por pessoas com poder de decisão. Mas que efeitos, práticos, teriam esses textos? O que o jornal espera ao expor sua opinião na página 2 e até na página 1, em situações críticas? Considerando que os editorialistas esperam que a classe política leia seus textos, pressupõe-se também que haja um diálogo com as instituições. Levando-se em consideração a AD aplicada em etapa

<sup>123</sup> Entrevista concedida por PATU, Gustavo (2017).

<sup>124</sup> Declaração de entrevistado anônimo (2017).

<sup>125</sup> Entrevista concedida por MACHADO, Uirá (2017).

<sup>126</sup> Declaração de entrevistado anônimo (2017).

anterior, vale lembrar que a linguagem é dialógica e exige interação e relação entre sujeitos, sendo os atos de fala de alguém para alguém (BENNETTI, 2016).

Sendo a elite política um dos públicos pretendidos pelos editorialistas da FSP, a pretensão do jornal, enquanto ator político, transcende o papel mediador ou de orientação da Opinião Pública. Uma das – se não a maior – ambição do texto é atingir a classe política de forma a convencê-la a mudar de atitude, alterar projetos de lei, implementar políticas públicas, tomar decisões, o que confirma o debate da seção teórica (MONT'ALVERNE, 2016; MELO 2003).

É sempre bastante prestigioso quando o jornal nota que uma opinião que ele emitiu foi acolhida. Acho que essa é a ambição de um editorial muitas vezes: orientar a tomada de decisão. Você está sempre dialogando, você está sempre sinalizando para onde você vai e os agentes estão sempre sinalizando como eles reagiram ao que você falou (...). Acho que os atritos nesse caso são mais latentes, ficam mais claros, tem mais reações, “o prefeito odiou o editorial sobre habitação, o prefeito está reclamando que vocês não reconhecem nada”. (...) Acho que todos os controladores da mídia brasileira têm pretensões políticas no sentido como você está definindo, de que a ideia que eles exprimem seja encampada, seja endossada por algum agente de fato, do jogo político (informação verbal)<sup>127</sup>.

Essa interferência ativa na esfera das decisões políticas também é restrita à área de poder de influência do jornal. Assim, um jornal nacional teria mais força para pressionar governantes do que um jornal regional. De igual modo, na visão dos profissionais consultados, a *Folha*, como jornal brasileiro, não teria força em interferir nas questões internacionais, muito embora alguma das vezes a política internacional seja pauta dos editoriais. A explicação é a relevância dessas temáticas, que exigem do jornal a emissão de uma opinião, sem, contudo, planejar alterar a ordem dos acontecimentos como faz no âmbito político mais próximo.

Como a gente quer ter um impacto, as posições do jornal em geral tendem a ser mais responsáveis, tendem a ser de alguma maneira factíveis. Tirando alguns casos... isso pode acontecer em editoriais de política externa. São mais uma opinião do que qualquer outra coisa. A gente não imagina que o Trump vá ler o editorial e tomar uma posição. ‘Ah, como alertamos a Casa Branca’. Isso é só uma piada, mas internamente a gente espera que tenha um impacto... A gente imagina que possa direcionar políticas públicas, possa melhorar o comportamento dos políticos, por exemplo, possa ser um peso para um projeto de lei seguir em frente ou ser engavetado, para que um tribunal tome uma decisão em um sentido ou no outro, para que um prefeito ou um governador assuma uma política pública ou abandone... temas de política, corrupção, de iniciativas da prefeitura, nesses casos de fato entra a tentativa de influenciar (informação verbal)<sup>128</sup>.

<sup>127</sup> Declaração de entrevistado anônimo (2017).

<sup>128</sup> Entrevista concedida por MACHADO, Uirá (2017).

Em alguma medida a alternância de governantes impacta na produção dos textos. Não significa que o jornal adota a defesa de determinados grupos políticos; pelo contrário, há um esforço na *Folha* em se promover o apartidarismo. Contudo, os editorialistas admitem que novas agendas são impostas a depender do governo.

Acho que traz novos desafios para os editoriais. Você vai ter que ver as questões que aquele governo está colocando como prioridade e em certo sentido isso é bom para o editorial, refresca um pouco o seu arsenal (informação verbal)<sup>129</sup>.

Em relação à dificuldade de emitir opinião em um espaço de tensões, considerando a perseguição da imparcialidade e pluralidade por parte do jornal, os profissionais comentam o quão rigorosa a empresa é na tentativa de evitar a permeabilidade da parede que divide fatos e opiniões, algo que a literatura internacional já trabalha para mensurar (HO, QUINN, 2008; DRUCKMAN, PARKIN, 2005; EILDERS, 1999).

...não tem muita tensão porque é dito no Manual da Redação e isso é muito claro aqui dentro, que o editorial não dirige o noticiário, o editorial é o lugar onde o jornal se posiciona, então o jornal continua sendo apartidário e plural, muito embora possa se posicionar em relação a determinados temas nos editoriais (informação verbal)<sup>130</sup>.

O leitor tá lendo o jornal e ele sabe o que o jornal pensa, é até um jeito de ele filtrar o que ele tá lendo no jornal, a gente tenta separar o tanto quanto possível o noticiário do jornal, mas é importante pro leitor saber que a opinião do jornal é essa, é um serviço, não é essa ideia de que nós estamos querendo conduzir as massas (informação verbal)<sup>131</sup>.

A política é o assunto de maior expressividade para os jornais que desejam se posicionar como referência no cenário público. Essa seria a justificativa dos editorialistas para o fato de os temas políticos ocuparem a maior fatia das publicações da editoria. “Sim, sim [a pauta política é prioritária]. Relevância, a possibilidade de influenciar e mesmo atender o interesse do leitor” (informação verbal)<sup>132</sup>. Como já se comentou, a importância dos assuntos políticos exige que o jornal tome posição a respeito daquele tema, prestando também contas ao leitorado sobre o que pensa.

Porque eu acho que é um jornal de pretensões nacionais, que se vê como um jornal nacional, que quer interferir no debate público, e eu acho que isso passa necessariamente pela política, os conflitos políticos oferecem muitas

<sup>129</sup> Declaração de entrevistado anônimo (2017).

<sup>130</sup> Entrevista concedida por MACHADO, Uirá (2017).

<sup>131</sup> Entrevista concedida por PATU, Gustavo (2017).

<sup>132</sup> Entrevista concedida por MACHADO, Uirá (2017).



portas de entrada para os editoriais. Porque todas as grandes questões do país passam pela política (informação verbal)<sup>133</sup>.

### **Discurso sobre a corrupção**

Quando perguntados sobre o discurso que a *Folha* constrói sobre a corrupção, os editorialistas são unânimes em admitir que há uma repetição de valores um tanto óbvios, no sentido de condenar a corrupção.

Acho que é quase automático, não tem muito segredo. É sempre um discurso de combater a corrupção, de moralizar a esfera pública, de melhorar a qualidade da política e dos empresários. Mas isso eu acho que é algo que vem desde sempre provavelmente. Eu, para escrever vários editoriais, li editoriais antigos e se encontra lá os mesmos termos de revolta, de repúdio. Acho que isso é quase automático (informação verbal)<sup>134</sup>.

Um dos entrevistados vai além, comentando a dificuldade que o jornal tem de avançar nesse discurso e debater com mais profundidade a questão, propondo soluções efetivas, atacando as reais causas. Essa compreensão interna realça a perspectiva que a literatura brasileira adota nos estudos da cobertura jornalística da corrupção, considerada rasa, sensacionalista, maniqueísta e desqualificadora do sistema político, à medida que espetaculariza o fenômeno, mas pouco contribui para o debate público (GUAZINA, 2011; CUNHA, 2014; ARAÚJO, JORGE, 2015; MESQUITA; MOISÉS; RICO, 2014).

É aquela coisa, quando vem uma notícia de “sujeito foi fotografado com maço de dinheiro na mão” não dá vontade de fazer editorial, se der pra não fazer eu não faço, porque é pra dizer o óbvio. “Ladrão, né, coisa feia, prende, processa, segue lá”. Isso é meio sem graça, é meio primário, não tem necessidade. O difícil, que a gente ainda não tem, mas que eu gostaria, é “propostas pra reduzir a corrupção”. Seria muito mais complexo, mais interessante, mais importante, mas não chegamos lá ainda, mas você tenta analisar isso de um jeito mais profundo, em vez de ficar só na temperatura da coisa. A temperatura da coisa hoje em dia é quase uma pregação, tem correntes que tão pregando que tem que prender todo mundo, moralização da política, e tem uma outra corrente que trata dos abusos, e erros dos investigadores, que existem de fato, a gente contempla as duas coisas, as duas coisas estão nos editoriais, mas a gente quer ir além desse fla-flu, desse choque de opiniões (informação verbal)<sup>135</sup>.

Os editorialistas também comentam que os escândalos de corrupção acabam ganhando maior proporção a depender da notoriedade do ator político envolvido. O grau de repúdio e as palavras empregadas também terão mais ênfase.

(...) os grandes líderes dos principais partidos merecem mais destaque (...) um partido mais importante também tem mais destaque que um partido

<sup>133</sup> Declaração de entrevistado anônimo (2017).

<sup>134</sup> Entrevista concedida por MACHADO, Uirá (2017).

<sup>135</sup> Entrevista concedida por PATU, Gustavo (2017).

menos importante. Editorial em geral a gente imagina que é mais um tiro de canhão. Você não vai dar um tiro de canhão para matar uma pulga, você vai direcionar o tiro de canhão para o que merece. Essa metáfora do canhão também é um pouco a violência das próprias palavras usadas no editorial. Se você por acaso for fazer um editorial sobre um caso mais pitoresco ou de menor dimensão, seja porque o político tem menor expressão, seja porque o dinheiro desviado é menor, aí você faz um editorial menos virulento. Se você vai fazer um editorial contra os principais líderes ou uma figura de destaque na política brasileira, aí você tem que carregar mais na argumentação, ser mais duro, mais rigoroso (informação verbal)<sup>136</sup>.

Além disso, visando honrar com os valores editoriais norteados pelo apartidarismo, a *Folha* tem um esforço, nos momentos de maior percepção da corrupção - por ocasião de denúncias e escândalos-, em equilibrar o jogo, mostrando que a corrupção é suprapartidária – algo que ficou evidenciado durante a etapa de Análise do Discurso. Mas não é só um esforço de projeto editorial desinteressado. Pelo contrário, é uma posição de mercado que prefere o apartidarismo como garantia de maior credibilidade e penetração em um público mais amplo. Ser cauteloso e diplomático nas opiniões evita desgostos com leitores.

Eu acho que o jornal tinha muita preocupação naquela época de tentar equilibrar o jogo. Eu lembro que era o fim do Mensalão e a questão dos embargos infringentes, 2013, e o jornal sempre que falava do Mensalão lembrava do Mensalão tucano, então se tentava sempre dizer que “ah existe corrupção, mas a corrupção não tem partido” ou falar do escândalo do Cartel do Metrô, em São Paulo. Era uma preocupação de ser equânime na paulada contra a corrupção, isso eu posso falar (informação verbal)<sup>137</sup>.

### ***Aumento da presença do tema corrupção nos editoriais***

As entrevistas confirmam o que os dados anteriores apontaram: com o passar dos anos e com o crescimento do número de investigações, a temática da corrupção também cresceu nos editoriais – mais um indício de que os *Critérios de Editorialidade* servem, em boa parte do tempo, aos *Critérios de Noticiabilidade*.

Eu acho que sim, porque isso acompanha o noticiário de certa forma. O fato de tornar mais fácil que a corrupção seja investigada torna mais fácil que você peça accountability sobre esses atos, acho que quanto mais as investigações crescerem mais editoriais você vai ter, assim uma relação direta, proporcional (informação verbal)<sup>138</sup>.

Os editoriais, como eu falei, em um dos critérios têm a atualidade do tema. Então se as investigações que mostram escândalos de corrupção estão no noticiário todos os dias ou quase, aliás estão todos os dias desde que a Lava Jato ganhou essa dimensão... Ainda que não tivesse uma crise política dessa magnitude como consequência estimulada pelas investigações, seria

<sup>136</sup> Entrevista concedida por MACHADO, Uirá (2017).

<sup>137</sup> Declaração de entrevistado anônimo (2017).

<sup>138</sup> Declaração de entrevistado anônimo (2017).

inevitável tratar do tema porque tem investigações inéditas em vários aspectos, tem uma mudança de comportamento, tem mudança de leis, tem preocupações em relação a isso, será que tem abuso dos investigadores? Será que não tem? Será que a mudança do pacote de dez medidas é positiva? Será que não é? Na lei da ficha limpa, será que ela é positiva? Será que, não é? Todas essas mudanças impõem posicionamento do jornal e quanto mais frequente elas são noticiadas, naturalmente serão mais frequentes serão também nos editoriais (informação verbal)<sup>139</sup>.

### ***Os riscos assumidos no processo de tomada de decisão***

É preciso ponderar muito bem as decisões editoriais que serão tomadas, sob pena de emitir opiniões e construir uma imagem pública cujos valores e adjetivações o jornal não se orgulharia. A tomada de posição exige uma habilidade complexa dos editorialistas e de toda a equipe de Opinião. É preciso ponderar os efeitos de se expor determinada opinião e como a audiência vai interpretar o discurso adotado pelo jornal em determinadas questões. Exemplo disso é o “fantasma” dos editoriais que apoiaram o Golpe de 1964.

Acho que há momentos mais desagradáveis de rejeição, como quando você percebe que você ficou do lado errado (...) acho que há certos momentos em que você diz coisas que gostaria de não ter dito, e elas ficam ali para funcionar como um fantasma para a sua história (informação verbal)<sup>140</sup>.

Essa percepção dos editorialistas realça as definições acadêmicas do texto editorial, ao considerá-lo um ambiente de paradoxos, onde são negociadas as tensões entre o interesse público e o privado (BELTRÃO, 1980; MONT’ALVERNE, MARQUES, 2016). Um espaço em que o jornal se assume como responsável por uma opinião que, em tese, serve ao interesse público (o que corrobora para formatação de sua própria imagem pública e credibilidade frente ao público), mas que, ao mesmo tempo, precisa corresponder a história, aos valores e interesses do jornal dosando a reação do público leitor frente à opinião a ser publicada. Assim, a deontologia, o discurso de autolegitimação e a lógica mercadológica se embaraçam na complexa tarefa de construção dos dois editoriais diários.

Isso tem um impacto na marca do Jornal. Também essas posições muito estratégicas. Editoriais que são publicados na primeira página, por exemplo, têm que levar em conta vários fatores. Porque na primeira página em particular é um peso institucional muito maior, é uma decisão que tem que considerar todos os aspectos do Jornal (informação verbal)<sup>141</sup>.

<sup>139</sup> Entrevista concedida por MACHADO, Uirá (2017).

<sup>140</sup> Declaração de entrevistado anônimo (2017).

<sup>141</sup> Entrevista concedida por MACHADO, Uirá (2017).

A gente sabe, por experiência, que tem temas que são mais delicados pros leitores, que não são todos os leitores que concordam com aquilo, que vai gerar algum mal-estar. Não é que a gente deixe de tratar desses temas, mas aí você tem um cuidado adicional. Diferente de você falar “ah, tem que prender o deputado que foi flagrado com a mala de dinheiro na mão”. Não, todo mundo concorda, uma frase basta. Os temas mais difíceis são os que requerem mais argumentação (informação verbal)<sup>142</sup>.

A análise dos editoriais somada a essas declarações denota o espírito cauteloso do jornal, que tem receio de assumir determinadas posições mais contundentes. Por isso, o estilo dos textos é sempre uma tentativa de ponderar os diferentes aspectos que envolvem a pauta e justificar as escolhas. Apesar do editorial ser um espaço de opinião explícita, o jornal exercita a manutenção da linha apartidária que defende em seu Projeto. Por isso não há endosso, e diante dos ataques há sempre a tentativa de contemplar diferentes grupos políticos. Um exemplo desse conflito foi a tomada de posição á época do pedido de afastamento da ex-presidente Dilma Rousseff (PT).

Então se você vai na capa do jornal se posicionar em relação ao impeachment, foi levado tudo em consideração, inclusive o quanto que o editorial poderia afetar os nossos leitores. (...) Então lá a gente tinha que pesar vários aspectos, inclusive o impacto que o editorial poderia ter. Se a gente defender o impeachment pode ser que perca X por cento de leitores petistas, se for contra o impeachment pode ser que perca os X por cento de leitores antipetistas. Então esse era um dos vetores, nunca é um vetor dominante, nunca é isso que determina a posição do editorial, mas pode determinar se o editorial vai ser escrito ou não. A gente pode deixar de escrever um editorial sobre um tema desses por achar que não precisamos entrar nessa briga, às vezes não precisa mesmo. Naquele caso precisava e o jornal publicou lá, o Nem Dilma Nem Temer (informação verbal)<sup>143</sup>.

### ***Diálogo com a concorrência***

Embora não seja o principal fator, a *Folha* faz uma análise de mercado e estabelece, em algum grau, comparações com a concorrência (principalmente *O Estado de S. Paulo*). É o que comentam – em maior ou menor grau de concordância – os entrevistados.

Há certo diálogo entre aquilo que os concorrentes publicam em seus editoriais e isso impacta a forma como os editoriais são encaminhados. É uma estratégia de imagem, que busca, ora se diferenciar do concorrente, ora marcar uma posição sobre algo que só o concorrente disse. Contudo, os entrevistados são

<sup>142</sup> Entrevista concedida por PATU, Gustavo (2017).

<sup>143</sup> Entrevista concedida por MACHADO, Uirá (2017).

enfáticos em dizer que a concorrência é incapaz de determinar a posição que o jornal irá assumir.

Não sei, acho que o jornal se sentiria incomodado em dizer que ele reage à opinião de outros jornais. Acho que ninguém diria isso abertamente, mas é óbvio que às vezes você vê um editorial do Estadão dizendo uma bobagem e você vai lá e tenta dizer algo com mais sentido, então no fundo você reage. (...) Então nesses casos, digamos, você vê um editorial errado de um concorrente e você deseja fazer um certo. Não é tanto por uma questão de concorrência, de dizer a gente vai cativar um público que discorda daquilo, mas é só para dizer que discordamos disso (informação verbal)<sup>144</sup>.

Talvez nesses momentos mais agudos de crise agora, por razões de mercado também, diferenciações do Jornal e tal. Você pode até entre os vários fatores ponderar de alguma maneira o que os concorrentes já disseram, se é que disseram, ou provavelmente dirão, sobre tema. Mas não pauta (informação verbal)<sup>145</sup>.

### ***Equipe e rotina produtiva***

Sete editorialistas debatem assuntos com potencial de pauta com Editor de Opinião em almoço quinzenal, às quartas-feiras. Sugerem pautas, posicionamentos e argumentos. Além disso, há duas conversas diárias da equipe com o editor de Opinião, no começo e no final da tarde. Também diariamente os editoriais são submetidos ao crivo do Diretor de Redação, (o *Publisher*), Frias Filho.

Uma vez por mês os Editores das principais editoriais também participam da reunião, que conta com a cúpula da empresa, inclusive com a presença do Diretor de Redação. Nessa reunião, o Editor de Opinião seleciona dois ou três temas, escolhe um relator e coloca esse tema em discussão para que todas as pessoas ali presentes ajudem a formar a posição do jornal sobre. O consenso desse rito deliberativo, segundo Melo (2003), resulta na opinião impressa, embora esteja sujeita ao crivo final da diretoria e sintonizada aos valores da empresa e também do proprietário (GUERREIRO NETO, 2016). “A gente escolhe duas ou três pessoas pra expor um tema, expõe os argumentos, defende-se uma opinião, todo mundo fala até a gente chegar a algum tipo de consenso” (informação verbal)<sup>146</sup>.

Importante salientar que o Diretor de Redação acompanha de perto, segundo os depoimentos, o conteúdo dos editoriais, conversando duas vezes por dia com o Editor de Opinião e dando o aval final para os textos que serão

<sup>144</sup> Declaração de entrevistado anônimo (2017).

<sup>145</sup> Entrevista concedida por MACHADO, Uirá (2017).

<sup>146</sup> Entrevista concedida por PATU, Gustavo (2017).

publicados. Frias Filho lê os editoriais. Assim, de acordo com as declarações coletadas, há uma supervisão direta dos editoriais por parte do proprietário.

...no fim do dia o editor recebe esse texto e edita. Vê se precisa melhorar a redação, se quer reforçar um argumento, diminuir o peso de outro, ver se está tudo ali e tal. Aí o Diretor de Redação lê esse texto, aí pública. Lê meio que em geral só para ter mais uma leitura de ordem técnica, mas enfim a responsabilidade é do Diretor, então ele sempre lê. Isso é o dia-dia (informação verbal)<sup>147</sup>.

Esse mecanismo de funcionamento da produção do texto opinativo está previsto na literatura, contudo, idealmente defende-se que a autonomia é maior nas grandes empresas (MELTZER, 2007; MELO, 2003). Assim, pode-se afirmar que a autonomia que Meltzer (2007) encontrou nas entrevistas e na etnografia nas redações americanas não se repete na *Folha de S. Paulo*, onde os editoriais são lidos diariamente pelo diretor, demonstrando o alto grau de zelo e preocupação com aquilo que é publicado nesta seção.

Ele [Editor de Opinião] toma a decisão [da pauta] e depois ele tem uma conversa com o Diretor de Redação para decidir sobre o tema, nesse caso ele já oferece o tema e oferece a visão. Ele é o *gatekeeper* para o final, ele é quem diz se o que Editor de Opinião está propondo está de acordo. Afinal, o jornal é dele. O diretor de redação é o Publisher (informação verbal)<sup>148</sup>.

Assim, os resultados encontrados nesta etapa se somam às conclusões de Guerreiro Neto (2016), para quem a opinião do jornal presente no editorial está relacionada, em boa medida, à opinião dos diretores executivos ou proprietários.

Ele [Diretor de Redação] tem a última palavra na redação pra tudo, tudo em última análise passa por ele, tem uma hierarquia no jornal, ele tá em cima. (...) Uma vez combinado, a gente produz os editoriais, manda pra ele, ele retorna, e diz “eu gostei disso, não gostei disso”. Nenhum texto é tão analisado tão de perto quanto o texto editorial. São só dois textos que a gente escreve por dia, é a opinião do jornal, é um texto que tem que estar muito bem feito, muito bem pesquisado, muito bem apurado e as palavras têm que ser muito precisas, porque uma vez que você publica aquilo você tem que seguir aquilo (informação verbal)<sup>149</sup>.

Em média, cada autor escreve dois editoriais por semana, contudo, esse cálculo não é regra. Editorialistas podem acumular funções, trabalhando como repórteres na seção noticiosa. O processo de seleção dos editorialistas não está claro em sua totalidade, mas é sabido que é uma decisão pessoal do Diretor de Redação. “São pessoas que foram escolhidas pelo diretor de redação” (informação

<sup>147</sup> Entrevista concedida por MACHADO, Uirá (2017).

<sup>148</sup> Declaração de entrevistado anônimo (2017).

<sup>149</sup> Entrevista concedida por PATU, Gustavo (2017).

verbal)<sup>150</sup>. “Não sei como se dá a seleção. É uma escolha da direção. E quais são os critérios? Não sei” (informação verbal)<sup>151</sup>. Assim, o poder de decisão do Diretor de Redação foi assinalado pelos três entrevistados.

Não, não, eu peguei essa equipe já montada. Se eu achar que alguém não tem condição de fazer eu vou no diretor de redação e falar: “fulano não tá funcionando”, mas longe de ser esse o caso, eu acho que funciona muito bem, eu queria trazer mais gente, mas tem a limitação de recursos... e possibilidades (informação verbal)<sup>152</sup>.

Sobre as características do bom editorialista, merece destaque a boa redação e a qualidade argumentativa. Na contramão do debate trazido na seção teórica, as entrevistas relevam que a opinião pessoal dos editorialistas pouco importa. É preciso, sim, conhecer profundamente os valores e princípios defendidos pelo projeto editorial, contudo, a prioridade é desenvolver a capacidade de escrever textos argumentativos de acordo com a decisão corporativa, ainda que a opinião do jornal não corresponda às crenças pessoais do autor (que permanece anônimo, já que o texto não é assinado). Pode-se então concluir que há boa dose de trabalho técnico neste ofício, em uma condição em que o profissional é mais avaliado pela sua capacidade profissional do que necessariamente por se alinhar às ideologias da empresa, pelo menos no caso da FSP.

Não é só qualidade de texto, acho que é capacidade argumentativa. Porque é isso, vai ter situações em que você vai ter que escrever coisas com as quais você não necessariamente concorda, mas você vai ter que ser capaz de fazer isso com os melhores argumentos, mesmo que não sejam os seus. Acho que o jornal acaba selecionando pessoas em que ele confia mais do que tudo, mas confia no trabalho, não é confia que vai pensar igual, entendeu? (informação verbal)<sup>153</sup>.

Há uma hierarquia na produção dos editoriais. Segundo os entrevistados, a autonomia é grande, tanto para sugerir temas quanto encaminhar os argumentos. Contudo, a decisão final depende dos superiores, incluindo o dono do jornal.

Mas, sim, você diz para editorialista qual é o tema e ele pode também naturalmente sugerir um tema. Então, ele tem autonomia para sugerir, ele só não tem a palavra final se aquilo vai ser de fato um editorial ou não. Depois o Editor de Opinião pode dizer para o editorialista qual é mais ou menos uma linha de argumentação que faça sentido dentro da história do jornal. Mas o editorialista na hora que está escrevendo, ele dá peso maior para um argumento ou para outro. Ele escolhe escrever o texto de um jeito ou de outro. E aí que entra toda a autonomia que ele tem, ele pode escolher começar falando de A ou falando de B, ou de C ou de D. Então, ele tem bastante autonomia nesse momento. Agora se o texto tiver ruim, em

<sup>150</sup> Entrevista concedida por MACHADO, Uirá (2017).

<sup>151</sup> Declaração de entrevistado anônimo (2017).

<sup>152</sup> Entrevista concedida por PATU, Gustavo (2017).

<sup>153</sup> Declaração de entrevistado anônimo (2017).

desacordo com o que o editor pensa, o editor tem a liberdade de alterar aquilo (informação verbal)<sup>154</sup>.

### ***Pauta, agendamento e os Critérios de Editorialidade***

Embora não exista um documento formal que instrua acerca do que deve orientar a produção do gênero editorial, os editorialistas sabem que se trata de um espaço particular no jornal e que possui características próprias, tanto na forma quanto no conteúdo. Os profissionais anônimos que escrevem o texto em nome do jornal não tem exatamente um treinamento ou guia para tanto, contudo, são orientados a fazer algumas leituras que os auxiliam na tarefa.

Acho que um bom editorial tem uma série de características: é forte, tem sutilezas de construção que você não usa no texto jornalístico em geral, tem muita inversão; se tem muitas estratégias: começar uma frase com verbo, fazer posições como ao contrário do que parece, tem algumas ferramentas também de procurar um argumento que já tenha sido usado por alguém que dão uma boa frase, uma boa citação que dão uma cara de mais elegância, mais peso, mais gravidade para defender uma opinião (informação verbal)<sup>155</sup>.

Boa parte da pauta dos editoriais é norteada pela agenda noticiosa. Há uma programação semanal de temas; contudo, o cronograma pode ser substituído por eventos factuais não planejados.

Acho que os *Critérios de Noticiabilidade* balizam um pouco; você não pode escrever sobre algo esteja completamente fora da pauta noticiosa; não dá para se enfiar em uma só agenda do jornal, dizer que o jornal quer que isso aconteça, a não ser que haja algo próximo (informação verbal)<sup>156</sup>.

Além disso, justamente por acompanhar a agenda factual, é preciso produzir “editoriais de gaveta” (textos frios, produzidos previamente para períodos de menor movimentação no universo político e econômico) para o fim do ano. “Enfim, muita conversa com o editor de opinião e muita edição real time, estou mudando isso porque fica melhor desse jeito. Então é um processo, você não recebe um manual “como escrever editoriais”” (informação verbal)<sup>157</sup>.

As declarações dos editorialistas também permitem afirmar que a seleção de pautas para os editoriais obedece muito da lógica aplicada no noticiário, não obstante o fato de haver liberdade para pautar temas que ainda não estão em debate.

<sup>154</sup> Entrevista concedida por MACHADO, Uirá (2017).

<sup>155</sup> Declaração de entrevistado anônimo (2017).

<sup>156</sup> Declaração de entrevistado anônimo (2017).

<sup>157</sup> Declaração de entrevistado anônimo (2017).



Mas no geral, diria que o editorial vai uns 60% comentários reativos e uns 40% prospectivos, assim, em relação ao noticiário. Ele está mais a cargo do noticiário do que pautando o noticiário. Talvez o percentual seja otimista, mas tem um percentual grande que são coisas que estão sendo discutidas no Senado, no Congresso; que o jornal não está olhando com a devida atenção e que o editorial chama atenção (informação verbal)<sup>158</sup>.

Não sei se eles são muito diferentes de um critério de uma notícia. (...) Não vai sair fazendo editorial absolutamente fora de pauta. A não ser que o jornal queira pautar ou ache que é o momento e pautar aquele tema. Para editorial não conta critério de exclusividade que conta para a notícia. Quase ao contrário, os editoriais em geral são sobre temas que já foram tratados pelo noticiário (informação verbal)<sup>159</sup>.

Mas nós temos dois editoriais, nós temos o primeiro que é mais quente, são temas mais gerais, mas no segundo a gente em uma liberdade maior com ele, a gente pode fazer temas mais locais, mais internacionais, a gente pode fazer temas fora da temperatura do noticiário (...) tem coisa que se presta à notícia, mas não se presta a editorial. (...) Editorial é um texto que desperta reflexão, que desperta polêmica, que desperta um debate, enfim. Às vezes não são tão quentes, mas são muito fortes como valores, como controvérsias (informação verbal)<sup>160</sup>.

### **Definindo posições**

A opinião expressa nos editoriais da *Folha* é definida a partir da história do jornal e dos valores expressos no *Projeto Folha*, que foi construído em grande parte por razões comerciais, conforme a literatura consultada (KUCINSKI, 1998; PINTO, 2012) e entrevistados ouvidos.

Tem alguma razão de mercado. (...) Acho que vão somando razões históricas, razões de mercado, a personalidade do Diretor de Redação. Agora o fato é que pelo menos aqui na Folha os editoriais passados vão sendo referências para os editoriais futuros. A Folha, vai tendo uma personalidade que se dissocia da do Diretor de Redação, se dissocia da do Diretor de Opinião. Obviamente o editor de opinião interfere um pouco ou bastante, o Diretor de Redação também. Mas, vários temas eles vão se desenvolvendo quase que de forma orgânica. Você tem ali esses grandes princípios que foram se consolidando ao longo de toda a história da Folha e provavelmente dentro dos anos 80 e a partir daí as situações concretas são quase que desdobramentos lógicos dessa construção que foi sendo feita (informação verbal)<sup>161</sup>.

Valores como pluralidade também se refletem no estilo do texto, que busca colocar em confronto diferentes perspectivas para então assumir a defesa de uma delas.

A Folha é um jornal muito mais plural inclusive, um jornal que contempla muito mais coisas, muito mais opiniões diferentes, é um jornal mais

<sup>158</sup> Declaração de entrevistado anônimo (2017).

<sup>159</sup> Entrevista concedida por MACHADO, Uirá (2017).

<sup>160</sup> Entrevista concedida por PATU, Gustavo (2017).

<sup>161</sup> Entrevista concedida por MACHADO, Uirá (2017).

angustiado, meio que sofre com os assuntos, a gente tem muitos “senões”, muitos “entretantos”, porém, tem gente que reclama, tem o tipo de leitor que quer ver aquela opinião quase gritada ali, a gente faz um editorial que “olha, tem isso, tem aquilo, tem isso, tem aquilo” (informação verbal)<sup>162</sup>.

O jornal é fiel a sua história e procura ser coerente com as posições que assumiu em momentos passados. É o que os editorialistas denominam “jurisprudência”. Se mudar de opinião, precisa justificar muito bem.

Outra coisa é o que a gente chama de jurisprudência, coisas que já foram firmadas ao longo dos anos a gente segue essa opinião, ou se a gente mudou de ideia a gente tem que fazer um editorial explicando isso pro leitor (...) porque pro leitor que acompanha ao longo dos anos, você tem que ser coerente com a posição que você seguiu e tem que explicar que você mudou de ideia, enfim (informação verbal)<sup>163</sup>.

Os editorialistas devem conhecer muito bem esses princípios e sempre que necessário consultar a história do jornal para que possam escrever de forma coerente. Mas se o jornal também pode mudar de opinião, é preciso discutir o assunto (e as consequências) com a equipe.

Você não vai tomar uma ação contra a jurisprudência se você não estiver muito bem fundamentado, então, em geral, você segue o que o jornal pensa, mas é porque o jornal pensa muito há muito tempo (...) Isso é bem interessante, mas esses são os que você precisa estar mais bem municiado para poder fazer isso. Então, quando é o caso de revisitar, alterar posicionamentos, você em geral faz isso em um almoço dos editoriais (informação verbal)<sup>164</sup>.

Essas mudanças raras representam marcos e, por isso, precisam ser muito bem justificadas. “Quando a Folha muda de opinião em geral ela procura deixar claro que está fazendo isso” (informação verbal)<sup>165</sup>.

Sobre repórteres que acumulam função como editorialistas, garantem que não há conflito e que os profissionais sabem a diferença das tarefas.

Na *Folha* é rigorosamente claro que não é para ter nenhuma interferência. A opinião individual é irrelevante, desde que a pessoa tenha condição de separar o que é opinião individual do que é opinião do jornal. O mais importante é ter um bom texto e ter uma capacidade analítica. Nessa capacidade analítica entra a capacidade de enxergar qual a posição de um jornal como a *Folha* tem que assumir em numa determinada situação específica. Isso, tanto faz o que a pessoa pensa, desde que ela saiba fazer esse exercício lógico. É um exercício bem lógico mesmo, a posição do jornal é premissa, a situação concreta é a outra premissa, e daí tem a conclusão que é de como um jornal com essa posição pensa em uma

<sup>162</sup> Entrevista concedida por PATU, Gustavo (2017).

<sup>163</sup> Entrevista concedida por PATU, Gustavo (2017).

<sup>164</sup> Declaração de entrevistado anônimo (2017).

<sup>165</sup> Entrevista concedida por MACHADO, Uirá (2017).

situação concreta. Tanto faz o que o editorialista pensa (informação verbal)<sup>166</sup>.

Não, o que pode acontecer é o contrário, o editorial estar contaminada pela opinião do editorialista. Vamos dizer que um editorialista faz uma matéria sobre determinado assunto e ele tem lá o ponto de vista dele, normalmente as pessoas procuram os temas que eles têm interesse, que eles têm vocação, então têm uma opinião muito forte, que às vezes não é a opinião do jornal, então isso dá um trabalho. Na medida do possível eu tento evitar que uma pessoa que escreve sobre um determinado assunto escreva também sobre um editorial (informação verbal)<sup>167</sup>.

(...) mas do repórter que eu me lembro bem ele era um ótimo repórter. Acho que ele era muito ciente do lugar que era para ele emitir juízo do que era o lugar para fazer reportagem, uma vez que você tenha essa distinção clara tudo fica mais fácil (informação verbal)<sup>168</sup>.

O Editor de Opinião é o responsável por manter a unidade do discurso coerente. O editorialista escreve, mas é o jornal quem fala.

Ele que precisa garantir que os argumentos sejam coerentes com a história de editoriais do jornal. Precisa garantir que a posição final acima de tudo seja coerente com o histórico do jornal (informação verbal)<sup>169</sup>.

#### 4.4. Discussão dos achados

O objetivo geral perseguido nesta pesquisa foi identificar o discurso sobre “corrupção” expresso nos editoriais do jornal *Folha de S. Paulo* ao longo de 27 anos passados entre 1º de janeiro de 1990 e 31 de dezembro de 2016.

Quantitativamente, acrescentou-se uma abordagem descritiva, capaz de demonstrar em que momentos o jornal considerou a temática de maior relevância e como essa proeminência tem se acentuado nos últimos anos, com presença nos editoriais cada vez mais frequentes. Assim, acredita-se que o objetivo de “descrever a evolução quantitativa do volume de editoriais publicados ao longo do tempo” foi cumprido, o que demonstrou que a atenção dada ao tema nos editoriais acompanha o desenrolar dos casos de corrupção mais expressivos, produzindo maior quantidade de textos sobre o tema nestes momentos.

Além da contribuição descritiva, essa etapa se mostrou fundamental para avançar na conclusão de que os editoriais acompanham a agenda noticiosa (e, portanto, parte dos *Crítérios de Noticiabilidade*) e também que a cobertura varia de acordo com o contexto histórico vivido – o fortalecimento dos instrumentos legais de

<sup>166</sup> Entrevista concedida por MACHADO, Uirá (2017).

<sup>167</sup> Entrevista concedida por PATU, Gustavo (2017).

<sup>168</sup> Declaração de entrevistado anônimo (2017).

<sup>169</sup> Entrevista concedida por MACHADO, Uirá (2017).

combate à corrupção propiciou maior transparência sobre os crimes, mais publicidade (provocada, sobretudo, pelo próprio Jornalismo) e, assim, maior percepção sobre a existência do problema. Ambos os achados foram também contemplados pelas declarações obtidas por meio de entrevistas. A descrição quantitativa aliada aos casos de corrupção mais emblemáticos também agregou a concepção de que assim como na cobertura noticiosa, os editoriais também acabam debatendo a corrupção a depender da agenda política do momento, dando prioridade aos eventos escandalosos (MESQUITA; MOISÉS; RICO, 2014). Essa constatação se mostra importante, pois revela como os *Critérios de Noticiabilidade* incidem sobre a agenda editorial, muito embora esse espaço mantenha maior autonomia, podendo propor outras pautas que não aquelas presentes nos demais cadernos (EILDERS, 1999). Em outras palavras, a corrupção poderia ser tratada pelo jornal em outros momentos, sem depender de uma nova denúncia, contudo, o que se descobriu é que a agenda editorial é, na maior parte do tempo, reativa em relação ao noticiário – pelo menos nos limites da temática estudada.

A etapa qualitativa, por sua vez, progrediu sobre o conteúdo desses textos, traçando conclusões sobre a mudança do discurso ao longo do tempo e, assim, contemplando o objetivo “examinar em que medida a abordagem editorial a respeito do tema se alterou ao longo do tempo”. Identificou-se, como se cogitou nas hipóteses, que existe a predominância de textos combativos e de natureza impetuosa, que cobram maior punição dos culpados – respondendo, assim, a própria prerrogativa normativa do Jornalismo de influência liberal que tem por missão a vigilância social e uma postura adversária em relação à política (VAN DALEN; ALBAEK, 2016; GUAZINA, 2011). Esse tom de repúdio aos culpados se justifica pelo discurso de autolegitimação do campo jornalístico que se coloca como guardião do interesse público (GOMES, 2009) e, desta forma, constrói sua própria imagem, buscando credibilidade diante do público (GUERREIRO NETO, 2013). Apesar dessa atuação intensa que coloca o jornal como parte de um sistema de combate à corrupção e, portanto, agente social a serviço do interesse público, a análise dos textos permitiu afirmar que essa atuação permanece superficial, sem aprofundamento do debate. Prevalece o tom acusatório e insatisfeito, em detrimento de propostas sólidas para desconstrução da conjuntura que propiciaria a corrupção ou exposição das reais causas, conforme a literatura já havia diagnosticado no

estudo das reportagens (ARAÚJO, JORGE, 2015; MESQUITA; MOISÉS; RICO, 2014; GUAZINA, 2011; CUNHA, 2014).

A entrevista com os editorialistas atestou esse diagnóstico, a partir das afirmações que confessaram que o discurso editorial sobre a corrupção se dá de forma automática, condenando os culpados a cada escândalo que se torna público. A ação social em benefício do bem público é inclusive reivindicada em alguns editoriais em que a empresa de Jornalismo reclama para si o papel de exercer a pressão sobre o poder público, representando a voz da sociedade, desmascarando e promovendo a responsabilização de suspeitos e acusados. Mas não avança para além da constatação dos malefícios. O Editor de Opinião admitiu, durante entrevista, que o ideal seria amadurecer os editoriais com propostas mais sólidas e que diante de tantos escândalos o jornal ainda não conseguiu processar os fatos suficientemente para romper essa barreira. Sendo assim, os textos estão estruturados em torno da exploração da imagem dos indivíduos (CUNHA, 2014; AVRITZER, 2016), conforme ocorreu durante caso Collor, em 1992, mas principalmente durante o Mensalão, em 2005, quando a imagem do ex-presidente Lula e demais petistas que compunham a cúpula do partido foram prejudicadas e, mais recentemente, ocorre na Lava Jato, tendo Lula, Dilma, Cunha, Temer e Aécio como alguns dos protagonistas. Parece lógico que a imagem pública dos acusados seja danificada, no entanto, se o discurso jornalístico reivindica a prerrogativa de combater a corrupção, é pertinente que o discurso em torno do fenômeno seja aprimorado para além da constatação rasa de que se trata de um crime a ser repudiado.

Além do tom combativo, identificou-se que parte do discurso sobre o tema é mantido pela *Folha* durante os 27 anos analisados como premissas sujeitas a poucas alterações. Isto é, existem algumas concepções que são repetidas pelo periódico em diferentes épocas. Entra elas, 1) a crença no alto nível de corrupção brasileira, naturalizado em sua cultura; 2) transferência da origem do problema para a burocracia e para a impunidade e 3) descrédito no poder de solução do fim do financiamento privado de campanhas, sugerindo aumento de fiscalização das doações em vez de financiamento público; 4) crença no poder de solução das punições legais. A FSP reforça o discurso de que o Brasil é um país altamente corrupto, colaborando assim para a alta percepção da corrupção no país. Boa parte

do tema é pessimista em relação a medidas combativas, considerando a impunidade a regra brasileira – pelo menos até 2012.

Em contrapartida, houve alteração de boa parte do discurso ao longo do tempo, seguindo as circunstâncias sociais e políticas vividas em cada época. Assim, no início dos anos 1990 o debate era escasso – refletindo a reduzida incidência de investigações e divulgação de casos. Essa conclusão está tanto na dimensão quantitativa (considerando o baixo volume de textos publicados na época) quanto qualitativa (observando o teor dos textos).

Na década de 2000, por ocasião do Mensalão, o jornal endureceu o discurso demonstrando grande insatisfação pela naturalização do tema e ausência de punições. As críticas ao PT são severas, mas no intuito de defender sua bandeira apartidária, o jornal constantemente relembra a natureza suprapartidária do problema – uma análise presente também nas declarações dos entrevistados. Esta busca pelo equilíbrio nos ataques, isto é, essa preocupação em atacar diferentes grupos políticos na mesma proporção, é um reflexo da linha editorial que se pretende apartidária; mas também é uma preocupação em corresponder às expectativas da audiência, que deve ser estudada antes da emissão da opinião, a fim de não causar desagradados. Ilustra esse diagnóstico as afirmações contidas nas entrevistas com editorialistas que afirmam a dificuldade em tomar determinadas posições devido ao “peso do editorial”. Foi o que aconteceu na ocasião do *impeachment* de Dilma Rousseff, quando o jornal foi cauteloso até onde pode, evitando se posicionar de maneira muito enfática, considerando o afastamento de um presidente uma “experiência traumática”. Os editorialistas assumiram a esta pesquisa que houve receio que o apoio ao *impeachment* significasse a perda de leitores/eleitores petistas; ou, ao contrário, que a defesa da presidente representasse o afastamento daqueles leitores que desejavam pôr fim ao governo do PT. Assim, determinadas posições assumidas pela FSP se revelam mais pragmáticas, em termos de mercado, do que ideológicas.

A partir de 2012 e especialmente 2015, apesar da perplexidade frente à amplitude de casos revelados pela Operação Lava Jato, o jornal adota um discurso de “ponto de virada”, acreditando que Brasil vive uma mudança de paradigma no combate à corrupção. O primeiro passo teria sido o Julgamento do Mensalão, em 2012, que vem sendo fortalecido, na visão do jornal, pelo rigor empregado na

“República de Curitiba”. Neste sentido, há uma aproximação do poder judiciário, normalmente elogiado por sua atuação. A constatação da mudança de perspectiva adotada pelo jornal ao longo do tempo também demonstra as alterações que o país sofreu neste período, trazendo o tema para o centro do debate público, tornando-o uma questão prioritária não apenas para a imprensa, mas para toda população, de modo que a agenda editorial não teria como ignorar o tema.

No estudo desta alternância de discurso, foi possível executar o objetivo “verificar que fatores (testar variáveis que) incidem na mudança de discurso sobre o tema”. A incidência da variável “época” ou “contexto histórico” foi evidente, contudo, a variável “grupo político” não pode ser atestada, dada a dificuldade de se isolar essa influência. Notou-se variação de discurso, mas não se pode afirmar que ela deveu-se exclusivamente à alternância de atores políticos envolvidos, mas sim das circunstâncias (época, conjunto de instrumentos legais e jurídicos e gravidade das acusações – que pode ser uma avaliação bastante subjetiva da equipe de Opinião do jornal). Devido à dificuldade de se isolar a variável “grupo político acusado” das demais circunstâncias, torna-se leviano afirmar que exista alguma preferência do jornal por determinados grupos políticos, muito embora tenha se notado que as críticas ao PT pareceram mais frequentes e agressivas que aos demais. Contudo, essa predominância no discurso também poderia ser justificada pela expressividade dos casos que têm o Partido dos Trabalhadores como protagonista. Ademais, o caráter apartidário do jornal e o notável esforço em ser equânime nas críticas afasta a confirmação dessa hipótese. Isso não significa dizer que o jornal é, de fato, imparcial e apartidário em todas as questões. O que se coloca é que esse é um valor importante do Projeto Editorial da *Folha* e que é perseguido pela rotina profissional – o que foi evidenciado nas falas dos entrevistados e encontra confirmação na análise da amostra, quando se notou que as críticas a determinado grupo político eram acompanhadas de críticas a outros, embora essa crítica contenha diferentes calibres.

Para interpretar a atuação política do jornal, as entrevistas semiestruturadas foram acionadas, revelando detalhes sobre a rotina produtiva, impasses, expectativas e principalmente informações que colaboram para o avanço da discussão sobre os Critérios de Editorialidade, cumprindo o objetivo “estimar que fatores são considerados pelas instituições jornalísticas na prática da construção dos

editoriais a partir da percepção de editorialistas do jornal *Folha de S. Paulo*”. Assim, pode-se afirmar que os objetivos específicos do trabalho também foram contemplados. As informações obtidas por meio de entrevistas acrescentaram a percepção de que a pauta dos editoriais é construída, em boa parte, de forma a reagir ao noticiário, priorizando assuntos políticos e passíveis de tomada de partido. Quer dizer, apenas assuntos opináveis podem compor um editorial que, no caso da *Folha* é escrito por uma equipe submetida ao Editor de Opinião e, em última instância, ao Diretor de Redação, que é quem aprova os argumentos escolhidos.

Pelo objetivo de influenciar no debate público, a agenda política é prioridade na editoria de Opinião. A respeito da atuação política dos editoriais jornalísticos da FSP, introduz-se o tópico seguinte.

#### **4.4.1. A Folha, a corrupção e os editoriais: em que termos se dá a atuação política do jornal**

Considerando que a literatura sobre imprensa como ator político é central para a presente pesquisa, este tópico propõe um diálogo entre a fundamentação teórica abordada no capítulo 2 e a análise empírica buscando dimensionar em que medida o caso estudado revela o Jornalismo e especialmente a FSP como ator político.

A atuação política dos editoriais da *Folha de S. Paulo* sobre corrupção pôde ser percebida nas duas etapas qualitativas adotadas. Durante os procedimentos de análise do texto, o alto grau de combatividade e as principais formações discursivas revelaram a postura adversária do jornal em relação à política, se colocando como fiscal do interesse público e desqualificando atores políticos de forma generalizada, como Guazina (2011) concluiu em sua análise da cobertura televisiva do Mensalão.

Essa postura política está alicerçada nos valores profissionais do Jornalismo e principalmente no seu discurso de autolegitimação, à medida que se coloca como instituição com crédito o suficiente para fiscalizar os poderes instituídos (inclusive aqueles escolhidos pelo voto popular) e denunciar excessos (GOMES, 2009; ALDÉ; VASCONCELLOS, 2008), muito embora se constitua, em maior parte, de iniciativas privadas. Desta forma, o jornal se relaciona com o público leitor e constrói, por meio dos editoriais, sua própria imagem pública (GUERREIRO NETO, 2013), já que se faz



conveniente e lógico que a organização repulse qualquer iniciativa corrupta (MONT'ALVERNE, 2016), ainda que seja sem debater o tema com profundidade (CUNHA, 2014; ARAÚJO, JORGE, 2015; MESQUITA; MOISÉS; RICO, 2014).

Além disso, embora os textos sejam críticos em relação ao fenômeno e ataquem àqueles que o praticam, o jornal evita tomar partido nas disputas entre atores políticos. Quer dizer, a posição apartidária da FSP é uma estratégia mercadológica<sup>170</sup> que visa se indispor ao mínimo com o leitorado, evitando gerar rótulos de inimizade política com quaisquer grupos. Assim, procura ser equânime nas críticas, repetindo à exaustão o quanto a corrupção se manifesta em diferentes legendas e deve ser punida em todas as dimensões.

As entrevistas realizadas foram capazes de demonstrar esse aspecto da atuação política com muita clareza, quando os entrevistados comentaram a pretensão que assumem ao escrever um texto com a expectativa de que os atores político o leiam. Mais que isso, esperam que atores políticos leiam e mudem de ideia ou estabeleçam algum tipo de diálogo com o jornal, seja repudiando a opinião publicada, respondendo-a ou considerando-a na tomada de suas decisões.

Além da própria fala dos entrevistados, notou-se que alguns editoriais continham sugestões de medidas que competem diretamente ao poder público. Outros textos se dedicavam a discutir o próprio papel do Jornalismo no enfrentamento do problema ou ainda em justificar determinadas posturas do jornal, como por exemplo a opção por não endossar candidatos.

O editorial de 20 de março de 1991 exemplifica com clareza como o jornal age na condição de ator político buscando interferir, por meio do editorial, nas decisões públicas. Na ocasião o jornal afirma que havia proposto, em editorial anterior, um tipo de imposto mais eficiente e reclama pelo fato dos governantes não terem dado o devido crédito à sugestão: “lamentavelmente não mereceu maior atenção”. Em 07/06/1992 o jornal fala que uma reportagem pode ser o estopim para um escândalo que prejudicaria o corrupto: “uma simples inconfidência pode acabar se transformando em uma denúncia, daí em uma reportagem, e quem sabe um processo”. Já em 30 de junho de 1992, o editorial de capa pede renúncia de Collor, boa parte em razão da corrupção, evidenciando seu poder de pressão sobre as

---

<sup>170</sup> Ilustra essa afirmativa o banner de capa do site destinado à venda de publicidade da empresa jornalística que se autodenomina “a mais influente do país”. Neste portal, os valores apartidarismo, independência e pluralismo aparecem em destaque: <http://www.publicidade.folha.com.br/folha/>. Acesso 11 nov. 2017.

decisões políticas. O editorial do dia 15/11/2013 também revela como a imprensa se coloca como ator político, quando o texto afirma que a atuação da imprensa – somada ao poder judiciário – garantiu a punição aos “mensaleiros”, enquanto em 29/11/2013 fala sobre publicidade e espetáculo político; em 02/06/2016 discute poder da imprensa e a necessidade de se evitar a censura; em 01/07/2005 cita denúncias da imprensa que promoveram debate. Ou seja, também existe uma forma de se atuar politicamente em causa própria, legitimando e defendendo o campo do Jornalismo e, mais uma vez, o colocando em uma postura adversária em relação ao sistema político e defensor dos interesses coletivos, embora represente uma instituição privada com interesses privados.

Com relação às hipóteses propostas, verificou-se que a *hipótese 1*, contemplada no seguinte texto foi comprovada integralmente: *Em consonância com o discurso normativo de autolegitimação do Jornalismo, a Folha de S. Paulo produziu, ao longo dos 27 anos analisados, discursos de combate à corrupção e de exigência de responsabilização dos envolvidos, sendo, na maior parte do tempo, intolerante em relação a acusações de desvio de dinheiro público, o que se acentuou na medida em que a fiscalização se fortaleceu.*

A referida hipótese se confirma, visto que as etapas quantitativa e qualitativa demonstraram que a maior parte dos editoriais sobre corrupção visa repudiar o fenômeno e cobrar punição dos envolvidos. A segunda parte da hipótese também está comprovada, já que com o aumento da fiscalização e da recorrência de investigações, aumentou também a presença do tema na pauta editorial.

A *hipótese 2*, porém, foi parcialmente comprovada: *Os jornais, enquanto atores políticos e sociais, tendem a ser mais ou menos combativos em relação à corrupção, nos textos editoriais, a depender das seguintes variáveis: (a) origem política dos acusados (sendo tal variável associada à linha editorial do jornal) e (b) época; contexto do caso em discussão. Assim, desde 1990, os jornais tem adotado, gradativamente, um discurso mais combativo, em sintonia com o fortalecimento dos instrumentos de accountability.*

A influência da variável “b” (época e contexto do caso em discussão) foi demonstrada por meio da análise qualitativa dos textos, quando se notou que o jornal tornou-se mais enfático no discurso contra a corrupção. Contudo, a variável “a” (grupo político acusado) não pode ser confirmada, visto que os procedimentos

metodológicos experimentados não foram suficientes para isolar esse fator e verificar se o jornal privilegia determinados grupos. Embora haja a percepção de maior crítica ao PT, tal constatação poderia estar relacionada ao papel ocupado pelo partido nos últimos mandatos, bem como o envolvimento de seus filiados com esquemas de expressividade. Portanto, a hipótese é parcialmente comprovada.

Por fim, a hipótese 3 foi comprovada: *Em termos quantitativos, a variável dependente “volume de editoriais publicados” acompanha a variável independente “agenda institucional política”, acentuando-se em momentos de maior tensão e acontecimentos factuais (acusações, denúncias, investigações, julgamentos e condenações) e se mantém em volume reduzido – porém significativo – em períodos de maior estabilidade política. A corrupção, portanto, é um tema contínuo da agenda editorial da Folha de S. Paulo, mas alcança picos em sintonia com as ocorrências históricas expressivas.*

A etapa quantitativa foi suficiente para testar essa última hipótese e atestar que a frequência de publicações sobre corrupção é uma constante no jornal, entretanto, o volume acompanha a agenda noticiosa. O tema desperta maior interesse dos editorialistas em cenários de denúncias e escândalos políticos, o que justificaria o aumento do volume de publicações sobre o tema nos anos analisados.

Além de contribuir para reforço das inferências obtidas nas demais etapas de análise, a grande contribuição das entrevistas foi a comprovação da atuação política da *Folha* nos editoriais. Mais que isso, a descoberta explícita de que essa atuação é feita de propósito, com a intenção de interferir na esfera pública e provocar alterações na realidade social. Esta é a grande ambição da instituição jornalística: ser ouvida e correspondida pelos atores políticos. Assim, as propostas, críticas e provocações presentes nos editoriais são endereçados, sobretudo, à classe política, além do próprio leitorado. Para tanto, a empresa jornalística usa como recurso seu principal instrumento: o controle sobre a esfera de visibilidade, sendo capaz de agendar temas, construir ou desconstruir imagens, influenciar a opinião pública e, assim, pressionar governantes. À medida que os agentes políticos correspondem às demandas geradas pelo jornal, a organização reitera seu potencial de atuação política e social, firmando seu poder.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da dissertação foi realizar uma pesquisa longitudinal, verificando continuidades e rupturas no discurso da FSP sobre a corrupção ao longo de 27 anos, demonstrando como o tema atravessou o tempo e como foi tratado pela organização jornalística, o que permite, em alguma medida, refletir a respeito da trajetória da corrupção política na agenda pública brasileira.

Os discursos encontrados refletem os valores do Jornalismo liberal e colaboram para o discurso de autolegitimação da organização jornalística, contribuindo para reforço da imagem pública que o jornal constrói de si mesmo, sendo que tal discurso é tomado levando-se em consideração a audiência e os efeitos de determinados posicionamentos, já que o impacto do texto editorial está diretamente relacionado à instituição jornalística. Em suma, a corrupção é tratada a partir de uma perspectiva combativa, em sintonia com o pressuposto de defesa do bem público, o que se acentuou a partir de 2005, com novos e mais casos de corrupção política sendo revelados.

O teor dos textos sobre corrupção acompanha a evolução temporal; isto é, o contexto histórico, sendo demarcados, em partes, pela época em que estão situados. Assim, o discurso também acompanha o aprimoramento das leis e das ferramentas envolvidas no fenômeno.

Os *Crêterios de Editorialidade*, embora possuam características próprias, são, na maior parte do tempo, semelhantes aos noticiosos, priorizando a relevância e a novidade. Contudo, é carente de possibilidade de opinião. Nos editoriais sobre corrupção, percebe-se o acúmulo de textos nos momentos de escândalo, embora a agenda seja constante, porém, em menor escala nos demais momentos.

Além dos achados, considera-se importante reconhecer as limitações das descobertas antes apresentadas. Em particular, essa pesquisa enfrenta uma série de limitações próprias do objeto de pesquisa e recortes adotados. É preciso ponderar que a escolha pelo tema “corrupção” inclui uma cadeia de desafios metodológicos, a começar pela amplitude do tema de difícil conceituação restritiva, que permita que a pesquisa o domine como um todo. Por se optar analisar o discurso editorial do jornal *Folha de S. Paulo* sobre o tema corrupção e não se deter a um estudo de caso ou recorte regional, configura-se como dificuldade extra o

problema de se aprofundar cada circunstância tratada no material em estudo. A pesquisa não se restringiu a um recorte de casos de corrupção em âmbito da administração pública federal, estadual ou municipal, mas constituiu, sim, uma análise conceitual, podendo corresponder a casos ocorridos em qualquer esfera de poder e, inclusive, em contextos internacionais que possam ter atraído o interesse do jornal em análise.

O tema pode ter sido abordado em diferentes circunstâncias, problematizando a análise. O jornal se refere não apenas à corrupção de atores políticos, mas a desvios de conduta por parte de corporações como a polícia, por exemplo. A corrupção pode ser de ordem municipal, estadual, federal, legislativa, judiciária, executiva. Essa infinidade de leques que se abrem em torno do tema foi motivo de cautela e rigor extra. Além disso, a mudança de códigos morais, legislativos, processos de fiscalização e punição ao longo do período analisado impôs um fenômeno de difícil apreensão. A pesquisa seria incapaz de captar todas as variações ocorridas na legislação<sup>171</sup>.

Outra fragilidade a ser apontada diz respeito à própria restrição que a busca por palavra-chave impõe. Ao adotar a busca pela palavra “corrupção” fatalmente foi eliminada uma quantidade presumivelmente grande de textos que efetivamente debatiam a corrupção ou casos de corrupção sem mencionar a palavra. Essa afirmação foi constatada durante leitura do *corpus*, quando se observou a publicação de outros textos que versavam sobre o tema, porém, sem citá-lo nominalmente. Contudo, é defensável a escolha pela palavra-chave a fim de restringir o *corpus* da pesquisa, pois uma análise que contemplasse todo e qualquer editorial relativo à corrupção ou a casos relacionados implicaria na ampliação do problema anteriormente citado, sobre a amplitude temática e suas múltiplas interfaces sociais.

Por se tratar de um período histórico relativamente afastado em termos tecnológicos, embora todo o material esteja digitalizado, apresentou-se como dificuldade considerável e limitante da pesquisa a baixa qualidade de digitalização dos impressos. Desgastadas pelo tempo, algumas páginas estavam com as letras borradas ou apagadas, impedindo a leitura do material. Isso, somado a mecanismos de busca automatizada ineficientes atingem a qualidade final da pesquisa e dos

---

<sup>171</sup> Além da lei da delação premiada, é uma invenção do período analisada a Lei da Improbidade Administrativa, sancionada em 02 de junho de 1992. Texto na íntegra disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8429.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8429.htm)>, acesso em 23 out. 2017.

resultados pretendidos. Contudo, foram adotadas as melhores estratégias para sanar ou minimizar tais obstáculos. Cabe ainda registrar que tal qualidade ruim de digitalização é uma marca mais presente na primeira década analisada e que, a partir dos anos 2000, é notada não apenas uma melhora gráfica, mas também dos próprios mecanismos de busca, já que a inscrição “editoriais” é incluída no topo das páginas 2, facilitando a busca pela unidade de pesquisa.

Registre-se ainda a limitação da amostra. Devido à opção por análise de ano composto, alguns eventos tiveram análise do discurso restrita a um momento. Em outras palavras, por analisar um longo período e optar por selecionar fragmentos amostrais de cada ano, foi inevitável o descarte de textos que davam curso ao discurso que o jornal produziu acerca de determinado escândalo político. É o caso do *Impeachment* do ex-presidente Fernando Collor. Pela razão da seleção de apenas dois meses de 1992, a presente análise acabou por se debruçar apenas no período de acusação do político, sem acompanhar a fundo o posicionamento adotado pela *Folha* posteriormente, durante a transição de governo. Restrições semelhantes também foram notadas em 2005 e 2006 (quando o Mensalão dominava a agenda) e a partir de 2015 (com os desdobramentos diários da Lava Jato). Ressalte-se ainda que esta pesquisa se mostrou mais eficaz ao mostrar a forma como os editoriais representam a corrupção e sua relação com os contextos histórico e político do Brasil, mas contemplou com menor ênfase aos processos e estratégias de construção dessa temática no Jornalismo.

Ainda assim, cabe defender a pertinência da metodologia adotada, realçando a oportunidade de expansão da pesquisa, tanto em outros jornais de qualidade (produzindo potenciais análises comparativas), quanto internamente, avançando na expressividade do *corpus*. Acredita-se na possibilidade e relevância de uma investigação que abrace o universo pesquisado sob a dimensão qualitativa e, quiçá, amplie-o acrescentando demais textos de abordagem semelhante e que não foram contemplados neste trabalho pela ausência da palavra-chave.

Também se considera importante discorrer sobre a limitação própria das pesquisas qualitativas, como manuseio dos textos e das informações obtidas em entrevista. Embora haja um esforço em se recorrer e se relatar uma série de procedimentos, a fim de seguir um padrão de análise e ainda dispor as planilhas de

classificação na seção de apêndices, pode-se reconhecer a dificuldade inerente desse tipo de pesquisa em produzir uma análise totalmente afastada do objeto.

De igual modo, foram encontradas barreiras na etapa quantitativa. Apenas uma análise qualitativa será capaz de assegurar a correlação da agenda editorial e política e não apenas mera coincidência de datas e picos de publicação. Além disso, vem a público, concomitantemente, mais de um caso de corrupção, o que leva a crer que em determinados momentos esses episódios se somam gerando esses picos. Pode-se antever que isso tenha se verificado entre 1992 e 1993, quando os escândalos “Anões do Orçamento” e “Caso Collor” ocupavam a agenda.

O universo pesquisado pode incluir casos internacionais, mas os casos elencados restringem-se ao contexto brasileiro. O conteúdo do universo não foi analisado neste momento, já que demandaria uma análise qualitativa. Contudo, a análise da amostra permite afirmar que apesar de esses textos de interesse internacional terem sido contabilizados nesta análise, representam pouco impacto numérico, pois aparecem com raridade.

Houve a tentativa de se comparar datas e frequência de publicações, mas reconhece-se que não se podem restringir datas e efeitos de cada evento, já que alguns processos, a exemplo da Lava Jato, se estendem por anos. Ao longo da análise qualitativa notou-se a presença de textos que anos mais tarde debatiam ou ao menos mencionavam como exemplo um fato ocorrido em época anterior.

Como contribuição, se considera salutar a discussão proposta e análise empírica sobre a forma como a empresa jornalística age politicamente, buscando interferir no jogo político e assim realçar sua importância institucional, assegurando credibilidade ao público e fortalecendo sua legitimidade enquanto ator social de defesa de interesses públicos, embora de iniciativa privada. Esse debate revela como o Jornalismo se utiliza de valores democráticos para lhe atribuir legitimidade, credibilidade e como, de alguma forma, esses valores são revertidos em vantagens empresariais, muito embora não seja um negócio qualquer, visto que tem uma forte característica como ator social e agente na construção da realidade.

Por fim, julga-se pertinente apontar possíveis caminhos de pesquisa que podem se desdobrar a partir desta dissertação: 1) para além da discussão da temática da corrupção e assumindo os editoriais jornalísticos como agenda prioritária a ser explorada na interface estabelecida entre Comunicação, Jornalismo

e Política, investigar os efeitos do discurso/atuação política dos editoriais jornalísticos nas negociações dos atores políticos e principalmente tomadores de decisão. Em que medida os editoriais influenciam as decisões dos poderes? Em que dimensões políticas o editorial exerce poder de interferência prática? Leis, projetos, nomeações, exonerações? Anúncios de políticas públicas, alianças, rompimentos? Isto é, uma proposta que coteje as propostas, posições, agendas e críticas indicadas pelos editoriais e a reação do poder público em resposta a essa atuação política – seja na interferência da tomada de decisão (com alterações de leis, emendas ou proposição de novos projetos) como também na pressão sobre os atores políticos (prestação de contas à opinião pública, por exemplo). Como os atores políticos respondem as demandas provocadas pelos editorialistas nestes textos?

2) Outra agenda, esta mais centrada no discurso político contido nos editoriais e o fenômeno da corrupção, seria a comparação dos resultados da presente pesquisa, isto é, o discurso construído pela *Folha de S. Paulo* sobre corrupção brasileira em 27 anos, e demais jornais nacionais de qualidade, como *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*. 3) Outro caminho de pesquisa seria ainda o paralelo analítico do discurso dos jornais brasileiros comparado à jornais europeus e norte-americanos, colocando sob perspectiva analítica não somente o trato do fenômeno da corrupção, mas do próprio discurso legitimador do papel social do Jornalismo em diferentes sociedades.

Tais propostas de pesquisa poderiam contribuir para a continuidade da investigação aqui realizada e aprimoramento de descobertas.



## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Afonso de. **Aconteceu num Carnaval: algumas observações sobre o mito de origem do Jornalismo brasileiro moderno.** *ECO-PÓS* – v.11, n.2, agosto-dezembro, 2008, pp. 95-116.
- ALBUQUERQUE, Afonso de. **Em nome do público: Jornalismo e política nas entrevistas dos presidentiáveis ao Jornal Nacional.** *Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação | E-compós*, Brasília, v.16, n.2, maio/ago. 2013.
- ALBUQUERQUE, Afonso de. **O Paralelismo político em questão.** *Revista Compólitica*, v. 2, n. 1, ed. jan-jun, ano 2012.
- ALBUQUERQUE, Afonso de. **Um outro “quarto poder”: imprensa e compromisso político no Brasil.** *Revista Contracampo*, n. 04, p. 23- 57, 2000.
- ALBUQUERQUE, Afonso de; HOLZBACH, Ariane Diniz. **Metamorfoses do contrato representativo: Jornalismo, democracia e os manuais da redação da Folha de S. Paulo.** *Comunicação, mídia e consumo*, São Paulo, vol. 5 n. 14 p. 149 - 170 nov. 2008.
- ALDÉ, Alessandra; VASCONCELLOS, Fábio. **Ao vivo, de Brasília: escândalo político, oportunismo midiático e circulação de notícias.** *Revista de Ciências Sociais*. Dossiê: Campanhas Políticas e Processos Eleitorais. Vol. 39, n.2, p. 61 – 69, 2008.
- ALMADA, Maria Paula; AMORIM, Paula Karini. **I Workshop e-Transparência.** Curitiba, 18 out. 2017. Palestra proferida na Universidade Federal do Paraná.
- ALONSO, Angela. **Métodos qualitativos de pesquisa: uma introdução.** In: *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo*. São Paulo: Sesc São Paulo/CEBRAP, 2016.
- ARANHA, Ana Luiza; FILGUEIRAS, Fernando. **Instituições de accountability no Brasil: mudança institucional, incrementalismo e ecologia processual** – Brasília: Enap, 2016. 51 p.: (Cadernos, 44)
- ARAÚJO, B.B; JORGE, Thaís. **Discurso jornalístico e corrupção política: a construção de uma cobertura legalista e personificada em Veja e CartaCapital.** *Revista Verso e Reverso*, Unisinos, XXIX (70):2-13, jan. 2015.
- ATHANÁSIO, Ester. **Controle Editorial nas Redações: Estudo sobre a percepção dos jornalistas de TV de Curitiba.** *Revista Uninter de Comunicação*, v. 2, p. 233-249, 2014
- AVRITZER, Leonardo. **Impasses da democracia no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2016, 154 pp.

AVRITZER, Leonardo; FILGUEIRAS, Fernando. **Corrupção e controles democráticos no Brasil**. Brasília, DF: CEPAL. Escritório no Brasil/IPEA, 2011. (Textos para Discussão CEPAL-IPEA, 32).

AZEVEDO, Fernando Antônio de Farias. **A Grande Imprensa Brasileira. Paralelismo Político e Antipetismo (1989-2014)**. São Carlos, SP, 2016.

AZEVEDO, Fernando Antônio de Farias. **A imprensa brasileira e o PT: um balanço das coberturas das eleições presidenciais (1989-2006)**. ECO-Pós, v.12, n.3, setembro-dezembro 2009, p. 48-65. 48.

AZEVEDO, Fernando. **Corrupção, mídia e escândalos Midiáticos no Brasil**. Em Debate, Belo Horizonte, v.2, n.3, p 14-19, mar. 2010.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROS FILHO, C. **Ética na Comunicação: da informação ao receptor**. São Paulo: Moderna, 1995.

BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre: Sulina, 1980.

BENETTI, M. **O Jornalismo como gênero discursivo**. *Revista Galáxia*, São Paulo, n.15, p. 13-28, jun. 2008.

BIROLI, Flávia. **O Jornalismo como gestor de consensos: limites do conflito na política e na mídia**. Disponível em <[http://www.compos.org.br/data/biblioteca\\_1837.doc](http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1837.doc)>. Acesso em 10 nov. 2017.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, L. F. **Orgulho e Preconceito: a “objetividade” como mediadora entre o Jornalismo e seu público**. *Revista Opinião Pública*, Campinas, vol.18, nº1, Junho, 2012, p. 22-43.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. - Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998. Vol. 1: 674 p. (total: 1.330 p.)

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Perspectiva, 2007.

BRASILEIROS são tolerantes à corrupção. Disponível em <[http://www1.folha.uol.com.br/foha/dimenstein/cbn/capital\\_290306.htm](http://www1.folha.uol.com.br/foha/dimenstein/cbn/capital_290306.htm)>. Acesso em 19 jul. 2017.

BREED, W. **Reedição de “Social Forces”** (Vol.33, Fall, 1955). *Social Control in the Newsroom: A Functional Analysis*. Direitos do autor: *Social Forces*.

BUCCI, E. **A Imprensa e o dever da liberdade: a independência editorial e suas fronteiras com a indústria do entretenimento, as fontes, os governos, os corporativismo, o poder econômico e as ONGs**. São Paulo: Contexto, 2009.

CALONGA, Maurilio D. **O jornal e suas representações: objeto ou fonte da História?** Comunicação & Mercado/UNIGRAN - Dourados - MS, vol. 01, n. 02 – edição especial, p. 79-87, nov 2012

CAMPBELL, Kenneth; WIGGINS, Ernest. **Editorial Advocacy Frames Explanatory Model. An Analysis of Newspapers withdrawing from Presidential Endorsements**, *Sur le journalisme, About journalism, Sobre Jornalismo* [En ligne], Vol 5, n°2 - 2016, mis en ligne le 26 décembre 2016. URL : <http://surlejournalisme.com/rev>

CAMPOS, Luiz Augusto. **Imprensa e Esfera Pública: retomando o debate Lippmann-Dewey**. *Sinais Sociais*, v. 28, p. 107-138, 2015.

CAPELATO, Maria Helena. **A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador**. In: *História das Américas [recurso eletrônico]: fontes e abordagens historiográficas*. Mariana Villaça, Maria Ligia Coelho Prado (Organizadoras) – São Paulo : Humanitas: CAPES, 2015. 1.356 Kb ; PDF.

CAPPELLE, M. C. A.; MELO, M. C. O. L.; GONÇALVES, C. A. **Análise de conteúdo e análise de discurso nas ciências sociais**. In: *Organizações Rurais & Agroindustriais*, v. 5, n. 1, art. 6, p. 0-0, 2003.

CARRARO, André. **Um Modelo de Equilíbrio Geral Computável com Corrupção para o Brasil**. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

CARVALHO, Guilherme. **Diretrizes para a Análise de Discurso em Jornalismo**. *Revista Uninter de Comunicação*, ano 1, n. 1, Jun/Dez 2013,

CENTRO de Estudos e Pesquisa sobre Corrupção. Disponível em: <[http://cepcorruptao.com.br/?page\\_id=32&lang=pt](http://cepcorruptao.com.br/?page_id=32&lang=pt)>. Acesso em 07 out. 2016.

CERVI, Emerson Urizzi. **PSDB e PT em eleições nacionais: fatores geográficos, políticos e socioeconômicos na polarização partidária no Brasil (1994 e 2014)** / Salamanca: Flacso-es / Curitiba: PPGCP-UFPR, 2016. (1ª edição)

CHAMPAGNE, Patrick. **Formar a opinião: o novo jogo político** / Patrick Champagne; tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. - Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

CHARAUDEAU, Patrick. **Gênero de discurso**. In: CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique (Org.). *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.

CHARAUDEAU, Patrick. **Dize-me qual é teu corpus, eu te direi qual é a tua problemática**. *Revista Diadorim / Revista de Estudos Linguísticos e Literários do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro*. Volume10, Dezembro, 2011.

CHIANG, C-F; KNIGHT, Brian. **Media Bias and Influence: Evidence form Newspaper Endorsements**. *Review of Economic Studies*, xx, p. 1-26, 2011.

CONTIJO, Silvana. **O livro de ouro da Comunicação**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

CUNHA, I e SERRANO E. (2014) (Coord.) **Cobertura Jornalística da Corrupção política: sistemas políticos, sistemas mediáticos, enquadramentos legais**, Cunha, I e Serrano E. (2014) (Coord.) Alethêia, ISBN 978-989-622-620-6.

CUNHA, Isabel Ferin. **Visibilidade da cobertura jornalística da corrupção política e indicadores de opinião pública**. In: (Coord.) *Cobertura Jornalística da Corrupção política: sistemas políticos, sistemas mediáticos, enquadramentos legais*, Cunha, I e Serrano E. (2014) (Coord.) Alethêia, ISBN 978-989-622-620-6.

DAMÉ, Otávio Menezes; CARRARO, André. **Educação e corrupção: a busca de uma evidência empírica**. *Latin American and Caribbean Law and Economics Association (ALACDE) Annual Papers*. Pelotas, RS, 2007.

DEMERS, François, **O editorial e o debate público. Introdução**, *Sur le journalisme, About journalism, Sobre Jornalismo* [En ligne], Vol 5, n°2 - 2016, mis en ligne le 26 décembre 2016. URL : <http://surlejournalisme.com/rev>

DRUCKMAN, James N.; PARKIN, Michael. **The Impact of Media Bias: How Editorial Slant Affects Voters**. *THE JOURNAL OF POLITICS*, Vol. 67, No. 4, November 2005, Pp. 1030–1049, 2005, Southern Political Science Association.

EBC, 2015. **Operação Lava Jato: entenda o que é delação premiada**. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/2015/09/operacao-lava-jato-entenda-o-que-e-delacao-premiada>>. Acesso em 21 out. 2017.

EBC, 2017. **Retrospectiva 2016**. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-12/retrospectiva-politica-2016>> Acesso em 23 jul. 2017.

EBERWEIN, Tobias, PORLEZZA, Colin e SPLENDORE, Sérgio. Verbete “*Media as political actors*”, In: MAZZOLENI, Gianpietro; BARNHURST, Kevin; IKEDA, Ken’ichi; MAIA, Rousiley; WESSLER, Hartmut. (Org.). **The International Encyclopedia of Political Communication**. 1ed.London: Wiley-Blackwell, 2015.

E BIOGRAFIA, 2017. **Sérgio Moro**. Disponível em: <[https://www.ebiografia.com/sergio\\_moro/](https://www.ebiografia.com/sergio_moro/)>. Acesso em 23 jul. 2017.

EILDERS, Christiane. **Synchronization of Issue Agendas in News and Editorials of the Prestige Press in Germany**. In: *Communications*. Volume 24, Issue 3, Pages 301–328, 1999.

EL PAÍS, 2017. **BRASIL é o 4º país mais corrupto do mundo**. Disponível em <[http://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/03/internacional/1475517627\\_935822.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/03/internacional/1475517627_935822.html)>. Acesso em 05 mai. 2017.

ENTMAN, Robert M. **'Framing: Toward Clarification of Fractured Paradigm'**. *Journal of Communication*, 43 (4), p. 51- 58, 1993.

EXAME, 2017. **Um a cada três brasileiros apoia intervenção militar no país**. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/um-a-cada-tres-brasileiros-apoia-intervencao-militar-no-pais/>>. Acesso 25 out. 2017.

FENAJ, 2014. **CÓDIGO de Ética dos Jornalistas Brasileiros**. Disponível em <[http://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/codigo\\_de\\_etica\\_dos\\_jornalistas\\_brasileiros..pdf](http://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros..pdf)>. Acesso em 30 mai. 2017.

FILGUEIRAS, Fernando; ARAÚJO, Mateus. **A política anticorrupção e o marco legal no Brasil**. In: CUNHA, I e SERRANO E. (2014) (Coord.) *Cobertura Jornalística da Corrupção política: sistemas políticos, sistemas mediáticos, enquadramentos legais*, Alethêia, ISBN 978-989-622-620-6.

FOLHA, 2007. **EMPRESÁRIO foi obstinado por independência e novidades**. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc3004200709.htm>>. Acesso em 08 jun. 2017.

FOLHA, 2011. **CHOQUE Editorial**. Disponível em <[http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/choque\\_editorial.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/choque_editorial.shtml)>. Acesso em 05 mai. 2017.

FOLHA, 2011. **CÍRCULO Folha**. Disponível em <[http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/historia\\_20\\_30.htm](http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/historia_20_30.htm)>. Acesso em 08 jun. 2017.

FOLHA, 2011. **CRONOLOGIA 80 anos**. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/cronologia.shtml>>. Acesso em 06 mai. 2017.

FOLHA, 2011. **LEITOR da Folha é ultraqualificado**. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2011/10/991055-leitor-da-folha-e-ultraqualificado-mostra-pesquisa.shtml>>. Acesso em 05 mai. 2017.

FOLHA, 2015. **Pela primeira vez corrupção é vista como maior problema do país**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/11/1712475-pela-1-vez-corrupcao-e-vista-como-maior-problema-do-pais.shtml>>. Acesso em 17 out. 2017.

FOLHA, 2016. **Hillary Clinton tem vantagem em apoio da mídia**. Disponível em: <<http://m.folha.uol.com.br/mundo/2016/10/1821259-candidata-democrata-hillary-clinton-tem-vantagem-em-apoio-da-midia.shtml?mobile>>. Acesso em 23 jul. 2017

FOLHA, 2016. **Jornal de Las Vegas endossa Trump**. Disponível em: <<http://m.folha.uol.com.br/mundo/2016/10/1825590-apos-sequencia-de-apoios-a-hillary-jornal-de-las-vegas-endossa-trump.shtml?mobile>>. Acesso em 23 jul. 2017

FOLHA, 2017. **PROJETO Editorial da Folha 2017**. Disponível em <<http://temas.folha.uol.com.br/projeto-editorial-da-folha/projeto-editorial-2017/introducao.shtml>>. Acesso em 05 mai. 2017.

FOLHA, 2017. **PROJETOS Editoriais anteriores**. Disponível em <<http://temas.folha.uol.com.br/projeto-editorial-da-folha/projetos-editoriais-antigos/1981-a-folha-e-alguns-passos-que-e-preciso-dar.shtml>>. Acesso em 05 mai. 2017.

FORUM, Ranking. **World Economic Forum**. Disponível em <<http://reports.weforum.org/global-competitiveness-index/competitiveness-rankings/#series=GCI.A.01.01.02>>. Acesso em 05 mai. 2017.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. (L'Ordre du discours, Leçon inaugurale ao Collège de France prononcée le 2 décembre 1970, Éditions Gallimard, Paris, 1971.) Tradução de Edmundo Cordeiro com a ajuda para a parte inicial do António Bento

GALICIA, Javier. **Posicionamiento**. In Treinta claves para entender el poder. México, Piso 15: 2010

GALTUNG, J., & RUGE, M. H. (1965). **The structure of foreign news: The presentation of the Congo, Cuba and Cyprus crises in four Norwegian newspapers**. *Journal of Peace Research*, (2), 64–91.

GAZETA, 2017. **Corrupção, saúde e desemprego: os desafios do futuro presidente a um ano das eleições**. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/blogs/lucio-vaz/2017/10/05/corruptao-saude-e-desemprego-os-desafios-futuro-presidente-um-ano-das-eleicoes/>>. Acesso em 18 out. 2017.

GGN, 2017. **Delação premiada no Brasil ontem e hoje**. Disponível em: <<https://jornalggm.com.br/noticia/a-delacao-premiada-no-brasil-ontem-e-hoje-por-romulo-de-andrade-moreira>>. Acesso em 21 out. 2017.

GILL, Rosalind. Capítulo 10, **Análise do Discurso**. In: “Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som : um manual pratico” / Martin W. Bauer, George Gaskell (editores); tradução de Pedrinho A. Guareschi.- Petrópolis, RJ : Vozes, 2002. Título original: *Qualitative Researching with Text, Image and Sound : a Practical Handbook*.

GOMES, W. Capítulo 3, **“Da discussão à visibilidade”**. In: “Comunicação e Democracia: Problemas e Perspectivas”, livro de Wilson Gomes e Rousiley Maia, 2008.

GOMES, W. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

GOMES, Wilson. **Jornalismo, Fato e Interesses: ensaios de teoria do Jornalismo**. Série Jornalismo a Rigor. Vol1. Florianópolis: Insular, 2009.

GOMES, WILSON. **Opinião Pública Política hoje: uma investigação preliminar**. Paper apresentado ao IX Encontro Anual da Compós. Porto Alegre, RS. 2000

GOMES, Wilson. **Por que a mídia é tão parcial e adversária da minha posição? A hipótese da 'hostile media perception'**. *Revista Compólitica*, 2016, vol. 6(1), compolitica.org/revista, ISSN: 2236-4781

GRESSLER, Lori Alice. **Introdução à pesquisa: projetos e relatórios**. 2ª edição. São Paulo: Loyola, 2004. 295 p.

GRONVALL, John. **De-coupling of journalism and democracy: Empirical insights from discussions with leading Nordic media executives**. *Journalism*, Vol. 16(8) 1027– 1044, 2015.

GUAZINA, Liziane Soares. **Jornalismo em busca da credibilidade: a cobertura adversária do Jornal Nacional no Escândalo do Mensalão**. Tese de doutorado. Universidade de Brasília, 2011.

GUERREIRO NETO, Guilherme. **O Discurso de Legitimação do Jornalismo: A Instituição Inscrita Nos Editoriais**. Florianópolis, SC, 2013.

GUERREIRO NETO, Guilherme. **Da opinião à identidade: Características do editorial em dois jornais brasileiros**. *Sur le journalisme, About journalism, Sobre Jornalismo*, Vol 5, nº2 - 2016, p. 92-105. URL : <http://surlejournalisme.com/rev>

GUTMANN, J. F. **Quadros Narrativos Pautados pela Mídia: framing como segundo nível do agenda-setting?** *Contemporanea: Revista de Comunicação e Cultura*, Salvador, v. 4, n. 1, p. 25-50, 2006.

GUTMANN, J. F. **Quadros narrativos pautados pela mídia: framing como segundo nível do agenda-setting?** *Contemporanea*, Salvador, v.4, n.1, p.25-5, jun. 2006

HABERMAS, J. **Direito e Democracia: entre facticidade e validade**, Vol 2, 1929. Tradução: Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural Da Esfera Pública – Investigações Quanto A Uma Categoria Da Sociedade Burguesa**. Tradução, Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HAHN, Kyu; LEE, Hye-yon; LEE, Jihye. **Verbete "Media bias"**, In: MAZZOLENI, Gianpietro; BARNHURST, Kevin; IKEDA, Ken'ichi; MAIA, Rousiley; WESSLER, Hartmut. (Org.). **The International Encyclopedia of Political Communication**. 1ed.London: Wiley-Blackwell, 2015.

HALLIN, D; MANCINI, P. **Sistemas de mídia: Estudo comparativo (três modelos de comunicação e política)**, Lisboa: Livros Horizontes, 2010.

HELD, David. **Modelos de Democracia**. Belo Horizonte: Editora: Paideia, 1987.  
 JORNAIS tem mais credibilidade. Disponível em:  
[http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2017/01/13/interna\\_politica,839228/jornais-tem-mais-credibilidade-revela-pesquisa-do-ibope.shtml](http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2017/01/13/interna_politica,839228/jornais-tem-mais-credibilidade-revela-pesquisa-do-ibope.shtml) >. Acesso em 05 jun. 2017.

HO, Daniel E.; QUINN, Kevin M. **Measuring Explicit Political Positions of Media**. *Quarterly Journal of Political Science*, 2008, 3: 353-377.

JUPP, Victor. **The Sage Dictionary of Social Research Methods**. Sage Publications, 2006, 352 p.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os Elementos do Jornalismo: O que os profissionais de Jornalismo devem saber e o público deve exigir**. Porto: Porto Editora, 2003, 224 p.

KUCINSKI, Bernardo. **A síndrome da antena parabólica: ética no Jornalismo brasileiro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998, 198 p.

LAVA JATO. Disponível em: < <http://lavajato.mpf.mp.br/entenda-o-caso> >. Acesso em 11 jul. 2017.

LIMA, Márcia. **O uso da entrevista na pesquisa empírica**. In: Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo. São Paulo: Sesc São Paulo/CEBRAP, 2016.

LIPPMANN, Walter. **Public Opinion**, 1922. Disponível em: <<http://xroads.virginia.edu/~Hyper2/CDFinal/Lippman/contents.html>>. Acesso em 09 de junho de 2017.

MAIA, R. C. M.. **Deliberação e Mídia**. In: Rousiley C.M. Maia. (Org.). *Mídia e Deliberação*. 1ª ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, v. 1, p. 93-119

MAIA, Rousiley C. M. **A deliberação nos *media*: apontamentos conceituais**. *Comunicação e Sociedade*, São Bernardo do Campo, PósCom-Metodista, a. 29, n. 50, p. 81-101, 2. Sem. 2008.

MAIORES jornais do Brasil. Disponível em: < <http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>>. Acesso em 09 nov. 2016;

MARQUES, F. P. J. A.; MIOLA, Edna ; SIEBRA, N. **Jornalismo, Assessoria de Imprensa e seus condicionantes organizacionais: Uma reflexão a partir das Teorias do Jornalismo**. *Animus* (Santa Maria. Online), v. 13, p. 145-166, 2014.

MARQUES, F. P. J; MONT'ALVERNE, C; MITOZO. **“Nem Dilma nem Temer”:** Um estudo quantitativo sobre padrões de cobertura do *impeachment* de Dilma Rousseff em editoriais jornalísticos. In: NAPOLITANO, Carlos José; VICENTE, Maxiliano Martin; SOARES, Murilo Cezar (org.). *Comunicação e Cidadania Política*, São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017.

MARQUES, F. P. J; MONT'ALVERNE, C; MITOZO, I. **O Impeachment de Dilma Rousseff nos Editoriais de *Folha* e *Estadão*: Um Estudo Quanti-Qualitativo sobre o posicionamento político dos jornais**. *No prelo*. Trabalho enviado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Política do XXVI Encontro Anual da Compós, Faculdade Cásper Líbero, São Paulo - SP, 06 a 09 de junho de 2017.



MEDINA, Cremilda. **Notícia: um produto à venda. Jornalismo na sociedade urbana e industrial.** 6ª edição. Summus Editorial: São Paulo, 1978.

McCOMBS, M. **Setting the agenda.** The mass media and public opinion. PolityPress, 2004. (Edição brasileira pela Vozes, 2009. **Teoria da agenda**).

**McCOMBS, M.** Editorial Endorsements: A Study of Influence. *Journalism Quarterly*. Volume: 44 issue: 3, page(s): 545-548. Issue published: September 1, 1967.

MEDINDO a corrupção. Disponível em <<http://www.politize.com.br/medindo-a-corrupcao/>> Acesso em 05 de mai. 2017.

MELO, J. M. **Jornalismo Opinativo: gêneros opinativos no Jornalismo brasileiro.** 3a. ed. – revista e ampliada. Campos de Jordão: Editora Mantiqueira, 2003.

MELTZER, Kimberly. **Newspaper editorial boards and the practice of endorsing candidates for political office in the United States.** *Journalism*, Vol. 8(1): 83–103 , 2007.

MENSALÃO. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/brasil/noticias/entenda-o-escandalo-do-mensalao-20101007.html>>. Acesso em 12 jul. 2017.

MESQUITA, Nuno Coimbra; MOISÉS, José Álvaro; RICO, Bruno. **As diferentes dinâmicas da corrupção: Mídia, Percepção e Instituições no contexto Brasileiro.** In: CUNHA, I e SERRANO E. (2014) (Coord.) *Cobertura Jornalística da Corrupção política: sistemas políticos, sistemas mediáticos, enquadramentos legais*, Alethêia, ISBN 978-989-622-620-6.

MÍDIA e democracia. Disponível em: <<http://www.andi.org.br/politicas-de-comunicacao/page/midia-e-democracia>>. Acesso em 16 set. 2015;

MILLENIUM, Instituto. **BRASIL piora três posições.** Disponível em: <<http://www.institutomillennium.org.br/blog/brasil-piora-tres-posicoes-no-ranking-de-corrupcao-da-transparencia-internacional/>>. Acesso em 25 abr. 2017.

MISSÃO. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/institucional/missao.shtml>>. Acesso em 06 jun. 2017.

MONT'ALVERNE, C.; MARQUES, F. P. J. **A PAUTA DO DIA: Um estudo sobre o agendamento do Congresso Nacional brasileiro nos editoriais da Folha de S. Paulo e de O Estado de S. Paulo.** *Brazilian Journalism Research*, v. 12, n. 2, p. 120–147, 2016.

MONT'ALVERNE, C.; MARQUES, F. P. J. A. **A opinião da empresa no Jornalismo brasileiro: um estudo sobre a função e a influência política dos editoriais.** *Estudos em Jornalismo e Mídia (UFSC)*, v. 12, p. 121-137, 2015.

MONT'ALVERNE, Camila. **“Pródigo em decisões contra o interesse público”:** **imagem pública, agendamento e enquadramento do Congresso Nacional nos editoriais dos jornais O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo.** 245 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Instituto de Cultura e Arte, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2016.

MORETTIN, Pedro; TOLOI, Clélia. **Análise de Séries Temporais.** 2ª edição. São Paulo: Egard Blucher, 2006.

MORO, S. **Considerações sobre a Operação Mani Pulite,** 2004. Revista CEJ, nº 26, P. 56-62.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise Crítica da Narrativa.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

MUTHUKRISHNA, Michael; FRANCOIS, Patrick; POURAHMADI, Shayan; HENRICH, Joseph. **Corrupting cooperation and how anti-corruption strategies may backfire.** Nature Human Behaviour 1, p. 1-5, 2017.

NEGRINI, Ralph. Verbete: “Americanization”, In: MAZZOLENI, Gianpietro; BARNHURST, Kevin; IKEDA, Ken'ichi; MAIA, Rousiley; WESSLER, Hartmut. (Org.). **The International Encyclopedia of Political Communication.** 1ed.London: Wiley-Blackwell, 2015.

OPERAÇÃO de guerra. Disponível em <<http://jornalqgn.com.br/noticia/como-a-lava-jato-foi-pensada-como-uma-operacao-de-guerra>>. Acesso em 22 jun. 2016.

PAGLIARINI, Alexandre Coutinho e AGOSTINI, Leonardo Cesar. Artigo: **A relação entre o regime democrático e o direito à informação,** publicado em “Direitos Fundamentais e Justiça”, Vol. 8, jul|set 2009.

PEREIRA, F. H.; NAVES, L. M. **A entrevista de pesquisa com jornalistas: algumas estratégias metodológicas.** In *Texto* (UFRGS. Online), v. 29, p. 35-50, 2013.

PEREIRA, Fábio Henrique. **Objetivação e Triangulação Metodológica em Entrevistas de Pesquisa com Jornalistas: análise de uma carreira profissional.** *Revista Parágrafo*, v. 2, p. 47-68, 2014.

PINHEIRO, Yohanna. **O discurso do jornal O Estado de S. Paulo sobre o Mercosul.** 117 f. Monografia (Graduação em Jornalismo) – Instituto de Cultura e Arte, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2013

PINTO, Ana Estela de Sousa. **Folha.** São Paulo: Publifolha, 2012. – (*Folha explica*).

PINTO, Pâmela Araújo. **Brasil e as suas mídias regionais: estudos sobre as regiões Norte e Sul.** Rio de Janeiro: Multifoco, 2017.

PLANALTO, 1940. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm) >. Acesso em 13 jul. 2017.

PRESTON, Paschal. Verbete: “News values”, In: MAZZOLENI, Gianpietro; BARNHURST, Kevin; IKEDA, Ken’ichi; MAIA, Rousiley; WESSLER, Hartmut. (Org.). **The International Encyclopedia of Political Communication**. 1ed.London: Wiley-Blackwell, 2015.

PT perde prefeituras. Disponível em:<<http://www.cartacapital.com.br/politica/em-4-anos-pt-perde-60-das-prefeituras>>. Acesso em 07 out. 2016.

QUALITY PAPER. Disponível em: <<http://www.almanaque.me/memoria/o-quality-paper-ou-jornal-de-qualidade>> Acesso em 09 nov. 2016.

RANKING da corrupção. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/brasil/brasil-piora-tres-posicoes-no-ranking-de-corrupcao-da-transparencia-internacional-20821847>>. Acesso em 08 jun. 2017.

RANKING da corrupção. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/internacional/4411692/brasil-piora-no-ranking-da-corrupcao-para-76-lugar-entre-168-paises>>. Acesso em 07 out. 2016.

RINK, Eike Mark. Verbete “Mediated Deliberation”, In: MAZZOLENI, Gianpietro; BARNHURST, Kevin; IKEDA, Ken’ichi; MAIA, Rousiley; WESSLER, Hartmut. (Org.). **The International Encyclopedia of Political Communication**. 1ed.London: Wiley-Blackwell, 2015.

RIZZOTTO, C.C. **Discursa, Lola, discursa: estratégias discursivas de um blog feminista**. Galaxia (São Paulo, Online), n. 28, p. 248-261, dez. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-25542014219043>.

RUBIM, Antonio. **Espetacularização e midiatização da política**. In RUBIM, Antônio. Comunicação e Política, conceitos e abordagens. Salvador: Editora UFBA, 2004.

SARTORI, Giovanni. **A política: lógica e método nas Ciências Sociais**. Brasília: UnB, 1981.

SCAMMEL, Margaret. “Election Campaign Communication”.In: MAZZOLENI, Gianpietro; BARNHURST, Kevin; IKEDA, Ken’ichi; MAIA, Rousiley; WESSLER, Hartmut. (Org.). **The International Encyclopedia of Political Communication**. 1ed.London: Wiley-Blackwell, 2015.

SCHUDSON, Michael. **O modelo americano de Jornalismo: exceção ou exemplo?** Revista Comunicação e Cultura, nº 3, 2007, p. 115- 130.

SECOM, 2015. **Pesquisa Brasileira de Mídia 2015 – Hábitos de Consumo de Mídia pela População Brasileira**. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM). Disponível em: <<http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2015.pdf>>. Acesso em 09 nov. 2016.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **O adiantado da hora: a influência americana sobre o Jornalismo brasileiro**. São Paulo: Sumus, 1991.

SILVA, Terezinha. **A pesquisa sobre escândalo político: panorama de 10 anos**. Revista Fronteiras – estudos midiáticos. Vol. 15 Nº 3 - setembro/dezembro, 2013, p. 160-169.

SILVEIRA, Fábio Alves. **Dworkin e a liberdade de imprensa**. In: Comunicação e política / Adolpho Carlos Françoso Queiroz; Hertz Wendel de Camargo – Londrina, Syntagma Editores, 2014. 272 p.

SUPREMO decide proibir doações de empresas para campanhas eleitorais. Disponível em <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/09/supremo-decide-proibir-doacoes-de-empresas-para-campanhas-eleitorais.html>>. Acesso em 09 jun. 2017.

TEMPOS cruciais. Disponível em <[http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/tempos\\_cruciais-01.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/tempos_cruciais-01.shtml)>. Acesso em 06 mai. 2017.

THOMPSON, J. 2002. **O escândalo político. Poder e Visibilidade na era da mídia**. Petrópolis, Ed. Vozes, 325 p.

TIPOS de corrupção. Disponível em <<http://combateacorrupcao.mpf.mp.br/tipos-de-corrupcao>>. Acesso em 06 jun. 2017.

TRANSPARÊNCIA. Disponível em <<https://www.transparencia.org.br/contato>> Acesso em 05 mai. 2017.

TRANSPARENCY. Disponível em <<http://www.transparency.org/>> Acesso em 05 mai. 2017.

TRAQUINA, Nelson (org). **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. Lisboa: Veja, 1994, p.61-73

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são**/ Florianópolis: Insular, 2004.

TUCHMAN, Gaye. **Reedição de “American Journal of Sociology”** (Vol. 77, Nº 2, 1972). *Objectivity as Strategic Ritual: Na Examinacion of Newsmen’s Notions of Objectivity*. Direitos do autor: *The University of Chicago*.

VAN DALEN, Arjen; ALBAEK, Erik. **Suspicious minds: Explaining political cynicism among political journalists in Europe**. *European Journal of Communication*, 26(2) 147–162, 2011

VIMIEIRO, Ana Carolina; MAIA, Rouseley. **Enquadramentos da mídia e o processo de aprendizado social: transformações na cultura pública sobre o tema da deficiência de 1960 a 2008**. *Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação | E-compós*, Brasília, v.14, n.1, jan./abr. 2011.

WANTA, Wayne. Verbete “*News media organizations*”, In: MAZZOLENI, Gianpietro; BARNHURST, Kevin; IKEDA, Ken’ichi; MAIA, Rousiley; WESSLER, Hartmut. (Org.). **The International Encyclopedia of Political Communication**. 1ed.London: Wiley-Blackwell, 2015.

WEBER, Maria Helena. **Imagem Pública**. In RUBIM, Antônio. *Comunicação e Política, conceitos e abordagens*. Salvador: Editora UFBA, 2004. p. 259-308.

## APÊNDICES

Esta seção disponibiliza a íntegra do roteiro das entrevistas realizadas com editorialistas do jornal *Folha de S. Paulo*, cujo conteúdo foi apresentado no capítulo de análise, a partir da seleção dos trechos mais relevantes para a resposta à pergunta de pesquisa e a fim de se evitar a interrupção da leitura do trabalho com informações adicionais e extensas. Contudo, considera-se a importância da inclusão de material adicional neste espaço, a fim de garantir a transparência da pesquisa, e permitir que os leitores acessem o material discutido nos capítulos anteriores.

### Apêndice A – Roteiro de Entrevistas

Além da autora, dividem a responsabilidade pela elaboração do seguinte roteiro de perguntas o Professor Doutor Francisco Paulo Jamil Almeida Marques e a doutoranda Camila Mont'Alverne, respectivamente coordenador e integrante do Grupo de Pesquisa Comunicação, Política e Tecnologia (PONTE), com funcionamento na Universidade Federal do Paraná (UFPR).

#### ROTEIRO ENTREVISTAS - EDITORIALISTAS *FOLHA DE S. PAULO*

Esta entrevista semiestruturada foi elaborada a fim de compreender rotinas que marcam a produção de editoriais jornalísticos, bem como as relações que envolvem campo jornalístico e campo político. As respostas serão utilizadas em duas pesquisas, uma de Mestrado e outra de Doutorado, realizadas no âmbito do Grupo de Pesquisa em Comunicação, Política e Tecnologia (PONTE), vinculado aos Programas de Pós-Graduação em Comunicação e em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná (UFPR). O anonimato pode ser resguardado, se assim o entrevistado desejar.

**Data: 05 de junho de 2017**

**Entrevistados:**

**13h – (Anônimo)**

**Mini biografia:**

Jornalista, foi editor assistente de Opinião, mas não trabalha mais na *Folha*(se afastou no início de 2017).

### **15h - Uirá Machado**

#### **Mini biografia:**

Bacharel em Direito e em Filosofia. Foi editor de "Opinião" e atualmente é editor da "Ilustríssima".

### **17h - Gustavo Patu**

#### **Mini biografia:**

Jornalista especializado em economia e finanças públicas. Autor de "A Especulação Financeira" (série *Folha Explica*) e "A Escalada da Carga Tributária". Gustavo Patu é jornalista da *Folha de S. Paulo* desde 1992 e participou da cobertura sobre o lançamento do Plano Real em 1994. Atual editor de Opinião.

## **PERGUNTAS**

### **BLOCO 1: NOÇÕES GERAIS SOBRE EDITORIAIS E ROTINA PRODUTIVA**

- 1) Em que período você atuou como editorialista?
- 2) Qual a importância do texto editorial para o Jornalismo contemporâneo? Isto é, em um cenário no qual o leitor tem acesso farto a opiniões de ordem diversas, o editorial não perderia prestígio?
- 3) E no caso da *Folha*, qual a relevância mercadológica e ideológica do texto editorial? O que este gênero jornalístico representa para a empresa?
- 4) O editorial é um texto que cumpre a função de orientar o leitor. Ao mesmo tempo, também é uma forma de o jornal posicionar-se na esfera pública. Diante disto, que tipo de imagem a *Folha* pretende construir de si mesma a partir de seus editoriais?
- 5) Qual é o público leitor prioritário dos editoriais? Com quem o jornal pretende dialogar e por quê?
- 6) Como o jornal seleciona os editorialistas e quantos profissionais trabalham como editorialistas atualmente na *Folha*? Esse número varia? Por quê?
- 7) Como funciona a rotina de produção dos editoriais? Em que medida os textos são discutidos (ou elaborados) de maneira coletiva? Qual o nível de

autonomia dos editorialistas no processo de discussão e elaboração dos editoriais?

- 8) Que estratégias são mobilizadas para preservar a coerência discursiva dos editoriais, considerando que são textos produzidos por diferentes autores?

## **BLOCO 2: CRITÉRIOS DE EDITORIALIDADE E LINHA EDITORIAL**

- 9) Que critérios são aplicados para definir a pauta dos editoriais? Em que medida esses critérios são distintos dos *Critérios de Noticiabilidade*, que norteiam a seção informativa?
- 10) Quem toma a decisão final na definição de um tema que será contemplado pelo editorial?
- 11) Como o jornal define sua linha editorial, especialmente, posicionamentos adotados nos editoriais?
- 12) Que tipos de instrução recebem os editorialistas por parte da direção do jornal?
- 13) Qual é a relação dos editorialistas com editor de opinião e com os proprietários do jornal?
- 14) Qual é a relação da formatação da linha editorial com anunciantes? E com agentes políticos?
- 15) Como os editorialistas e a editoria de opinião lidam com os riscos de assumir posições polêmicas?
- 16) Na condição de editorialistas, jornalistas continuam atuando nas redações? Se sim, percebem interferência dos valores prioritários para o jornal na cobertura noticiosa?
- 17) Mesmo em relação a repórteres que não são editorialistas, há influência de agendas e enquadramentos dos editoriais em relação às notícias e reportagens?
- 18) Há mudanças na postura editorial do jornal ao longo dos anos? Que tipos de mudanças?
- 19) Você presenciou ou tomou parte de momentos em que a *Folha* mudou de opinião sobre um tema? Como isso foi decidido?
- 20) Em um cenário de competição com outros periódicos, de que forma a opinião dos outros jornais influencia a opinião emitida pela *Folha*? Qual é a importância do posicionamento editorial dos concorrentes?
- 21) As expectativas da audiência são consideradas na tomada de decisões sobre agenda e enquadramento dos editoriais? Como?
- 22) Houve alguma situação em que teve de escrever um editorial no qual a opinião da *Folha* divergia da sua pessoal? O que acontece neste caso?



### BLOCO 3: PERGUNTAS ESPECÍFICAS SOBRE PERÍODO ANALISADO

- 1) A partir de 2006, a *Folha* reduziu a quantidade diária de editoriais de três para dois. Quais seriam as possíveis razões e efeitos de tal redução?
- 2) Não obstante o fato de a *Folha* apresentar-se como um jornal apartidário, em que medida a alternância de governantes de diferentes esferas e poderes (executivo e legislativo em âmbito nacional, estadual ou municipal) impacta no processo de produção dos editoriais? Como são definidos os momentos nos quais agentes políticos ou políticas públicas específicas devem ser defendidos ou criticados nos editoriais?
- 3) Ao expressar demandas de forma clara no editorial, o jornal posiciona-se como ator político, ainda que atue de forma distinta dos agentes políticos tradicionais. Como você avalia tal atuação? Em que medida o papel de agente político produz tensões com a deontologia do Jornalismo comercial, que defende que o conteúdo deve ser imparcial e procurar atender ao interesse público?
- 4) Existe um discurso-padrão para casos de corrupção? Que valores são norteadores do discurso da *Folha* a respeito do fenômeno da corrupção?
- 5) Em que medida o aumento do número de investigações sobre casos de corrupção e as alterações legislativas relativas a estes crimes despertaram um interesse maior do jornal? Por quê?
- 6) O jornal possui uma agenda específica sobre a reforma política, a ser defendida nos editoriais? Se sim, esta defesa também perpassa o material informativo? Se não, a cobertura sobre o assunto depende de quais fatores?

## Apêndice B – Tabelas de categorização da amostra

Nesta seção, estão disponíveis tabelas de categorização das amostras por bloco temporal. O material não foi apresentado na estrutura da dissertação para tornar a leitura mais fluida e orientada aos objetivos da pesquisa. Com a intenção de conferir maior transparência à pesquisa, e permitir que o procedimento metodológico seja avaliado, apresenta-se este.

TABELA 14 - CATEGORIZAÇÃO DA AMOSTRA DO BLOCO 1 (1990 A 1995)

ANO	MÊS	DATA	nº menções	CLASSIFICAÇÃO	TÍTULO	CASO
1990	JAN	26/01/1990	2	B*(combativo, discute causas e/ou solução)	Liberalização do comércio	X
	FEV	X	x	x	x	X
1991	MAR	31/03/1991	2	C* (combativo, discute consequências)	Mais impostos	X
	ABR		1	B*(combativo, discute causas e/ou solução)	Liberdade Condicional	X
		03/04/1991	1	A (combativo, exige punição ou investigação)	Tratamento de choque	FRAUDES NA PREVIDÊNCIA
		24/04/1991	2	A (combativo, exige punição ou investigação)	Relação incestuosa	CARTA DE BELO HORIZONTE
1992	MAI	26/05/1992	1	D (tolerante, questiona acusação)	Prova de maturidade	COLLOR
		06/06/1992	1	D (tolerante, questiona acusação)	Recuo estratégico	COLLOR
		07/06/1992	4	A (combativo, exige punição ou investigação)	Em busca de provas	COLLOR
		08/06/1992	1	B*(combativo, discute causas)	Obras desburocratizadas	X
		11/06/1992	1	A (combativo, exige punição ou investigação)	Ponta do iceberg	COLLOR
		15/06/1992	1	A (combativo, exige punição ou investigação)	Opção pelos pobres	COLLOR
		19/06/1992	1	D (tolerante, questiona acusação)	Planalto contra ataca	COLLOR
		JUN	25/06/1992	1	D (tolerante, questiona acusação)	Certeza e indefinição
1993	JUL	27/07/1993	1	A (combativo, exige punição ou investigação)	Merenda roubada	DESVIO MERENDA ESCOLAR
1993	AGO	X	X	X	X	X
	SET	X	X	X	X	X
1994	OUT	X	X	X	X	X
	NOV	17/11/1995	5	B*(combativo, discute causas e/ou solução)	Pelé tem razão	X
1995		01/12/1995	1	B(combativo, discute causas e/ou solução)	Raposa no galinheiro	Fundos de pensão estatais
	DEZ	26/12/1995	X	BAIXA QUALIDADE LEITURA	X	X
<b>TOTAL</b>			<b>26</b>	<b>6A (combativo, exige punição ou investigação); 5 B (combativo, discute causas e/ou solução); 1C (combativo, discute consequências); 4D (tolerante, questiona acusação) 0 E (neutro, termo citado para contextualizar)</b>	<b>16 EDITORIAIS</b>	<b>7/16 (43%) SOBRE COLLOR</b>
				* NÃO É TEMA CENTRAL		
				X = NÃO HOUVE MENÇÃO AO TEMA		

FONTE: A AUTORA (2017)

TABELA 15 – CATEGORIZAÇÃO DA AMOSTRA DO BLOCO 2 (1996 A 2001)

ANO	MÊS	DATA	nº menções	CLASSIFICAÇÃO	TÍTULO	CASO
1996	JAN	X	X	X	X	X
	FEV	X	X	X	X	X
1997	MAR	22/03/1997	1	A (combativo, exige punição ou investigação)	Raciocínio patético	Escândalo dos precatórios (Pitta)
	ABR	X	X	X	X	X
1998	MAI	26/05/1998	1	B* (combativo, discute causas e/ou solução)	Trânsito e educação	X
1998	JUN	X	x	x	x	x
1999	JUL	19/07/1999	2	A (combativo, exige punição)	Corrupção paulista	x
		22/07/1999	1	C* (combativo, discute consequências)	Miséria e Fome de Poder	x
		29/07/1999	1	C* (combativo, discute consequências)	O Senador e os pobres	x
		31/07/1999	1	A (combativo, exige punição ou investigação)	Corrupção na Dersa	Dersa x Power
	AGO	05/08/1999	1	A (combativo, exige punição ou investigação)	Asco	Câmara Paulista
		08/08/1999	1	A (combativo, exige punição ou investigação)	Medo da responsabilidade	x
		10/08/1999	1	A (combativo, exige punição ou investigação)	CPI para ralé	Câmara Paulista
		23/08/1999	1	E (neutro, termo citado para contextualizar)	Abaixo do Equador	x
		30/08/1999	3	E (neutro, termo citado para contextualizar)	Autoritarismo Chavista	x
		13/09/2000	2	C (combativo, discute consequências)	Esqueleto de Justiça	Construção Fórum TRT-SP
2000	SET	14/09/2000	1	C (combativo, discute consequências)	Pobreza de poder	x
		16/09/2000	8**	A (combativo, exige punição ou investigação)	Quem rouba mais	X
	OUT	07/10/2000	2	C (combativo, discute consequências)	Argentina em crise	Senado argentino
		15/10/2000	1	E (neutro, termo citado para contextualizar)	Marta x Maluf	Maluf
		19/10/2000	1	D (tolerante, questiona acusação)	Amapá na fronteira	Governador Capiberibe
2001	NOV	X	X	X	X	X
	DEZ	X	X	X	X	X
<b>TOTAL</b>			<b>29</b>	<b>7 A (combativo, exige punição ou investigação); 1 B (combativo, discute causas e/ou solução); 5 C (combativo, discute consequências); 1 D (tolerante, questiona acusação) 3 E (neutro, termo citado para contextualizar)</b>	<b>17 EDITORIAIS</b>	<b>NÃO HÁ PREDOMINÂNCIA</b>
				* NÃO É TEMA CENTRAL		
				** BAIXA QUALIDADE LEITURA		
				X = NÃO HOUVE MENÇÃO AO TEMA		

FONTE: A AUTORA (2017)

TABELA 16- CATEGORIZAÇÃO DA AMOSTRA DO BLOCO 3 (2002 A 2007)

ANO	MÊS	DATA	nº menções	CLASSIFICAÇÃO	TÍTULO	CASO
2002	JAN	X	X	X	X	X
	FEV	25/02/2002	1	B*(combativo, discute causas)	Zona de Contrabando	Zona franca de Manaus
2003	MAR	X	X	X	X	X
	ABR	X	X	X	X	X
2004	MAI	04/05/2004	1	E*(neutro, cita termo para contextualizar)	Erro tático	Premiê israelense
		22/05/2004	2	B* (combativo, discute causas e/ou solução)	Agentes do crime	X
	JUN	02/06/2004	1	C*(combativo, discute consequências)	Mais um motim	X
		05/06/2004	1	E*(neutro, cita termo para contextualizar)	A polêmica do MP	x
		09/06/2004	1	C (combativo, discute consequências)	Saúde desgastada	Irregularidade Ministério da Saúde
		10/06/2004	1	A (combativo, exige punição ou investigação)	Ligações perigosas	Dep. Pedro Côrrea
21/06/2004	1	A (combativo, exige punição ou investigação)	Plataforma política	Petrobrás		
2005	JUL	01/07/2005	2	B (combativo, discute causas e/ou solução)	Pacote Limitado	Mensalão
		03/07/2005	2	C (combativo, discute consequências)	Teatro Sombrio	Mensalão
		05/07/2005	1	C (combativo, discute consequências)	O plano de Delfim	Mensalão
		10/07/2005	1	B (combativo, discute causas e/ou solução)	Mágicas e Conchavos	Mensalão
		13/07/2005	1	D (tolerante, questiona acusação)	O show das malas	Dep. PFL IURD
		14/07/2005	1	C (combativo, discute consequências)	Um momento de alívio	Mensalão
		17/07/2005	1	B (combativo, discute causas e/ou solução)	Coisa melhor	Mensalão
		18/07/2005	1	A (combativo, exige punição ou investigação)	O Papel da Justiça	Mensalão
		19/07/2005	1	A (combativo, exige punição ou investigação)	Verdades e Mentiras	Mensalão
		21/07/2005	1	A (combativo, exige punição ou investigação)	Escárnio à nação	Mensalão
		22/07/2005	1	A (combativo, exige punição ou investigação)	Além do PT	Mensalão
		25/07/2005	1	A (combativo, exige punição ou investigação)	O show da CPI	Mensalão
		31/07/2005	1	C (combativo, discute consequências)	Desencanto Político	Mensalão
		AGO	03/08/2005	1	E (neutro, cita termo para contextualizar)	A defesa de Dirceu
	08/08/2005		1	A (combativo, exige punição ou investigação)	A CPI tem de avançar	Mensalão
	10/08/2005		2	E (neutro, cita termo para contextualizar)	Escândalo na ONU	ONU - Petróleo por Comida
	12/08/2005		1	C (combativo, discute consequências)	A derrocada	Mensalão
	13/08/2005		2	A (combativo, exige punição ou investigação)	O discurso de Lula	Mensalão
	14/08/2005		1	C (combativo, discute consequências)	O vazio do PT	Mensalão
	19/08/2005		1	B (combativo, discute causas e/ou solução)	Não ao casuísmo	Mensalão
			1	C (combativo, discute consequências)	A vez de Palocci	Mensalão
	20/08/2005		1	E (neutro, cita termo para contextualizar)	Proposta estapafúrdia	Mensalão
	30/08/2005		2	A (combativo, exige punição ou investigação)	Basta de espetáculo	Mensalão
	31/08/2005		2	A (combativo, exige punição ou investigação)	Sem complacência	Mensalão
	2006	SET	13/09/2006	3	B (combativo, discute causas e/ou solução)	Convite à corrupção
24/09/2006			1	A (combativo, exige punição ou investigação)	Degradação	Mensalão
27/09/2006		5	A (combativo, exige punição ou investigação)	Sangria na saúde	Operação Vampiro	
2006	OUT	X	X	X	X	X
2007	NOV	23/11/2007	1	A (combativo, exige punição ou investigação)	Exemplo de cima	Mensalão mineiro
		24/11/2007	3	A (combativo, exige punição ou investigação)	Campeonato deprimente	Mensalão mineiro
	DEZ	17/12/2007	1	E*(neutro, cita termo para contextualizar)	No banco dos réus	Julgamento presidente Peru
		25/12/2007	1	E*(neutro, cita termo para contextualizar)	Do "Cansei" à CPMF	X
<b>TOTAL</b>			<b>54</b>	<b>15 A (combativo, exige punição ou investigação); 7 B (combativo, discute causas e/ou soluções); 9 C (combativo, discute consequências); 1 D (tolerante, questiona acusação) 7 E (neutro, termo citado para contextualizar)</b>	<b>39 EDITORIAIS</b>	<b>24/39 (62%) SOBRE MENSALÃO</b>
				* NÃO É TEMA CENTRAL		
				X = NÃO HOUVE MENÇÃO AO TEMA		

FONTE: A AUTORA (2017).

TABELA 17- CATEGORIZAÇÃO DA AMOSTRA DO BLOCO 4 (2008 A 2013)

ANO	MÊS	DATA	nº menções	CLASSIFICAÇÃO	TÍTULO	CASO
2008	JAN	01/01/2008	1	E*(neutro, cita termo para contextualizar)	Debate travado	X
		23/01/2008	1	E*(neutro, cita termo para contextualizar)	Gaza, novamente	X
	FEV	22/02/2008	1	E*(neutro, cita termo para contextualizar)	Avanço no Paquistão	X
2009	MAR	05/03/2009	3	A (combativo, exige punição ou investigação)	A real grandeza	X
	ABR	X	X	X	X	X
2010	MAI	X	X	X	X	X
	JUN	X	X	X	X	X
2011	JUL	X	X	X	X	X
	AGO	X	X	X	X	X
2012	SET	01/09/2012	4	A (combativo, exige punição ou investigação)	Menos impunidade	Julgamento Mensalão
		11/09/2012	1	B (discute causas e/ou soluções)	Limpeza e transparência	Ficha Limpa
		22/09/2012	1	A (combativo, exige punição ou investigação)	Ridículo	Julgamento Mensalão
	OUT	07/10/2012	1	A (combativo, exige punição ou investigação)	Indefinição na urna	X
		11/10/2012	4	A (combativo, exige punição ou investigação)	Vitória republicana	Julgamento Mensalão
		20/10/2012	1	D (tolerante, questiona acusação ou punição)	As penas de cada um	Julgamento Mensalão
25/10/2012	1	D (tolerante, questiona acusação ou punição)	Para quem precisa	Julgamento Mensalão		
2013	NOV	01/11/2013	2	A (combativo, exige punição ou investigação)	Receita da corrupção	Máfia do ISS
		05/11/2013	2	A (combativo, exige punição ou investigação)	Corrupção descarada	Máfia do ISS
		09/11/2013	2	A (combativo, exige punição ou investigação)	Kassab se complica	Máfia do ISS
		11/11/2013	1	E*(neutro, cita termo para contextualizar)	Transportes parados	X
		14/11/2013	3	A (combativo, exige punição ou investigação)	Corrupção transversal	Máfia do ISS
		15/11/2013	2	A (combativo, exige punição ou investigação)	O fim é o começo	Julgamento Mensalão
		19/11/2013	3	A (combativo, exige punição ou investigação)	Raposas no galinheiro	Máfia do ISS
		21/11/2013	2	A (combativo, exige punição ou investigação)	O outro mensalão	Mensalão mineiro
	29/11/2013	1	A (combativo, exige punição ou investigação)	Palco italiano	Berlusconi	
	DEZ	06/12/2013	1	E*(neutro, cita termo para contextualizar)	Nelson Mandela	X
		07/12/2013	3	C *(combativo, discute consequências)	Ficções legais	X
		12/12/2013	1	A (combativo, exige punição ou investigação)	Mudança de patamar	Siemens
		14/12/2013	1	A (combativo, exige punição ou investigação)	Corrupção sem fim	Máfia do ISS
		31/12/2013	3	A (combativo, exige punição ou investigação)	Contra a corrupção	X
<b>TOTAL</b>				<b>46</b>	<b>16A (combativo, exige punição ou investigação); 1 B (combativo, discute causas e/ou soluções); 1C (combativo, discute consequências); 2D (tolerante, questiona acusação ou punição) 5 (neutro, cita termo para contextualizar)</b>	<b>25 EDITORIAIS</b>
				* NÃO É TEMA CENTRAL		
				X = NÃO HOUVE MENÇÃO AO TEMA		

FONTE: A AUTORA (2017)

TABELA 18- CATEGORIZAÇÃO DA AMOSTRA DO BLOCO 5 (2014 A 2016)

ANO	MÊS	DATA	nº menções	CLASSIFICAÇÃO	TÍTULO	CASO		
2014	JAN	04/01/2014	2	C (combativo, discute consequências)	O dinheiro de volta	X		
		09/01/2014	2	A (combativo, exige punição ou	Mensalão executado	Julgamento Mensalão		
		18/01/2014	1	A (combativo, exige punição ou	Apurações cerceadas	X		
		21/01/2014	1	D (tolerante, questiona acusação ou	Poluição na política	Máfia do ISS		
		24/01/2014	1	A (combativo, exige punição ou	Corrupção à francesa	Alstom x PSDB		
	FEV	09/02/2014	1	E*(neutro, cita termo para	Virar o jogo	X		
		10/02/2014	1	B (combativo, discute causas e/ou	Campanhas e finanças	X		
	2015	MAR	28/02/2014	1	E*(neutro, cita termo para	Reconstruir a Ucrânia	X	
			05/03/2015	1	A (combativo, exige punição ou	A lista de Janot	Operação Lava Jato	
			06/03/2015	1	E*(neutro, cita termo para	Oportuno e oportunista	Operação Lava Jato	
11/03/2015			2	B (combativo, discute causas e/ou	Doação como alibi	Operação Lava Jato		
16/03/2015			1	E*(neutro, cita termo para	Nas cordas	Operação Lava Jato		
18/03/2015			1	E*(neutro, cita termo para	Cada vez pior	Operação Lava Jato		
22/03/2015			6	A (combativo, exige punição ou	Do silêncio à ação	Operação Lava Jato		
31/03/2015			1	B (combativo, discute causas e/ou	Receita de Fraude	Operação Zelotes		
08/04/2015			2	B*(combativo, discute causas e/ou	Investir na mudança	X		
12/04/2015			6	B (combativo, discute causas e/ou	Corrupção sistêmica	X		
ABR		14/04/2015	2	E*(neutro, cita termo para	De março a abril	Operação Lava Jato		
		16/04/2015	1	E*(neutro, cita termo para	A saga do balanço	Operação Lava Jato		
		19/04/2015	1	E*(neutro, cita termo para	Sem passo atrás	X		
		20/04/2015	3	E*(neutro, cita termo para	Chile em crise	Escândalos chilenos		
		22/04/2015	1	A (combativo, exige punição ou	Pendenga sem sentido	Operação Lava Jato		
		26/04/2015	3	C (combativo, discute consequências)	Falta pedir desculpas	Operação Lava Jato		
		29/04/2015	1	B (combativo, discute causas e/ou	Reação aconselhada	Operação Zelotes		
		30/04/2015	2	D (tolerante, questiona acusação ou	Punição antes da hora	Operação Lava Jato		
		2016	MAI	03/05/2016	1	A (combativo, exige punição ou	Merenda fora de vista	Máfia da merenda
				05/05/2016	1	A (combativo, exige punição ou	O começo e o fim	Operação Lava Jato
06/05/2016	1			A (combativo, exige punição ou	Finalmente	Operação Lava Jato		
12/05/2016	1			E*(neutro, cita termo para	O fim e o princípio	Operação Lava Jato		
16/05/2016	1			A (combativo, exige punição ou	Doa a quem doer	Operação Lava Jato		
17/05/2016	1			E*(neutro, cita termo para	Rombo estatal	Operação Lava Jato		
19/05/2016	1			E*(neutro, cita termo para	Concessões demais	Operação Lava Jato		
21/05/2016	1			E*(neutro, cita termo para	Reorientação	Operação Lava Jato		
24/05/2016	1			A (combativo, exige punição ou	Primeira Crise	Operação Lava Jato		
30/05/2016	1			A (combativo, exige punição ou	Seguir a cartilha	Operação Lava Jato		
31/05/2016	1		A (combativo, exige punição ou	Pouca Transparência	Operação Lava Jato			
JUN	02/06/2016		2	E*(neutro, cita termo para	Operação Censura	Operação Lava Jato		
	07/06/2016		2	A (combativo, exige punição ou	Encarar a sujeira	Operação Lava Jato		
	10/06/2016		1	E*(neutro, cita termo para	Não é a economia	X		
	14/06/2016		1	A (combativo, exige punição ou	Basta de Cunha	Operação Lava Jato		
	15/06/2016		1	A (combativo, exige punição ou	Enfim o primeiro passo	Operação Lava Jato		
	16/06/2016		1	E*(neutro, cita termo para	Novo degrau	Operação Lava Jato		
	21/06/2016		2	A (combativo, exige punição ou	À espera da autocrítica	Operação Lava Jato		
	24/06/2016		1	A (combativo, exige punição ou	Sem fim à vista	Operação Lava Jato		
	27/06/2016		1	A (combativo, exige punição ou	Cuidar das delações	Operação Lava Jato		
	30/06/2016	2	B (combativo, discute causas e/ou	Boca-livre	Operação Boca-livre			
<b>TOTAL</b>			<b>70</b>	<b>19A (combativo, exige punição ou investigação); 7 B (combativo, discute causas e/ou soluções); 2C (combativo, discute consequências); 2D (tolerante, questiona acusação ou</b>	<b>46 EDITORIAIS</b>	<b>29/46 (63%) SOBRE LAVA JATO</b>		
				* NÃO É TEMA CENTRAL				
				X = NÃO HOUVE MENÇÃO AO TEMA				

FONTE: A AUTORA (2017)